

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
Instituto Superior de Economia e Gestão



**OS DONOS DA TERRA. AS DONAS DA TERRA. OU... AS  
TERRAS DE NINGUÉM.  
QUESTÕES AGRÁRIAS E DESENVOLVIMENTO EM  
SANTIAGO, CABO VERDE**

Carla Santos de Carvalho

**Orientadoras**

Professora Doutora Marina Augusta Pereira Padrão Temudo  
Professora Doutora Joana Helena Maria Fajardo Pacheco Pereira Leite

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutora em Estudos de  
Desenvolvimento

2019

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
Instituto Superior de Economia e Gestão



Os donos da terra. As donas da terra. Ou... As terras de ninguém.  
Questões agrárias e desenvolvimento em Santiago, Cabo Verde

Carla Santos de Carvalho

**Orientadoras:**

Professora Doutora Marina Augusta Pereira Padrão Temudo  
Professora Doutora Joana Helena Maria Fajardo Pacheco Pereira Leite

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutora em Estudos de  
Desenvolvimento

**Júri:**

- Presidente: Doutor Nuno João de Oliveira Valério, Professor Catedrático e Presidente do Conselho Científico do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa
- Vogais: Doutor Alexandre José Germano de Abreu, Professor Auxiliar Convidado do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa  
Doutora Elizabeth Pilar Challinor, Investigadora Integrada do Centro em Rede de Investigação em Antropologia da Universidade do Minho  
Doutor Carlos Manuel Ferreira Peixoto Couto, Investigador Associado do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa  
Doutora Marina Augusta Pereira Padrão Temudo, Investigadora Auxiliar com Agregação do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa  
Doutora Marzia Grassi, Investigadora Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa



As atividades de investigação realizadas no âmbito da presente tese foram financiadas pelo Programa Erasmus Mundus CARIBU, sob a forma de uma Bolsa Individual de Doutoramento (Referência: 2013-2618).

## **Agradecimentos**

A realização de um trabalho académico só é possível com o apoio e a contribuição de muitas pessoas e instituições que ao longo das várias etapas do processo de pesquisa apoiam a nossa trajetória. Por isso, ao final deste processo, é momento de declarar publicamente o meu agradecimento a todas elas.

Em primeiro lugar, quero deixar meu profundo agradecimento à minha orientadora, Professora Marina Temudo, por ter aceitado a orientação, pelos conhecimentos repassados, pelo tempo e atenção dedicados e, principalmente pela objetividade e sinceridade. Sou-lhe grata Professora pela amizade, apoio, incentivo e compreensão, particularmente, nos momentos mais difíceis deste processo.

Agradeço ainda à minha co-orientadora, Professora Joana Pereira Leite, pela objetividade e assertividade com que avaliou o meu trabalho e por compreender os contextos sociais, culturais e académicos de uma estudante-trabalhadora, mulher, mãe e africana em Lisboa.

Em terceiro lugar, e porque seria difícil avançar com a inscrição e frequência para a obtenção do grau de doutoramento, agradeço ao Programa Erasmus Mundus CARIBU pelo financiamento do curso na sua totalidade.

Também, agradeço à minha instituição laboral, Universidade de Cabo Verde, e de forma particular à Magnífica Reitora, Professora Doutora Judite do Nascimento, por ter criado todas as condições para prosseguir esta caminhada e por apostar na formação superior avançada dos quadros da instituição.

Um agradecimento especial a todos os professores e colegas do curso de Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento, e de forma particular, ao Professor José Pereirinha pela competência e amparo em momentos cruciais deste curso.

Às pessoas entrevistadas, agradeço a generosidade e o tempo. A partilha de informações, conhecimentos e histórias que foram imprescindíveis para este trabalho. Em particular, um agradecimento especial às mulheres e aos homens camponeses e agricultores das comunidades de Boaventura e Charco que, mais do que ceder parte do seu tempo, expuseram e socializaram momentos de suas vidas, demonstrando amizade, solidariedade

e confiança para com alguém estranho. Um agradecimento especial à Dona Hironcina pela amizade e acolhimento em Charco e ao Senhor Luís Vicente pelas longas conversas de aprendizado em Boaventura.

Agradeço a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram com informações e dados para o desenvolvimento do trabalho de campo.

Ainda, agradeço às pessoas mais importantes da minha vida: meus filhos e minha família. Às minhas filhas e meu filho, por terem suportado tantas ausências e por terem vivido comigo os momentos difíceis deste processo. À minha mãe e ao meu pai, suportes incondicionais da minha vida. Aos meus irmãos e minhas irmãs pelo apoio, cuidado e amizade. E a todos os demais familiares, aos amigos e amigas, que não irei particularizar, pelo apoio e pelas orações.

Ao Domingos, pela caminhada.

# Índice geral

<i>Agradecimentos</i> .....	iii
<i>Índice geral</i> .....	v
Índice de figuras .....	vii
Índice de quadros .....	viii
<i>Resumo/Abstract</i> .....	ix
Resumo .....	ix
Abstract.....	x
<i>Abreviaturas e Siglas</i> .....	xi
<i>Introdução</i> .....	1
1. Enquadramento da pesquisa .....	3
2. Apresentação do problema.....	6
3. Estrutura da tese .....	8
<b>Parte I. Género, questões agrárias e desenvolvimento.....</b>	<b>11</b>
<i>Capítulo 1. Mulheres, feminismos e desenvolvimento</i> .....	12
1.1 Mulheres, género e feminismos: definindo conceitos .....	12
1.2 Mulheres, género e feminismos: discutindo o desenvolvimento .....	19
1.2.1 Mulheres no Desenvolvimento: uma abordagem emancipatória .....	22
1.2.2 Género e Desenvolvimento: uma abordagem integradora .....	26
1.2.3 Outros olhares feministas e desenvolvimento .....	31
<i>Capítulo 2. Género, agricultura e acesso à terra</i> .....	37
2.1 Condição das mulheres no espaço rural agrícola .....	37
2.2 Papel das mulheres na agricultura .....	42
2.3 Terras africanas: acesso, controlo e disputas .....	50
2.4 Mulheres, cultura e acesso à terra .....	57
<b>Parte II. Género, terras e agricultura. Contextualizando Cabo Verde.....</b>	<b>64</b>
<i>Capítulo 3. Questões de género na agenda pública e política</i> .....	65
3.1 Movimento feminista em Cabo Verde .....	65
3.2 Políticas de género em Cabo Verde .....	72
3.3 Estatísticas de género. A situação de Cabo Verde.....	76
<i>Capítulo 4. Setor agrícola e as dinâmicas de desenvolvimento</i> .....	88
4.1 Perfil de género no setor agrícola .....	88
4.2 Estrutura agrária .....	95
4.3 Políticas públicas de desenvolvimento agrícola .....	98
<i>Capítulo 5. Questão da terra e seus duelos</i> .....	107
5.1 Época colonial: o início .....	108
5.2 Políticas e dinâmicas pós-independência.....	117
5.2.1 A reforma agrária.....	117
5.2.2 O estado atual da estrutura fundiária .....	124
<b>Parte III. Género, agricultura e terras na ilha de Santiago. Os casos de Boaventura e Charco</b>	<b>128</b>
<i>Capítulo 6. O campo e os campos de pesquisa</i> .....	129
6.1 Descrição do estudo .....	129
6.2 Espaço empírico.....	133

6.3 O campo de pesquisa: Boaventura e Charco .....	136
6.3.1 A recolha dos dados no campo .....	140
6.3.2 Os dados do campo: caracterização socioeconómica .....	145
<i>Capítulo 7. Agricultura. O tempo e os modos</i> .....	151
7.1 Relação do agregado com a agricultura .....	151
7.2 Agricultura, terras e acesso à água .....	164
7.3 Relação dos agregados com as instituições públicas e comunitárias .....	173
7.4 Comércio, mercado e “rabidância” .....	179
<i>Capítulo 8. Os donos da terra. As donas da terra. Ou... As terras de ninguém</i> .....	185
8.1 As terras de Charco e Boaventura. Pinceladas históricas .....	185
8.2 Os proprietários da terra: acesso, posse e gestão da terra .....	192
8.3 Disputas, conflitos e controlo das terras agrícolas .....	202
8.4 Terras de nenhuma mulher... Ou de como se conquista a terra .....	205
8.4.1 Modernização agrícola: deixada para trás .....	206
8.4.2 Luta pela terra: transformando o cenário .....	212
<i>Conclusão</i> .....	221
<i>Referências bibliográficas</i> .....	231
<i>Anexos</i> .....	244
Anexo I – Questionário aplicado aos agregados familiares .....	245
Anexo II – Guião de entrevista aplicado para as histórias de vida .....	253
Anexo III – Guião de entrevista aplicado aos informantes-chaves .....	255
Anexo IV – Glossário .....	257
Anexo V – Quadros com dados estatísticos .....	259
Anexo VI – Quadros com os dados estatísticos da pesquisa de campo .....	262

## Índice de figuras

Figura 1. Proporção de agregado familiar por tipo e sexo do representante .....	79
Figura 2. Percentagem de mulheres que referem a práticas de controlo por parte do marido/companheiro .....	83
Figura 3. Distribuição por sexo da população agrícola e do representante do agregado familiar.....	89
Figura 4. Distribuição dos agregados familiares agrícolas segundo fontes de abastecimento de água .....	90
Figura 5. Distribuição de agregados familiares agrícolas por sexo do representante e atividade.....	92
Figura 6. Distribuição dos agregados familiares agrícolas segundo o sexo do representante e os objetivos da produção da pecuária .....	93
Figura 7. Evolução da proporção da área agrícola de uso agro-silvo-pastoril relativamente à superfície total do país .....	95
Figura 8. Proporção da superfície cultivada das parcelas agrícolas por ilha.....	96
Figura 9. Evolução da proporção das parcelas agrícolas por regime de cultivo .....	97
Figura 10. Evolução das políticas agrícolas em Cabo Verde .....	102
Figura 11. Localização do arquipélago de Cabo Verde.....	134
Figura 12. Mapa dos concelhos de Santa Catarina e Santa Cruz na ilha de Santiago..	135
Figura 13. Mapa da comunidade de Charco no concelho de Santa Catarina .....	139
Figura 14. Mapa da comunidade de Boaventura no concelho de Santa Cruz .....	140
Figura 15. Distribuição dos agregados familiares por estado civil e sexo do representante .....	146
Figura 16. Distribuição dos agregados familiares por ramo de atividade e sexo do representante .....	148
Figura 17. Distribuição dos agregados familiares segundo o tipo de agricultura praticada e sexo do representante.....	152
Figura 18. Distribuição dos agregados familiares por anos de prática da agricultura por tipo de agricultura e sexo do representante .....	153
Figura 19. Distribuição dos agregados familiares por tipo de produção segundo o objetivo de produção e sexo do representante .....	155
Figura 20. Distribuição dos agregados familiares por tipo de agricultura segundo mão de obra utilizada e o sexo do representante.....	156
Figura 21. Proporções de agregados familiares por fonte de obtenção de sementes e propágulos e tipo de agricultura .....	158
Figura 22. Distribuição dos agregados familiares por forma de tomada de decisões de produção anual e sexo do representante .....	159
Figura 23. Distribuição dos agregados familiares por tipo de agricultura, área cultivada e sexo do representante.....	166
Figura 24. Pluviometria média anual para a ilha de Santiago 1988-2017 .....	168
Figura 25. Vista sobre a barragem de Figueira Gorda em Boaventura .....	169
Figura 26. Classificação da qualidade do acesso à água para agricultura de regadio por parte dos agregados familiares sexo do representante.....	172
Figura 27. Opinião dos agregados familiares da relação mantida com o Ministério da Agricultura por sexo do representante.....	178
Figura 28. Proporção da colheita destinada à venda por agregado familiar e sexo do representante .....	180

Figura 29. Agente decisor do preço dos produtos por sexo do representante do agregado familiar (unidade de produção).....	183
Figura 30. Mapa da barragem de Figueira Gorda em Boaventura .....	192
Figura 31. Relação de propriedade da terra cultivada por sistema de agricultura e sexo de representante .....	197
Figura 32. Formas de exploração da terra por sistema de agricultura e sexo do representante .....	198
Figura 33. Linha do tempo da trajetória de vida da Marta .....	211
Figura 34. Linha do tempo da trajetória de vida da Ricarda .....	218

### **Índice de quadros**

Quadro 1. Dimensões e indicadores de análise da pesquisa.....	8
Quadro 2. Síntese da abordagem da “Women In Development” .....	25
Quadro 3. Síntese da abordagem “Gender And Development” .....	28
Quadro 4. Indicadores demográficos desagregados por sexo.....	78
Quadro 5. Indicadores sobre a educação desagregados por sexo .....	81
Quadro 6. Indicadores sobre a saúde desagregados por sexo.....	82
Quadro 7. Indicadores sobre o exercício de poder e liderança desagregados por sexo..	84
Quadro 8. Indicadores sobre a situação económica desagregados por sexo .....	86
Quadro 9. Evolução de explorações agrícolas por tipo de atividade praticada .....	98
Quadro 10. Momentos da pesquisa exploratória do campo de pesquisa .....	138
Quadro 11. Efetivos e proporção dos agregados familiares inquiridos .....	142
Quadro 12. Caracterização dos informantes-chaves.....	144
Quadro 13. Caraterização dos entrevistados para as histórias de vida .....	145
Quadro 14. Distribuição dos agregados familiares por origem do rendimento e sexo do representante .....	149
Quadro 15. Calendário agrícola de sequeiro e participação dos membros dos agregados familiares no trabalho agrícola .....	163
Quadro 16. Gestão da terra segundo o sistema agrícola e sexo do representante do agregado familiar.....	200
Quadro 17. Parcelamento das terras da comunidade de Boaventura.....	201



## **Resumo/Abstract**

### **Resumo**

A análise de género no setor agrícola, em Cabo Verde, aponta que as mulheres se relacionam com a terra através de mecanismos muitos inseguros de exploração e possuindo as parcelas menos produtivas. Neste sentido, partimos do pressuposto de que os direitos de propriedade às terras agrícolas assentam em lógicas desiguais, historicamente construídas. Assim, propomos objetivar e compreender as lógicas sociais e culturais quanto ao acesso, posse e controlo das terras agrícolas, mapear a situação de homens e mulheres relativamente aos direitos de propriedade às terras agrícolas e observar as relações de poder entre os intervenientes no processo de articulação da produção agrícola com o mercado.

Partimos do pressuposto de que “nenhuma ação e/ou situação é neutra no que diz respeito ao género”. Neste sentido, a estratégia metodológica incluiu instrumentos de pesquisa sensíveis ao género e uma combinação de análise quantitativa e qualitativa fazendo recurso ao inquérito, entrevistas e histórias de vida.

Charco e Boaventura, situadas na ilha de Santiago, foram palcos da pesquisa de campo. São comunidades que vivem da agricultura e onde a estrutura fundiária influencia o uso da terra e a prática agrícola, com desigualdades entre os agregados familiares representados por homens e por mulheres. Os agregados representados por mulheres enfrentam maiores constrangimentos no acesso à terra, têm menos probabilidades de serem proprietários de terra, estão na posse de menores parcelas de terras, têm acesso limitado aos demais fatores de produção, dedicando-se maioritariamente a um cultivo de subsistência. Esta situação resulta em desigualdades de rendimento e segurança alimentar nos agregados familiares ao longo de um diferencial de género nas políticas de desenvolvimento no setor agrícola destas comunidades.

**Palavras-chave:** relações de género, terras, agricultura, desenvolvimento, Cabo Verde.

## **Abstract**

Gender analysis in the agrarian sector in Cabo Verde indicates that women are related to the land using very insecure tenure systems and have access to the least productive plots. In this sense, we assume the standpoint that property rights to agricultural land are based on historically constructed biased logics. Thus, we aim to understand the social and cultural construct regarding the access, possession and control of agricultural land, to map the situation of men and women in relation to property rights to agricultural lands and to observe the power relations between the actors in the articulation process of agricultural production with the market.

We start from the assumption that “no action and/or situation is gender neutral”. In this sense, the methodological strategy included gender-sensitive instruments and a combination of quantitative and qualitative analysis using surveys, interviews and life histories to collect information.

Boaventura and Charco, located on the island of Santiago, were the location of field research. They are communities that live from agriculture and where the land structure influences land use and agricultural practice, with unequal differences between households represented by men and women. Empirical data indicate that households headed by women, compared to men, face greater constraints on access to land, are less likely to own land, are in possession of smaller plots as well as limited access to resources, and are still mostly dedicated to subsistence production. This situation results in gender inequalities and influences development policies in the agricultural sector of these communities.

**Keywords:** gender relations, land, agriculture, development, Cabo Verde.

## Abreviaturas e Siglas

AIMO	Alta Intensidade de Mão-de-Obra
AltWID	<i>Alternative Women in Development</i>
Apud	Citado por
ASEG	Análise Socioeconómica segundo o Género
BO	Boletim Oficial
CEDAW	Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da Mulher
Cf	Conferir
CIGEF	Centro de Investigação e Formação em Género e Família
CNOMCV	Comissão Nacional Organizadora das Mulheres de Cabo Verde
CNRA	Conselho Nacional da Reforma Agrária
DAWN	<i>Development Alternatives with Women for a New Era</i>
DECRP	Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza
DGCD	<i>Direction Générale de la Coopération au Développement</i>
Et al	E outros
EUA	Estados Unidos da América
FAIMO	Frente de Alta Intensidade de Mão-de-Obra
FAO	Food and Agriculture Organization of United Nations
GAD	<i>Gender and Development</i>
ha	Hectare
H	Homem
ICIEG	Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género
ICF	Instituto da Condição Feminina
INGT	Instituto Nacional de Gestão do Território
IDRF	Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva
IDSR	Inquérito às Despesas e Receitas Familiares
IFAD	<i>International Fund for Agriculture Development</i>
INE	Instituto Nacional de Estatística
INIDA	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário
IPM	Indicador de Participação das Mulheres
ISDH	Indicadores de Sexo no Desenvolvimento Humano
ISEG	Instituto Superior de Economia e Gestão
Km	Quilómetro

Laço Branco	Homens contra a Violência Baseada no Género
LBRA	Lei das Bases da Reforma Agrária
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais
LOPE	Lei sobre a Organização Política do Estado
M	Mulher
MAA	Ministério da Agricultura e Ambiente
MED	Ministério de Educação e Desporto
MDR	Ministério do Desenvolvimento Rural
MORABI	Associação de Apoio à Auto Promoção da Mulher no Desenvolvimento
MSSS	Ministério da Saúde e Segurança Social
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMCV	Organização de Mulheres de Cabo Verde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
PEDA	Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola
PIB	Produto Interno Bruto
PMIEG	Plano Municipal de Igualdade e Equidade de Género
PNIA	Programa Nacional de Investimento Agrícola
PNIEG	Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género
PNIG	Plano Nacional de Igualdade de Género
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNVBG	Plano Nacional de Combate à Violência Baseada no Género
RGA	Recenseamento Geral da Agricultura
s/d	Sem data
Sacofil	Sociedade Agrícola de Santa Filomena
TMG	Taxa de Mortalidade Geral
TNR	Trabalho Não Remunerado
UNDP	<i>United Nations Development Programme</i>
Uni-CV	Universidade de Cabo Verde
UNWOMEN	<i>United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women</i>

USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
VBG	Violência Baseada no Gênero
WID	<i>Women In Development</i>
ZDTI	Zonas Turísticas Especiais

## **Introdução**

Nesta parte introdutória apresentamos a nossa proposta de pesquisa, discutindo a sua pertinência para o nosso campo de estudos. Na nossa tese de doutoramento em “Estudos de Desenvolvimento”, cujo título é “Os donos da terra. As donas da terra. Ou... As terras de ninguém. Questões agrárias e desenvolvimento em Santiago, Cabo Verde”, propomos compreender as relações de género quanto à posse, acesso e controlo de terras agrícolas e suas implicações na reprodução das dinâmicas e desigualdades nas relações de género nas comunidades rurais agrícolas na ilha de Santiago em Cabo Verde.

O acesso, a posse e o controlo das terras, para os camponeses e agricultores, são ativos essenciais para a prática da agricultura que, constitui, por sua vez, uma atividade crucial que garante a reprodução social dos agregados familiares rurais. Todavia, a análise de género, neste setor, indica que as mulheres, apesar de representarem 50% da população rural e da força de trabalho agrícola, enfrentam desigualdades significativas quanto ao acesso aos ativos produtivos e serviços que possibilitam a produção agrícola (FAO, 2011b; Quisumbing & Pandolfelli, 2010; Giovarelli *et al*, 2005). As mulheres, embora desempenhem um papel fundamental neste setor, na maioria dos países, não são reconhecidas, sendo que, em muitas sociedades a sua participação é mediada pelos pais ou maridos. Esta situação acarreta custos; para elas, seus agregados familiares e para o próprio Estado, na medida em que através deste viés, transmite-se a uma proporção considerável da população menores rendimentos e maior prevalência de pobreza e insegurança alimentar e nutricional (FAO, 2011b; Quisumbing & Pandolfelli, 2010; World Bank, 2008).

A maioria dos países do continente africano tem a agricultura como base da economia, que ao lado do trabalho assalariado e da imigração, compõem os eixos estratégicos de sobrevivência para as famílias e de espaço de intervenção para o Estado (World Bank, 2008). Entretanto, para as mulheres esta estratégia possui contornos diferentes dos que se apresentam aos homens, na medida em que para homens e mulheres as oportunidades e as normas sociais e culturais se apresentam de forma diferente, limitando assim as oportunidades de acesso a terras, insumos, tecnologias e serviços de suporte ao exercício agrícola às mulheres (Quisumbing & Pandolfelli, 2010; World Bank, 2008) acentuando, assim, as desigualdades de género.

Quanto à posse da terra, as mulheres, particularmente as africanas, enfrentam maiores constrangimentos quanto à segurança da posse da terra, têm menos probabilidades de serem proprietárias de terra, estão na posse de menores parcelas de terras assim como no acesso aos recursos, resultando em desigualdades de género e impedindo, assim, o potencial de crescimento agrícola (FAO, 2011b; Quisumbing & Pandolfelli, 2010; World Bank, 2008; Giovarelli *et al*, 2005). Ainda, a maioria das mulheres, contrariamente aos homens, está pouco representada na geração de rendimento, com implicações nas estratégias agrícolas para o desenvolvimento.

Especificamente, no caso de Cabo Verde, estudos apontam que as mulheres camponesas e agricultoras se relacionam com a terra, através de mecanismos muito inseguros de exploração (como, por exemplo, a parceria), ficando geralmente com as parcelas menos produtivas (FAO, 2011a; ICIEG & MAA, 2008) o que afeta a sua capacidade de participação competitiva no processo de produção agrícola orientada para o mercado.

A análise do conceito de género aplicado ao desenvolvimento, referindo-se a um conjunto de relações socioeconómicas e culturais entre pessoas de sexo distinto (Pereira, 2015), indica-nos que estas relações entre os homens e as mulheres são díspares e desiguais e que os papéis tradicionalmente atribuídos por género e as relações de poder construídos socialmente, influenciam o setor agrícola e, conseqüentemente, o processo de desenvolvimento. Na verdade, os processos de desenvolvimento que não incluem a integração deste diferencial de género na sua concepção continuarão a ter como resultados a perpetuação das desigualdades entre os homens e as mulheres, em que estas continuarão a sofrer discriminação e a ter acesso limitado aos recursos.

Tendo em consideração a situação acima descrita, bem como o pressuposto de que “nenhuma ação é neutra no que diz respeito ao género” e de que o condicionamento que comporta é de exclusão, colocamos como objetivo analisar as relações de género, os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, quanto ao acesso e propriedade da terra agrícola e mostrar em que medida estas influem nas políticas de desenvolvimento e nos modos de vida das mulheres, dos homens e de seus respetivos agregados familiares.

## **1. Enquadramento da pesquisa**

A estrutura fundiária em Cabo Verde perpassa a história do país. A forma de povoamento do território e, mais tarde, o regime de morgadio e outras disposições legais marcaram decisivamente a estrutura fundiária e o regime de exploração da terra em Cabo Verde (Temudo, 2008). Segundo Furtado (1993), o processo de concentração fundiária nas mãos de um pequeno grupo de proprietários sofreu alterações importantes com a independência e com a iniciativa da reforma agrária, o que proporcionou o desaparecimento dos grandes latifundiários e a emergência de pequenas propriedades e, conseqüentemente, de um



maior número de proprietários rurais. Ainda, as formas de aquisição – herança, compra, doação/oferta, posse útil, concessão, usucapião – e de exploração – conta própria, parceria, renda, usufruto, comodato, aforamento – da terra têm influenciado a estrutura da propriedade fundiária do país.

A apropriação fundiária começa com o povoamento e a implementação do regime das donatarias que consistiam em doações régias para a exploração das ilhas. Todavia, na impossibilidade de os donatários estarem presentes nas ilhas doadas, eram representados pelos capitães-donatários que faziam a gestão económica e jurídico-administrativa da terra e dos colonos (Correia e Silva, 2001), permitindo assim o surgimento de grandes proprietários que exploravam a terra com base no trabalho escravo (Silva, 2002). À medida que as ilhas iam sendo povoadas, implementava-se o regime de sesmarias que, concomitantemente com o regime de donatarias, estruturava a propriedade fundiária. O regime de sesmarias disponibilizava pequenas propriedades aos moradores para a exploração efetiva e por conta própria da terra (Correia e Silva, 2001).

O regime de morgadios substituiu os de donataria e de sesmaria, caracterizava-se essencialmente por um tipo de vínculo em que a posse incidia sobre os bens imóveis e inalienáveis, transmissíveis somente aos filhos primogénitos; mais tarde, na primeira metade do século XIX, devido às críticas, este regime foi alterado na primeira metade do século XIX, introduzindo-se no sistema sucessório a transmissão da propriedade para os descendentes (Borba, 2013).

Com o fim da escravatura e da mão de obra escrava, ocorre também a decadência dos morgados, consequência da falta de capital para gerir os empreendimentos rurais e assalariar os trabalhadores livres (Borba, 2013; Furtado, 1993). A exploração das terras

passa a dar-se então de forma indireta, através do arrendamento e da parceria. A parceria é uma forma de exploração da terra que emerge, neste contexto, em que os morgados estabelecem contratos informais, feitos verbalmente, com os camponeses para a exploração da terra mediante o pagamento com parte dos produtos produzidos. Entretanto, dos relatos constam que as relações contratuais entre os morgados e os rendeiros eram marcadas por constantes tensões e violência – devido as alterações dos contratos em favor dos proprietários – que provocaram, inclusive, algumas revoltas e rebeliões na ilha de Santiago, principalmente em períodos de seca (Pereira, 2016, 2013; Borba, 2013).

Porém, a emigração na primeira metade do século XX e a perda das terras pelos grandes proprietários ou “morgados”, em processos de confisco bancário, permitiram uma maior democratização no acesso à terra uma vez que os emigrantes puderam passar a comprar terras com os recursos adquiridos na emigração (Furtado, 1993).

Do ponto de vista legal e jurídico, existe um conjunto de leis sobre a terra (tanto para propriedades privadas quanto públicas) e direitos sucessórios, mas que não são respeitadas, dificultando a identificação dos proprietários das terras (Almeida, 2002) porque os registos são inexistentes ou inexatos. Por isso, deparamos com indefinições e situações pouco claras quanto à identificação da titularidade das terras por parte dos herdeiros; estes por sua vez também não fazendo a habilitação de herdeiros, e dividindo a herança, e a terra em particular, em suportes e circunstâncias pouco claras (Almeida, 2006, 2002; Silva, 2002, 1992). Por exemplo, ocorrendo a herança da terra ocorre através de um processo oral de transmissão sucessória.

Ainda, nos casos das terras agrícolas destinadas à prática da agricultura, da pastorícia e da pecuária, o Estado, por vezes, concede posse útil a pequenos agricultores e camponeses. Segundo informações avançadas pelos Delegados do MDR em 2015, em entrevistas exploratórias, têm ocorrido ocupações das terras do Estado por parte dos privados.

A análise de género, quanto à posse das terras agrícolas, mostra que as parcelas na posse das mulheres são de menor dimensão do que aquelas na posse dos homens e reciprocamente, que à medida que as dimensões das parcelas aumentam, diminui o número de mulheres no uso e cultivo da terra (MAA, 2015; ICIEG & MAA, 2008; MAA, 2004). Estudos apontam, ainda, que no sistema de produção de regadio, a maior parte das terras pertence aos homens ou é cultivada por eles; enquanto as mulheres cultivam mais as terras no sistema de sequeiro (MAA, 2015; ICIEG & MAA, 2008; MAA, 2004), sendo a produção destinada quase exclusivamente ao autoconsumo e o risco de insucesso na produção é elevado devido às condições de produção (Temudo, 2008; Amaral, 2001; Finan & Langworthy, 1997). Porém, com a emigração masculina, a população feminina aumentou e as mulheres passaram a chefes de unidades agrícolas e a ter maior poder de decisão sobre o processo produtivo (Grassi & Évora, 2007; Furtado, 1993).

## **2. Apresentação do problema**

Face ao exposto, partimos do pressuposto de que os direitos de propriedade às terras agrícolas em Cabo Verde assentam em lógicas desiguais de propriedade historicamente construídas. Assim, suscitou-nos interesse compreender as lógicas sociais e culturais reguladoras deste acesso, posse e controlo das terras agrícolas desigual e de mapear nesse quadro a situação dos homens e das mulheres.

Quanto aos objetivos da nossa pesquisa, pretendemos compreender as dinâmicas socioculturais no processo de acesso e a posse das terras agrícolas e as diferenças que se desenham entre os homens e as mulheres. Também, esperamos entender a lógica e a racionalidade camponesas na regulação do acesso às terras agrícolas por parte dos homens e das mulheres. Ainda, almejamos apreender as estratégias de controlo e perpetuação do uso das terras agrícolas e a existência de eventuais diferenças entre os homens e as mulheres. Por fim, porque a questão do acesso e posse das terras agrícolas está diretamente relacionada com a produção agrícola e o mercado, propomos observar as relações de poder entre os intervenientes no processo de articulação da produção agrícola com o mercado.

Tendo em consideração o contexto apresentado quanto às questões agrárias em Cabo Verde, e face aos objetivos acima definidos para a compreensão das lógicas construídas na estruturação agrária, formulamos um conjunto de questões de partida que norteiam esta pesquisa:

- 1) Como se estruturam os direitos de propriedade das terras agrícolas?
- 2) Qual a situação das mulheres quanto aos direitos de propriedade das terras agrícolas?
- 3) Quais as lógicas na regulação do acesso e posse às terras agrícolas por parte dos homens e das mulheres camponeses e agricultores?
- 4) Quais as estratégias de controlo e perpetuação das terras agrícolas empregues pelos homens e pelas mulheres camponeses e agricultores?
- 5) Como se desenvolvem as relações de poder entre os intervenientes na relação entre a produção agrícola e o mercado?

Tendo em consideração os objetivos definidos e as questões de partida formuladas, apresentamos, no quadro 1, um panorama analítico com as dimensões e os indicadores para a apreensão dos conceitos.

**Quadro 1. Dimensões e indicadores de análise da pesquisa**

<b>Conceitos</b>	<b>Dimensões</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Tópicos de perguntas</b>
Direitos de propriedade	Acesso	Uso	Trabalhar a terra para produzir alimentos
		Revogação	Direito de dar, oferecer, permitir ou retirar da terra
		Gestão	Poder de decidir sobre o que cultivar e vender os produtos
	Controlo	Direitos de gestão	Poder de decidir como a terra será usada, por quem e quando
		Direitos de alienação	Poder de dar, oferecer, permitir a outrem para cultivar
		Direito de vender	Poder de vender a terra
	Propriedade	Propriedade relatada	Poder de possuir a terra
		Propriedade documentada	Posse de certificado, título formal ou escritura
		Propriedade efetiva	Poder de decisão sobre a venda da terra
Relações de género	Papéis sociais	Tarefas desempenhadas em casa, dentro e fora da comunidade, nas associações, no campo, na horta	
	Normas sociais	Expetativas da comunidade e dos atores sociais sobre o comportamento dos indivíduos	

### **3. Estrutura da tese**

Com o propósito de apresentar e desenvolver o tema em estudo de forma coerente, estruturamos o presente trabalho em três partes, em que cada uma delas está constituída por vários capítulos e subcapítulos.

A Parte I da tese apresenta o quadro teórico de referência e a revisão da literatura sobre o tema em debate e designa-se de “Género, questões agrárias e desenvolvimento”. Esta parte está dividida em dois capítulos e apresenta o panorama global da discussão sobre a temática de pesquisa com ênfase nos países do Sul Global e da África Subsaariana em

particular. No Capítulo 1 abordamos o tópico “Mulheres, feminismos e desenvolvimento” onde apresentamos os conceitos de género, feminismos e desenvolvimento, mostrando as análises que têm sido feitas pelas teorias feministas que debatem estas questões. No Capítulo 2 discutimos a temática “Género, agricultura e acesso à terra” apresentando os papéis dos homens e das mulheres no setor agrícola, revelando a situação, em particular das mulheres africanas, no acesso e controlo das terras agrícolas.

Na Parte II da tese, cujo tópico é “Género, terras e agricultura. Contextualizando Cabo Verde”, apresentamos em três capítulos as questões de género em Cabo Verde e suas conexões às questões agrárias. No Capítulo 3, discutimos as “Questões de género na agenda pública e política”, apresentando as estatísticas de género, a história do movimento feminista no país e as políticas públicas para a igualdade de género. O Capítulo 4 é dedicado ao tópico “Setor agrícola e as dinâmicas de desenvolvimento” onde apresentamos os dados sobre o setor e as políticas de desenvolvimento implementadas pelo Estado. Depois, segue-se o Capítulo 5 subordinado ao tema “Questão da terra e seus duelos” no qual abordamos a estruturação da propriedade fundiária através de um recorte histórico.

A Parte III da tese intitulada “Género, agricultura e terras na ilha de Santiago. Os casos de Boaventura e Charco”, subdivida em três capítulos, dedica-se à análise empírica dos dados da pesquisa de campo. O Capítulo 6 subordinado ao tópico “O campo e os campos de pesquisa” explicamos a nossa entrada em campo, apresentando o espaço empírico e o campo de pesquisa. O Capítulo 7 intitulado “Agricultura. O tempo e os modos” analisamos a relação dos agregados familiares com a agricultura, o acesso à água, à terra, as instituições públicas e comunitárias e as relações comerciais estabelecidas no espaço

agrícola. Por fim, o Capítulo 8 com a análise do tópico “Os donos da terra. As donas da terra. Ou... As terras de ninguém” analisamos a estruturação da propriedade fundiária nas comunidades pesquisadas, colocando ênfase na posse, acesso e controlo das terras agrícolas pelos agregados familiares representados por homens e mulheres.

## **Parte I. Género, questões agrárias e desenvolvimento**



## Capítulo 1. Mulheres, feminismos e desenvolvimento

### 1.1 Mulheres, género e feminismos: definindo conceitos

A discussão das relações entre os homens e as mulheres, os seus direitos e suas liberdades, ganham impulso com a pauta introduzida pelas revoluções americana e francesa no século XVIII. Esta nova cosmovisão iluminista, introduzida por estas revoluções, culminou com um conjunto de declarações civis e políticas que marcaram, de forma indelével, o debate sobre a igualdade de direitos entre as mulheres e os homens.

De entre as várias mulheres que reivindicaram direitos civis, políticos e cívicos destacam-se, neste período, Olympe de Gouges – que influenciada pela aprovação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão na Assembleia Nacional Francesa em setembro de 1789 – escreve propondo a *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*<sup>1</sup> em 1791, e a inglesa Mary Wollstonecraft que escreveu a *Vindication of the Rights of Woman*<sup>2</sup> em 1792 (Fraisie & Perrot, 1994). Elas desenvolveram argumentos a favor dos direitos das mulheres, defendendo os princípios da liberdade e da igualdade, concordando com a urgência de uma formulação explícita dos direitos da mulher. Gouges defendeu o papel político das mulheres e Wollstonecraft posicionou-se sobre a mulher enquanto ser social (Fraisie & Perrot, 1994).

A partir dos discursos e posicionamentos destas mulheres, e de outros discursos e acontecimentos marcantes, começaram a surgir movimentos de mulheres com o propósito de combater a inexistência, ou mesmo a negação, de direitos civis e políticos para as

---

<sup>1</sup> Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã.

<sup>2</sup> Vindicação dos Direitos da Mulher.

mulheres, de denunciar as desigualdades entre homens e mulheres e de questionar o estado de opressão em que as mulheres viviam.

É consensual a indicação de três gerações (períodos, ondas ou vagas<sup>3</sup>) de movimentos de mulheres que, mais tarde, passam a ser designadas como feminismo. O termo feminismo nasceu em França, entre os anos de 1870-1880 e propagou-se no virar do século XIX-XX (Tavares, 2010; Offen, 1994).

A primeira geração representa o surgimento do movimento feminista, que nasceu como movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, em que o movimento sufragista teve fundamental importância. O objetivo do movimento feminista, nessa época, era a luta contra a discriminação das mulheres e pela garantia de direitos políticos, com particular ênfase no direito ao voto (Narvaz & Koller, 2006).

A segunda geração examina as desigualdades culturais e políticas das mulheres como intrinsecamente ligadas, e incentiva as mulheres a entenderem os aspetos de suas vidas pessoais como profundamente politizados e como reflexo de estruturas de poder sexistas (Narvaz & Koller, 2006). As discussões em torno do feminismo ou melhor, o ressurgimento das discussões à volta do feminismo, contou com contribuições de várias académicas. Entre estas destaca-se a filósofa Simone Beauvoir, com o seu livro “O Segundo Sexo” (1949), que analisou a opressão das mulheres do íntimo ao social. Influenciada por Simone Beauvoir, Betty Friedan escreve o livro “O Feminismo Místico”

---

<sup>3</sup> A historiadora Karen Offen substitui a ideia das vagas por fluxos ou erupções. Segundo ela, a atividade feminista surge por fluxos ou erupções que emanam de fendas nos sistemas patriarcais e disserta sobre a necessidade de se atender para as condições que levam à abertura dessas fendas e ao fluir dos feminismos assim como as resistências que obrigam a recuar (Tavares, 2010; Offen, 2008, 1988).

(1963), onde define o conceito de “feminino” – como uma construção social ao invés de determinação biológica – e aponta os mecanismos sociais que perpetuam as relações de dominação entre os sexos (Fraisie & Perrot, 1994).

A terceira geração desloca o campo do estudo sobre as mulheres e os sexos para o estudo das relações de género e concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. Nesta época surgem feministas e movimentos que apontam o feminismo como predominantemente branco, intelectual e de classe média, criticando a excessiva ênfase nas experiências das mulheres brancas (Narvaz & Koller, 2006) e na limitação do seu universalismo.

Estas críticas permitiram a tomada de consciência sobre a diversidade de teorias feministas em função de contextos culturalmente específicos. Em consequência, novas tendências surgiram na década de noventa em que o sujeito feminista surge como uma entidade múltipla, aberta, multifacetada pelas estruturas de classe, idade, etnia, território, orientações sexuais (Tavares, 2010). Este debate ampliou o conceito de feminismo, trazendo à cena as discussões das feministas do Sul Global. Por exemplo, no continente africano, o feminismo tem sido definido como um movimento político que procura transformar as relações de género, opressivas para as mulheres e como luta popular das mulheres pela libertação das várias formas e níveis de opressão a que estão sujeitas (Casimiro, 2015). As feministas desta terceira geração, ao questionarem e refutarem a perspectiva de género baseada em categorias fixas e estáveis que definiam o conceito de “género”, possibilitaram a redefinição do conceito (Tavares, 2010; Narvaz & Koller, 2006; Amadiume, 1997).

O termo feminismo, segundo Cova (1998 *apud* Tavares, 2010:33), esconde um “mosaico de situações diferentes, muito afastadas de um conjunto homogêneo, sendo que a aparente comunhão de ideologias sob a bandeira do feminismo esconde a variedade de feminismos”. As lutas que o movimento feminista tem travado a favor das mulheres e pela promoção da igualdade de gênero têm sido experiências diversas em contextos diferenciados que segundo Castells (2003), têm moldado a história do movimento feminista, e se tem constituído em um amplo espectro de discursos diversos sobre as relações de poder. Esses discursos informam e são informados pelas práticas políticas e culturais com ancoragem nas diferenças – de raça, gênero, classe, idade, orientação sexual, entre outras (Costa, 1998). Essas diferenças têm dado vazão a uma variedade de feminismos – cultural, humanista, marxista, socialista, psicanalítico, radical, lésbico, negro, pós-estruturalista, do terceiro mundo, pós-colonial, etc. Todavia, esta heterogeneidade não provocou o debilitar político do feminismo enquanto movimento coletivo (Costa, 1998) uma vez que possui uma dimensão teórica e política e não apresenta explicações e interpretações fechadas sobre a realidade e as relações de gênero.

As relações de gênero apresentam-se como o conjunto de disposições pelo qual uma sociedade hierarquiza a sexualidade biológica nas relações sociais (Fischer, 2007), ou seja, o gênero é o sexo socialmente construído. Essas relações sociais, historicamente construídas e em contextos específicos, têm consequências na maneira como uma determinada sociedade se organiza para produzir as normas sociais, materiais e políticas, determinando valores e influenciando sentimentos e modos de agir e de pensar das pessoas. Neste sentido, o conceito de gênero surge para responder à necessidade de diferenciar o sexo biológico da sua tradução social em papéis sociais e expectativas de comportamentos

femininos e masculinos; e nesse espaço permitir compreender e articular as relações de poder entre homens e mulheres vigentes na sociedade (Pena & Correia, 2003).

Historicamente, a condição da mulher e do homem, assume formas particulares no tempo, no espaço e em cada civilização e sociedade, assumindo traços e peculiaridades conforme os valores, a cultura, as normas e a tradição de cada época que definem e estruturam o sistema de poder. Nas palavras de Kabeer & Sweetman (2015) as sociedades humanas estão organizadas segundo linhas de género, dando à desigualdade de género uma primazia económica, social e política especial. Nas relações de género, os papéis e o poder desigual impregnam a vida de todas as mulheres e meninas em todas as sociedades, mas as desvantagens intensificam-se, particularmente nos países do Sul Global (Kabeer & Sweetman, 2015).

As relações de género constituem um dos campos de articulação do poder, e segundo Benhabib & Cornell (1993), são a primeira instância dentro da qual, ou por meio da qual, o poder se articula. No entanto, as desigualdades de género que se consubstanciam nas relações de poder, não são estáticas e, tampouco, se encerram no binómio dominador (homem) e dominada (mulher), pois o poder não está localizado num lugar específico, visto que as relações de força interagem entre si. Como nos adianta Foucault (1999), o poder encontra-se nas relações quotidianas; não está nas pessoas, mas circulando entre as pessoas. Embora se reconheça a mulher como o sujeito dominado na relação homem-mulher, esta muitas vezes, como refere Ortner (1996), faz recurso da situação de dominada para exercer a dominação. Os conceitos de agência e hegemonias incompletas de Ortner (1996) analisam a dominação masculina, reconhecendo que esta coexiste com outros modelos de relações de género, incluindo a resistência direta, mas, sobretudo, com

a maneira como a própria dominação está dividida por ambiguidades, contradições e lacunas.

Segundo Ortner (2006) os agentes sociais, envolvidos numa multiplicidade de relações sociais, “têm” agência enquanto intenções, propósitos e desejos formulados em termos de “projetos” culturalmente estabelecidos. Em termos gerais, pode dizer-se que a noção de agência tem dois campos de significado: num campo de significado, “agência” tem a ver com intencionalidade e com o facto de perseguir projetos (culturalmente definidos); e, no outro campo de significado, “agência” tem a ver com poder, com o facto da ação decorrer no contexto de relações de desigualdade, de assimetria e de forças sociais, operando de cima para baixo, como dominação, e de baixo para cima, como resistência (Ortner, 2006). As pessoas em posições de poder “têm” – legitimamente ou não – o que poderia ser considerado “muita agência”, mas também os dominados sempre têm certa capacidade, às vezes muito significativa, de exercer algum tipo de influência sobre a maneira como os acontecimentos se desenrolam (Ortner, 2006). Portanto, resistência também é uma forma de “agência de poder”. Assim, se o poder e a subordinação de outros sempre estão ao serviço de algum projeto, também é o caso da resistência, pois, toda a dialética da dominação/resistência faz sentido como choque entre projetos de pessoas, suas intenções culturalmente constituídas, desejos e metas (Ortner, 2006).

Para outras correntes feministas, o sistema de patriarcado é a principal causa da subordinação das mulheres. Walby (1990) destaca duas formas diferentes de patriarcado: o privado, no qual as mulheres estão subordinadas a um patriarca específico dentro do grupo doméstico e, o público, onde as mulheres participam em domínios públicos, como

a política e o mercado de trabalho, mas continuam segregadas no que respeita à herança, ao poder e ao *status*.

Os papéis de homens e mulheres variam nas diferentes culturas e os dos homens são geralmente mais valorizados e recompensados do que os das mulheres. Essa divisão e diferenciação de papéis sociais concorrem, certamente, para a desigualdade entre os homens e mulheres. Por isso, os movimentos de mulheres e feministas enquadram-se neste contexto de resistências e lutas por direitos, oportunidades, liberdades e reconhecimento.

As últimas décadas são testemunhas da crescente consciencialização da necessidade de empoderamento das mulheres com medidas para aumentar a equidade social, económica e política e ampliar o acesso a direitos humanos fundamentais (Fórum Económico Mundial, 2005). Neste sentido é que a Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995) defendeu que promover o empoderamento das mulheres e a igualdade e equidade de género entre mulheres e homens são facetas dos direitos humanos e condição para a justiça social.

O conceito de empoderamento está também associado à luta das organizações feministas como forma de continuar a luta pela emancipação das mulheres e romper com o historial de discriminação e invisibilidade do papel das mulheres na sociedade. Especialistas feministas têm argumentado que grupos de mulheres são vitais para permitir que as mulheres aumentem a capacidade de tomada de decisão e o controlo sobre os recursos (Sen & Grown, 1987).

Na perspetiva feminista, o empoderamento pode ser uma fonte de emancipação e uma forma de resistência. É um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres, é uma pré-condição para conquistar a igualdade entre homens e mulheres; e representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e à manutenção dos seus privilégios de género (León, 2001). O empoderamento implica a alteração dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher como género, significando ainda uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes autonomia em todas as áreas das suas vidas (León, 2001).

### **1.2 Mulheres, género e feminismos: discutindo o desenvolvimento**

Os debates sobre as Teorias do Desenvolvimento enquadram-se no domínio mais amplo da economia e política do desenvolvimento, iniciados após a II Guerra Mundial. Durante as décadas de cinquenta e sessenta, o paradigma dominante foi o estruturalismo que defendia um papel crucial do Estado na promoção e regulação do processo de desenvolvimento económico. Os resultados obtidos com a intervenção do Estado foram problemáticos para a maioria dos países em desenvolvimento (Khan, 2010). Na década de setenta, o estruturalismo entra em declínio, enquanto paradigma dominante, emergindo o institucionalismo e outras correntes críticas e abordagens de dimensões alternativas do desenvolvimento como, por exemplo, a teoria da dependência (Meier, 2005; Arndt, 1987). Neste período, o consenso no âmbito da política de desenvolvimento era de que os Estados deviam intervir para corrigir as falhas de mercado (Khan, 2010). Na década de oitenta aparece uma nova abordagem – Economia Política Neoclássica – argumentando que as falhas do mercado se devem precisamente ao papel interventivo do



Estado, recomendando reformas para a sua redução (Khan, 2010), colocando a atenção na afetação eficiente dos recursos (Estêvão, 2004), deixando o mercado funcionar com a sua dinâmica própria. Como reação às propostas da Economia Política Neoclássica emergiram novas propostas teóricas e reinterpretações dos modelos de desenvolvimento, o que tornou perceptível uma relativa aproximação entre as propostas teóricas que recuperavam aspetos essenciais do estruturalismo e do institucionalismo (Estêvão, 2004). As mudanças de paradigma na discussão sobre a economia e a política do desenvolvimento e a percepção dos problemas do desenvolvimento, dos seus fracassos e do progressivo descontentamento das populações, levaram vários autores a falar do fim da era do desenvolvimento e do início da era do pós-desenvolvimento (Escobar, 2007).

Nesta discussão sobre as questões e as políticas de desenvolvimento as mulheres estiveram desde cedo invisíveis nos debates. Segundo Tinker & Zuckerman (2014) esta situação deve-se, em primeiro lugar, ao ponto de vista que prevalecia na Europa e nos EUA de que as mulheres não trabalhavam – percebido também, incorretamente, como universal; em segundo lugar, à hipótese do agregado familiar como uma unidade económica cujos membros eram bem servidos pelo seu patriarca; e, em terceiro lugar, à falta e imprecisão de informações de género nos países em desenvolvimento.

Pesquisas demonstraram que as duas primeiras décadas (cinquenta e sessenta) de promoção de políticas de desenvolvimento dos países associados às Nações Unidas não foram – especialmente para as mulheres – um tempo de diminuição da pobreza, das doenças, da iliteracia e do desemprego, e que nos países do “Terceiro Mundo”, estes valores aumentaram (Connelly, Li, MacDonald & Parpart, 2000; Ostergaard, 1992). Segundo Momsen (1991), o processo de desenvolvimento afetava homens e mulheres de

forma diferenciada, e que os efeitos do colonialismo e a posição periférica desses países na economia mundial exacerbava os efeitos da discriminação sexual para as mulheres.

Aliás, o planeamento nacional e internacional do desenvolvimento foi tradicionalmente neutro ou mesmo cego (*gender blind*) no que diz respeito ao género. Não havia informações sobre as mulheres e sua contribuição económica; e, as organizações de ajuda ao desenvolvimento foram administradas com pouco conhecimento sobre os papéis de género. Como resultado, houve tendência para marginalizar as mulheres, não reconhecendo e não incluindo no planeamento do desenvolvimento as suas funções ativas e produtivas nas sociedades a que pertenciam (Ostergaard, 1992).

A consciência do papel e do lugar das mulheres no desenvolvimento decorreu de forma lenta. Em 1975, a conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) no México lançou o decénio da mulher e teve o mérito de focalizar a condição feminina. Este decénio foi o resultado de todo um trabalho que se traduziu no aumento do número de estudos sobre as mulheres nos países em desenvolvimento que por sua vez foi alimentado pelo ressurgimento, nos anos sessenta, da segunda vaga do movimento feminista no Ocidente (Ostergaard, 1992).

A partir deste contexto, estudos relacionados com o papel das mulheres no desenvolvimento começam a ser realizados regularmente. O mais significativo foi o livro de Ester Boserup, “*Women’s role in economic development*” (1970), que chamou a atenção para a importância social do trabalho das mulheres e sua relevância como fonte de trabalho produtivo (Ostergaard, 1992).

Durante a Década das Mulheres (1975-1985) constatou-se que as mudanças ocorridas tiveram um impacto muito limitado nas atitudes patriarcais, que se mantinha a institucionalização da dominação masculina e que, apesar de as políticas de desenvolvimento e modernização implementadas pelos Estados, a situação das mulheres não havia melhorado (Ostergaard, 1992).

Porém, estas situações contribuíram para uma tomada de consciência, passando a considerar as mulheres na planificação das políticas de desenvolvimento, por um lado; e por outro, favorecendo o surgimento de abordagens teóricas feministas sobre o desenvolvimento e de abordagens teóricas alternativas de desenvolvimento.

### **1.2.1 Mulheres no Desenvolvimento: uma abordagem emancipatória**

A década de setenta marcou uma ruptura no debate em relação às Teorias de Desenvolvimento uma vez que a categoria mulher foi introduzida na análise do conceito de desenvolvimento. Até esta década, o pensamento dominante era que o processo de desenvolvimento afetava homens e mulheres de igual forma.

As conclusões de Ester Boserup puseram em evidência a situação das mulheres face às políticas de desenvolvimento implementadas até então. Boserup (1983) foi pioneira na introdução do debate sobre a situação e a condição das mulheres no desenvolvimento, com particular ênfase às mulheres rurais, criticando as teorias de desenvolvimento por não considerarem o papel produtivo das mulheres. Boserup chamou a atenção para a contribuição das mulheres para o desenvolvimento agrícola e industrial e destacou a forma como as políticas e processos de desenvolvimento, desde a época colonial, nos

países do “Terceiro Mundo”, foram parciais e desfavoráveis às mulheres (Kanji, Tan & Toulmin, 2011).

A partir dos estudos da Boserup, seguiram-se outros trabalhos sobre as mulheres e a questão do desenvolvimento. Connelly, Li, MacDonald & Parpart (2000) mencionam que foram elaborados estudos sobre o trabalho produtivo das mulheres, a divisão sexual do trabalho e o impacto dos projetos de desenvolvimento nas mulheres, assim como vários instrumentos jurídicos.

Também é neste período que é promovida a “Década das Mulheres (1975-1985)”, que a Assembleia Geral da ONU adota a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação da Mulher (CEDAW), que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) elaborou diversas convenções nomeadamente sobre a igualdade dos salários, sobre a licença de maternidade, etc. (Connelly, Li, MacDonald & Parpart, 2000).

É neste contexto, ainda, que surge a abordagem “*Women In Development*” (WID), emergindo de uma fusão das teorias de modernização e liberal-feministas, com ênfase na igualdade de oportunidades para as mulheres (Connelly, Li, MacDonald & Parpart, 2000).

Esta abordagem influenciou as políticas da *United States Agency for International development* (USAID<sup>4</sup>), que resultou na “Emenda Percy”, exigindo à USAID estudos de impacto social, numa perspetiva de género, para todos os projetos de desenvolvimento, com o objetivo de ajudar a integrar as mulheres nas economias dos seus países (Connelly, Li, MacDonald & Parpart, 2000).

---

<sup>4</sup> Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

As discussões desenvolvidas no quadro desta abordagem permitiram pôr em evidência três aspetos (Momsen, 1991): em primeiro lugar, constatou-se que todas as sociedades estabelecem uma divisão sexual do trabalho, embora o que se considere uma tarefa masculina ou feminina varie de cultura para cultura, o que permite questionar a existência de uma divisão natural do trabalho por género; em segundo lugar, pesquisas demonstraram que, para compreender os papéis de género no processo produtivo, também é necessário compreender os papéis de género dentro da família, ou seja, a integração do trabalho reprodutivo e produtivo das mulheres deve ser considerada; e, em terceiro lugar, o desenvolvimento económico mostrou ter um impacto diferente sobre os homens e as mulheres, que tem sido maioritariamente negativo para as mulheres.

A abordagem “*Women In Development*”, conforme o quadro 2, tem como objetivo apoiar e fortalecer as mulheres, colocando, por vezes, o foco nas necessidades práticas, mas conscientes dos interesses estratégicos para alterar os mecanismos de subordinação das mulheres. Também, sublinha o carácter distintivo de conhecimento das mulheres, do seu trabalho e dos seus objetivos e responsabilidades; defendendo o seu reconhecimento (Connelly, Li, MacDonald & Parpart, 2000). Esta abordagem defende ainda que, para se alcançar um desenvolvimento sustentável, torna-se necessário construir um equilíbrio dinâmico entre os seres humanos e os recursos naturais, e incluir os conhecimentos e as capacidades das mulheres, que são cruciais para sustentar suas comunidades (Momsen, 1991).

**Quadro 2. Síntese da abordagem da “*Women In Development*”**

<b>A perspectiva</b>	- Uma perspectiva que considera as mulheres como sendo o problema
<b>O centro de interesse</b>	- As mulheres
<b>O problema</b>	- A exclusão das mulheres (que representam metade dos recursos potenciais de produção) do processo de desenvolvimento
<b>O objetivo</b>	- Um desenvolvimento mais eficiente, mais eficaz
<b>A solução</b>	- Integrar as mulheres no processo de desenvolvimento existente
<b>As estratégias</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Projetos para as mulheres</li><li>- Vertente dedicada às mulheres</li><li>- Projetos integrados</li><li>- Aumentar a produtividade das mulheres</li><li>- Aumentar o rendimento das mulheres</li><li>- Aumentar a capacidade das mulheres de efetuar as tarefas tradicionalmente ligadas ao seu papel</li></ul>

Fonte: adaptado de Moffat, Geadah & Stuart (1991).

A abordagem “*Women In Development*” teve o mérito de suscitar um debate importante sobre o papel e a participação das mulheres no desenvolvimento e de estimular a recolha de dados estatísticos desagregados por sexo, em particular sobre o trabalho, a educação e o emprego (Overhold *et al*, 1984 *apud* Connelly, Li, MacDonald & Parpart, 2000).

Porém, foi progressivamente posta em causa por várias razões. A primeira – uma crítica operacional – por se ter concluído ser ineficaz considerar as mulheres isoladamente; a segunda – uma crítica política – por se ter constatado que as mulheres estão integradas num modelo de desenvolvimento, em estruturas de produção e de acumulação que as oprime e não lhes reconhece posição de igualdade com os homens; e a terceira crítica é a de ver as mulheres como uma classe homogénea, minimizando as diferenças entre elas, particularmente ao longo das linhas raciais e étnicas, e consequentemente assumindo que soluções para os diversos problemas que afetam as mulheres de todo o mundo podem ser encontradas na análise de experiências e conhecimento das agendas de um ou outro grupo em particular (Connelly, Li, MacDonad & Parpart, 2000).

Outros trabalhos que se seguiram, em vez de se concentrarem nas mulheres como uma categoria distinta e nos papéis das mulheres em questões de desenvolvimento, viraram-se para a necessidade de examinar a natureza relacional da subordinação das mulheres com foco no acesso a recursos e relações de poder. De destacar o livro de Young *et al* intitulado “*Of Marriage and the Market*”, que marcou o afastamento da abordagem determinística da Mulher no Desenvolvimento e a integração de uma abordagem de género na análise geral da economia mundial (Dancer & Tsikata, 2015).

O efeito desta mudança metodológica tem sido a de centralizar as dimensões políticas de género e de fatores como classe e casta, que afetam as posições dos homens e das mulheres nos processos sociais de forma dinâmica (Dancer & Tsikata, 2015). Neste contexto, as relações de género passam a ser vistas como o principal determinante da posição das mulheres na sociedade, não como reflexos imutáveis da ordem natural, mas como padrões de comportamento socialmente construídos que podem ser alterados.

### **1.2.2 Género e Desenvolvimento: uma abordagem integradora**

A abordagem “*Gender And Development*” (GAD) surgiu a partir das experiências e análises das feministas socialistas ocidentais, interessadas nas questões de desenvolvimento (Moser, 1989). Esta abordagem argumenta que o *status* das mulheres na sociedade é profundamente afetado por suas condições materiais de vida e pela sua posição nas economias nacionais, regionais e globais; reconhecendo ainda que as mulheres são profundamente afetadas pela natureza do poder patriarcal em suas sociedades, a nível nacional, comunitário e doméstico (Connelly, Li, MacDonald & Parpart, 2000).

Trata-se de uma abordagem que adota duas vertentes para a análise do desenvolvimento, primeiro, investigando as condições materiais das mulheres e a posição de classe e, segundo, analisando em que medida as estruturas patriarcais e as ideias socialmente aceites e veiculadas definem e mantêm as mulheres numa condição de subordinação (Connelly, Li, MacDonald & Parpart, 2000).

A perspetiva “*Gender And Development*” comporta três princípios de análise (Moffat, Geadah & Stuart, 1991) relativamente às relações de género e ao processo de desenvolvimento. O primeiro considera que os homens e as mulheres fundam, perpetuam e condicionam a distribuição das tarefas na sociedade, embora os benefícios e os privilégios estejam repartidos de forma desigual e desfavorável para as mulheres. O segundo princípio advoga que mulheres e homens mantêm relações diferentes, por isso, suas prioridades e perspetivas são diferentes. O terceiro princípio aponta que o desenvolvimento se repercute de forma diferente sobre homens e mulheres e ambos exercem influências diferentes sobre os projetos e políticas de desenvolvimento.

As estratégias apoiadas por esta abordagem, conforme o quadro 3, dão às mulheres e aos homens a possibilidade de determinarem o seu próprio desenvolvimento e igual possibilidade de participação neste processo. Defende ainda que os projetos de desenvolvimento só são eficazes quando ambos participam em pé de igualdade no acesso e controlo aos recursos, e avançam integrando os interesses estratégicos de ambos e da comunidade, evitando deste modo isolar as mulheres e marginalizá-las em “projetos de mulheres” (Moffat, Geadah & Stuart, 1991).



**Quadro 3. Síntese da abordagem “*Gender And Development*”**

<b>A perspetiva</b>	- Uma perspetiva do desenvolvimento
<b>O centro de interesse</b>	- As relações mulheres-homens
<b>O problema</b>	- As relações de poder desiguais (ricos e pobres, mulheres e homens) que impedem um desenvolvimento equitativo assim como a plena participação das mulheres
<b>O objetivo</b>	- Um desenvolvimento equitativo e duradouro, no qual as mulheres e os homens tomam as decisões
<b>A solução</b>	- Aumentar o poder dos mais desfavorecidos e das mulheres - Transformar as relações desiguais
<b>As estratégias</b>	- Identificar/considerar as necessidades práticas identificadas pelas mulheres e pelos homens, de modo a melhorar a sua condição - Tratar simultaneamente os interesses estratégicos das mulheres (para uma evolução igualitária dos papéis e uma partilha das tarefas) - Fazer face aos interesses estratégicos dos pobres através de um desenvolvimento centrado nas pessoas

Fonte: adaptado de Moffat, Geadah & Stuart (1991).

A abordagem “*Gender And Development*” busca assegurar uma distribuição uniforme de oportunidades, recursos e benefícios entre diferentes grupos populacionais alvo de intervenção através de diversas metodologias. Vários foram os instrumentos elaborados, no âmbito desta abordagem, para permitir uma análise de género nos projetos de desenvolvimento, designadamente: o plano de Harvard, os cinco domínios de Longwe, a Análise Socioeconómica segundo Género (ASEG), os indicadores específicos de sexo do PNUD e o “*gender budgeting*”.

O plano de Harvard desenvolve a teoria dos três papéis – produtivos, reprodutivos e comunitários – segundo os quais, na linha de pensamento de Moser (1989), cada pessoa, sendo homem ou mulher, desenvolve-se na sociedade, de acordo com o contexto geográfico, económico, temporal, social, cultural e/ou ambiental. Esta abordagem apoia os decisores a identificar diferenças de papéis sociais de género, permitindo desenvolver programas, políticas e projetos de desenvolvimento mais igualitários.

A abordagem dos cinco domínios é uma ferramenta desenvolvida, por Sarah Longwe, para avaliar o grau de igualdade entre mulheres e homens numa organização, movimento ou sociedade. Longwe (1990) considera que a sensibilidade de género é um elemento essencial nos programas de desenvolvimento e que, em todas as etapas desse processo, se torna necessário ter em conta a participação e os problemas das mulheres para se poder superar as desigualdades entre os homens e as mulheres. Esta avaliação passa por cinco domínios: 1) o acesso ao bem-estar, 2) o acesso aos recursos e benefícios, 3) a consciencialização sobre a condição e posição enquanto pessoa, 4) a participação no processo de tomada de decisão e 5) o controlo sobre os recursos.

A Análise Socioeconómica segundo o Género (ASEG) propõe consciencializar sobre as questões de género no campo do desenvolvimento e projetar políticas de desenvolvimento, programas e projetos, que integrem uma perspetiva socioeconómica de género, para que as necessidades e prioridades de homens e mulheres sejam consideradas (DGCD, 2002). Esta ferramenta defende uma visão holística de intervenção em que as questões de género perpassam diferentes níveis de ação: o nível micro (políticas e programas), o nível intermediário (instituições) e o nível micro (comunidades, famílias e indivíduos) (DGCD, 2002).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou, em 1995, dois indicadores para medir as desigualdades entre homens e mulheres: os Indicadores de Sexo no Desenvolvimento Humano (ISDH), que mede as desigualdades em três áreas – esperança de vida, educação e rendimento –, e o indicador de Participação das Mulheres (IPM), que mede as desigualdades de oportunidades económicas e políticas (cargos de tomada de decisão e liderança) (DGCD, 2002).

O “*gender budgeting*” (Orçamentação Sensível ao Género) é uma ferramenta de políticas públicas e de desenvolvimento que, através da análise dos gastos públicos, identifica se estes estão a contribuir para promover ou impedir a equidade de género. A sua implementação é promovida como forma de alcançar os compromissos de igualdade entre homens e mulheres, procurando distribuir e direcionar os recursos de forma mais eficiente e equitativa, reconhecendo e valorizando o trabalho das mulheres, particularmente o invisível, na economia (UNDP, 2004).

A abordagem género e desenvolvimento foi adotada na quarta Conferência da ONU sobre os direitos das mulheres. Neste encontro, a perspectiva de género foi, oficialmente, introduzida nas políticas de desenvolvimento e os países membros comprometeram-se a implementar a Plataforma de doze pontos<sup>5</sup>, uma abordagem orientada para uma melhor eficácia dos projetos de desenvolvimento (UNDP, 2004).

Esta abordagem reconhece os diferentes impactos das políticas e práticas de desenvolvimento em mulheres e homens e vê as mulheres como agentes, e não simplesmente como beneficiários do desenvolvimento (Tinker & Zuckerman, 2014). No entanto, a literatura continua a constatar que a alocação da ajuda pública ao desenvolvimento continua a ser cega em termos de análise de género (*gender blind*), negligenciando as necessidades específicas de homens e mulheres, com lacunas que se refletem em várias dimensões e que colocam a população feminina em desvantagem em muitos países (Kleeman, Nunnenkamp & Thiele, 2014).

---

<sup>5</sup> 1) Feminização da pobreza, 2) Acesso a um ensino de qualidade, 3) Acesso à saúde, 4) Violência contra as mulheres, 5) Independência económica das mulheres, 6) Direitos humanos, 7) Mulheres e conflitos, 8) Igualdade de acesso ao poder, 9) Igualdade entre mulheres e homens nos meios de comunicação social, 10) Mecanismos institucionais para a promoção das mulheres, 11) Ambiente, 12) Direitos das raparigas.

Várias críticas foram feitas a esta abordagem, uma vez que as análises dão conta que desigualdades são identificadas nos projetos de desenvolvimento entre os homens e as mulheres, mas também entre as próprias mulheres (Rathgeber, 2005).

É neste contexto que surgem outras vozes, principalmente do Sul Global, buscando compreender e explicar os processos de desenvolvimento e a participação das mulheres nesses projetos.

### **1.2.3 Outros olhares feministas e desenvolvimento**

A influência das teorias feministas nas pesquisas atuais sobre as mulheres, o género e desenvolvimento é muito ampla. Várias estudiosas, ativistas e feministas investigam esta temática, procurando redefinir o discurso sobre as mulheres e desenvolvimento, assim como sobre o género e desenvolvimento, tentando garantir que a perspectiva histórica dos movimentos de mulheres e organizações de mulheres, particularmente do Sul Global, sejam parte integrante desse discurso (Connelly, Li, MacDonald & Parpart, 2000).

Um desses discursos parte do paradigma “*feminist economics*”, que a partir da década de oitenta, debruça-se sobre a esfera económica questionando sobre o conceito de aprovisionamento da vida humana e enfatizando o género em acréscimo à classe e à raça, apresentando uma visão alternativa do processo económico e utilizando esta abordagem para transformar a vida económica e social, reduzir as desigualdades do género, raça e classe e promover as capacidades das pessoas com o objetivo de alcançarem uma vida satisfatória (Cornwall, Harrison & Whitehead, 2007; Grassi, 1999). A abordagem “*feminist economics*” desenvolve a crítica de que a racionalidade económica está profundamente “centrada no homem” e que, em consequência, privilegia

comportamentos associados à concorrência e ao individualismo, valores tradicionalmente atribuídos aos homens, em contraste com os valores de solidariedade, cuidado e reciprocidade que, dentro do mesmo regime de género, são considerados extraeconómicos e femininos (Bohn, 2017).

Na verdade, os problemas vividos quanto às relações de género, nomeadamente a situação socioeconómica das mulheres e o desenvolvimento no mundo, na Europa e em Portugal, têm em comum a mesma base discriminatória de uma sociedade onde a dominação masculina continua a ter muito peso, embora difiram nas formas e níveis de intensidade.

Segundo Tavares (2010), em Portugal vive-se uma situação paradoxal uma vez que, aos avanços alcançados, continuam associados problemas estruturais que se revelam no sexismo das mentalidades, nas atitudes e nas relações de poder entre homens e mulheres. Esta autora dá como exemplo o facto dos elevados níveis de qualificação das mulheres jovens que saem das universidades não se traduzirem na eliminação das desigualdades salariais. Nesta linha, a literatura produzida, por exemplo, no ISEG, sobre as questões de género, centra a sua análise nas discussões sobre o setor económico – economia, trabalho, emprego, pobreza – e desigualdades de género. A análise de Bastos, Casaca, Nunes & Pereirinha (2009) explicam e analisam os indicadores económicos numa perspetiva de género, mostrando que as mulheres – ou algumas categorias de mulheres – continuam a experienciar situações que demonstram que não têm sido beneficiárias de projetos de desenvolvimento.

As políticas de desenvolvimento contribuíram para a emergência e a expansão dos movimentos de mulheres do Sul Global na medida em que buscam repensar a posição das mulheres, principalmente em relação às questões económicas e políticas. E, as teorias

pós-coloniais, com particular ênfase nas contribuições das feministas da Índia, da América do Sul e África, foram importantes nesse debate.

Os olhares das teóricas do Sul, com destaque para a abordagem pós-colonial, buscam deslocar o “*locus* de enunciação” do Primeiro Mundo para o Terceiro Mundo (Mignolo *apud* Carvalho, 2001), ou dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento do Sul Global refletindo a partir de um olhar local as referências e as influências a que este local esteve ou está submetido.

Por ocasião da Terceira Conferência da Mulher organizada pela ONU, em Nairobi em 1985, uma rede de mulheres do Sul – sobretudo da Índia – organizaram um documento que serviu de base para vários painéis. Das suas conclusões resultou o livro “*Development, Crises, and Alternative Visions: The Third World Womens’s Perspectives*” (Sen & Grown, 1987) que discute as propostas do “*Development Alternatives with Women for a New Era*” (DAWN<sup>6</sup>) (Barriteau, 2000).

As estudiosas e ativistas da DAWN questionaram o impacto do desenvolvimento nos países pobres, especialmente nas mulheres, face à economia global e crises políticas. Relativamente ao debate sobre o desenvolvimento, Gita Sen – uma das teóricas principais da abordagem DAWN – inverteu a tradicional questão “qual o tipo de desenvolvimento humano que promove melhor a competitividade económica e o crescimento?” para a pergunta “qual o tipo de desenvolvimento económico que pode melhorar o desenvolvimento humano?”. Segundo ela (Sen & Grown, 1987), a inversão da questão favorecia a busca de respostas políticas específicas e diferenciadas para a problemática

---

<sup>6</sup> A sigla em português: MUDAR (Mulheres por um Desenvolvimento Alternativo).

do desenvolvimento. Estas mulheres do Sul Global discutiram e recomendaram propostas alternativas às políticas de desenvolvimento adotadas até então para as mulheres desta região do mundo, defendendo a existência de uma variedade de feminismos em resposta às diferentes necessidades e preocupações de diversas mulheres e homens, definidos por e para elas (Casimiro, 2015).

Outras teóricas e feministas da Índia destacaram-se nestas discussões, como Spivak, Mohanty, Shiva & Mies. Spivak (1993), através de um projeto teórico-político, analisa o lugar da voz dos subalternos, questionando “*Can the subaltern speak?*” e mostrando a posição particular das mulheres, observando o seu duplo lugar enquanto mulheres e numa nação colonizada e as possibilidades de se representarem autonomamente, como sujeitos dotados de voz própria para veicular a sua narrativa e não enquanto objeto de análise ou representação por parte de terceiros. Por sua vez, Mohanty no seu ensaio “*Under Western Eyes: feminist scholarship and colonial discourses*” critica o projeto político do feminismo ocidental na sua construção discursiva da categoria “Mulher do Terceiro Mundo”, enquanto uma entidade hegemónica, uma vez que as experiências de opressão e desigualdades são diversas e dependem do contexto geográfico, histórico e cultural (Mohanty, 1991a, 1991b). Também Shiva & Mies (1997) discutem a questão da dominação da natureza pelos seres humanos, em paralelismo com a dominação dos homens sobre as mulheres. Shiva (1997) inaugura um movimento político de mulheres dentro do campo dos movimentos ecológicos, estando na origem de uma proposta teórica – ecofeminismo – que mostra a relação existente entre a exploração e submissão da natureza e das mulheres pelo poder patriarcal e propõe a edificação de relações colaborativas em lugar de relações dominantes, de complementação e não de exploração,

e com isso reestruturando o conceito de poder e promovendo a igualdade económica e social (Siliprandi, 2000; Shiva & Mies, 1997).

Na América Latina, o debate sobre o desenvolvimento nos seus primórdios, foi influenciado pelo debate norte-americano, com temáticas sobre as virtudes do mercado e a globalização; mais tarde, introduziu-se a problemática da pobreza, mas ainda sem considerar as dimensões de género nos modelos de desenvolvimento (Miranda, Côté, Barroso & Estácio, 2015). Entretanto, encontros feministas passaram a reconhecer a diversidade das mulheres desta Região do mundo e constataram a necessidade de adotar uma abordagem mais democrática e pluralista nas questões sobre as mulheres (Vargas, 2008).

A temática sobre as mulheres africanas, particularmente da África Subsaariana, passa a ser objeto de análise e reflexão no período pós-colonial. É neste período que são debatidos os desafios das políticas públicas para as mulheres e as suas capacidades económicas (Cornwall, Harrison & Whitehead, 2007, 2004).

Os diálogos das feministas africanas são críticos em relação aos feminismos ocidentais e têm focado as suas análises sobre género e imperialismos defendendo uma identidade continental moldada por relações particulares de subordinação na economia mundial e por práticas sociais e culturais globais (Mama, 2011; Amadiume, 1997; Mbilinyi, 1993).

As críticas sobre a representação colonial e pós-colonial despertam considerável interesse na relação entre poder, conhecimento, linguagem e discurso. Em consequência, as estudiosas e feministas do Sul Global tornaram-se cada vez mais interessadas em estudos



que deem voz às realidades complexas, diversas e multifacetadas das mulheres dessa região do mundo (Connelly, Li, MacDonald & Parpart, 2000).

Essas críticas, discussões e contribuições das pesquisadoras e feministas do Sul Global têm contribuído para ampliar o leque de debates sobre o desenvolvimento, trazendo à esfera discursiva outras realidades e outras propostas de desenvolvimento a partir de um *locus* interno. Neste quadro, o desenvolvimento e o feminismo compartilham filosofias de transformação e, como tal, têm objetivos políticos revistos e contestados de forma contínua; e, uma área crítica de tal contestação está na luta pelo poder interpretativo, isto é, que línguas e imagens, representações, narrativas e histórias devem ser usadas para, veicular, informar e planejar mudanças (Cornwall, Harrison & Whitehead, 2007). Daí a deslocação do *locus* discursivo para o local, para a diferença, para a identidade e para outras realidades.

Às críticas e posicionamentos das feministas e ativistas do Sul Global, as feministas, pesquisadoras e ativistas do Norte, que trabalham com políticas de desenvolvimento, têm procurado alinhamento e sintonia com as suas preocupações. Neste sentido, uma rede de feministas do Norte – *Alternative Women in Development* – tem vindo a mostrar que as políticas económicas, particularmente as de ajustamento estrutural, tiveram os mesmos impactos nas mulheres nos EUA como nas do Sul Global (Barriteau, 2000).

## **Capítulo 2. Género, agricultura e acesso à terra**

### **2.1 Condição das mulheres no espaço rural agrícola**

A história mostra que a condição das mulheres se estrutura de forma particular, no tempo e no espaço, em cada sociedade, em cada civilização, em cada contexto, assumindo traços e peculiaridades segundo os valores, a cultura, a religião e a tradição de cada época (Fischer, 2007). A condição das mulheres tem-se estruturado também em contexto de dominação/submissão em relação aos homens. Este é um debate que tem ocorrido com diferentes abordagens – a teoria do patriarcado, a divisão sexual do trabalho e as relações de género – que buscam explicar esse contexto e as suas relações e contradições.

A teoria do patriarcado explica a dominação masculina fundamentada em crenças e tradições que colocam e reproduzem o lugar de poder no género masculino e de submissão no feminino, assegurando a perpetuação das condições de dominação/submissão entre homens e mulheres através da cultura hereditária (Fischer, 2007; Saffioti, 2004). O patriarcado delimita as esferas de atuação de homens e mulheres, com distribuição e valorização dos papéis entre os sexos desiguais cabendo à mulher a posição de dominada. O patriarcado insere-se num quadro cujas consequências são a divisão sexual do trabalho e o confinamento das mulheres ao espaço privado sob a subordinação do poder dos homens; e mesmo quando as mulheres participam de outras instâncias que nos espaços públicos, permanece a desigualdade na distribuição das tarefas (Fischer, 2007; Siliprandi, 2007; Saffioti, 2004).

A teoria da divisão sexual do trabalho sustenta que o sistema de troca (Engels *apud* Fischer, 2007) indica as diferenças de posicionamento na estrutura ocupacional de

homens e mulheres. A divisão sexual do trabalho está contida na divisão social do trabalho e manifesta-se em todas as sociedades. Permeada por relações desiguais e hierarquizadas entre os homens e as mulheres, conjuga a subordinação feminina em termos de valor do trabalho e a permanência das mesmas nas tarefas domésticas (Fischer, 2007).

As teorias sobre as relações de género traduzem as relações sociais entre homens e mulheres e a forma como estas são representadas e valorizadas numa determinada sociedade e contexto histórico. As relações de género permeiam vários espaços e várias esferas sociais, têm demarcações fluídas, historicamente situadas e culturalmente diferenciadas (Fischer, 2007; Scott, 1999). Todavia, as análises sobre as relações de género tendem a distinguir o “mundo dos homens” e o “mundo das mulheres” através dos modos de apropriação do espaço e da divisão sexual do trabalho (Carmo, 2007).

Relativamente à apropriação do espaço, trata-se de um processo construído que posiciona os homens e as mulheres em espaços diferentes e de valor desigual. O espaço social, segundo Bourdieu (2001), constitui um espaço social de relações, construído de forma que os agentes ou os grupos se distribuem nele em função da sua posição social; e, essa posição constitui um recurso que permite governar as representações desse espaço tanto no processo de conservação como de transformação. Portanto, o “mundo dos homens” e o “mundo das mulheres” e suas posições, ou ainda, o lugar dos homens e o lugar das mulheres são construídos de forma desigual, através de um trabalho de socialização contínua em que as diferentes identidades se estabelecem como *habitus* claramente diferenciados e percebidos, segundo o princípio da divisão dominante (Bourdieu, 1999).

Assim, a análise da condição feminina e masculina, nomeadamente no meio rural, remete-nos para a compreensão desse espaço como *loci* sexuados (Fischer, 2007) em que cabe ao homem o lugar externo, o público, como a realização dos atos visíveis e considerados arriscados, e, à mulher, cabe o lugar interno, o privado, como as tarefas domésticas e de cuidado. Todavia, embora os espaços público e privado sejam separados e que ideologicamente e por tradição sejam lugares de segregação dos sexos, a prática das mulheres rurais e sua inserção também no âmbito da produção, se manifesta de forma diferente uma vez que elas passam a se inserir também no espaço público – por exemplo, trabalhando no campo. Entretanto, embora o campo ser um espaço público e que desta passagem se pudesse esperar também uma passagem concomitante para um espaço de valorização e privilégios, a mulher produtora continua numa situação de invisibilidade porquanto para ela é um espaço público mas não político, ou seja, um espaço onde está presente e participa, mas com pouco poder quanto à tomada de decisões (Cardoso, 2009).

Relativamente à divisão sexual do trabalho, esta se caracteriza pela designação prioritária dos homens na esfera produtiva e das mulheres na esfera reprodutiva assim como pela captação pelos homens das funções com forte valor social agregado, nomeadamente a política, a religiosa e a militar, etc. (Fischer, 2007; Bourdieu, 1999). Essa forma de divisão social assenta sobre dois princípios organizadores: o princípio de separação – há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres – e o princípio hierárquico – um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher (Kergoat, 2002).

Quanto ao princípio de separação, segundo Fischer (2007), o trabalho da mulher está ligado essencialmente à reprodução e o do homem, à produção; embora as mulheres estejam também ligadas à produção, desempenhando um papel central nesse espaço, se

bem que sem reconhecimento e invisibilizadas<sup>7</sup> no plano político em termos de cidadania. No plano produtivo, as mulheres dedicam-se ao trabalho agrícola e buscam múltiplas estratégias de subsistência, nomeadamente a produção agrícola e o processamento pós-colheita, a criação de animais, o trabalho remunerado em empresas agrícolas, o engajamento em atividades comerciais. E, no plano reprodutivo, as mulheres administram agregados familiares, dedicam-se à recolha de combustível e água, ao processamento e preparação de alimentos, ao cuidado dos membros do agregado familiar, à manutenção de suas casas, ao trabalho de voluntariado na comunidade e ao apoio a outros agregados familiares de forma gratuita.

Em contexto rural e agrário das sociedades africanas, estudos concluíram que o trabalho das mulheres se caracteriza pela continuidade entre o trabalho reprodutivo e produtivo, mas também por diferenças significativas relativamente à posição do trabalho dos homens uma vez que as atividades produtivas não são exclusivamente masculinas (Tsikata, 2016).

Quanto ao princípio hierárquico, o trabalho masculino é tido como tendo valor superior ao feminino – e esta é uma condição histórica que está presente em inúmeras sociedades – o que reflete a dominação masculina na divisão sexual do trabalho, e em consequência, na divisão social do trabalho. A análise de Fischer (2007) demonstra que a jornada quotidiana da mulher no campo é, geralmente, subestimada, uma vez que o trabalho neste espaço fica submerso no trabalho doméstico, que é considerado “não trabalho”, portanto, visto como extensão de suas atribuições de mulher, mãe, esposa, dona-de-casa e, naturalmente, considerado parte das relações afetivas.

---

<sup>7</sup> A invisibilidade da mulher rural na produção agrícola é parte de um processo cultural que geralmente apresenta manifestações diferenciadas além de ocorrer de acordo com as especificidades da época, da região, da cultura e do desenvolvimento social, político e económico de cada sociedade (Fischer, 2007).

Na separação entre produção e reprodução, o homem, chefe de família, é considerado o responsável pela produção, cabendo à mulher e filhos os encargos de “ajudantes”. Essa interpretação assenta na concepção de que o trabalho feminino é “não-trabalho” porque não é remunerado. Sendo que mesmo quando em contextos remunerados, continua a ser visto como uma ajuda ao rendimento do agregado familiar.

Para Sampedro Gallego (1996), a condição de “ajuda familiar” é confusa, já que os “ajudantes familiares” são trabalhadores que produzem no âmbito da reprodução. Este trabalho gera mercadoria e, por se desenvolver no interior das relações familiares, pressupõe-se a inexistência de remuneração direta e de identidade profissional clara. A condição de “ajudante” tem ainda implicações no *status* de quem pratica, o seu trabalho é subsidiário, por isso, é tido como menos importante. Para a mulher, mais do que para os filhos e as filhas, essa situação tende a ser uma condição permanente; para os filhos, esta condição de ajudante é vista como temporária porque, na maioria dos casos, são eles que vão suceder o pai no comando da propriedade, e mesmo os que não herdam a terra, dificilmente ficam sob a autoridade do pai, procurando ocupação em outros lugares; as filhas, porém, quando se casam, permanecem na situação de “ajudantes” assim como a mãe (Brumer, 2004).

Muitas das atividades realizadas pelas mulheres não são definidas como “emprego economicamente ativo” nas contas nacionais apesar de todas serem essenciais para o bem-estar dos agregados familiares (FAO, 2011a). Na realidade, o trabalho desempenhado pelas mulheres não é valorizado mesmo quando é trabalho produtivo porque, na maioria dos contextos, o rendimento é menor e o pagamento também. Não é igualmente

reconhecido como trabalho quando é trabalho reprodutivo porque não é remunerado tornando-se assim um trabalho que, geralmente, é invisível.

O trabalho invisível das mulheres é denunciado pela teoria económica feminista que procura visibilizar as experiências das mulheres e sua contribuição para a economia, mostrando que o trabalho produtivo não está desvinculado do reprodutivo. E questiona, refutando os paradigmas da economia dominante, que se baseiam no quadro da divisão sexual do trabalho e que reconhecem apenas o trabalho produtivo – produção de mercadorias –, demonstrando que o trabalho reprodutivo – cuidado com as pessoas – é tão importante porquanto é a produção das pessoas e da vida (Ferber & Nelson, 1993).

Várias correntes dentro dos estudos da teoria económica feminista buscam 1) tornar visível o trabalho não pago da mulher, 2) analisar o uso do tempo dedicado ao trabalho doméstico e ao cuidado com o outro, 3) quantificar o trabalho não remunerado das mulheres na família e na comunidade e 4) introduzir esse trabalho nas contas nacionais, nos cálculos do PIB e nos orçamentos (Grassi, 2003; Ferber & Nelson, 1993) enquanto formas de reconhecer e tornar visível o trabalho das mulheres no setor reprodutivo.

## **2.2 Papel das mulheres na agricultura**

As relações de género na produção agrícola têm sido um foco importante no debate sobre o desenvolvimento. É assente que os homens e as mulheres desempenham papéis diferentes dentro de sistemas específicos de produção agrícola e que ocupam diferentes posições socioeconómicas como resultado desses papéis. Em virtude disso, os homens e as mulheres experimentam diferentes vulnerabilidades nos mercados globais, nas culturas e nas mudanças climáticas, que impactam, a longo prazo, o bem-estar das comunidades,

das famílias e deles próprios (Mbilinyi, 2016). Por isso, pesquisadores, ativistas e agências de desenvolvimento defendem que as questões de género devem ser abordadas no quadro do desenvolvimento (World Bank, FAO & IFAD, 2009). Primeiro, porque a dimensão de género é crucial do ponto de vista da eficiência económica, especialmente no setor agrícola, onde as desigualdades de género se colocam no acesso e controlo dos fatores de produção; segundo, porque as diferenças de género, decorrentes da relação socialmente construída entre homens e mulheres, afetam a distribuição dos rendimentos entre ambos e causam disparidades nos resultados do desenvolvimento; e, terceiro, porque os papéis e relações de género afetam a segurança alimentar e o bem-estar das famílias, que são indicadores principais do desenvolvimento humano.

O trabalho na agricultura está fortemente caracterizado pela divisão sexual do trabalho, embora variando no tempo e no espaço. A divisão sexual do trabalho, associado à idade e ao ciclo de vida, influenciam o trabalho na agricultura. Os papéis dos homens e das mulheres mostram que estes ocupam posições diferenciadas no processo produtivo. Muitas mulheres, apesar de forte presença no trabalho agrícola em todo o mundo, não recebem rendimento pelo trabalho que desempenham, concentrando-se na categoria “produção para consumo próprio” ou “trabalho não remunerado” (FAO, 2011b; World Bank, FAO & IFAD, 2009). Esta situação indica o lugar e o papel que as mulheres desempenham na agricultura, isto é, embora inseridas no processo produtivo, não recebem rendimento monetário ou recebem menos do que os homens. Além de que, socialmente, o trabalho realizado pelas mulheres é pouco valorizado, predominando a visão de que os homens trabalham e as mulheres ajudam.



A divisão sexual do trabalho está relacionada com as representações sociais vinculadas a mulheres e homens. Segundo Nobre (2005), o trabalho constitui a própria identidade masculina, enquanto as mulheres estão como que “provisórias” no mundo do trabalho agrícola. O título de “provisórias” num mundo onde são permanentes serve para a desvalorização do seu trabalho.

O trabalho das mulheres é considerado leve, por causa do sexo biológico de quem o executa e não pela natureza do trabalho em si. Ainda para Nobre (2005), mesmo que as mulheres trabalhem o mesmo número de horas que os homens e suas tarefas exijam habilidade, paciência e rapidez, elas auferem menos rendimento monetário, pois o valor do trabalho é determinado pelo sexo, e o esforço físico é sempre apontado como uma das razões para os homens serem considerados mais relevantes do que as mulheres para o trabalho agrícola.

Bourdieu (1999) já tinha discorrido sobre esta lógica da divisão sexual do trabalho, mostrando que a diferença biológica entre o masculino e feminino é acionada para justificar a hierarquia socialmente construída entre os sexos e que essa divisão sexual, que assegura a dominação masculina, está fortemente presente nas práticas quotidianas, na ocupação e divisão do espaço, na organização do tempo. Ou seja, está de tal forma no *habitus* de cada indivíduo que parece natural.

As mulheres, entretanto, sempre desempenharam, e desempenham, um papel fundamental no campo, pois são parte integrante desta força de trabalho, empregando a sua mão de obra na agricultura, na pecuária e nas atividades da indústria familiar; acrescendo a tudo isso as funções de cuidadora nos agregados familiares (Guimarães &

Mesquita, 2009). Elas têm um papel crucial na vida dos agregados familiares garantindo a sobrevivência e diligenciando para o rendimento doméstico.

Pesquisas confirmam que as mulheres, como parte da força de trabalho agrícola, enfrentam um hiato de género no acesso a ativos produtivos, insumos e serviços para a produção agrícola, apesar de representarem uma média de 43% nos países em desenvolvimento, cerca de 20% na América Latina e aproximadamente 50% no Leste e Sudeste da Ásia e África Subsaariana (FAO, 2011b).

As mulheres desempenham papéis vitais na produção agrícola, na segurança alimentar das famílias e na nutrição doméstica, no entanto não são reconhecidas porque são limitadas pelo “fator de invisibilidade”. Suas contribuições para a produção agrícola não são apenas qualitativas, mas também quantitativamente invisíveis uma vez que as estatísticas sobre os rendimentos, as taxas de adoção de tecnologia e o uso de insumos pelas mulheres são raramente relatados (Katz, 2010; World Bank, FAO & IFAD, 2009).

Segundo Paulilo (2013), as estatísticas subestimam a contribuição da mão de obra feminina no trabalho agrícola porque, geralmente, as mulheres veem o campo como uma extensão de suas casas, e não separam o trabalho que fazem nos dois espaços, e também porque, a elas, fica reservado o trabalho temporário, principalmente durante as colheitas. Levantamentos feitos em várias regiões indicam que, nos países em desenvolvimento, nomeadamente nos países do Sul Global (Paulilo, 2013), as mulheres realizam grande parte do trabalho agrícola, com uma participação que oscila entre os 60% e 80% (Paulilo, 2013).

O acesso aos recursos produtivos, como a terra, insumos, tecnologia, educação e serviços financeiros, é um fator determinante na produção agrícola. A agricultura é importante para as mulheres, mas elas têm menos acesso aos recursos produtivos e serviços exigidos na produção agrícola. Têm igualmente menos probabilidade de possuir terras ou gados em relação aos homens, em adotar novas tecnologias, em fazer recurso ao crédito ou outros serviços financeiros, em receber educação ou aconselhamento de extensão rural e, em alguns casos, em controlar o uso do seu próprio tempo (FAO, 2011b).

Em muitas partes do mundo, as mulheres desempenham um papel importante como agricultoras e produtoras, no entanto, o acesso a recursos e oportunidades que permitiriam passar da agricultura de subsistência para cadeias de valor é muito inferior aos homens. Elas enfrentam uma série de desvantagens quanto à mobilidade, acesso a treinamento, acesso a informações de mercado e acesso aos recursos produtivos (Katz, 2010; World Bank, FAO & IFAD, 2009). Pesquisas indicam, por exemplo no caso da Índia, que há uma tendência de as mulheres agricultoras perderem a renda e controlo sobre o produto à medida que este passa do campo para o mercado (Gurung, 2006). Neste sentido, as mulheres agricultoras têm maiores probabilidades de serem agricultoras de subsistência e pobres.

Outra temática a destacar neste debate é o processo de transformação pelo qual passa o processo agrícola em África, Ásia e América Latina, em que a mão de obra tem mudado da agricultura para atividades não agrícolas. Segundo Agarwal (1997), este debate tem de ser feito uma vez que tem uma implicação na relação de género visto que os homens se deslocam para o trabalho não-agrícola e/ou migram do campo, e as mulheres permanecem substancialmente na agricultura, altamente dependentes da terra, tornando-se,

posteriormente, uma fonte de trabalho informal, auferindo salários mais baixos na agricultura e nas atividades não-agrícolas.

Em algumas áreas, homens e mulheres tendem a produzir culturas diferentes, sendo que as culturas de rendimento e de exportação são designadas de “culturas masculinas” enquanto as culturas de subsistência são apontadas como “culturas femininas” (Doss, 2001; Schroeder, 1999). Uma explicação padrão para essa divisão de culturas por gênero, segundo Doss (2001), é a de que as mulheres são responsáveis por alimentar a família e, por isso, preferem culturas de subsistência, enquanto os homens, são responsáveis por fornecer dinheiro e, para esse fim, optam por culturas de rendimento. Vozes discordantes desta explicação advogam que as mulheres abraçam as culturas de subsistência não porque têm prioridades diferentes, mas sim porque têm menos acesso à terra, aos insumos, ao crédito, à informação e aos mercados. E apontam pesquisas que mostram que as mulheres também estão envolvidas nas culturas de rendimento, embora em menor escala que os homens, e da mesma forma, estes estão envolvidos na produção de culturas de subsistência (Guendel, 2009; Doss, 2001). Contudo, esta distinção entre culturas de rendimento e de subsistência não é linear, uma vez que depende do contexto. Por exemplo, o caso do milho e arroz, em que em determinados contextos são culturas de subsistência, e em outros, são culturas de rendimento (Doss, 2001).

Em contextos rurais agrícolas africanos, é crucial referir-se ao triângulo formado por rural, urbano e comércio “informal”. As ligações rural-urbano que caracterizam os meios de subsistência na África Subsaariana com foco na produção agrícola no meio rural, são frequentemente discutidas na literatura (Tsikata, 2016, 2009; Couto, 2002, 2001). Este

debate mostra a ligação entre o desenvolvimento da economia, o trabalho agrícola e os meios de subsistência com base no género.

Falemos brevemente, como exemplo, da “ravidância”, enquanto um processo de compra e venda de produtos diversos, agrícolas, manufaturados, importados, produzidos localmente, entre outros, nas ruas e mercados de Cabo Verde, e enquadrado no domínio do comércio informal já que não passa pelos circuitos formais (Silva, 2012; Grassi, 2003). Este processo no setor agrícola, é assegurado pelas mulheres que compram os produtos agrícolas junto de agricultores e camponeses e os (re)vendem nos mercados dos meios urbanos do país. Estas mulheres, através dessa rede comercial que estabelecem com os agricultores, com outros revendedores e com os consumidores, fazem a ponte entre o meio rural e o meio urbano. Outras estratégias de subsistência são analisadas por Couto (2001) que demonstra que as famílias rurais, no caso da ilha de Santiago, fazem recurso a um conjunto de estratégias para a sua subsistência social e económica, que vão desde o autoconsumo, o mercado, o trabalho assalariado, o assistencialismo e a emigração. Estas estratégias convivem numa sociedade em processo de “desagrarianização” onde os atores sociais recorrem a várias formas de subsistência que ligam de uma forma direta o espaço rural com o urbano em Cabo Verde (Couto, 2001).

Outro fator importante a ser analisado no contexto agrícola africano é a migração. Esta decorre, em grande parte dos casos, por causa da pobreza ou provocada por desastres naturais ou conflitos violentos. O processo migratório em África tem constituído uma força dinâmica que tem mudado a paisagem da população rural, demografia e economia, através das remessas que constituem fontes substanciais de apoio ao consumo das famílias e a investimentos produtivos nas áreas rurais (Katz, 2010; World Bank, FAO & IFAD,

2009). Demograficamente, a migração mostra diferenças marcantes de género, pois, em algumas regiões, os homens, mais do que as mulheres, deixam o trabalho agrícola e migram em busca de rendimentos em outros setores declinando a responsabilidade da produção agrícola nas mulheres (Katz, 2010; World Bank, FAO & IFAD, 2009).

Convém realçar o debate que está aberto no continente africano e que tem a ver com a modernização agrícola, ao acesso à terra, as mudanças climáticas e o empobrecimento dos camponeses e agricultores nas comunidades rurais e à condição das mulheres em particular.

O setor agrícola está a tornar-se cada vez mais sofisticado tecnologicamente, comercialmente orientado e globalmente integrado e, ao mesmo tempo que os padrões da migração e da variabilidade climática vão mudando a paisagem rural em todos os países em desenvolvimento. Essas transformações representam desafios e oportunidades para os produtores agrícolas (FAO, 2011a). Mas as mulheres enfrentam ainda obstáculos legais e sociais adicionais que limitam a sua capacidade de se adaptar e de beneficiar das mudanças. Enfrentam igualmente restrições mais severas do que os homens no acesso aos recursos produtivos, mercados e serviços (FAO, 2011b; Katz, 2010). Esta situação decorre do facto de a agricultura praticada pelas mulheres ser de baixo desempenho, sem acesso aos recursos e oportunidades necessárias para enfrentar essas transformações.

Neste sentido, podemos concluir que as desigualdades de género aumentam o fosso de oportunidades entre os homens e as mulheres e ampliam a vulnerabilidade das mulheres no setor agrícola.

### **2.3 Terras africanas: acesso, controlo e disputas**

A terra pode ser entendida como campos agrícolas, zonas húmidas, pastos, pastagens, florestas e territórios de caça (UNWOMEN, 2013); dela se podem extrair uma vasta gama de produtos – agricultura, habitação, lenha, pastagem de animais, coleta de alimentos, remédios e materiais para atividades artesanais e espaço para uma série de atividades económicas – estando as populações rurais organizadas pelos valores da segurança social, desenvolvimento económico, da identidade e do senso de pertença (Wanyeki, 2003) dos indivíduos, dos agricultores, dos camponeses e de outros grupos agregados em comunidades. Porém, para a nossa pesquisa, tomamos como conceito de terra, as parcelas de terras ou propriedades onde se pratica a agricultura.

Na maioria dos países em desenvolvimento, a terra é um ativo fundamental, especialmente para os pobres, urbanos quanto rurais, e para os agregados familiares que dependem da agricultura para a sua subsistência (FAO, 2011b; Katz, 2010; World Bank, FAO & IFAD, 2009). O direito à terra, seja consuetudinário ou formal, funciona como uma forma de acesso económico ao mercado, bem como uma forma de acesso social a instituições que não são de mercado, como as relações domésticas e as estruturas de governança a nível comunitário, pois para além de o acesso económico e social, os direitos à terra também conferem frequentemente direitos a outros recursos naturais e locais como árvores, pastagens e água (World Bank, FAO & IFAD, 2009).

O acesso à terra é um requisito básico para a agricultura, e o controlo sobre a terra é sinónimo de riqueza, *status* e poder em muitas áreas (Makura-Paradza, 2010). Pesquisas mostram que as desigualdades no acesso à terra são reais (Moyo & Yeros, 2005) e quando se introduz a categoria “género”, essas desigualdades tornam-se mais profundas. Aliás, a

posição dominante em grande parte da literatura sobre género e terra mostra que, especialmente nas economias agrícolas, os direitos desiguais à terra são um fator importante na reprodução das desigualdades de género e da pobreza das mulheres (Wanyeki, 2003).

O conceito de acesso à terra remete-nos para os direitos de uso e tomada de decisões sobre o cultivo da terra. Por seu turno, o conceito de propriedade remete-nos para a posse formal da parcela da terra, por documentação ou titulação (Doss *et al*, 2013). A literatura, muitas vezes, faz a distinção entre o acesso, o controlo e a propriedade da terra. Algumas pesquisas recorrem ao conceito de 1. propriedade relatada (obtida simplesmente por perguntar aos entrevistados se possuem a terra); 2. propriedade documentada (certificado, título formal ou escritura que indique se são donos da terra); 3. propriedade efetiva (pessoa que toma as decisões sobre o uso e potencial venda da terra) para identificar e definir o conceito de propriedade da terra (Doss *et al*, 2013).

Cada um dos conceitos acima referenciados pode ser útil em contextos de produção agrícola específicos. A propriedade documentada e a propriedade efetiva estão associadas a uma maior “agência” dos agricultores o que indica uma maior segurança de posse enquanto a propriedade relatada está associada às desigualdades de género quanto à propriedade e controlo da terra (Doss *et al*, 2013).

Doss, Summerfield & Tsikata (2014) analisam o conceito de acesso à terra por parte das mulheres enquanto conceito que inclui o acesso, a propriedade e o controlo, apontando que o “acesso” inclui o próprio acesso, a revogação e os direitos de gestão, isto é, o acesso à terra normalmente significa que uma mulher pode usar a terra para produzir alimentos para sua família. A “propriedade” inclui o título formal de direitos sobre a terra e sua



alienação enquanto o “controle” inclui direitos de gestão, designadamente os direitos para determinar como a terra será usada, bem como nos direitos de alienação, ou seja, o direito de vender a terra que é, muitas vezes, visto como o direito chave que define o proprietário.

O acesso à terra e a posse não são estáticos, na medida em que as circunstâncias mudam, o acesso dos agricultores e a posse garantida à terra podem também mudar. Essas circunstâncias podem incluir revisões legais, como o registo formal da terra ou mudanças económicas, como o aumento da produtividade agrícola ou pressão populacional sobre a terra (Doss, 2002). A posse de terra de um indivíduo depende de estruturas legais formais a nível nacional e também mecanismos a nível local e suas regras para alocar a terra entre os membros do agregado (Doss, 2002). A nível nacional, os mercados formais da terra geralmente exigem que a terra seja nomeada ou registada por instituições públicas ou agências governamentais, para que a mesma possa ser comprada, vendida ou alugada por dinheiro; por seu turno, a nível local, a terra pode ser alocada através da linhagem, vila, aldeia ou chefe do agregado familiar; essas alocações geralmente são baseadas em percepções de necessidade ou em regras de transmissão (Doss, 2002).

África é atravessada por marcos definidores que, na sua história moderna, influenciam o mapa conceptual das disputas pela terra (Bernstein, 2005). Um desses marcos é o período colonial que vai desde os finais do século XIX até meados da década de trinta do século XX, com o início das lutas independentistas. O domínio colonial implicou a redefinição das fronteiras e a redistribuição das terras (1) para a agricultura, (2) a indústria (mineração, madeira, etc. que supriam a demanda por matérias-primas agrícolas e minerais às economias europeias), (3) assentamento dos colonos que se estabeleceram no

continente e (4) para os “nativos”. Implicou também a imposição de novas estruturas e formações sociais, *habitats* e modos de subsistência (Bernstein, 2005).

Um outro marco importante é aquele que vai da década de trinta até à independência desses países. Bernstein (2005) afirma que os efeitos da depressão da década de trinta e da II Guerra Mundial tiveram impacto em África na medida em que os investimentos para a reconstrução económica desses países também se aplicaram aos países africanos. Esses investimentos foram marcantes para as políticas agrícolas em África uma vez que, se a estratégia de modernização agrícola permitiu o aumento da produtividade, permitiu também que a posse consuetudinária da terra passasse a ser vista como um dos obstáculos à modernização e ao desenvolvimento agrícola, que exige uma base de direito de propriedade privada (Bernstein, 2005).

Um terceiro marco inicia-se com a independência política de vários países africanos, que adotaram modelos de desenvolvimento económico liderado pelo Estado; e que, a partir da década de setenta, enfrentaram as primeiras crises fiscais que se seguiram às crises políticas (Bernstein, 2005). Em relação à questão agrária, neste período houve uma continuidade das políticas de modernização do setor agrícola permanecendo inalterado o regime de posse da terra, baseado na transmissão consuetudinária e apropriações de terra através de titulações privadas (Bernstein, 2005).

Um quarto marco é comumente chamado de “período de ajustamento estrutural”. Os planos de desenvolvimento engendrados pelos Estados africanos com recurso ao endividamento público – empréstimos às instituições financeiras internacionais – associado às crises políticas – conflitos internos – e às recessões dos países industrializados, contribuíram para a incapacidade do pagamento das dívidas (Bernstein,

2005). Esta situação empurrou a maioria dos países africanos a se socorrerem das instituições financeiras internacionais para a implementação de políticas de reescalonamento das dívidas assim como de outros investimentos para o desenvolvimento (Bernstein, 2005). Para o setor agrícola, as políticas de “ajustamento estrutural” basearam-se essencialmente no encorajamento das exportações agrícolas.

Mais recentemente, o foco do debate tem estado no investimento estrangeiro no setor agrícola em África é o foco do debate. Mbilinyi (2016) afirma que é importante discutir criticamente como os governos, o setor privado e a sociedade civil estão promovendo o modelo agroindustrial e a apropriação de terras enquanto estratégias de transformação rural em vez de propostas de abordagens alternativas para as terras locais.

Em África, constata-se três mecanismos gerais para a obtenção de direitos à terra: 1) através de relações sociais e de parentesco – direito consuetudinário, 2) no mercado de terras, ou 3) através do Estado. Esses mecanismos estão incorporados em instituições que criam, modificam e influenciam os sistemas de posse da terra: as instituições socioculturais, a economia de mercado e as instituições estatais (World Bank, FAO & IFAD, 2009).

Os sistemas consuetudinários de posse são diversos e com uma grande variedade de relações e direitos de propriedade, particularmente em lugares onde a terra é relativamente abundante, como em algumas áreas da África Subsaariana, e os direitos primários de propriedade da terra frequentemente investidos na comunidade ou em outras estruturas corporativas, tais como uma linhagem ou clã (World Bank, FAO & IFAD, 2009). As autoridades comunitárias alocam parte das terras comunitárias aos indivíduos e suas famílias (geralmente para cultivo com direitos a longo prazo), enquanto outras

terras e recursos são mantidos como propriedade comum, controlados não pelo grupo familiar, mas administrados de acordo com as regras comunitárias (World Bank, FAO & IFAD, 2009). Também, existem diferenças importantes, por exemplo, entre os contextos pastorais e agrícolas; os primeiros tendem a enfatizar os direitos coletivos baseados em arranjos negociados e flexíveis, que permitem a mobilidade do rebanho enquanto os segundos geralmente se envolvem na alocação de direitos agrícolas sobre parcelas específicas geridas pelas autoridades administrativas (Cotula, 2007).

As instituições de economia de mercado também desempenham um papel significativo na alocação dos direitos à terra. As economias de mercado são, geralmente, baseadas em direitos de propriedade privada e na negociabilidade desses direitos. Consequentemente, os direitos à terra são geralmente adquiridos através do mercado (World Bank, FAO & IFAD, 2009). O capital – poupança ou crédito – é necessário para adquirir terras no mercado e, portanto, a posse de ativos é crucial.

O Estado, por meio de várias agências, aloca terras a seus cidadãos por meio de programas redistributivos de reforma agrária, programas de reassentamento, acordos de arrendamento, reforma agrária orientada para o mercado, programas de privatização da terra e programas de luta contra a pobreza. Mesmo onde as normas legais para esses programas não discriminam explicitamente as mulheres, as normas e atitudes tradicionais desenvolvidas no quadro dos mesmos e das populações participantes trabalham a favor da desconsideração das mulheres enquanto participantes iguais e detentoras de propriedade (World Bank, FAO & IFAD, 2009).

O acesso, a posse e os direitos à terra, variam e possuem diferenças consideráveis dependendo das relações familiares e dos sistemas de configuração sociofamiliar e cultural existentes – matrilineares ou patrilineares.

O acesso, a posse e os direitos dos indivíduos à terra dentro do quadro de relações familiares variam de acordo com o *status* dentro do grupo familiar e são determinados pela idade, sexo e proximidade com os chefes da família ou os membros fundadores da linhagem. Neste quadro, são os chefes da família e os indivíduos de *status* mais elevado que possuem direitos e responsabilidades pela gestão da terra com poder para alocar e restringir os direitos à terra, de disponibilizar terras e de controlar os direitos e as transações (Quan, 2007).

No que toca ao sistema matrilinear e patrilinear, o acesso e os direitos à terra ocorrem de forma diferente. De acordo com o sistema de sucessão patrilinear, o direito à propriedade recai sobre a linha masculina (de pai para filho) e as esposas e as filhas geralmente não têm direitos a herança, enquanto nos sistemas matrilineares, o direito à propriedade é traçada através da linhagem da mãe, mas geralmente a terra pertence e é controlada pelos homens (Cotula, 2007). Ainda assim, nos sistemas matrilineares, as mulheres tendem a ter maiores direitos sobre a terra do que nos sistemas patrilineares.

Para finalizar, é importante referir a situação de “corrida à terra” através da privatização, investimento estrangeiro e outras formas de aquisição da terra, que contribuem para aumentar as desigualdades de género no acesso à terra. Essa “corrida à terra” através, por exemplo, da privatização, significa que muitas mulheres, especialmente as pobres das áreas rurais, estão a perder até mesmo o acesso precário que tinham à terra (Doss, 2002, 2001).

O aumento dramático nas aquisições de terras em toda a África é sintomático das mudanças que ocorrem na economia política global e segundo Mbilinyi (2016) as reformas das leis de terras domésticas e comunitárias favorecem a economia de mercado. Na África e em outros lugares, vários fatores impulsionam as aquisições de terra, principalmente no que se refere a preocupações com a segurança alimentar de curto e longo prazo; no aumento da demanda global por energia alternativa através da produção de biocombustíveis; nas pressões de produção relacionadas com produtos agrícolas não alimentares; no envolvimento do setor privado impulsionado principalmente por expectativas de longo prazo de retornos competitivos da agricultura ou da terra; de mercados emergentes de carbono que promovem aquisições de terra na expectativa de aumentos de longo prazo no valor das terras (Cotula *et al*, 2009).

Vários argumentos são apresentados para explicar a concentração em África dessa nova tendência, sendo um deles de que a terra em África é vazia e disponível, estando grande parte dela subutilizada e madura para a sua comercialização (Ossome, 2014). Segundo Ossome (2014), esta linha está sendo especialmente promovida pelo Banco Mundial que argumenta que, devido à baixa densidade populacional e à mobilidade limitada, a comercialização precisará ser baseada na agricultura comercial de larga escala.

## **2.4 Mulheres, cultura e acesso à terra**

Relativamente à situação das mulheres e do acesso à terra nos países em desenvolvimento, é ponto assente que sendo a terra um recurso para elas de importância crucial e sendo também reconhecida a importância da sua participação e contributo para a produção agrícola e demais atividades de rendimentos rurais; são todavia também, as mulheres que menos probabilidade têm de possuir ou trabalhar autonomamente a terra, que são menos

propensas a ter acesso a terras alugadas e que as terras a que finalmente têm acesso são, muitas vezes, as de pior qualidade e em parcelas menores (FAO, 2011b).

Os obstáculos que impedem as mulheres de desfrutar eficazmente desses direitos são complexos. As barreiras que impedem as mulheres de terem acesso, controlo e posse de terras e outros recursos produtivos incluem, muitas vezes, padrões legais inadequados e/ou implementação ineficaz a nível nacional e local, bem como atitudes culturais e práticas discriminatórias a nível institucional e comunitário (UNWOMEN, 2013).

As mulheres estão muitas vezes em desvantagem tanto nos sistemas legais como consuetudinários de posse da terra, resultando em direitos contratuais fracos sobre a terra, água e outros recursos naturais (Quisumbing & Pandolfelli, 2010). À medida que a terra se torna mais valiosa, devido expansão das culturas de rendimento e ao crescimento populacional, são as mulheres primeiro a perderem direitos em relação a ela (Giovarelli *et al*, 2005). A possibilidade de acesso e controlo dos recursos – como a terra – por parte das mulheres é muito mais difícil do que para os homens devido às pressões comerciais sobre esses recursos.

Segundo Daley (2011) as mulheres enfrentam maior vulnerabilidades do que os homens. Em primeiro lugar, deparam-se com constrangimentos e a discriminação sistemática em relação ao acesso à propriedade e ao controlo da terra, incluindo a proteção dos seus direitos à terra; em segundo lugar, por discriminação sistemática nas relações socioculturais e políticas, particularmente em relação às tomadas de decisão; em terceiro lugar, pela situação de pobreza das mulheres quando comparada à dos homens; e, em quarto lugar, pela vulnerabilidade física das mulheres, que se manifesta através da violência baseada no género.

Os direitos à terra e aos recursos naturais aumentam o poder de “barganha” de uma mulher dentro do lar, o que resulta em maior alocação de recursos domésticos para as crianças bem como num maior bem-estar doméstico. Quisumbing & Maluccio (2003) encontraram uma correlação positiva entre a quantidade de bens (incluindo a terra) que uma mulher possui no momento do casamento e o montante das despesas domésticas dedicadas à alimentação, à educação, aos cuidados com a saúde e às crianças. Os direitos das mulheres à terra e aos recursos naturais também podem afetar a autonomia das mulheres e não apenas o bem-estar doméstico. Por exemplo, Agarwal & Panda (2007) indicaram que detêm a propriedade da terra são menos vulneráveis à violência doméstica em algumas partes da Índia.

Os direitos das mulheres africanas em relação à propriedade e gestão da terra variam de acordo com o contexto cultural e histórico, com a região onde nascem, bem como da região onde se casam. Em sua pesquisa Kevane (2004) dividiu a África em seis regiões específicas quanto à estruturação dos sistemas de direitos de posse da terra das mulheres: 1) áreas influenciadas pela lei islâmica sobre a herança; 2) áreas matrilineares; 3) África Ocidental do Sahel; 4) sistema de propriedade doméstica da África Oriental; 5) África Austral e 6) áreas produtoras do cacau da África Ocidental. Embora os sistemas de posse variem muito, mesmo dentro dessas regiões, essas seis classificações são úteis no desenvolvimento de uma base geral para entender a diversidade dentro do continente africano (Giovarelli *et al*, 2005). Destas seis regiões descritas por Kevane, as áreas influenciadas pela lei islâmica, as áreas matrilineares e os sistemas de propriedade doméstica da África Oriental oferecem às mulheres maiores oportunidades de direitos à terra do que as três regiões restantes (Giovarelli *et al*, 2005).



Em algumas regiões, as leis islâmicas relativas à herança permitem às mulheres herdar e transferir a terra. De acordo com a lei islâmica, uma filha tem o direito de herdar uma parte da terra equivalente a metade da parcela de terra legada aos seus irmãos; a variação da dimensão resulta do entendimento cultural de que uma mulher é sustentada por seu marido, ao passo que um homem deve sustentar sua esposa, sua mãe e suas irmãs solteiras (Kevane, 2004). No entanto, as comunidades islâmicas em toda a África Ocidental tendem a evitar a adesão à lei da *sharia*, forçando as mulheres a ceder ou a vender as terras herdadas para seus irmãos ou outros parentes do sexo masculino (Giovarelli *et al*, 2005).

Além das sociedades muçulmanas africanas, as áreas matrilineares em toda a África também oferecem às mulheres mais oportunidades em relação aos direitos à terra. As sociedades patrilineares tendem a transmitir a terra somente aos membros masculinos da família; porém, as comunidades matrilineares tendem a transmitir a terra tanto para os membros masculinos quanto para os femininos da família (Kevane, 2004). Nas áreas onde a descendência matrilinear é altamente concentrada, as aldeias também tendem a ser matrilocais, com as mulheres vivendo em suas aldeias de origem, após o casamento; e nestas áreas, tende a verificar-se uma maior incidência de retenção feminina da propriedade da terra após o casamento ou através da herança (Giovarelli *et al*, 2005).

Na África Ocidental do Sahel, as mulheres têm muitas limitações quanto aos direitos à propriedade da terra, enfrentando não só muitas dificuldades para cultivar a terra por conta própria como também a diminuição das suas parcelas com a crescente escassez da terra e a concentração da propriedade têm diminuído as suas parcelas (Kevane, 2004). Nestas áreas, as mulheres recebem a terra através do casamento e o seu uso é precário e

contingencial, pois com o divórcio, a viuvez e o reassentamento tendem a perder estas terras (Kevane, 2004).

Os países da África Oriental têm uma base cultural totalmente diferente no que diz respeito à propriedade da terra. Sob o sistema de propriedade doméstica, um marido pode ter várias esposas, mas deve fornecer uma parte de seu gado e terras agrícolas para cada uma das esposas (Kevane, 2004). Neste cenário, cada esposa mantém o controlo sobre a produção da propriedade que lhe foi alocada. Embora a esposa não possua a propriedade no sentido técnico, como o título de propriedade, mas tem poder de veto sobre as decisões do marido em relação à propriedade (Kevane, 2004). Se bem que o sistema de propriedade doméstica ofereça às mulheres maior controlo sobre a terra, também deve ser mencionado que a lei consuetudinária em toda a África Oriental é patriarcal, com direitos das mulheres limitadas a seu *status* de filhas e esposas, em vez de membros individuais da comunidade (Giovarelli *et al*, 2005). Os direitos de herança de uma mulher à terra podem ser enfraquecidos por reivindicações feitas por parentes do sexo masculino de seu falecido marido ou por reivindicações feitas por seus irmãos à propriedade de seu pai (Tsikata, 2009).

Na África Austral impera um sistema semelhante à África Ocidental do Sahel. Nesta área, as mulheres ganham terras principalmente através do casamento, mas os direitos de uso da terra que uma mulher recém-casada recebe da linhagem de seu marido são precários e contingentes e, com o divórcio ou a viuvez, as mulheres geralmente perdem esses direitos (Kevane, 2004).

As regiões produtoras do cacau da África Ocidental tendem a ser áreas onde as mulheres carecem de direitos básicos em relação à propriedade e gestão da terra (Giovarelli *et al*,

2005). Segundo Kevane (2004), não há praticamente nenhuma variação nos direitos concedidos às mulheres em comunidades matrilineares ou patrilineares, pois os homens obtêm com sucesso os direitos de propriedade individual sobre a terra e as mulheres tendem a obter direitos comunitários em nome de seu matriarcado.

Uma literatura abundante relata que, independentemente do como se dá o acesso à terra, as mulheres tendem a ter propriedades agrícolas e rurais menores do que os homens (Tsikata, 2009; Giovarelli *et al*, 2005; Kevane, 2004). Além disso, as propriedades das mulheres tendem a ser menos férteis e mais distantes do agregado doméstico (Doss, 2001). Outras pesquisas discutem e mostram a situação das mulheres na África Subsaariana quanto ao acesso à terra e destacam que enfrentam ainda maiores desafios e dificuldades quando a questão do acesso à terra acontece em situações de mudança tecnológica (Schroeder, 1999; Carney, 1998, 1992) ou em situações de mudanças causadas por múltiplos fatores, designadamente na introdução de novas culturas para fins comerciais (Temudo, 2017).

As pesquisas de Carney (1998, 1992) e Schroeder (1999) analisam as situações de introdução de inovações tecnológicas na agricultura na Gâmbia e mostram que têm um impacto negativo no acesso das mulheres à terra e aos rendimentos económicos provenientes da agricultura. Essas análises constituem um dos exemplos de que mudanças tecnológicas e políticas de desenvolvimento excluem as mulheres das terras, desapropriando-as para dar espaço a culturas que, segundo argumentos oficiais, trarão maior desenvolvimento ao país. Carney (1998) mostra que existem conflitos baseados no género, no quadro do controlo dos recursos para a cultura do arroz, que durante séculos, constituiu um conhecimento específico das mulheres, como garante da segurança

alimentar dos seus agregados, em contextos de casamentos poligâmicos em que se espera que cada mãe proveja e cuide da sua própria casa. Este sistema de conhecimento requer acesso às zonas húmidas que permitam a continuidade dessa cultura, porém, essas são cada vez mais espaços de projetos agrícolas, voltados para a produção de frutas e vegetais, destinados a melhorar as divisas do país. Aliado à instabilidade de chuvas, por causa do contexto ambiental, tem criado conflitos no controlo de recursos (Schroeder, 1999; Carney, 1992).

As pesquisas de Temudo (2017) mostram a complexidade dos papéis de género e as dinâmicas que ocorrem nas sociedades da África Ocidental, de linhagem patriarcal, em contextos de produção agrícola para o mercado, ou com fins lucrativos em que as mulheres perdem as terras ou enfrentam mais constrangimentos no acesso à terra. A introdução da produção da castanha de caju para fins lucrativos desencadeou um conjunto de mudanças em que as terras, anteriormente cultivadas pelas mulheres, são transformadas em propriedades de cajueiros cultivados pelos homens e provocando transformações nas condições de acesso à terra, ao trabalho e ao capital, e na subordinação das mulheres (Temudo, 2017).

Estas situações de desigualdades de género no acesso e controlo das terras, particularmente as terras agrícolas, que diferenciam os homens e as mulheres e as colocam em situações de vulnerabilidade socioeconómica e cultural, estão sendo debatidas no contexto africano e são muitas as vozes que defendem mais igualdade de acesso e controlo da terra, assim como melhorar o regime de direitos à propriedade da terra.

## **Parte II. Género, terras e agricultura. Contextualizando Cabo Verde**

### **Capítulo 3. Questões de género na agenda pública e política**

#### **3.1 Movimento feminista<sup>8</sup> em Cabo Verde**

Em Cabo Verde, à semelhança de quase todas as sociedades, as mulheres estiveram votadas à invisibilidade. Contudo, a sua história regista ações e participação pública política de mulheres, desde o período de colonização até a luta pela independência, período em que as mulheres começaram a “escrever” a sua própria história.

No período da colonização há registos de mulheres que conseguiram “agenciar” a seu favor regras sociais e normas sócio-jurídicas, numa sociedade onde as mulheres não tinham direitos nem representação, passando a reivindicar direitos para si e, principalmente, para suas famílias (Carvalho, 2015; Albuquerque & Santos, 2001). As lutas dessas mulheres foram em conjunturas pontuais e/ou tensões de extrema desigualdade, portanto consideradas como circunstâncias de exceção na história de luta das mulheres no país pelo reconhecimento e defesa dos seus direitos (Carvalho, 2015).

O início do movimento feminista em Cabo Verde teve a luta pela independência como um dos seus marcos. É praticamente unânime falar de um movimento de mulheres que surge com o início do processo da luta pela independência. O período antes da independência, designadamente na década de cinquenta, algumas mulheres de famílias abastadas, puderam deslocar-se à “metrópole” – Portugal – para continuar os estudos superiores. E, foi ali que, através da mobilização de estudantes para a participação na luta

---

<sup>8</sup> Referimos a toda discussão, análise e tentativa de compreender a posição, o estatuto e a representação das mulheres, a defesa dos seus direitos sociais, políticos, económicos, reprodutivos assim como a promoção da igualdade entre os homens e as mulheres.

de libertação, algumas mulheres – acompanhando os maridos –, partiram para a Guiné Bissau e Guiné Conakry para integrar as frentes de luta (Chantre, 2018; Coutinho, 2011).

Durante as décadas de sessenta e início de setenta, em pleno período de luta pela independência, as mulheres participaram desse processo, na organização de escolas comunitárias para a alfabetização de crianças e adultos, na sensibilização de práticas promotoras da saúde, nos serviços de informação e comunicação com os territórios libertados e em menor número, ao lado dos homens, no campo de batalha.

A partir de 1975, com o fim da guerra colonial na Guiné Bissau e com a independência e o regresso a Cabo Verde, estas mulheres ficaram excluídas da participação política, ficando fora das estruturas do poder político-partidário. Porém, constituíram em 1978 um núcleo, o CNOMCV, responsável pela criação, em 1981, da Organização de Mulheres de Cabo Verde (OMCV) (Silva, 2011). É a primeira organização de mulheres do país, que teve o seu início como organização de massas de cariz partidário e que contribuiu, durante a década de oitenta, para a aplicação e seguimento das políticas públicas ligadas à educação, saúde reprodutiva e produção de legislação atendendo aos direitos das mulheres (Carvalho, 2015).

A OMCV apostou e trabalhou no processo de emancipação das mulheres. Durante esse período, alcançaram-se resultados relevantes nas áreas da saúde com a promoção dos programas de proteção materno-infantil e de cuidados da saúde da mulher, e de educação, sobretudo no trabalho de alfabetização das mulheres, permitindo que o país alcançasse resultados importantes relativamente aos indicadores de género nos setores da saúde e educação (Carvalho, 2015).

Um outro marco importante do movimento feminista, foi a implementação do multipartidarismo, na década de noventa, que favoreceu o surgimento de organizações de mulheres da sociedade civil direcionadas para ao combate das desigualdades a que as mulheres estavam sujeitas, iniciando-se assim a luta pelo reconhecimento da existência de desigualdades entre os homens e as mulheres (Carvalho, 2015). Estas organizações vêm atuando em várias áreas, tais como a justiça, a saúde, a economia, a política.

Uma outra pauta introduzida neste período foi a do empoderamento económico das mulheres através do acesso ao microcrédito. E, uma das primeiras organizações de mulheres que surgiu no início desta década e com esta bandeira foi a MORABI, criada em 1991, defendendo a emancipação das mulheres no mercado de trabalho – até aqui invisibilizadas no comércio “informal” – e o seu empoderamento através do acesso ao microcrédito (Carvalho, 2015).

Nesta década, novas práticas e paradigmas de atuação são inaugurados. Até aqui, a OMCV, que era uma organização partidária incluída na estrutura do governo, deixa de sê-lo, transformando-se numa ONG promotora dos direitos das mulheres e a igualdade entre os homens e as mulheres. Por seu turno, o Estado, através do governo, assume a implementação das políticas para a garantia de direitos das mulheres criando uma estrutura para levar adiante este propósito (Carvalho, 2015).

Assim, o governo cria em 1994 o Instituto da Condição Feminina (ICF) com o objetivo de criar mecanismos institucionais que assegurem os direitos das mulheres. E, um conjunto de instrumentos, programas, projetos e políticas públicas é dinamizado, desde então, pelos sucessivos governos para promover os direitos das mulheres e a igualdade



de oportunidades entre homens e mulheres, assim como um conjunto de medidas de políticas para minimizar e diminuir as desigualdades de género (ICIEG, 2011b).

Durante mais de dez anos (1994-2006) o ICF trabalhou neste sentido. A partir de 2006, o ICF é reconfigurado e transformado no Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) tendo como finalidade a promoção de políticas de igualdade de género, e a efetiva e visível participação da mulher em todas as esferas de atividade do país (ICIEG, 2011b). Este instituto apresenta-se, assim, com uma nova abordagem sobre a problemática das mulheres na sua relação e interação com os homens enquanto um sistema integrado de representações e relações sociais determinando e configurando as suas ações e papéis (ICIEG; 2011b).

Em Cabo Verde, a promoção da igualdade entre homens e mulheres tem ganhado acentuada visibilidade, com resultados notáveis, devido em grande medida, ao trabalho de várias ONG e OSC, comprometidas com a igualdade, assim como com um conjunto de políticas públicas implementadas pelos sucessivos governos (Carvalho, 2015). Foram criadas condições e mecanismos institucionais assegurando a igualdade de oportunidades, com particular ênfase na promoção do empoderamento das mulheres, sobretudo para contrapor as estatísticas que demonstram que, em várias áreas e setores, as desigualdades pesam mais sobre as mulheres do que sobre os homens (Carvalho, 2015; ICIEG, 2011b). Em face disso, a agenda da igualdade está focada em todos os setores de atividade, através da criação de mecanismos de igualdade de acesso a oportunidades para homens e mulheres, contribuindo para a eliminação da discriminação com base no sexo.

Apesar destes ganhos, levanta-se a possibilidade do movimento feminista em Cabo Verde estar muito ligado a uma elite socioprofissional, com uma abordagem *top down*, pois

esteve e continua a estar virado para as mulheres mas não com as mulheres (Carvalho, 2015), uma vez que grupos de mulheres se organizam para darem visibilidade às mulheres “invisíveis” – mulheres pobres, vulneráveis e violentadas – objetivando-as pela transferência do sujeito do discurso para quem serve de representante. Fortes (2015), por sublinha essa relação de subalternidade, em que algumas mulheres buscam dar voz às outras mulheres e que o debate em torno das questões de género é analisado a partir de uma perspetiva da existência de “mulheres presas a uma teia de violências materiais e simbólica e que torna outras mulheres especialistas e resgatadoras da ‘mulher cabo-verdiana’” (Fortes, 2015:7). Essa é, porém, uma problematização aplicável a todo o ativismo.

A conversão do ICF para o ICIEG trouxe uma nova dimensão ao debate – o conceito de género. Neste quadro, podemos identificar uma mudança de paradigma, de uma abordagem sobre e para as mulheres para uma abordagem das relações entre homens e mulheres, ou seja, das relações de género (Carvalho, 2015). Assim, introduz-se o conceito de género enquanto categoria social e busca-se promover a integração da perspetiva de género na gestão governamental, central e local, e garantir os direitos da cidadania através do desenvolvimento das boas práticas de género (ICIEG, 2005).

Também, é neste período que surgem novas OSC, buscando promover a igualdade de género, através do nivelamento de oportunidades para homens e mulheres, impulsionar a igualdade nas instâncias de decisão, contribuir para a eliminação da discriminação e violência contra as mulheres e fomentar uma cultura de igualdade de género nas várias esferas da vida. Além das OSC promotoras da igualdade de género, novos atores emergem neste cenário desde o CIGEF – centro de pesquisa universitário sobre as

questões de género, Laço Branco – organização de homens comprometidos com a igualdade de género e o fim da violência baseada no género e o movimento LGBTI introduzindo novas categorias de género e a discussão sobre a diversidade sexual.

O forte engajamento do ICIEG e da ONU Mulheres abriu espaço para o surgimento destes novos atores, suportados por financiamentos e transferência de experiência e conhecimentos (Lima-Handem, 2012; Laço Branco, 2009). Aliás, nos últimos anos (2007-2017) é cada vez mais notória a apropriação da agenda internacional enquanto pauta nacional, com a introdução nos últimos anos da discussão em torno do alargamento do conceito e das categorias de género assim como os direitos LGBTI.

O surgimento do ativismo de género na academia começa a partir da produção de dissertações, teses e artigos sobre as questões de género. A produção local de análises sobre as questões de igualdade de género assim como a visibilidade dada às desigualdades de género enforma-se com a 1ª edição de uma pós-graduação neste tema na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) em 2007 e com a abertura do Centro de Investigação e Formação em Género e Família (CIGEF) em 2008. Este centro está encarregue da promoção do ensino e da dinamização da investigação nestas duas áreas – género e família – porque se consideram as questões de género e de família como elementos fundamentais da transformação social e da partilha dos benefícios do desenvolvimento (Lima-Handem, 2012).

A participação dos homens no ativismo de género acontece através do Laço Branco. A Rede Laço Branco Cabo Verde é uma ONG de homens contra a violência de género (Laço Branco, 2009). Esta organização posiciona a favor dos direitos humanos e contra a desigualdade de género e todas as suas manifestações, especialmente a VBG; e busca

sensibilizar, envolver e engajar os homens no combate à violência baseada no género e a todas as formas de desequilíbrio de género, bem assim na desconstrução duma visão distorcida de masculinidade (Lazo Branco, 2009).

O movimento LGBTI surge na ilha de São Vicente com a criação da primeira associação *gay* cabo-verdiana em 2010, e começa a ganhar visibilidade com a realização da 1ª *parada gay* em 2013 (Penha, 2013). Desde então, os debates sobre o tema têm sido através de campanhas de sensibilização, principalmente, na comunicação social com o amparo da ONU Mulheres através da Campanha Global “Livres e Iguais”.

Constata-se que a introdução da discussão em torno do conceito de género, de novas categorias de género e as novas associações e/ou movimentos que surgiram em Cabo Verde, deve-se em parte à agenda global da ONU. A trajetória das organizações – governamentais e não governamentais no país – acompanhou o debate e a agenda política internacional, principalmente da ONU, quando a partir de 1975, se compromete com questões relativas à situação e condição das mulheres e a promoção dos direitos das mulheres e a igualdade de oportunidades e a integração de uma abordagem que incorpore as necessidades das mulheres e das relações de género nas questões sobre o desenvolvimento.

O ativismo de género em Cabo Verde tem resultado em ganhos importantes para a causa nomeadamente na elaboração e implementação de instrumentos e políticas de igualdade, dando maior visibilidade às questões de género e influenciando novas práticas que contribuíram para novos modelos de relacionamento social e de igualdade de género (Carvalho, 2015; ICIEG, 2011a, 2011b).

### 3.2 Políticas de género em Cabo Verde

Cabo Verde ratificou um conjunto de instrumentos internacionais, adotou as declarações e plataformas de ação, participa dos debates internacionais, particularmente, os promovidos pela ONU e tem produzido um quadro legal e um marco institucional favorável à igualdade de género (ICIEG, 2014a). Logo após a independência (1975), em 1980, o país assina a CEDAW, tornando-se num dos primeiros países a ratificar este instrumento internacional sobre os direitos das mulheres (ICIEG, 2017) assim como outros instrumentos, por exemplo, da OIT, ODM, ODS (ICIEG, 2014a, 2011b).

Relativamente ao quadro legal e jurídico, desde a independência, a legislação produzida tem referenciado o princípio da igualdade entre os homens e as mulheres. A primeira Constituição defende que “homens e mulheres são iguais perante a lei em todos os planos da vida política, económica e cultural”<sup>9</sup>. As revisões da Constituição – 1992<sup>10</sup>, 1999<sup>11</sup>, 2010<sup>12</sup> – reforçaram este olhar de defesa da igualdade de direitos entre todas as pessoas perante a lei. Além da Constituição, outras leis têm defendido a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e promovendo a eliminação de discriminação contra as mulheres: o Código Eleitoral de 1999, o Código Penal, o Código Laboral e o Livro da Família (ICIEG, 2011b).

Do ponto de vista da implementação de políticas públicas, o país tem alcançado avanços importantes no que diz respeito à política de promoção de igualdade de género, tanto a nível cultural, educacional, legislativo, político e económico. Exemplos desses ganhos

---

<sup>9</sup> Cf. artigo 23º da Constituição da República de Cabo Verde, 1980.

<sup>10</sup> Cf. artigo 7º da Constituição da República de Cabo Verde, 1992.

<sup>11</sup> Cf. artigo 47º e 81º da Constituição da República de Cabo Verde, 1999.

<sup>12</sup> Cf. Constituição da República de Cabo Verde, 2010.

são os planos nacionais de igualdade, os planos municipais de igualdade, os planos nacionais de combate à Violência Baseada no Género (VBG), a lei especial sobre a VBG e outros instrumentos e legislação relativos à promoção da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens.

O primeiro Plano de Ação Nacional de Promoção da Mulher vigorou de 1996 a 2000. Com a mudança do paradigma institucional – ICF para ICIEG – foi elaborado o primeiro plano nacional de igualdade denominado de Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género (PNIEG) para o período 2005-2011. Foi concebido enquanto um instrumento de ação positiva, cujo objetivo principal é o de acelerar a construção da efetiva igualdade de oportunidades entre a mulher e o homem e com o qual se pretende propor um conjunto de medidas de intervenções positivas nos diferentes setores da estrutura social (ICIEG, 2008).

O PNIEG foi elaborado para um período de cinco anos e constitui um instrumento governamental, visando a implementação de políticas de género, na qual se traçam medidas multisectoriais corretoras dos desequilíbrios sociais baseados nos estereótipos sexistas, promovendo assim a justiça social e o desenvolvimento sustentável do país (ICIEG, 2011b). Os objetivos do PNIEG foram definidos a partir da análise de três sectores – económico, social e público.

Com a implementação do PNIEG (2005-2011), preparou-se o segundo plano, conhecido como Plano Nacional de Igualdade de Género (PNIG), elaborado em 2015, para ser implementado de 2015 a 2018. Este tem o propósito de dotar o país de um quadro referencial para a formulação e implementação de políticas, programas e ações estratégicas, tanto específicas como transversais, que contribuam de forma integral para

a promoção da igualdade de direitos, deveres e oportunidades para homens e mulheres e a uma efetiva e visível participação da mulher em todos os domínios da vida social para o seu empoderamento (ICIEG, 2014a).

O PNIG é um instrumento de planificação formulado numa lógica transversal e interdisciplinar que visa contribuir para o alcance dos objetivos de desenvolvimento do país (ICIEG, 2014a). O PNIG articula-se em oito eixos prioritários, designadamente: 1) saúde, 2) direitos sexuais e reprodutivos, 3) violência baseada no género, 4) educação e formação profissional, 5) economia produtiva, 6) economia reprodutiva, 7) participação política e nas esferas de tomada de decisão e comunicação e 8) reforço institucional para a integração da abordagem de género nas políticas públicas (ICIEG, 2014a).

A nível do poder local, alguns municípios do país elaboraram e implementaram Planos Municipais de Igualdade e Equidade de Género (PMIEG). O propósito dos planos municipais é apoiar a implementação de uma política concelhia integrada de promoção da igualdade de género para contribuir para a redução/minimização das principais formas de desigualdades sociais e redução da pobreza (ICIEG, 2014a) a nível municipal.

Com a mudança de paradigma e de abordagem sobre as questões relacionadas às mulheres para as questões de género, novos temas e novos debates foram erguidos. Um desses temas é o combate à violência com foco nas relações entre os homens e as mulheres, em que a análise e as propostas para combater este problema mudam, passando da abordagem da violência doméstica para a violência baseada no género.

Assim, em 2005, elabora-se o primeiro Plano Nacional de Combate à Violência Baseada no Género (PNVBG), operacionalizando o eixo estratégico do combate à violência baseada no género do primeiro PNIEG.

O PNVBG surge num contexto de ampliação de políticas públicas concernentes à promoção da igualdade de género, uma vez que os casos de VBG tornaram-se numa questão pública e política. Uma questão pública porque a VBG tornou-se mais visível na sociedade – com denúncias na comunicação social, por um lado, mas, por outro, porque se integrou esta problemática na produção estatística – com a inclusão de um módulo sobre VBG em 2015 no Inquérito Demográfico de Saúde Sexual e Reprodutiva (IDSR). Uma questão política, porque é uma questão de direitos, igualdade e cidadania, de saúde pública e de promoção do bem-estar socioeconómico das pessoas.

Segundo o ICIEG (2008) a implementação deste plano constituiu uma política pública de combate à VBG, tendo como bases a promoção da igualdade de género e o reforço da autonomia das mulheres e raparigas. O PNVBG estrutura-se em torno de cinco eixos estratégicos, designadamente: 1) a vertente jurídico-legal e institucional, 2) a prevenção da VBG, 3) a proteção das vítimas e agressores da VBG, 4) a repressão/reinserção social e psicológica das vítimas e agressores e 5) a informação, educação e comunicação para a mudança de comportamentos. A implementação deste plano culmina com a elaboração e aprovação da Lei Especial sobre a VBG em 2011.

A aprovação desta lei, que entrou em vigor em março de 2011, deu impulso e continuidade às iniciativas que já vinham sendo implementadas no âmbito do PNIEG e do PNVBG na medida em que estabelece as medidas destinadas a prevenir e a reprimir o crime da VBG. Esta lei considera a VBG como uma violação de direitos humanos e um



obstáculo para alcançar a igualdade de género, estabelecendo as responsabilidades do Estado em matéria de prevenção, assistência, proteção e repressão.

A Lei Especial sobre a VBG transforma a prática da VBG em crime público, define as medidas de prevenção para diminuir o número de vítimas, aponta as ações de prevenção, identifica respostas mais céleres no atendimento por parte de instituições como os tribunais, contempla medidas para a reabilitação do agressor e garante apoio psicológico e material às vítimas (BO, I Série, nº 2, 2011; ICIEG, 2011b).

O segundo Plano Nacional de Combate à VBG – II PNVBG – propõe, na linha do primeiro, a continuidade do investimento na prevenção da VBG, mas dando maior ênfase aos setores da educação e da comunicação social e apostando no empoderamento das vítimas e potenciais vítimas, não só na vertente da autonomia económica, mas também na autonomia física e na tomada de decisões (ICIEG, 2014b). Este plano (ICIEG, 2014b) também propõe medidas para que a Lei Especial sobre a VBG cumpra seus objetivos nos âmbitos da punição enquanto a sensibilização não alcançar os objetivos propostos.

### **3.3 Estatísticas de género. A situação de Cabo Verde**

A produção e a disseminação das estatísticas de género em Cabo Verde começam a ser objeto de discussão, em 2005, com a realização do módulo sobre a VBG no II-IDS (INE, 2005), dando por sua vez vazão a uma das diretrizes da IV Conferência da ONU sobre a Mulher no sentido de os países produzirem dados desagregados por sexo como forma de dar visibilidade às desigualdades existentes (ICIEG, 2016).

Com esta preocupação, mas também com a de ter dados que suportem as políticas públicas de combate às desigualdades de género, a produção de estatísticas de género vem

sendo feita com alguma regularidade através de inquéritos e relatórios do Instituto Nacional de Estatística (INE). Todavia, ainda existem desafios em matéria de estatísticas de género a serem superados, designadamente 1) a ausência de estatísticas de género em várias áreas, 2) um vazio legislativo sobre a produção de estatísticas de género e 3) a inexistência de mecanismos de coordenação na produção e disseminação das estatísticas de género (ICIEG, 2016).

Um dos exemplos de “boas práticas” na produção de estatísticas de género é o livro intitulado “Mulheres e Homens em Cabo Verde: Factos e Números” que vem sendo produzido desde 2008 com o propósito de promover a produção e a utilização de dados desagregados por sexo para servir de suporte às ações de advocacia na promoção da igualdade de género. Este documento conhece já quatro edições (INE, 2017, 2015, 2012, 2008), e tem como propósito ser um instrumento fundamental para:

*(...) a planificação, execução, monitorização e avaliação de políticas públicas que promovem e contribuem para a igualdade de género no país (...) dar visibilidade aos fossos de género existentes na sociedade cabo-verdiana, através da disponibilização de dados e informações atualizados sobre as diferentes temáticas (INE, 2017:6).*

As estatísticas demográficas desagregadas por sexo, no país, têm sido feitas com regularidade, em formato de censos e inquéritos. Conforme o quadro 4, Cabo Verde possui uma população de aproximadamente meio milhão (491.683) de habitantes segundo o último censo geral da população realizado em 2010 (INE, 2010), com tendência para aumentar, conforme as projeções do INE para o horizonte 2010-2030 (INE, 2012a). Assim, o país contava, em 2017, com uma população de 537.231 habitantes (INE, 2017a), sendo 49.8% do sexo feminino e 50.2% do masculino, e a relação de feminilidade (0.98) aponta para o equilíbrio entre a população feminina e masculina.

Cabo Verde é um país jovem, em que mais de metade da população tem menos de 30 anos, representando 63.5% da população (INE, 2010). Contudo, numa análise longitudinal, os dados apontam para a diminuição do índice de fecundidade e da taxa da natalidade, com consequente impacto no crescimento da população. Em dezassete anos (2000 a 2016), o índice de fecundidade diminuiu de 4 para 2.3 filhos por mulher (INE, 2017a).

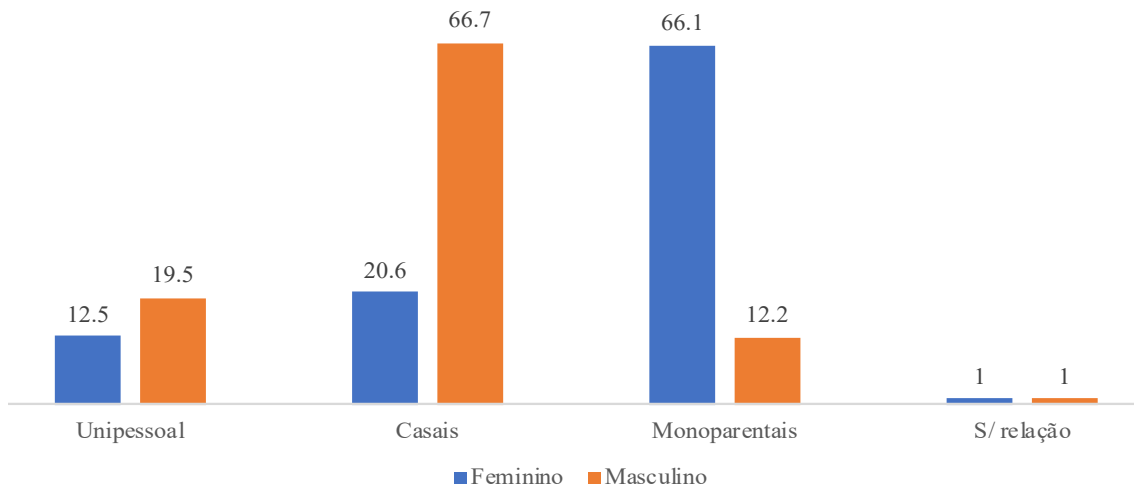
**Quadro 4. Indicadores demográficos desagregados por sexo**

<b>Indicadores</b>		<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>
População	Total	49.7%	50.3%
	Rural	50.5%	49.5%
	Urbana	50.1%	49.9%
	0-14 anos	29.8%	30.1%
	15-64 anos	63.5%	65.7%
	65 e + anos	6.7%	4.1%
Representante do agregado familiar		49.2%	50.8%
Taxa de natalidade (‰)		19.0	19.7

*Fonte:* adaptado de INE, 2017a, 2010.

Relativamente à chefia ou liderança dos agregados familiares, estes são representados por homens (50.8%) e mulheres (49.2%), com diferença de 0.6% (cf. figura 1). Todavia, decompondo este número por tipologia do agregado familiar, a mulher acumula a liderança dos agregados monoparentais em 66.1% dos casos, tanto dos nucleares (27.9%) quanto dos compósitos (38.2%). O tamanho médio dos agregados ronda 3.6 pessoas (INE, 2017a).

**Figura 1. Proporção de agregado familiar por tipo e sexo do representante**



Fonte: INE, 2017a.

A produção de estatísticas sociais – na área da educação, saúde, VBG, direitos reprodutivos e participação política – tem sido feita com regularidade. Os indicadores sobre a educação, saúde e direitos reprodutivos são produzidos anualmente e os relativos à participação política são produzidos em períodos pós-eleitorais. Estes indicadores de género enquadram-se nos campos da autonomia física e da tomada de decisão.

As estatísticas de género no setor educativo, apresentadas no quadro 5, demonstram que o país conseguiu, em alguns indicadores, aproximar-se de uma situação de igualdade entre homens e mulheres. O acesso à educação com a escolarização de crianças e jovens assim como a alfabetização de adultos mostra resultados consideráveis, traduzindo e reforçando uma sociedade mais igualitária nesta área (INE, 2010).

A diferença entre homens e mulheres alfabetizados, com 15 e mais anos, é de aproximadamente 11% desfavorável para as mulheres, ou seja, 93.3% de homens alfabetizados e 84.7% mulheres (INE, 2017c). esta preponderância mantém-se tanto no meio rural quanto urbano, confirmando o regime de exclusão das mulheres à educação (por motivos sociais, culturais e económicos) durante anos, que só se veio a alterar com

a independência do país. A partir da independência e décadas seguintes, com as políticas de promoção da educação para as mulheres, e nas décadas seguintes, com o forte investimento público dedicado a esta área, as meninas e mulheres puderam aceder à escola em iguais circunstâncias dos rapazes e homens. Globalmente, 98.8% dos jovens entre os 15 e os 24 anos de ambos os sexos em idade escolar obrigatória (8º ano de escolaridade e idade média de 15 anos) encontram-se a frequentar um estabelecimento de ensino (INE, 2017c).

A proporção de estudantes que aprovam no ensino básico situa-se entre os 90.1%, com uma taxa menor entre os meninos (87.3%) do que meninas (93.1%) (MED, 2017). No ensino secundário, a taxa de aprovação é de 69.7%, sendo que a taxa entre as meninas é maior (74.7%) do que entre os meninos (64.2%) (MED, 2017). Quanto à taxa de reprovação, nos dois níveis de ensino, ocorre maioritariamente entre meninos do que entre meninas. No ensino básico, a taxa de reprovação situa-se em 6.2% para meninas e 11.3% para os meninos; e, no ensino secundário, situa-se em 19.7% nas meninas e 27.4% nos meninos (MED, 2017).

Na análise da proporção de docentes, tomando em consideração a variável sexo, verificamos que no ensino básico as mulheres são a maioria, representando cerca de 71%; para os outros níveis de ensino – secundário e superior – a situação inverte-se, ou seja, os homens são a maioria dos docentes tanto no ensino secundário (53.7%) quanto no ensino superior (59.7%) (MED, 2016).

**Quadro 5. Indicadores sobre a educação desagregados por sexo**

Indicadores		Sexo	
		Masculino	Feminino
Taxa de alfabetização		92.5%	82.8%
Taxa líquida de escolarização	Ensino Básico	94.6%	90.8%
	Ensino Secundário	66.9%	75.6%
Percentagem de aprovação	Ensino Básico	87.3%	93.1%
	Ensino Secundário	64.2%	74.7%
Taxa de abandono	Ensino Básico	1.1%	
	Ensino Secundário	7.0%	
Percentagem de reprovação	Ensino Básico	11.3%	6.2%
	Ensino Secundário	27.4%	19.7%
Percentagem de professore/as	Ensino Básico	29.0%	71.0%
	Ensino Secundário	53.7%	46.3%
	Ensino Superior	59.7%	40.3%

Fonte: adaptado de MED, 2017, 2016.

As estatísticas de género referentes à saúde, conforme o quadro 6, indicam uma desigualdade desfavorecendo os homens, tanto a nível da demanda – os homens procuram os serviços de saúde para situações de tratamento em casos de doença enquanto as mulheres procuram sobretudo em contextos preventivos – quanto da oferta – técnicos e especialidades médicas disponíveis são desiguais em desfavor aos homens.

As mulheres vivem, em média, mais oito anos do que os homens. A esperança de vida à nascença é de 79.7 anos para as mulheres e 71.1 anos para os homens (INE, 2017a). A taxa de mortalidade infantil tem diminuído ao longo dos últimos anos, por exemplo em 2000 a taxa era de 20‰, diminuindo para 15.4‰ em 2015 (MSSS, 2017; ICIEG, 2011b). A mortalidade materna também tem diminuído, com os últimos dados a indicar que por 100.000 nascidos vivos morrem 18.8 mulheres (MSSS, 2017).

**Quadro 6. Indicadores sobre a saúde desagregados por sexo**

Indicadores	Sexo	
	Masculino	Feminino
Esperança de vida (anos)	71.1	79.7
Taxa de mortalidade infantil (‰)	18.6	12.3
Mortalidade materna (por 100 000)		18.8

Fonte: INE, 2017a, MSSS, 2017.

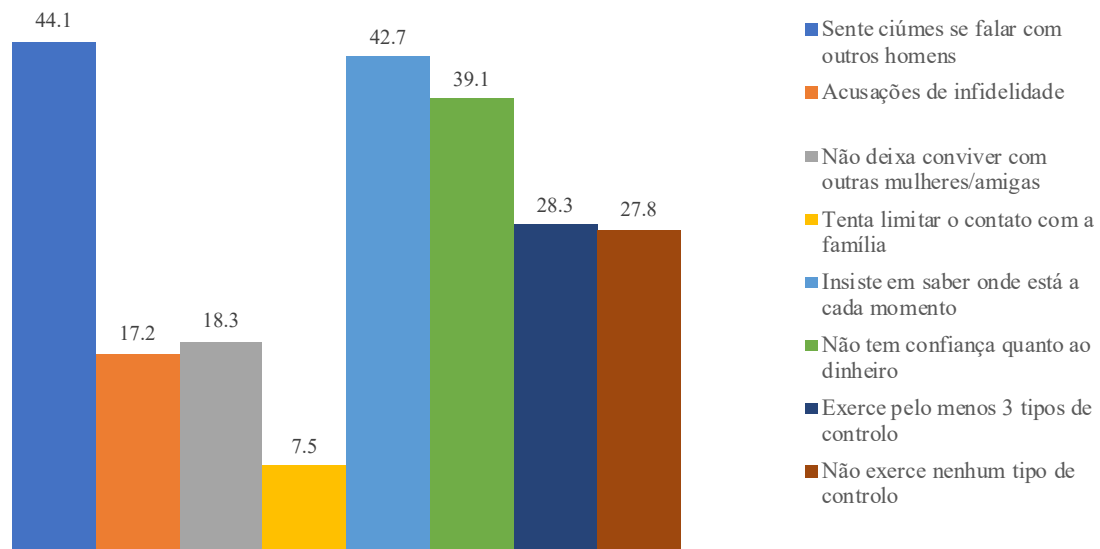
A Taxa de Mortalidade Geral (TMG) situou-se em 2016 em 4.8%, mais elevada para os homens (5.3%) do que as mulheres (4.4%) e as causas da mortalidade para ambos são diferenciadas, enquanto para os homens predominam causas por fatores externos e traumatismos para as mulheres as principais causas de morte são naturais, predominando as relacionadas com doenças de sangue e de pele (INE, 2017a). As diferenças entre a mortalidade feminina e masculina traduzem, em parte, as representações e papéis sociais de género atribuídos de forma diferenciada e desigual entre meninas e meninos e homens e mulheres que influenciam escolhas, comportamentos e consequentemente a exposição ou proteção ao risco de acidente ou saúde. Neste sentido é sabido que os homens estão mais expostos a acontecimentos violentos, acidentes de trânsito e de trabalho e outras situações relacionados com os hábitos e condições de vida, nomeadamente alcoolismo, doenças de vias respiratórias, entre outras (INE, 2017a).

Quanto às estatísticas de género sobre a VBG, só em 2005 inicia-se a produção e disseminação dos dados relativos a esses indicadores. Em 2005, o INE realizou o primeiro grande inquérito (II-IDRS) com a introdução de um módulo para mapear as situações de violência, com particular enfoque na violência contra a mulher. Este inquérito identificou, em termos quantitativos, os tipos, as situações e os contextos de violência.

Os dados do II-IDRS (INE, 2005) constataram que 21.5% de mulheres sofrem algum tipo de violência e que na maioria destes casos, a agressão é perpetrada por antigos (22.2%) e

atuais (18.8%) maridos/companheiros. Os dados recentes sobre a VBG indicam que 89% das vítimas são mulheres com idades compreendidas entre os 22 e os 30 anos e a maioria dos autores (89.5%) são homens com idades compreendidas entre os 31 e os 45 anos (INE, 2017a). Ainda, os dados do II-IDRS (INE, 2005) indicam, conforme a figura 2, a existência de práticas de controlo que configuram situações de VBG como imposição de restrições de relacionamento, mobilidade e de acesso aos recursos e rendimentos do agregado familiar; bem como outros tipos de limitações quanto à tomada de decisão.

**Figura 2. Percentagem de mulheres que referem a práticas de controlo por parte do marido/companheiro**



Fonte: adaptado de ICIEG, 2014a.

A presença no poder político, em Cabo Verde, é masculinizada e dominada por homens. Na esfera representativa, onde a escolha é feita através das eleições, autárquicas e legislativas, os homens dominam claramente o cenário. Conforme o quadro 7, nos últimos dez anos, a representação feminina no poder legislativo e autárquico, nos últimos dez anos, não tem chegado a  $\frac{1}{4}$  da população eleita (INE, 2017a; ICIEG, 2011b) – candidatam-se e elegem-se predominantemente homens. Na esfera do poder executivo, os sucessivos governos, desde 2006, têm considerado a paridade – 40 a 60% de



representação de cada um dos sexos – (ICIEG, 2011b), com exceção do de 2016. Todavia esta esfera de poder não é eletiva, mas de nomeação, dependendo da escolha e da sensibilidade do chefe do governo (primeiro-ministro), podendo num determinado momento verificar-se ou não a paridade nesta instância de poder.

Em outras esferas de poder e decisão – ONGs, associações e empresas – mantêm-se a predominância da representação masculina nestas instâncias e as mulheres continuam, apesar de todo o trabalho político para o aumento da participação das mulheres, pouco representadas e, muitas vezes, por grandes margens de diferença. As associações comunitárias e ONGs são exemplos desta realidade: apenas 11.1% das mulheres estão representadas nos seus órgãos sociais (INE, 2017a). Quanto à liderança empresarial, o aumento da participação das mulheres, nesta esfera, tem sido lento. A maioria das empresas ativas é gerida e liderada por homens (65%). Quando possuem contabilidade organizada, a proporção aumenta ainda mais (82%) e quando são empresas sem contabilidade organizada – maioritariamente no domínio da informalidade – a percentagem baixa sendo 43% lideradas por mulheres (INE, 2017a).

**Quadro 7. Indicadores sobre o exercício de poder e liderança desagregados por sexo**

Esfera de poder	Indicadores	Sexo	
		Masculino	Feminino
Legislativo	Deputados eleitos no Parlamento	55	17
Autárquico	Presidentes de Câmaras Municipais	22	0
	Membros da Assembleia Municipal	19	3
	Vereadores das Câmaras Municipais	109	29
Presidentes de ONG e Associações Comunitárias de Base		11.1%	83.1%
Liderança nas empresas		65%	35%
Empresas com contabilidade organizada		82%	18%
Empresas sem contabilidade organizada		57%	43%

Fonte: INE, 2017a.

As estatísticas económicas desagregadas por sexo enquadram-se no campo da autonomia económica. A produção de estatísticas relativas à economia durante muito tempo

considerou apenas os indicadores sobre a economia produtiva, deixando uma franja significativa da população feminina fora do escopo da análise ao não considerar indicadores relativos à produção e ao consumo no âmbito da economia reprodutiva, contribuindo assim para descurar o contributo que a este nível as mulheres injetam nos setores produtivos e de geração de riqueza do país. Em 2012, e pela primeira vez, um módulo específico sobre o “Uso do Tempo” é integrado nos inquéritos multiobjetivos do INE, permitindo o conhecimento da situação de produtividade tanto de homens e mulheres, quanto à economia produtiva bem como à economia reprodutiva.

A análise das estatísticas de género no setor económico, conforme o quadro 8, apresenta a situação em relação à economia produtiva. Os dados demonstram a situação desigual e precária das mulheres em relação aos homens. Na economia produtiva, onde o trabalho é reconhecido e valorizado, os homens aparecem como os participantes principais. Por sua vez, na economia reprodutiva, onde o trabalho não é reconhecido nem valorizado, as mulheres são as participantes principais.

Os indicadores económicos assinalam pela comparação, a precariedade da situação das mulheres relativamente à dos homens. A população economicamente ativa (59.2%), é maioritariamente composta por homens (66.3%); a população economicamente inativa (40.8%) é maioritariamente composta por mulheres (47.9%); em relação ao desemprego, a taxa (12.2%) mostra que 12.8% das mulheres encontram-se em situação de desemprego embora com pouco diferença em relação aos homens (11.8%) (INE, 2017a).

Quanto à situação de pobreza, os dados apontam que, de quase meio milhão de habitantes, cerca de 35% desta população vive em situação de pobreza e, destes, a maioria é do sexo feminino (53%), residem no meio urbano (51%), em agregados familiares monoparentais

(44%) de seis ou mais pessoas (61%) (INE, 2015b). A pobreza tem um rosto feminino em Cabo Verde, as mulheres, além de serem as mais pobres, representam a maioria dos agregados monoparentais e numerosos.

**Quadro 8. Indicadores sobre a situação económica desagregados por sexo**

Indicadores	Sexo	
	Masculino	Feminino
Taxa de atividade da população	66.3%	52.1%
Taxa de inatividade da população	33.7%	47.9%
Taxa de desemprego	11.8%	12.8%
Taxa de pobreza	47%	53%

Fonte: adaptado de INE, 2017b, 2015b.

O setor informal da economia é outro de rosto feminino no país. Da totalidade de agentes económicos informais 58.8% são mulheres, a maioria possuindo o nível básico de instrução (INE, 2015b). Neste setor, a maioria das mulheres integram o comércio (76.4%) e a indústria (53.4%) enquanto os homens estão nos setores dos serviços (53.6%) (INE, 2015b).

Em relação ao Trabalho Não Remunerado (TNR), também comumente denominado de trabalho reprodutivo, o inquérito permitiu mapear a carga de trabalho não pago prestado por homens e mulheres, trabalho esse não contabilizado nas contas nacionais. A análise dos tipos de trabalho não remunerados indica que os homens se dedicam mais a trabalhos não remunerados, fora dos agregados familiares, enquanto as mulheres se dedicam mais aos trabalhos não remunerados, dentro dos agregados familiares. A análise da taxa de TNR e da respetiva carga horária global aponta para uma participação diferenciada e desigual de homens e mulheres. A taxa de realização do TNR das mulheres ronda os 90% enquanto a dos homens é de 73%, com as mulheres dedicando-lhe em média 63 horas

semanais enquanto que para os homens, o mesmo global semanal é de 38 horas (INE, 2012c).

Os indicadores de género relativos às estatísticas demográficas, sociais e económicas, indicam que o país vem alcançando uma posição de maior equilíbrio entre os homens e as mulheres. Entretanto, alguns indicadores chamam a atenção para nichos de uma acentuada disparidade entre os homens e as mulheres. Nos setores da participação política e económica, os dados revelam desequilíbrios de género em desfavor das mulheres enquanto nos setores da educação e saúde a leitura das desigualdades revela desfavor para os rapazes e homens.

Por exemplo, a nível dos *rankings* internacionais, tomando como parâmetro a análise do Fórum Económico Mundial<sup>13</sup>, os dados mostram que Cabo Verde tem melhorado os seus indicadores, revelando uma tendência niveladora relativamente às disparidades de género. Num quadro comparativo com outros países, os dados mostram que o país tem estado entre as primeiras cinquenta posições, com exceção do ano de 2017 (Global Gender Gap Report, 2017, 2016, 2015, 2014, 2013, 2012). Porém, analisando os indicadores isoladamente, revelam-se disparidades e uma oscilação no *ranking*, posicionando Cabo Verde nas primeiras posições no que se refere aos indicadores relativos à educação e saúde, mas caindo para quase as últimas posições no que se refere aos indicadores económicos e políticos. Desta feita, o país deve continuar no caminho que vem trilhando até agora, pela promoção da igualdade de género, para alcançar oportunidades iguais entre homens e mulheres.

---

<sup>13</sup> Os dados relativos a Cabo Verde são analisados desde 2012 (Global Gender Gap Report, 2012).

## **Capítulo 4. Setor agrícola e as dinâmicas de desenvolvimento**

### **4.1 Perfil de género no setor agrícola**

O meio rural cabo-verdiano caracteriza-se pela prática da agricultura, em particular a do sistema de sequeiro e da pecuária. Quase todos os agregados familiares dedicam-se a estas atividades. Embora a agricultura seja a atividade principal, constitui um desafio para o país na medida em que a extensão de terras férteis corresponde a não mais que 10% do total do território nacional e a prática da agricultura depende das chuvas, que são escassas. A agricultura de sequeiro depende diretamente das chuvas, sendo praticada por um número significativo de mulheres, enquanto que a de regadio é dominada pelos homens. O mercado de trabalho no meio rural baseia-se no setor primário com atividades ligadas à agricultura. A pobreza afeta, em particular, as comunidades rurais, especialmente as mulheres e os agregados familiares por elas representados.

É este o contexto que caracteriza o meio rural cabo-verdiano, afetando, em particular, a situação das mulheres e determinando o perfil de género neste espaço. Os últimos dados relativos ao Recenseamento Agrícola, que passaremos a apresentar<sup>14</sup>, caracterizam a situação da população que se dedica à Agricultura, dos agregados familiares, do sistema de produção, da estrutura agrária e demais indicadores segundo a situação de homens e mulheres.

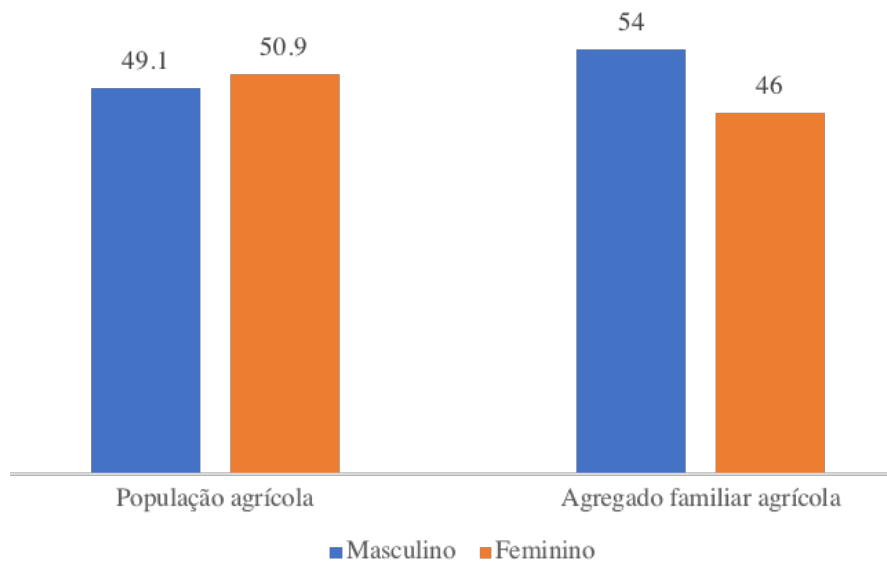
Em 2015, a população agrícola era constituída por 182.396 pessoas, correspondendo a 34.8% da população total do país (MAA, 2015). Conforme a figura 3, 50.9% da

---

<sup>14</sup> Cf. o Quadro 1 no Anexo V para mais informações sobre as características da população e dos agregados familiares agrícolas das ilhas habitadas.

população agrícola são mulheres e 49.1% homens. A maioria da população agrícola vive no meio rural (65.1%), é jovem com menos de 35 anos de idade (64.7%) e escolarizada (43.1% possuem o Ensino Básico e 32.2% o Secundário), sendo que os homens detêm níveis de escolaridade mais elevados do que as mulheres. Dos 42.470 agregados familiares agrícolas, 54% são representados por homens e 46% por mulheres (cf. figura 3) e 65.3% residem no meio rural (MAA, 2015).

**Figura 3. Distribuição por sexo da população agrícola e do representante do agregado familiar**

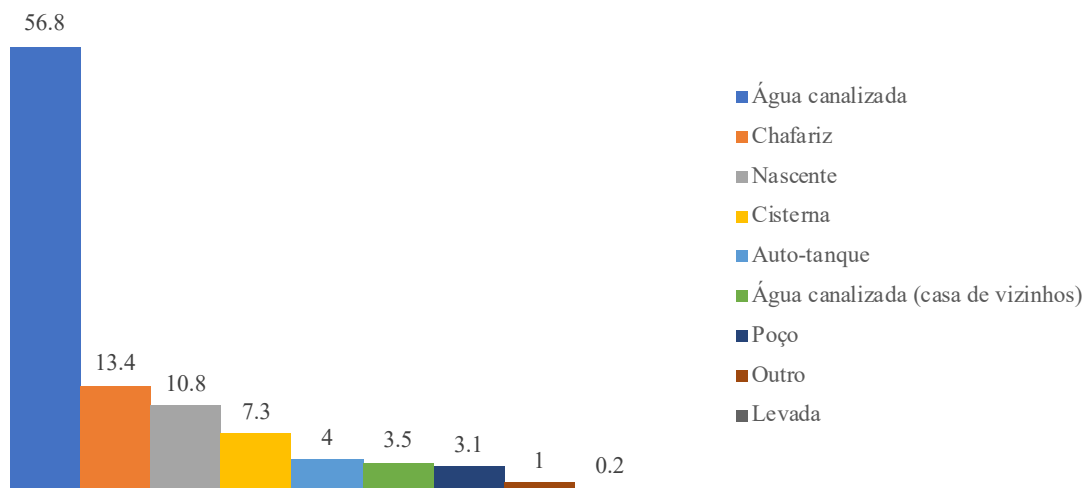


Fonte: adaptado de MAA, 2015.

A análise do censo agrícola revela ainda que os agregados familiares agrícolas representados por homens possuem melhores níveis de conforto relativamente às fontes de energia para iluminação, para cozinhar e às fontes de abastecimento de água. Ainda, 79.2% utilizam a eletricidade como fonte de iluminação, sendo que os agregados representados por homens (54%) lideram a utilização desta fonte de energia (MAA, 2015). A lenha (52%) e o gás butano (47%) são as principais fontes de energia para cozinhar utilizadas.

A lenha (52%) e o gás butano (47%) são as principais fontes de energia para cozinhar utilizadas. A análise de género por representante do agregado revela, no entanto, que a lenha é a fonte de energia para cozinhar mais utilizada nos agregados representados por mulheres (51%), enquanto que o gás butano é a fonte mais utilizada nos agregados representados por homens (59%) (MAA, 2015). A lenha é utilizada pelos agregados mais pobres e vulneráveis, que fazem a coleta nos campos de forma gratuita. Quanto às fontes de abastecimento de água, 7 em cada 10 agregados familiares agrícolas acedem à água através da rede pública, sendo 54% dos agregados representados por homens e 46% por mulheres (MAA, 2015), conforme a figura 4.

**Figura 4. Distribuição dos agregados familiares agrícolas segundo fontes de abastecimento de água**



Fonte: MAA, 2015.

A agricultura representa 7.4% do PIB de Cabo Verde. País do Sahel, Cabo Verde situa-se na fronteira agroecológica entre o árido e o semiárido, condições adversas à produção agrícola que justificam a sua baixa participação na geração de riqueza nacional. A produção agrícola é, porém, crucial a subsistência doméstica (Diallo *et al*, 2018). Segundo estimativas, a taxa de pobreza entre trabalhadores agrícolas é de 44% (Diallo *et al*, 2018), superior à média nacional que é de 35%.

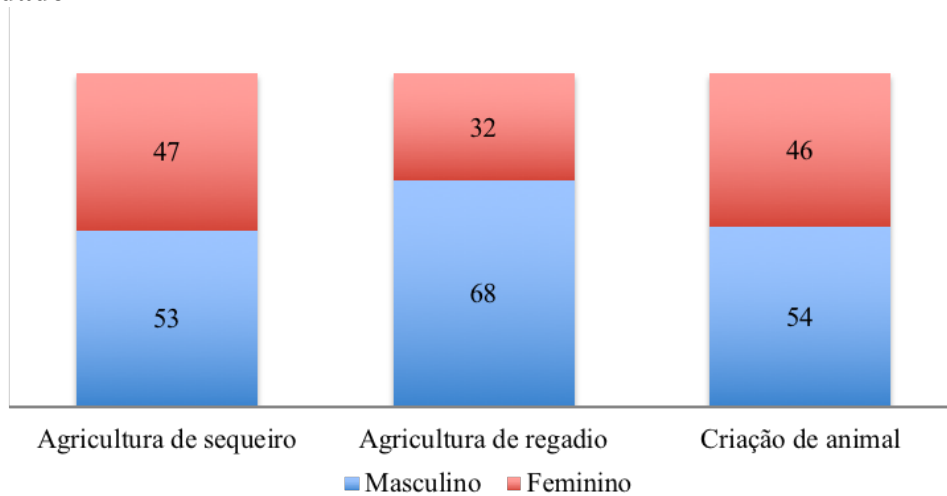
As ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Fogo, Brava e Santiago são as ilhas mais agrícolas do país. São também as mais pobres. Em quase todos os concelhos destas ilhas, a taxa de pobreza ultrapassa a média nacional (INE, 2015b). As ilhas de Boa Vista, do Sal e de São Vicente são as ilhas menos pobres de Cabo Verde, com uma incidência de pobreza abaixo da média nacional (35%). São ilhas urbanas que vivem do turismo e de serviços. Quando comparados os dados de pobreza desagregados por sexo, verifica-se que a nível nacional as mulheres são mais pobres do que os homens, e nas ilhas predominantemente agrícolas a diferença entre ambos é ainda maior.

Os dados informam que a criação de animais, a agricultura de sequeiro e a de regadio constituem as três principais atividades agropecuárias geradoras de rendimento dos agregados familiares rurais (cf. figura 5). A criação de animais é desenvolvida por grande parte dos agregados familiares (48%), seguida da agricultura de sequeiro (41%) e, por fim, a agricultura de regadio (11%).

Os agregados familiares representados pelos homens lideram todas estas atividades, sendo que a maior diferença entre os agregados representados por homens e mulheres se encontra na agricultura de regadio, na qual 67.2% dos agregados são representados por homens e 31.8% por mulheres. Entre a agricultura de sequeiro e a criação de animais, esbatem-se as diferenças quanto ao género do representante do agregado familiar. Por exemplo, na agricultura de sequeiro a proporção é de 53% de agregados representados por homens para 47% de agregados com mulheres nessa mesma posição.



**Figura 5. Distribuição de agregados familiares agrícolas por sexo do representante e atividade**



*Fonte:* adaptado de MAA, 2015.

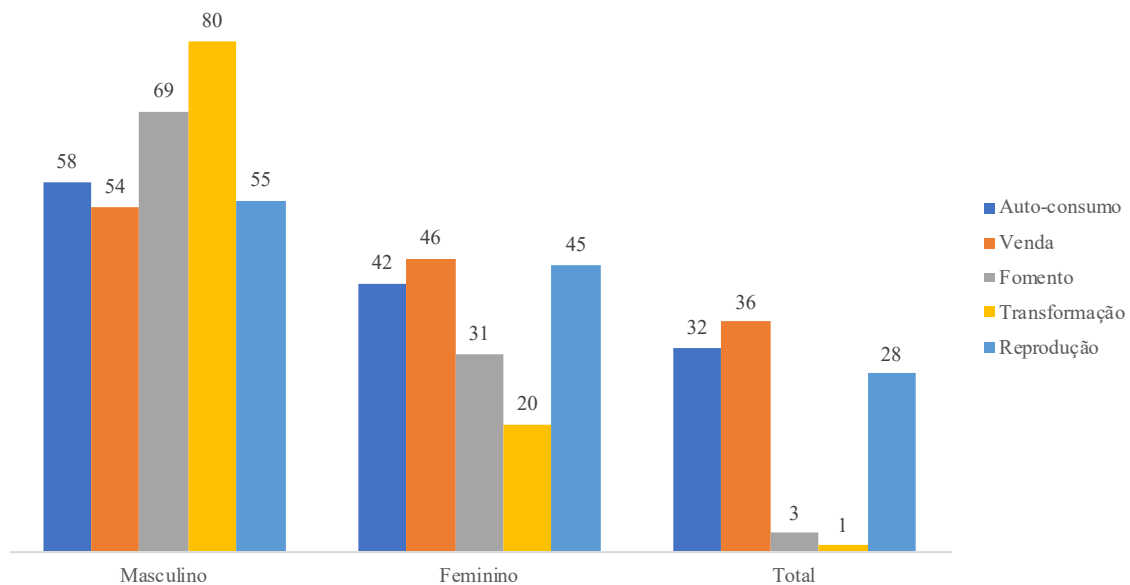
A agricultura de sequeiro destina-se quase exclusivamente ao autoconsumo (96%); contrariamente à agricultura de regadio, em que o principal objetivo da produção é a venda (73%), dedicando apenas 27% do volume total produzido ao autoconsumo (MAA, 2015). Neste tipo de atividade, também predominam os agregados familiares representados pelos homens, seja entre os que produzem para a venda (74%) seja entre os que produzem para ao autoconsumo (66%) (MAA, 2015).

O mesmo cenário se verifica em relação à pecuária (cf. figura 6), envolvendo predominantemente agregados familiares liderados por homens, independentemente dos objetivos de produção – autoconsumo, venda, fomento, transformação e reprodução. Neste tipo de atividade, a venda, o autoconsumo e a reprodução são os objetivos principais de produção. Todavia, a transformação e a reprodução poderão, igualmente, ser destinadas para o autoconsumo como para a venda.

Uma percentagem (1%) dos agregados dedica-se à transformação dos produtos agropecuários (queijo, manteiga, linguiça, chouriço, doces, licores, vinho, farinha de mandioca, etc.) sendo destes 60% são representados por homens (MAA, 2015).

A análise de género mostra uma correlação positiva entre a ocupação com atividades mais produtivas e rentáveis e a presença masculina.

**Figura 6. Distribuição dos agregados familiares agrícolas segundo o sexo do representante e os objetivos da produção da pecuária**



Fonte: adaptado de MAA, 2015.

A venda dos produtos agrícolas é feita, na sua grande maioria, por uma categoria social designada de “rabidantes”, composta maioritariamente por mulheres. A “rabidância” não é uma atividade exclusiva das mulheres. Contudo protagonizam um papel importante e ativo, deslocando-se aos campos agrícolas, negociando com os agricultores, comprando e transportando para vender nos mercados das comunidades, dos concelhos e das ilhas.

As rabidantes são responsáveis pela comercialização de inúmeros produtos que vão desde géneros alimentícios, como peixe, verduras e legumes, até roupas, calçados e bijuterias,

possibilitando intensas trocas comerciais, tanto no contexto das comunidades, dos concelhos, entre as ilhas como além-mar [África, Europa e América] (Silva, 2012). Na verdade, diante desta diversidade de práticas, que envolve a ravidância, é perceptível a existência de ravidantes comunitárias, locais, nacionais e internacionais, ou como designa Silva (2012) transatlânticas.

A “ravidância” é uma atividade comercial, geralmente, enquadrada no setor informal, desenvolvido maioritariamente por mulheres, e que tem contribuído para que aquelas desenvolvam esta atividade e adquiram um *status* crucial na economia local. Aliás, a compra e venda de produtos em feiras, ruas e mercados tem impulsionado as ravidantes a viajarem por diversos países na busca de produtos (Silva, 2012).

Uma pesquisa do INE mostra que cerca de 58.8% dos ativos do setor informal são mulheres (INE, 2015c). A “ravidância” tem servido como um dos eixos importantes de sustentação da economia cabo-verdiana, constituindo uma via importante de emancipação económica, ao proporcionar emprego e rendimento a uma ampla parcela da população feminina (Silva, 2015; Grassi, 2003). Todavia, segundo Silva (2015, 2012) essa possível independência financeira não corresponde completamente a uma emancipação dos papéis socialmente atribuídos; o que ocorre, na realidade, é uma sobreposição de atividades uma vez que elas continuam sendo elas a assumir as atividades domésticas e o cuidado com os filhos.

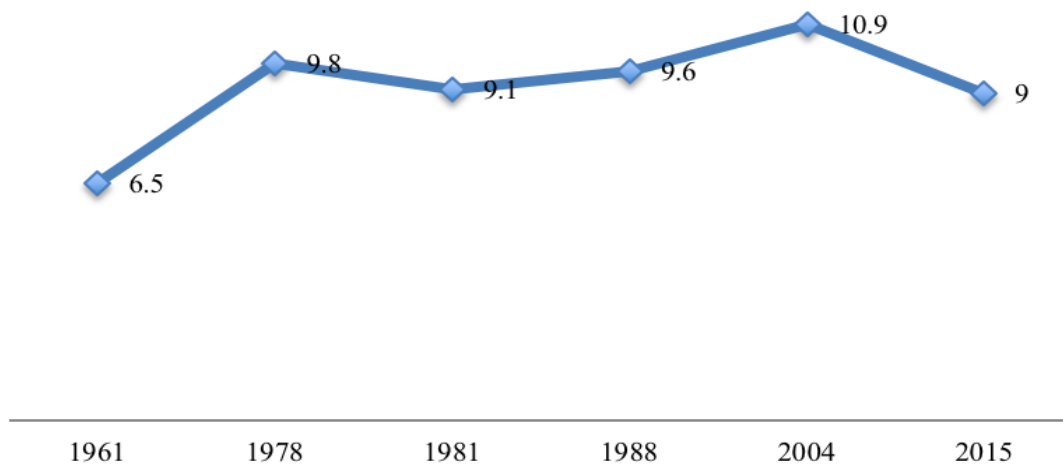
Vale ressaltar o debate em relação ao papel desempenhado pelas ravidantes, se se enquadram no âmbito do “informal” ou “formal” (Silva, 2012). Em geral, considera-se que o setor informal abrange todas as atividades económicas que não pagam impostos, no entanto, as fronteiras entre os setores formal e informal ficam ambíguas, na medida

em que muitas vendedoras “informais” pagam diariamente taxas aos agentes municipais (Silva, 2012).

#### 4.2 Estrutura agrária

Cabo Verde ocupa no seu conjunto uma superfície de 4.033 km<sup>2</sup>, da qual 9% equivalem à superfície de uso agro-silvo-pastoril. Desta superfície, 82.5% correspondem à área utilizada para praticar a agricultura (MAA, 2015). Além da área cultivada, a restante divide-se em: terras arborizadas (3%), terras para pastagens temporárias (2.5%), terras para pastagens permanentes (1.5%), terras em pousio (7%) e outras terras (3.5%). Nos últimos quarenta anos, conforme a figura 7, a área agrícola tem-se situado consistentemente entre os 9% e 10% da superfície do país.

**Figura 7. Evolução da proporção da área agrícola de uso agro-silvo-pastoril relativamente à superfície total do país**



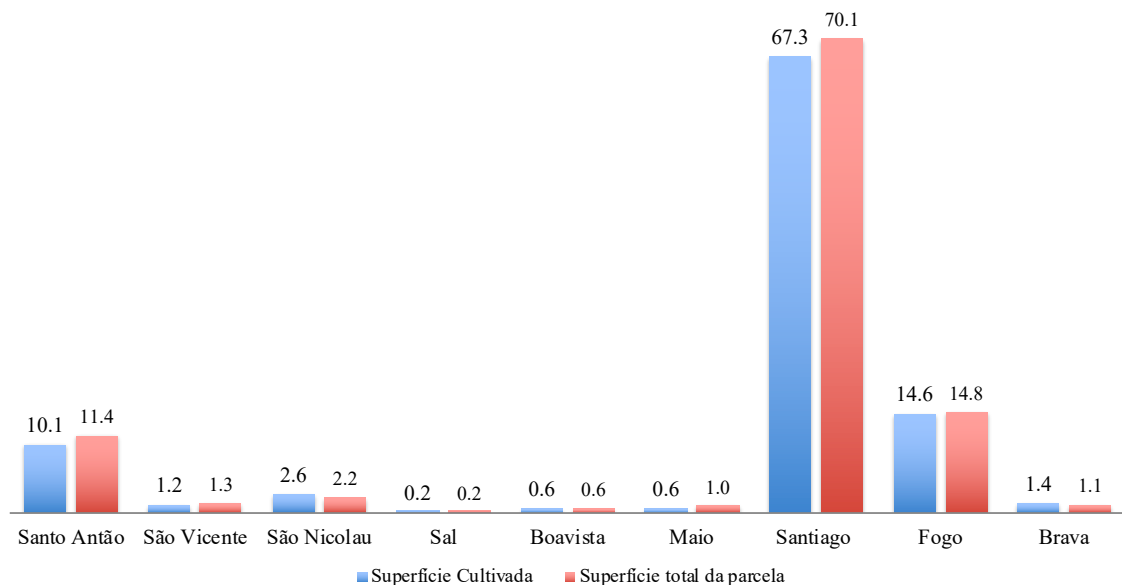
Fonte: adaptado de MAA, 2017.

Conforme a figura 8, as ilhas de Santiago, Santo Antão e Fogo são as que possuem a maior superfície cultivada. Em todas elas, tanto as parcelas dedicadas à agricultura de sequeiro como à de regadio são em maior número. A ilha de Santiago concentra

aproximadamente 70% da superfície arável do país, seguindo-se-lhe as ilhas do Fogo e de Santo Antão com cerca de 15% e 10%, respetivamente.

Na ilha de Santiago tem ocorrido um fenómeno de pulverização progressiva das terras por “parcelamento” (Silva, 2002) devido principalmente à transmissão por herança. Contrariamente, em Santo Antão, este fenómeno de fragmentação das parcelas não tem ocorrido, mantendo-se a composição da estrutura fundiária, com pequenos e grandes proprietários de terra (Santos, 2013).

**Figura 8. Proporção da superfície cultivada das parcelas agrícolas por ilha**



Fonte: adaptado de MAA, 2015.

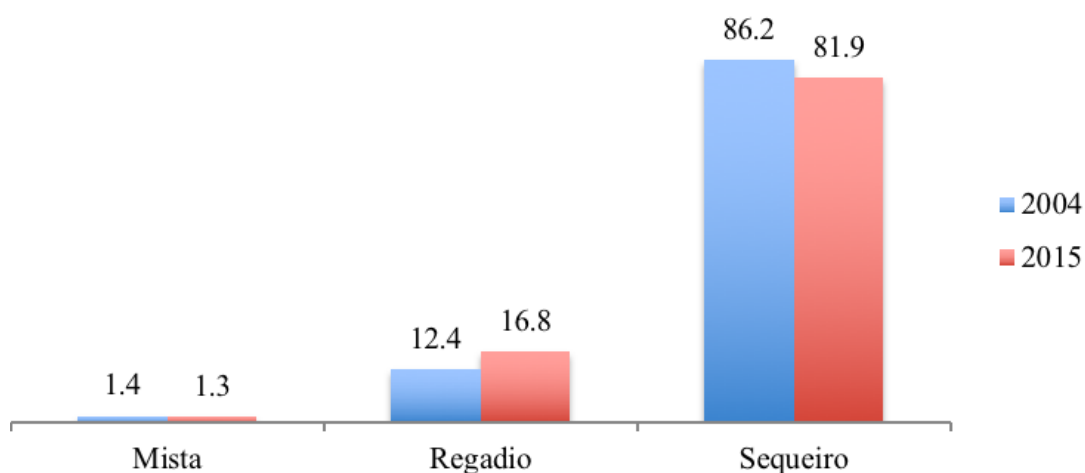
Os últimos dados sobre as questões agrárias (MAA, 2015) indicam a existência de 74.944 parcelas agrícolas familiares existentes no país<sup>15</sup>, destas 57.8% estão na ilha de Santiago. Cada agregado familiar explora em média 1.7 parcelas de terras e cada pessoa explora em média 0.4 parcelas de terra.

<sup>15</sup> Cf. o Quadro 2 no Anexo V para mais informações sobre as características agrárias das ilhas de Cabo Verde.

O regime de exploração dessas parcelas divide-se entre o sequeiro (81.9%), o regadio (16.8%) e o regime misto (sequeiro e regadio) (1.3%). Em termos de área, o sequeiro ocupa 61.415 *ha*, o regime de regadio 12.563 *ha* e o regime misto 966 *ha*, em que a terra é cultivada em sequeiro, durante as chuvas, e em regadio, na estação seca.

De 2004 a 2015 ocorreu uma reconversão de parte das áreas de sequeiro para regadio (cf. figura 9). As parcelas destinadas à agricultura de regadio aumentaram nesse período de 12% para 16%, enquanto as destinadas ao sequeiro sofreram uma diminuição de 86% para 82% (MAA, 2015). Esta reconversão deve-se, certamente, aos investimentos na mobilização da água para a rega, com a construção de infraestruturas hidráulicas, permitindo que áreas antes dedicadas ao sequeiro passassem a usufruir de rega.

**Figura 9. Evolução da proporção das parcelas agrícolas por regime de cultivo**



Fonte: adaptado de MAA, 2017.

Segundo os dados do MAA (2015), das 45.999 explorações agrícolas familiares, 85.3% dedicam-se à pecuária, 73.4% à agricultura de sequeiro, 31.7% à silvicultura e 18.9% à agricultura de regadio. Destas explorações, 59.1% localizam-se na ilha de Santiago – 13.6% em Santa Catarina e 8.9% em Santa Cruz – e aumentaram nas últimas décadas,

particularmente às dedicadas à produção agrícola de regadio e silvicultura enquanto as de sequeiro diminuíram -1.7% (cf. quadro 9).

**Quadro 9. Evolução de explorações agrícolas por tipo de atividade praticada**

Tipo	Ano			
	1988	2004	2015	Variação 2004/2015
Agrícolas	32.193	35.145	34.166	- 2.8
Sequeiro	31.834	33.895	33.309	- 1.7
Regadio	7.358	7.023	8.580	22.2
Silvicultura	—	1.112	14.380	1193.2
Total	—	44.450	45.399	2.1

Fonte: adaptado de MAA, 2017.

### **4.3 Políticas públicas de desenvolvimento agrícola**

Cabo Verde possui um setor agrícola de pequena dimensão e com baixa capacidade produtiva devido às condições climáticas e a um investimento público no setor agrícola inconstante, quiçá, ausente, nomeadamente na formulação de medidas de fomento e proteção como disponibilização de linhas de crédito agrícola ou importação subsidiada de fatores de produção como fertilizantes, sementes e pesticidas.

O acesso à água tem influenciado a produção agrícola ao longo da sua história. O país situa-se numa zona de transição, entre o árido e o semiárido, entre o deserto do Sahara e a região tropical árida designada Sahel (Almeida, 1998). O clima nesta zona é caracterizado por longas estações secas, intercaladas por períodos húmidos, que oscilam entre os três meses e alguns dias, com frequentes períodos secos durante a estação das chuvas (Almeida, 1998). Esta localização, confere a Cabo Verde condições ambientais de elevada vulnerabilidade em relação a fenómenos naturais extremos, especialmente os ciclos de seca e enxurradas, afetando a produção agrícola por vezes por vários anos e colocando em causa a sustentabilidade agrícola e alimentar do país.

Na verdade, conforme Finan & Langworthy (1997), o que desafia a sustentabilidade de Cabo Verde é a disparidade entre o tamanho da população rural e a escassez de terras aráveis, gerando uma alta densidade de ocupação e alimentando um ciclo vicioso assente na sobre utilização dos recursos naturais, além do limiar de carga do ecossistema agrícola. A ambiente natural do arquipélago faz das áreas produtivas um bem escasso; por sua vez, a utilização agrícola em vez de contribuir para a sua expansão, resulta muitas vezes no sentido contrário, transformando áreas inicialmente aráveis em improdutivas.

Finan & Langworthy (1997) identificaram diferentes padrões de acesso que constroem a capacidade das famílias para aumentarem os seus rendimentos através da agricultura. Associada a esta condição, o país possui uma franja significativa da sua população que enfrenta situações de vulnerabilidade socioeconómica, com cerca de 35% da população a viver na pobreza, maioritariamente mulheres (INE, 2015b). Ademais, o setor agrícola absorve cerca de 13.6% da força de trabalho ativa do país (INE, 2017b), constituindo o suporte económico e alimentar de muitas famílias do arquipélago.

A intervenção do Estado de Cabo Verde no sentido da modernização do setor agrícola, tem colocado no centro a questão do acesso à água para a agricultura (cf. figura 10). Desde a independência várias foram as políticas e os programas de investimentos elaborados e implementados com vista ao desenvolvimento da agricultura neste sentido.

De 1975 a 1980, o governo pós-independência colocou em marcha uma política de luta contra a erosão e desertificação, através de programas de conservação dos solos e da água e de florestação (MDR, 2015b). Ainda, depois da independência, o emprego público foi reestruturado, mantendo as mesmas características, passando a ser denominado de AIMO e, posteriormente, de FAIMO (Couto, 2001). As FAIMO geravam empregos temporários



para as populações rurais no setor da construção e obras públicas (benfeitorias agrícolas como diques e valas de contenção de caudais de enxurrada e de ligação das comunidades rurais às sedes e mercados) com o objetivo de assegurar rendimento e garantir o consumo mínimo (nas cooperativas) às famílias rurais, detentoras de poucos recursos e enfrentando muitas vezes situações de seca prologada (Ferreira, 2014).

Este programa tem sido, e por longas décadas, uma das políticas dos sucessivos governos do país, enquanto estratégia de combate à fome, garantia de emprego e rendimento para a população pobre que vive da agricultura de sequeiro e no meio rural. Este emprego público, mais conhecido como “estrada” (porque começou com o trabalho de construção de estradas), destinado à população mais carenciada, iniciou-se na época colonial para fazer face às secas e, consequentes crises de fome (Couto, 2001), fazendo-se também a leitura de que teria o duplo efeito de permitir conter a influência dos movimentos anticoloniais.

A partir de 1981, e até 1985, dá-se continuidade à política de conservação do solo e da água, através de programas de combate sistemático à desertificação e de preservação do património fundiário, mas reforçando a capacidade de captação da água e a extensão do regadio para a transformação da produção agropecuária (MDR, 2015b). De 1986 a 1990, continuou-se com o programa de luta contra a desertificação e erosão e de mobilização e valorização dos recursos hídricos continuou. Nesta década, foi criada e implementada a LBRA (Lei das Bases da Reforma Agrária), que foi posteriormente revogada; inicia-se também uma política de aumento da produção agropecuária, desenvolvimento da extensão rural e do associativismo, através do fomento da criação de cooperativas, da

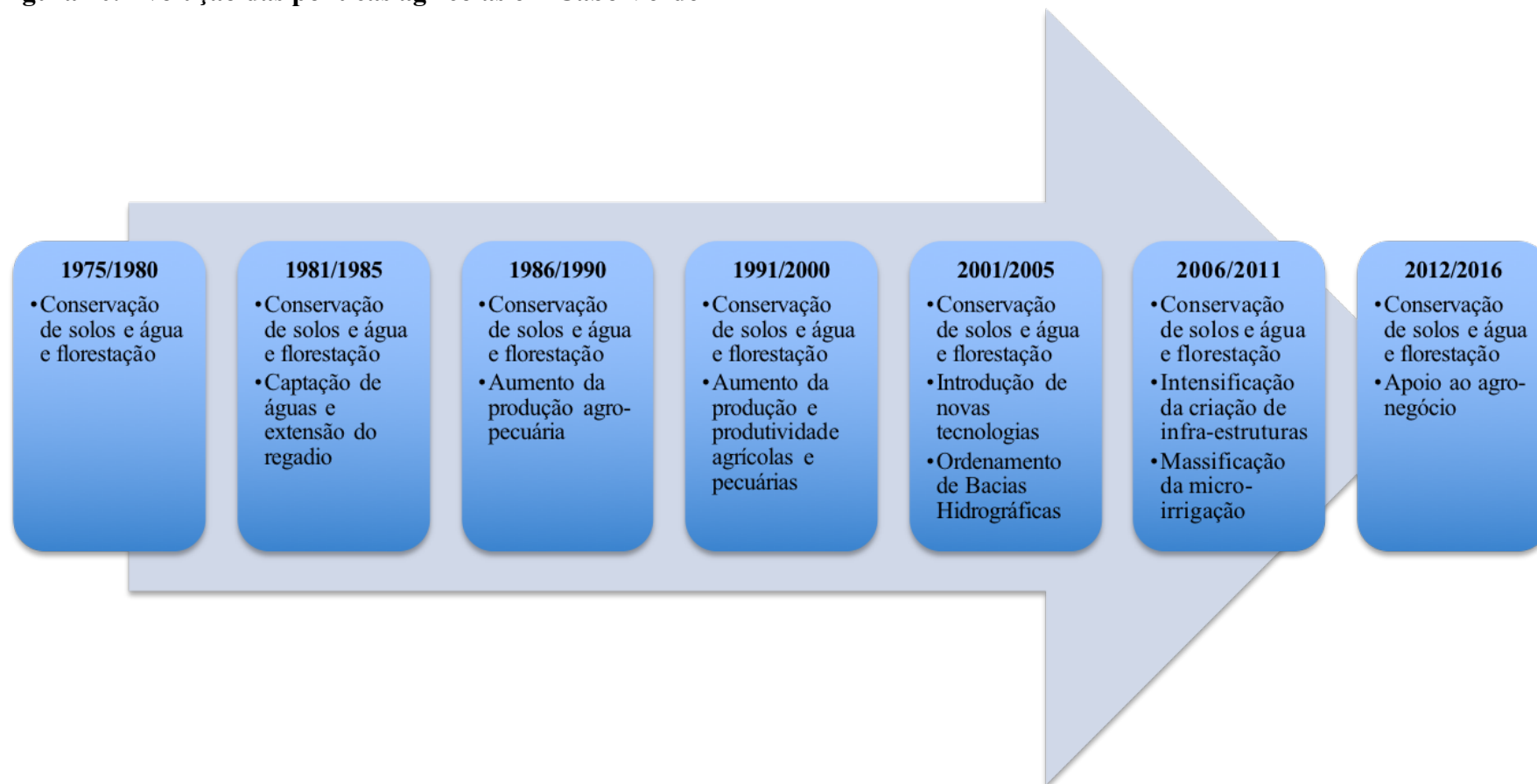
formação de quadros e investigação aplicada com a criação do INIDA (Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário) (MDR, 2015b).

Durante a década de noventa, ocorre a liberalização política e económica, dando origem à integração dinâmica de Cabo Verde na economia mundial (Ferreira, 2014). Nesse período, a preservação dos recursos naturais ocorreu simultaneamente com um aumento da produção e produtividade agrícolas, e o estímulo ao desenvolvimento do setor privado (MDR, 2015b).

A partir de 2001, o foco governamental esteve voltado para o alargamento da base produtiva, investindo no desenvolvimento da capacidade empreendedora e do crescimento do setor agrícola: (1) com o reforço e garantia da segurança alimentar, (2) com a introdução de novas tecnologias, (3) com a promoção de uma abordagem integrada de desenvolvimento das comunidades rurais e (4) com o início do projeto de Ordenamento das Bacias Hidrográfica (MDR, 2015b). A intensificação da criação de infraestruturas e a massificação da micro-irrigação ocorre a partir de 2006 (MDR, 2015b).

A partir de 2012 todo um programa de modernização agrícola é fomentado com a agenda “nova agricultura”, que busca transformar a agricultura de subsistência numa agricultura virada para o mercado através do “agronegócio” (DECRP III, 2013; MDR, 2015b).

**Figura 10. Evolução das políticas agrícolas em Cabo Verde**



Fonte: adaptado de MDR, 2015b.

A evolução da política agrícola teve uma forte aposta na captação da água para o desenvolvimento da agricultura, área de alocação prioritária de fundos públicos para as várias legislaturas. Os últimos instrumentos de políticas públicas do governo – o Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola (PEDA) e o Programa Nacional de Investimento Agrícola (PNIA) – foram elaborados e implementados para a gestão dos recursos no setor agrário, particularmente para o setor da água com subprogramas específicos de melhoria da sua gestão (MDR, 2013).

Por exemplo, o PNIA, iniciado em 2010, propôs investimentos no valor de 250 milhões de dólares destinados à modernização da agricultura. Cerca de 61% deste valor foi destinado a melhorarias na gestão de água, dos quais 52% orientados para a construção de barragens, abertura de furos, construção de poços, diques, sistemas de bombagem, unidades de dessalinização e reservatórios; e 9% para a promoção da irrigação, em especial da micro-irrigação (Reis, 2015; MDR, 2013).

O programa de mobilização da água para a rega na agricultura foi projetado através da construção de infraestruturas hidráulicas como as barragens<sup>16</sup>, centrais dessalinizadoras, diques de captação, perfurações, reservatórios, poços, nascentes, tanques, tubagens, levadas, sistemas elétricos de bombagem e bombas (MDR, 2015a). Estes investimentos contribuíram para um aumento considerável da quantidade de água disponível para a agricultura, permitindo, através do sistema de rega gota a gota, a massificação de novas

---

<sup>16</sup> O país conta com nove barragens: Poilão, Salineiro, Saquinho, Figueira Gorda, Flamengos e Principal (em construção) localizadas na ilha de Santiago; Canto Cagarra localizada na ilha de Santo Antão e Fajã localizada na ilha de São Nicolau.

tecnologias de produção, com a introdução de estufas e unidades hidropónicas, que resultou em ganhos para a produção agropecuária (DECRP III, 2013).

Apesar destes investimentos na mobilização da água, ocorrem situações de conflito entre os agricultores e o Estado por causa do pagamento da água e da demanda de mais participação no processo da sua gestão. A pesquisa de Ferreira (2014) traz à claridade os conflitos e as disputas entre os agricultores e o Estado que ocorrem nas áreas agrícolas no entorno das barragens. A luta pelo acesso à água mais barata tem despojado não necessariamente pela escassez ou pela má distribuição da água, mas porque os agricultores se posicionaram contra a crescente presença do Estado, através da oferta de “pacotes tecnológicos fechados” e de uma lógica tecnocrática de projetos desenvolvimentistas de inspiração liberal baseada no mercado, que tem feito aumentar os conflitos entre grupos locais (Ferreira, 2014).

O sistema de rega gota a gota tem sido uma aposta para a utilização da água para a rega, e o seu uso tem aumentado de ano para ano. Desde 2005, em média, mais de 50% da água distribuída, através de furos, é utilizada na rega com o sistema de gota a gota. Por exemplo, em 2012 distribuíram-se 2.875.936 m<sup>3</sup> de água para rega, tendo 1.044.727 m<sup>3</sup> (36.3%) sido veiculados em sistemas de rega tradicional e 1.831.209 m<sup>3</sup> (63.7%) por irrigação gota a gota (MDR, 2013).

Apesar destes dados indicarem o aumento do uso do sistema de rega gota a gota, constata-se uma instabilidade no seu uso porque dois anos depois, de 2013 a 2015, os dados indicam que 67% dos agricultores utilizaram o sistema de rega por alagamento e 21.3% fizeram recurso ao sistema gota a gota (MAA, 2015). Os investimentos neste sistema são feitos essencialmente pelo Estado, que subsidia a compra e distribui os equipamentos ou

parte deles aos agricultores, sendo poucos aqueles que investem individualmente neste sistema de rega. Este regresso à rega por alagamento (tradicional) de áreas de gota-a-gota significa também danos não revertidos nos sistemas instalados e em uso, donde se pode concluir ou (1) baixa sustentabilidade financeira (não se gerou o suficiente para a cobertura de custos de manutenção e amortização dos equipamentos) ou (2) tecnológica (falta de técnico e/ou peças sobresselentes no mercado) dos sistemas criados; ou uma combinação de ambas.

O contexto da produção agrícola é um contexto de pobreza e baixa escolaridade, sendo poucos os agricultores que obtêm lucro nesta atividade. Na cadeia de valor do setor agrícola, os agricultores são os mais pobres e os que têm menos lucro, os produtos são vendidos a um baixo preço, quando comparados com os investimentos em mão de obra, equipamentos, água, insumos, etc. Esta situação contribui para a instabilidade no uso do sistema de gota a gota, sendo o sistema muito utilizado principalmente quando há investimentos e apoios do governo, mas, cessando esses investimentos, volta-se ao sistema tradicional de rega por alagamento por manifesta incapacidade de manter o patamar de investimento e tecnologia.

As barragens foram projetadas enquanto estratégia de redução do constante *déficit* hídrico e para o desenvolvimento de vários setores económicos do meio rural, procurando de uma só revolucionar a agricultura, o abastecimento de água às populações e inclusive contrariar o fenómeno do êxodo rural. Todavia, existem vozes discordantes, ou “discursos alternativos” que, segundo Ferreira (2014), consideram que outras medidas poderiam ter sido implementadas – aposta na correção torrencial das linhas da água, construção de diques transversais e medidas de conservação de solo nas vertentes – com menos

impactos socioambientais negativos sobre as terras, o ecossistema e as próprias comunidades do que as que foram escolhidas. Ademais, após a inauguração das barragens, não existem nem foram previstos planos de gestão dessas infraestruturas, com exceção da barragem do Poilão que conta com uma Comissão de Gestão.

Certo é que, apesar de os investimentos em infraestruturas hidráulicas, a escassez de chuvas e de água continuam a afetar a prática da agricultura no país, bem como (1) a situação socioeconómica dos agregados familiares rurais (particularmente os representados por mulheres), (2) a produção agrícola e (3) a reserva pecuária; mantendo-se no fundo a tendência depressiva sobre os rendimentos dos agregados rurais e os ciclos de pobreza que continua, a ter que enfrentar. Aliás, os anos de 2014 e de 2017 foram anos de seca no país e são exemplos de quão atual essa situação se mantém.

## **Capítulo 5. Questão da terra e seus duelos**

O regime fundiário em Cabo Verde tem sido moldado por circunstâncias geográficas, culturais, sociais e ambientais associadas à emergência e construção de uma sociedade marcada pelo achamento e povoamento, pela escravatura e colonização, afetada pelas secas e fomes, pela emigração e, também, pela independência e democratização do país (Almeida, 2006; Silva, 2002).

O arquipélago de Cabo Verde foi achado por Portugal, no quadro das estratégias dos descobrimentos, no século XV durante o reinado de D. Afonso V. As primeiras ilhas a serem habitadas com população vinda da Europa e da África – esta escravizada –, foram as ilhas de Santiago e Fogo e, mais tarde, dos séculos XVI e XVII em diante, as restantes ilhas. Após o achamento, o país torna-se um importante elo de ligação nas rotas comerciais do tráfico de pessoas escravizadas, em razão da sua posição geográfica estratégica (Borba, 2013; Albuquerque & Santos, 2001). Do achamento até à abolição da escravatura em 1838, o território serviu basicamente de entreposto comercial (ao tráfego de pessoas escravizadas e outras mercadorias), como produtor de culturas de interesse comercial (algodão, tintas, urzela, purgueira, etc.) e na organização das estruturas administrativas. Depois da decadência do comércio ultramarino português (particularmente o de pessoas escravizadas) até à independência, a utilidade estratégica de Cabo Verde assentou na (re)organização das estruturas administrativas coloniais (Silva, 2002).

Cabo Verde passa por momentos importantes que servem de balizas para a compreensão dos períodos que delimitam e explicam a organização da estrutura fundiária atual do arquipélago: o achamento, a colonização, a independência e a democratização. No



primeiro período, a ocupação agrária baseou-se no regime de morgadios. No segundo período, o morgadio é alterado e abolido, consolidando o arrendamento, a parceria e a exploração familiar. No terceiro período, com a independência, o novo governo introduziu mudanças significativas no processo de estruturação fundiária, através da LBRA, inspirada nos ideais do socialismo, que determina a expropriação de propriedades sobre os grandes latifúndios absentistas e a distribuição em formato de posse útil para os trabalhadores rurais que não tinham a posse e/ou a titularidade da terra. No quarto período, e, devido as controvérsias geradas por causa desta reforma, a lei foi revogada após as primeiras eleições pluralistas e no quadro da implementação da democracia representativa em 1991. Desde então, o país tem assistido a um conjunto de leis sobre o ordenamento do território que vêm reconfigurando a estrutura fundiária do país.

### **5.1 Época colonial: o início**

Após o achamento, o povoamento do arquipélago começou pelas ilhas do Sul, com base em doações régias, em que o rei doava a exploração da ilha – ou parte dela – em reconhecimento e retribuição de serviços prestados à coroa portuguesa. Surgia dessa forma o donatário como protagonista deste regime primordial de apropriação fundiária de Cabo Verde: as ‘donatarias’. Na altura, D. Afonso V doou as ilhas descobertas ao irmão D. Fernando como recompensa pelos serviços prestados ao rei e para o aumento da riqueza da casa senhorial (Amaral, 2001).

Associado as donatarias aparece o regime de capitanias, uma vez que o donatário via regra não estava presente nas ilhas doadas. O donatário servia-se da representação de um capitão, conhecido por capitão-donatário. A donataria funcionava como uma unidade

económica e jurídico-administrativa, alienada do património real e integrada nos bens de um senhor que exerce o seu poder sobre a terra e sobre os colonos (Correia e Silva, 2001).

As doações não eram definitivas e não permitiam a sucessão patrimonial a familiares por herança. Após a morte do donatário, as terras concedidas voltavam para o domínio da coroa portuguesa (Correia e Silva, 2001). Contudo, essa forma de apropriação fundiária facilitou a rápida ocupação das terras (Furtado, 1993) e permitiu o surgimento de grandes proprietários que as exploravam com base no trabalho escravo (Silva, 2002). Os donatários eram investidos como legítimos proprietários das terras. Cabia-lhes também o papel de disponibilizar terras de cultivo aos colonos que, entretanto, chegavam à ilha, sob a condição de as terem de utilizar de forma permanente por cinco anos, caso contrário perdiam o direito de exploração para outra pessoa. Ou seja, a doação configurava-se como um direito adquirido sob a forma de benefício condicional, sujeito aos termos da coroa. No decurso dos anos, foi restringindo o alcance desses privilégios (Pereira, 2006).

A ocupação e o povoamento das ilhas do Norte ocorreram num regime diferente de distribuição das terras, através do qual foi dada a preferência do povoamento das mesmas com recurso à lei das Sesmarias visando igualmente atrair a fixação de povoadores. Esse regime, inspirado na lei portuguesa de então – a lei das Sesmarias – desenhada com o propósito de promover a fixação das populações rurais à terra. Assim, foram doados aos primeiros povoadores, propriedades para a exploração, por conta própria.

O regime das sesmarias constituía um recurso jurídico-institucional enquadrado nos movimentos de expansão territorial e económica e era um instrumento para a integração de novos espaços e de fixação dos colonos. A doação em regime de sesmaria era feita sob a exigência da exploração efetiva das terras num período de cinco anos (Correia e Silva,

2001). Este regime estabelecia-se de forma socialmente estratificada excluindo os camponeses que não detivessem meios económicos para a produção agrícola (Correia e Silva, 2001) e oferecessem dessa forma garantia de aproveitamento económico da terra concedida. O regime de sesmaria, além do direito de usufruto, transmitia também o direito de propriedade alodial da terra, ou seja, direito de venda ou alienação (Correia e Silva, 2001).

Para o caso da ilha de Santiago, conviviam ao mesmo tempo os dois tipos de regime: o de donatário e a sesmaria, em que os proprietários que adquiriam as terras em regime de sesmaria não estavam dependentes nem eram subalternos do donatário. Esta situação permitiu o surgimento nas ilhas de Santiago e Fogo, ao contrário das outras ilhas, de proprietários plenos, alodiais e independentes do donatário (Correia e Silva, 2001). Portanto, o regime de sesmaria aplicado em Santiago, e inexistente nas outras ilhas, contribuindo para a fixação dos colonos à terra, ao contrário das outras ilhas em que o donatário era o único proprietário (Correia e Silva, 2001).

O regime de morgadios substituiu os de donataria e de sesmaria, e caracterizava-se essencialmente pela doação de terras a uma pessoa (morgado) que as trabalhava ou arrendava a outrem. Este regime tinha um tipo de vínculo em que a posse incidia sobre os bens imóveis, não conferia direito de alienação, sendo transmissível por herança, mas somente aos filhos primogénitos (Borba, 2013; Pereira, 2006; Silva, 2002). O sistema sucessório do regime de morgadio garantia a preservação da estrutura fundiária de geração em geração, através dos primogénitos.

Este regime foi criticado por não efetivar a justiça no seio familiar, tendo por isso sido alterado na primeira metade do século XIX, introduzindo a transmissão da propriedade a todos os descendentes segundo o sistema sucessório (Borba, 2013; Silva, 2002).

O regime de morgadio contribuiu para que, por exemplo, a ilha de Santiago ficasse dividida em grandes proprietários adstritos aos morgados (Correia e Silva, 2001). Enquanto vigorou a escravatura, os morgados eram os proprietários das terras, dos equipamentos e das pessoas escravizadas. Com o fim da escravatura, dá-se a decadência dos morgados deixando a descoberto a insustentabilidade financeira da exploração rural, quando passa a ser necessário assalariar os trabalhadores livres (Borba, 2013; Furtado, 1993).

A exploração das terras passa a ser delegada através do arrendamento, parcelando os morgadios como forma de maximizar o rendimento predial, arrendados aos homens livres ou, conforme Borba (2013), às “famílias não-brancas” que encontram desta forma espaço de participação fundiária e económica (Borba, 2013; Pereira, 2013). No entanto, a relação contratual estabelecida entre os morgados e os rendeiros adquire contornos pouco claros, em que as regras contratuais, além de serem verbais, vão mudando conforme os interesses dos morgados. Segundo Almeida (2006:9):

*Todos os rendeiros trabalhavam duramente para tentarem obter com que pagar a renda e desse modo poderem continuar na posse da terra. Porém, infalivelmente, mais tarde ou mais cedo, acabavam na total dependência dos morgados. Isto porque mesmo em anos considerados agricolamente bons, o produto da terra mal lhes dava para pagar a renda e alimentar o agregado familiar. Nos contratos que eram obrigados a assinar comprometiam-se, por exemplo, a não cortar os frutos senão depois de liquidado o montante da renda anual. Mas como normalmente não possuíam meios próprios para*

*fazer face a isso, tinham que recorrer a empréstimos a juros exorbitantes, regra geral nos seus próprios senhorios (...).* (Almeida, 2006:9.)

Dos relatos constam, ainda, que a relação contratual entre os morgados e os rendeiros era marcada por constante tensão e violência por parte dos morgados perpetradas sobre os rendeiros levando, inclusive, a rebeliões na ilha de Santiago, principalmente em períodos de seca (Pereira, 2016, 2013; Borba, 2013). Os rendeiros, devido à tipologia de contrato, ficavam dependentes dos morgados, particularmente nos anos agrícolas de pouca chuva ou de seca. Assim, as dívidas acumulavam-se e, muitas vezes, transmitiam-se de pais para filhos.

Os rendeiros que tinham como único meio de vida o campo, submetiam-se às condições impostas pelos morgados a fim de conservarem na sua posse a parcela de terra. Todavia, com a decadência dos morgadios (na sequência da abolição do regime escravocrata e introdução de restrições às regalias concedidas aos morgados pela coroa), acaba também por se transmitir num nivelamento da grande fragilidade da posição de rendeiro na paisagem fundiária relativamente à do morgado (Pereira, 2013; Borba, 2013). Estas mudanças extinguem o sistema de isenção fiscal concedida aos morgados, no sentido de favorecer os contratos de arrendamento que são, para a coroa portuguesa, no contexto económico da época, mais vantajosas que as concessões de morgadios uma vez que permitiam cobrar impostos antecipados (Borba, 2013). Entretanto, estas medidas adotadas para a reorganização da estrutura fundiária, embora tenham retirado privilégios aos morgados, permitiam que estes continuassem como os grandes proprietários rurais, que através da exploração indireta das terras, continuavam a conseguir garantir a concentração de terras e o *status* político (Borba, 2013; Furtado, 1993).

A partir do século XIX, com o fim da escravatura, várias mudanças aconteceram. Segundo Almeida (2006, 2002), com o Alvará de 1811 e outras medidas legislativas adotadas, durante o século XIX, introduziu-se um conjunto de alterações relativas à ocupação e gestão das terras. Neste Alvará, a coroa portuguesa se declarava proprietária das terras do Ultramar<sup>17</sup> e indicava um conjunto de medidas para (1) a identificação das terras, (2) a formação do cadastro das propriedades rurais, (3) a concessão dos terrenos, (4) o registo dos terrenos, (5) a expropriação; entre outras que como resultado global culminaram com o enfraquecimento da influência e poder dos morgados.

No final do século XIX e início do XX, foi introduzido um sistema de controlo ao processo de arrendamento dos terrenos com o intuito de regular as relações entre os senhorios e os arrendatários e as normas sobre a ocupação das terras por parte dos colonos (Almeida, 2006). Essas normas dispoem as diretrizes sobre a ocupação das terras, estiveram na base da definição das regras/leis sobre, por exemplo, o usucapião<sup>18</sup> de imóveis.

Convém relembrar que o governo da metrópole ao se decretar como proprietário das terras, fez concessões para àqueles que, trabalhando as terras, pudessem beneficiar da

---

<sup>17</sup> Colónias portuguesas.

<sup>18</sup> Na sequência do processo de abolição da escravatura, foi aprovado o Regulamento de 1899 que adotou normas sobre a colonização de terras. Assim, os terrenos ocupados pelos colonos libertos podiam atingir um hectare, mas não ficava imediatamente propriedade do colono ocupante. Este deveria cultivá-lo, construir sua residência e não se ausentar por mais de um ano. Se persistisse nessa situação por um período de vinte anos adquiria a propriedade plena do prédio. Em caso de morte do colono antes de completados vinte anos de ocupação legítima, não se dava a interrupção do prazo de prescrição aquisitiva. Ou seja, para efeitos da aquisição da propriedade ocupada por parte dos herdeiros, o prazo não recomeçava a contar com a entrada do novo ocupante, mas prosseguia como se se tratasse do mesmo ocupante. Por conseguinte, os direitos adquiridos pelo anterior ocupante transmitiam-se aos seus herdeiros, descendentes ou ascendentes (Almeida, 2006).

possibilidade de adquirir a propriedade por compra, aforamento ou usucapião (Almeida, 2006).

O impacto destas medidas não permitiu resolver o problema da clarificação da ocupação e gestão das terras, designadamente o da identificação dos titulares dos terrenos, na fiscalização das concessões. A ocupação e gestão das terras estavam envoltas num conjunto de problemas reportados pela Portaria nº 238 no início do século XX – 1915 –, que criou a Comissão de Terras para a resolução destes problemas:

*Achando-se a ocupação de muitos terrenos já concedidos pelo estado neste província, em condições de confusão e deficiente tombamento, e em muitos casos efectuada irregularmente, sem legítimo título de posse e em exageradas áreas, o que em grande parte é devido à falta de uma repartição especialmente organizada para coordenar, registar e fiscalizar as concessões e o seu aproveitamento, o que tem estado concentrado, sem o necessário controle local sobre os terrenos, na Secretaria Geral, onde devidamente não pode permanecer; e vista a necessidade instantânea de criar-se um serviço privativo para a regularização das concessões efectuadas e para as que de futuro hajam de ser feitas nesta colónia (...) (Portaria nº 238 apud Almeida, 2016:14.)*

Esta situação levou o governo da metrópole a adotar medidas para resolver, ou tentar resolver, os problemas identificados. É neste contexto que, no decurso do século XX, se sucedem um conjunto de reformas legislativas – as portarias nº 663, 87, 102, 103, 104, 454, 528 e 24229 e os decretos nº 132/71 e nº 43894/61 (Almeida, 2006) – com o intuito de tentar resolver a situação de ocupação, gestão, controlo e regularização das terras. Apesar destas medidas, os grandes proprietários continuaram como grupo social dominante dado que a exploração indireta das terras lhes continuava a garantir a concentração fundiária, o domínio económico e o *status* político.

Com o propósito de dinamizar, entre outros setores, a política agrícola, a metrópole criou, em 1865, a filial do Banco Nacional Ultramarino para – entre outros propósitos – assegurar canais de concessão de crédito aos proprietários rurais, enquanto estratégia para financiar a produção rural. Os créditos disponibilizados não foram, entretanto, devidamente aplicados ao desenvolvimento das atividades económicas, levando à cobrança coerciva dos valores, recaindo sobre as garantias. Os proprietários rurais perderam as suas terras, adquiridas, em hasta pública, por outros proprietários rurais e por um novo grupo social que aparece no país em função do processo migratório<sup>19</sup> para os EUA e Europa (Borba, 2013; Silva, 2002; Furtado, 1993). Segundo Furtado (1993: 128-129):

*A partir da década de trinta, com o perigo da falência da agência do Banco Nacional Ultramarino, já que os seus clientes não saldavam as dívidas anteriormente contraídas, o governo e a administração do Banco resolveram hipotecar e vender os bens móveis e imóveis de seus devedores. Estes, na maioria, grandes proprietários e comerciantes, assistiram a perda de suas terras e posses. Neste período a ação dos emigrantes, diretamente ou através de familiares, desempenhou um papel importante. Os emigrantes que se encontravam nos Estados Unidos da América vão adquirir essas terras postas a leilão em hasta pública, transformando-se, assim, em grandes proprietários fundiários, geralmente antigos arrendatários, que vão aplicar suas poupanças na aquisição de propriedades rústicas, sem no entanto, modificar a estrutura agrária e as relações de produção. Houve, sem dúvida alguma uma substituição de proprietários tradicionais por novos proprietários. (Furtado, 1993: 128-129)*

À semelhança das décadas anteriores, durante a primeira metade do século XX, Cabo Verde foi duramente devastada pela seca, saldando-se na morte de milhares de pessoas

---

<sup>19</sup> O fenómeno migratório começou a fazer parte da vida socioeconómica e cultural de Cabo Verde desde os finais do século XIX e inícios/meados do século XX. Os estudos sobre este fenómeno são, geralmente, explicados por fatores climáticos e socioeconómicos, entre os quais aparecem sempre referidos a seca, a fome, a pobreza e o desemprego (Grassi & Évora, 2007; Couto, 2001; Amaral, 2001; Furtado, 1993).



por causa da fome. Neste período, ao contrário das décadas anteriores, outros destinos de emigração além dos EUA, para países europeus como Portugal, Holanda, França e para outros países africanos como Angola e Senegal. São Tomé e Príncipe também se destacou como destino de emigração, mas as pessoas foram levadas enquanto trabalhadores contratados para as roças agrícolas.

A emigração era encarada como única alternativa à precariedade que se vivia na altura, financiada pela venda das suas terras; outros desfizeram-se delas para tão só adquirir alimentos (Silva, 2002). Neste sentido, a transferência de terras ocorrida neste período foi possível pelas remessas de dinheiro originadas no processo migratório das gerações anteriores, permitindo com isso o surgimento de novos proprietários ou os “novos morgados”.

Para Furtado (1993:130) “a emigração iniciada a partir da década de cinquenta vai desencadear mudanças significativas no campo (...) através da aquisição de terras – levando, portanto, a uma desconcentração das propriedades fundiárias”. Este novo grupo social que adquiriu o capital no exterior e o reinvestiu no país, aproveitando a oportunidade da falência dos “brancos da terra” (herdeiros das famílias de morgados nascidos em Cabo Verde), determinou a ocorrência de mudanças no desenho da paisagem agrária com a redefinição do perfil étnico dos proprietários da terra (Borba, 2013; Furtado, 1993).

Esses “novos morgados” denominados de “mercanos<sup>20</sup>” reproduziram o mesmo sistema nas relações de exploração das terras dos antigos morgados. Porém, segundo Silva (1992),

---

<sup>20</sup> Americanos.

as relações contratuais ficaram amenizadas e, em alguns casos, permitiu-se que os rendeiros adquirissem pequenas parcelas de terras com esses novos proprietários em função das relações de parentesco e compadrio existentes.

## **5.2 Políticas e dinâmicas pós-independência**

### **5.2.1 A reforma agrária**

Com a independência do país em 1975, o primeiro programa do novo governo anunciava a pretensão de mudar as estruturas agrárias que até então vigoravam em Cabo Verde, colocando a tónica no estado da estrutura agrária, nas desigualdades sociais perpetuadas pelo regime de exploração da terra e apontando caminhos para a sua resolução.

Segundo Pereira Silva (1982), após a independência, o país encontrava-se perante uma estrutura agrária instável: 40% dos camponeses não eram proprietários de terra e trabalhavam em regime de arrendamento ou parceria, os outros 60% eram proprietários, mas destes 50% pertenciam ao sistema misto com um regime com sobreposição a várias formas indiretas de exploração e de regimes diretos por um mesmo indivíduo. Esta estrutura foi considerada como a principal limitação ao desenvolvimento da produção agrícola. Ademais, este contexto, aliado às condições climáticas adversas, à exiguidade de solos aráveis e ao crescimento demográfico, serviu para agravar ainda mais a situação socioeconómica do novo país independente e em construção (Pereira Silva, 1982).

Perante este quadro, o primeiro governo pós-independência se responsabilizara por introduzir mudanças que melhorassem a situação socioeconómica do país e da população com base nas bandeiras da luta pela independência: a igualdade no acesso à terra, a não exploração do homem pelo homem e a abolição de todas as relações injustas na

exploração da terra. Assim, o seu programa de governação para o setor da agricultura e das águas propôs introduzir mudanças significativas na estrutura fundiária encontrada:

*Devemos preparar as condições para a reestruturação da nossa agricultura e a liquidação das relações injustas no campo e aumentar a produtividade. Para isso torna-se necessário, em especial: 1. liquidação do sistema do subarrendamento e da parceria, 2. a liquidação da grande propriedade rústica, 3. a recuperação das propriedades absentistas, 4. favorecer a criação de cooperativas agrícolas, 5. a elaboração de uma lei sobre a utilização das águas, 6. a criação de um fundo para a reforma agrária, 7. luta contra a erosão e a desertificação, 8. a criação de uma instituição para o estudo e a preparação da reforma agrária. Nesse domínio o nosso objetivo maior é o aumento de produtividade, portanto, a produção, a liquidação da injustiça social e a diminuição da nossa dependência do mercado exterior. A Reforma Agrária será realizada pelo Governo através dos seus órgãos de execução. (Programa do Governo, 1975:14)*

Para implementar estas mudanças, um conjunto de legislação foi produzido para dar vazão às diretrizes deste programa de governo: os decretos-leis 7/75 e 74/77:

*Parágrafo primeiro: O proprietário deverá converter os contratos de parceira em contratos de arrendamento, dentro de sessenta dias após o pedido do parceiro, quando este prefira explorar a terra em regime de arrendamento. (Artigo 3, parágrafo primeiro, Decreto-Lei 7/75)*

*O disposto no número antecedente não prejudica a renovação, por mútuo e livre acordo das partes, dos contratos de parceria agrícola vigentes em 23 de Agosto de 1975. Não havendo o acordo previsto no número anterior se o parceiro cultivador o solicitar, deverá o parceiro proprietário providenciar, no prazo de 30 dias a contar do conhecimento do pedido, pela conversão em arrendamento do contrato de parceria entre ambos existente, ainda que não escrito.” (Artigo 3, número 2, Decreto-Lei 74/77)*

Estas primeiras legislações vincaram a nova política agrária do país. As novas diretrizes deixaram claras a proibição de novos contratos de parceria, a proibição do subarrendamento rural, a conversão dos contratos de parceria existentes em contratos de

arrendamento (Machado, 1992) e a nacionalização de vários prédios rústicos. Estes decretos antecederam a socialização e implementação da lei sobre a reforma agrária de 1982. A reforma agrária apareceu como uma política pública explicitada, sistematizada e formulada em documentos (leis, programas, linhas de financiamento), orientando as ações do governo para o setor e envolvendo a aplicação de recursos públicos. A sua implementação foi coordenada pelo governo através do Conselho Nacional da Reforma Agrária (CNRA) e das diversas comissões concelhias, seções e subseções de zona (Santos, 2013).

A LBRA tinha como propósito transformar as estruturas fundiárias construídas até então, uma vez que o novo governo considerava que se baseavam em pressupostos injustos no acesso e controlo das terras para a agricultura (lei nº 9/II/82). Segundo Pereira Silva (1982) a LBRA deveria contribuir para a reforma das estruturas agrárias do país uma vez que a agricultura se caracterizava pela: 1) concentração das melhores terras na posse de um número reduzido de proprietários, que as exploravam com recurso ao trabalho escravo (durante o período escravocrata da história do país e depois durante a vigência do regime de parceria, muito próximo da servidão entretanto abolida); 2) pela afetação da quase totalidade das terras aptas ao cultivo de sequeiro à consociação do milho e feijão; 3) pela afetação do grosso das terras marginais para a agricultura à pecuária extensiva.

A implementação da lei esteve envolta em polémicas, com proprietários e rendeiros de algumas ilhas a “rejeitarem” a sua aplicação. Segundo Silva (1992), a ideia com a qual se ficou na altura, principalmente os proprietários e também alguns técnicos, foi de que as comissões da reforma agrária desequilibraram o fiel da justiça fundiária na direção dos rendeiros, na medida em que a lei defendia “transformar contratos verbais em escritos e

limitar a renda, além do estabelecimento de regras protetoras dos contratos agrários e ainda, a fixação de prazos” (lei nº 9/II/82) dos contratos. Ainda, segundo Borba (2013), a desconfiança das populações camponesas com a reforma agrária, somada aos intensos laços de compadrio – mesmo que com perfil clientelista – entre os proprietários e os cultivadores refrearam as aspirações do governo.

As vozes discordantes da lei da reforma agrária não se ficaram, entretanto, pelos proprietários, cultivadores e técnicos que resistiram à lei da reforma agrária. Segundo Stockinger (1992) a lei não reuniu igualmente consenso no seio da sociedade e nem do próprio partido para legitimar as mudanças que trazia e aponta várias razões para essa resistência, desde o argumento da radicalização da proposta de mudança nas relações jurídico-institucionais e culturais entre os proprietários e rendeiros; das ramificações e vínculos dessas relações e da possibilidade de recusa; e também de revolta dos pequenos proprietários.

Entretanto, segundo Furtado (1993), o processo de concentração fundiária nas mãos de um pequeno grupo de proprietários sofreu alterações importantes com a independência e com a iniciativa de reforma agrária, afirmando ainda que a situação política do país fez com que os antigos morgados abandonassem as ilhas ou se desfizessem dos campos, o que proporcionou o aparecimento de pequenas propriedades e um maior número de proprietários rurais.

A reforma agrária intentada pelo governo da primeira república, concebida e conduzida no quadro de um sistema de economia planificada, ao contrário do que se imaginava, não promoveu os objetivos de desenvolvimento rural; e, em lugar de favorecer o fomento do setor agrícola, constituiu um fator de bloqueio, gerando insatisfações generalizadas,

mesmo entre aqueles que, teoricamente, seriam os seus principais beneficiários (como os cultivadores diretos da terra), tendo ainda, contribuído para a redução da produção agrícola, com reflexos no abastecimento (Silva, 1992).

Com a rejeição da lei da reforma agrária, e com o país passando por mudanças para a implementação do regime democrático e pluripartidário, o governo alterou alguns artigos da lei da reforma agrária fazendo com que as terras dos proprietários absentistas voltassem para os antigos proprietários. Assim, a lei número 78/III/90 altera os artigos 8º e 9º da LBRA que passa a ter a seguinte redação:

*1. É abolida a parceria sob qualquer forma, salvo disposto no número seguinte. 2. O disposto no número antecedente não se aplicará tratando de proprietário de área inferior ao limiar de intervenção com idade igual ou superior a 60 anos ou inválido e que não possua no seu agregado doméstico outra fonte de rendimento que lhes garanta o nível de vida familiar médio, em relação às condições locais. (Artigo 8º, Lei nº 78/III/90)*

E, o artigo 9º da referida lei prevê a conversão da parceria da seguinte forma:

*1. Com ressalva do disposto no número 2 do artigo anterior, os contratos de parceria, mesmo que não rural, a partir da data da entrada em vigor da presente lei, por acordo das partes ou, na sua falta, por intermédio dos organismos competentes da Reforma Agrária, podendo a renda ser efetivada em espécie. 2. A renda poderá ser paga se as partes assim o acordarem. (Artigo 9º, Lei nº 78/III/90)*

Segundo Silva (1992), a reforma agrária em Cabo Verde foi excessivamente ideologizada, impedindo que a essência do seu mecanismo principal, defendido e alcançado com a independência “terra para quem nela trabalha” fosse, de facto, colocado em execução, ou seja, que a terra fosse transferida para os cultivadores diretos. Ao contrário, a situação levou à compreensão de que a lei era no fundo um primeiro passo

no sentido da coletivização da terra e, portanto, orientado para um sistema que seria necessariamente rejeitado porque contrariava a todo um sistema desenvolvido ao longo dos séculos para a reprodução da unidade familiar camponesa e a sua sobrevivência num clima adverso para a prática da agricultura de subsistência (Silva, 1992).

Convém realçar que a lei da reforma agrária teve melhor aceitação nas ilhas de Santiago e Fogo, e teve maior resistência na ilha de Santo Antão:

*(...) Os reais efeitos do programa da reforma agrária fizeram-se sentir mais intensamente nas ilhas de Santiago e Fogo, ao passo que nas demais ilhas as fortes controvérsias deste processo não trouxeram os resultados esperados. (Borba, 2013)*

Em Santo Antão, a implementação da LBRA esteve envolvida em conflitos que incluíram manifestações e outras formas de luta de camponeses e proprietários:

*(...) a reforma agrária vem sendo conotada com a sublevação população do dia 31 de Agosto de 1981, em Boca de Figueiral – Coculi. (...) a camada social a quem a reforma agrária beneficiária mostrou forte resistência. (Santos, 2013:177-178)*

Segundo Santos (2013:218), “a incompreensão da LBRA foi determinante para que a sua implementação não tivesse sido eficiente”. Assim, no quadro da realização das eleições multipartidárias, o novo governo, suportado por um novo partido, saído das eleições de 1991, revogou a LBRA.

Apesar da convulsão social desencadeada pela implementação da lei da reforma agrária desencadeou, o facto é que a estrutura fundiária se manteve praticamente igual ao que vinha ocorrendo desde há muitos séculos, ou seja, uma concentração da propriedade da terra nas mãos de poucas pessoas. Ocorreu, de facto, a mudança na identidade dos proprietários, mas as relações contratuais para o cultivo das parcelas mantiveram o velho

modelo insatisfatório do arrendamento ou parceria (Borba, 2013; Temudo, 2008). As relações de produção no campo não se transformaram radicalmente e, na prática, os proprietários podiam – e podem – continuar a subir a renda quando o nível de fertilidade do solo melhorar; podiam – e podem – continuar a beneficiar do aumento da produção quando qualquer benfeitoria for realizada pelos rendeiros sem que, no entanto, tenham contribuído financeiramente para tal (Temudo, 2008).

A prática da agricultura em Cabo Verde desde sempre tem ocorrido num contexto de crise da seca seguido de fome ou de insegurança alimentar, particularmente para uma determinada camada populacional (Amaral, 2001). Na verdade, as condições climáticas e os regimes de exploração fundiária têm determinado a estrutura fundiária e em consequência a produção agrícola.

A crise da seca tem tido consequências a nível alimentar que se consideram estruturais; e, neste contexto associadas a um regime de exploração da terra maioritariamente por arrendamento ou parceria, “não se pode esperar e muito menos exigir que os agricultores realizem certos investimentos fundiários cujos benefícios são escassos e só reverterão a médio-longo prazo” (Temudo, 2008:104).

Na verdade, os agricultores e camponeses têm adotado estratégias de sobrevivência, de subsistência e de reprodução social que não passam pela realização de investimentos fundiários porque não detêm condições para tal. Por um lado, não têm acesso ao crédito porque não são proprietários das terras, logo não podem apresentá-las como garantia. Por outro, a grande maioria dos camponeses e agricultores encontram-se no sistema agrícola de sequeiro dependente das chuvas, destinado ao consumo doméstico e depende das chuvas e, portanto, no contexto geográfico e climático do país enfrentando como norma



a cada campanha riscos altos e garantias nulas. Aqueles que estão na agricultura de regadio, orientada para a comercialização e, que teoricamente teriam possibilidades concretas para a apresentação de garantias, inseridos num contexto frequente de escassez de água, acabam também financeiramente numa posição quase tão frágil quanto os produtores de subsistência.

### **5.2.2 O estado atual da estrutura fundiária**

A situação atual da estrutura fundiária, e o regime jurídico que a sustenta, estão assentes num histórico de causas, princípios e normas, tanto de fonte legal como de fonte costumeira, decorrendo desde o momento do achamento e colonização de Cabo Verde até épocas subsequentes, muitos dos quais sobrevivendo até à independência nacional (Almeida, 2006).

De acordo com Almeida (2002) a condição jurídica atual das terras é um emaranhado confuso de diplomas legais, uns em vigor, outros não se sabendo se estarão. A independência do país não implicou um corte e substituição automática de toda a legislação em vigor até 1975. Aliás, segundo Almeida (2002) tanto a Constituição da República como a Lei sobre a Organização Política do Estado (LOPE) salvaguardaram a vigência transitória de toda a legislação colonial em vigor até à data da independência do país. Mesmo com as sucessivas revisões da Constituição, particularmente a de 1992, manteve-se a declaração de vigência de todo o direito prévio, desde que não for ferindo a palavra da constituição.

O que ocorreu na I República – independência – é que os processos de reforma legislativa não tomaram em devida conta, como pano de fundo, a legislação antiga colonial sobre as

terras agrícolas, partindo, pelo contrário, para uma elaboração *ex novo*, sem revogação da legislação colonial gerando um verdadeiro corte legislativo (Almeida, 2006). Ainda, a emergência da II República – democracia multipartidária – agravou ainda mais esta situação, com a revogação em 1993 de toda a legislação sobre a reforma agrária, deixando um vazio legislativo que não foi colmatado (Almeida, 2006).

Segundo Silva (2002), com a revogação completa da LBRA e a não adoção de qualquer outra alternativa, pode considerar que se gerou um grande vazio em matéria de legislação agrária, conduzindo à inexistência de formas regulamentares de exploração, à ausência de clareza nos seguimentos das situações de ocupação por usura, à ausência de medidas de seguimento e adaptação, e grande dificuldade de arbítrio no surgimento de potenciais conflitos. Aliás, o problema da propriedade da terra coloca sérias questões, já que há grandes dificuldades em se precisar o pleno direito por diversas razões, designadamente (Almeida, 2006, 2002; Silva, 2002):

- Os registos matriciais e prediais são antigos, muito fraccionados e desatualizados, bem como ambíguos e pouco claros sobre o direito de propriedade;
- A maioria das alienações não foi formalizada junto de instituições públicas competentes, limitando-se a simples declaração escrita sem reconhecimento notarial;
- É corrente encontrar situações de heranças e/ou doações que se limitam a compromissos verbais dos familiares, transmitidos de geração em geração;
- A existência de ocupação e usufruto de terrenos sem qualquer formalidade legal.

Por exemplo, o registo público é precário, não é obrigatório e não especifica a área dos prédios; o sistema de parcelamento tem origem num sistema de sucessão ou alienação

que não tem contrapartida no sistema legal e tão pouco é objeto de registo; o cadastro é precário, desatualizado, baseado no código português do século XIX; e, mesmo o Estado e as Câmaras Municipais não conseguem precisar quais as áreas que lhes pertencem, seja pelas razões apontadas, seja pela própria forma como teve lugar a ocupação agrária (Almeida, 2006; Silva, 2002).

Na verdade, os interessados – seja o Estado, autarquias locais, instituições religiosas ou particulares – encontram grandes dificuldades em fazer prova de direito de propriedade (Almeida, 2006). A prova de propriedade constitui um dos principais problemas fundiários em Cabo Verde na medida em que os interessados, muitas vezes, não dispõem de meios de recurso para demonstrar o direito que alegam (Almeida, 2006). Por exemplo, quando um interessado titular de uma propriedade imperfeita – aforamento ou concessão precária – invoca um direito de propriedade perfeita.

Esta situação para os especialistas coloca dificuldades na implementação de medidas, nomeadamente em matéria de planificação do setor agrícola e do ordenamento do território, de regulação de diferentes tipos de interesses e conflitos, de tributação, de harmonização com medidas sobre o ordenamento do território, do cadastro, das áreas protegidas para proteção do meio ambiente e da conservação da biodiversidade (Almeida, 2006; Silva, 2002).

Para finalizar, convém realçar, que a situação atual de “corrida à terra”, não acontece para investimentos agrícolas, mas sim para investimentos imobiliários no setor do turismo, com grande peso económico, podendo-se prever os seus impactos de longo prazo sobre o regime de propriedade da terra, particularmente, sobre os pequenos proprietários.

No quadro de uma política nacional de turismo, iniciada na década de noventa, criou-se o estatuto de “Zonas Turísticas Especiais” (ZDTI) formulado para aplicação a áreas marginais de solos sem potencial agrícola e que dadas as suas características naturais, poderão ser expropriadas com vista à prossecução de fins de utilidade turística (Almeida, 2006). Na sequência deste diploma várias áreas de terrenos foram declaradas ZDTI.

Entretanto, o regime jurídico das ZDTI suscita muitas objeções. A primeira diz respeito à sua gestão, que compete exclusivamente ao governo que não reconhece a nenhuma outra entidade competência para as gerir; a segunda é que, independentemente de quem seja o proprietário desses terrenos, estão sempre sujeitos a que seja alegada utilidade pública para a expropriação; a terceira é que o regime jurídico contende com o direito de propriedade privada; e a quarta, que a criação das ZDTI não tem respeitado terrenos verdadeiramente agrícolas, registando-se a sua reclassificação de forma *ad hoc* (Almeida, 2006). As ZDTI têm provocado por isso conflitos em relação à propriedade da terra, particularmente nas ilhas com vocação para o “turismo de sol e praia”.

### **Parte III. Género, agricultura e terras na ilha de Santiago. Os casos de Boaventura e Charco**

## **Capítulo 6. O campo e os campos de pesquisa**

### **6.1 Descrição do estudo**

O nosso campo de análise perpassa vários campos – teóricos, epistemológicos, metodológicos, políticos – que conformam o nosso interesse, motivação e atuação. Este nosso posicionamento se enquadra na lógica defendida por Strathern (2006), de que as temáticas de investigação bem como muitas problemáticas de pesquisa provêm de inquietações provocadas por circunstâncias históricas que moldam a trajetória pessoal do pesquisador e que enformam o seu engajamento político e a sua sensibilidade face ao objeto de pesquisa.

O nosso interesse nas questões de género e no meio rural santiaguense<sup>21</sup> em particular, começou com a trajetória na academia – enquanto estudante de mestrado. Mas, também enquanto profissional buscámos compreender as dinâmicas e os interstícios das relações de género na sociedade cabo-verdiana assim como as diferenças, as desigualdades e as negociações nessas interseções.

O ativismo de género, em particular na academia, partilha do pressuposto de que “nenhuma ação e/ou situação é neutra no que diz respeito ao género”. Neste sentido, para nós, é imprescindível incorporar a perspectiva de género de forma transversal de modo a orientar o nosso enfoque, de forma constante, para não abordar na mesma dimensão e com a mesma abordagem o que é diferente – e tratado de forma diferente. A nossa atuação busca, desde a escolha do tema de pesquisa, passando pelas várias etapas subsequentes, compreender estas relações para apreendermos as dinâmicas sociais, económicas,

---

<sup>21</sup> População da ilha de Santiago em Cabo Verde.

culturais e institucionais da sociedade cabo-verdiana. Por isso, no contexto de elaboração deste trabalho, procuramos compreender, nesta perspetiva, as conexões entre as relações de género e os direitos de propriedade sobre as terras agrícolas.

A estratégia metodológica desta pesquisa, introduz a abordagem de género no desenvolvimento e inclui a combinação de metodologias quantitativas e qualitativas. Esta opção, em termos de metodologia de pesquisa, permite estudar – descrever e explicar – a problemática de estudo e responder às questões de partida colocadas. Ademais, esta combinação permite apreender o mundo observável em termos numéricos assim como a complexidade da realidade, sendo então necessária a complementaridade.

A abordagem de género no desenvolvimento consiste em centralizar nas dimensões de género e nas relações sociais que afetam as posições dos homens e das mulheres nos processos sociais (Beetham & Demetriades, 2007; Lewis, 2004; Razavi & Miller, 1995). Desta feita, a abordagem de género perpassa toda esta pesquisa, através da desagregação por sexo na análise das relações sociais e papéis de género, bem como na análise do acesso e controlo sobre os recursos.

A pertinência em adotar esta abordagem metodológica – que se enquadra nas metodologias sensíveis ao género – deve-se ao facto de as relações entre os homens e as mulheres serem complexas, multidimensionais e profundas, logo uma diversidade de ferramentas e ângulos é necessária para captá-las, compreendê-las e contestá-las (Lewis, 2004), possibilitando assim adaptar a situações diversas e circunstâncias diferentes que levam em consideração as questões de género e suas complexidades. Ademais, a atuação epistemológica no campo do desenvolvimento requer uma abordagem metodológica que reflete as questões de género porque segundo Beetham & Demetriades:

*Gender research methodologies are essential for furthering the goal of equitable social and economic development. Measuring change on the basis of gender-sensitive frameworks is essential to monitoring the process of development for gender equality and gender equitable results – at all levels and in all contexts. Mainstream and gender-focused development researchers, policymakers, and practitioners alike are responsible for ensuring they use gender-sensitive methods and methodologies, to ensure reliable research and subsequent positive action*<sup>22</sup>. (Beetham & Demetriades, 2007:210)

Esta pesquisa adota, ainda, uma abordagem mista que consiste numa combinação do quantitativo com o qualitativo. O recurso a dados de natureza quantitativa permite utilizar a estatística para expressar em números os resultados obtidos. A pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de recolha de informações, quanto no tratamento dessas informações através de técnicas estatísticas (Ghiglione & Matalon, 2001). Por sua vez, o recurso a dados de natureza qualitativa tem como propósito uma maior aproximação ao campo de pesquisa. A pesquisa qualitativa é uma abordagem que busca descrever e analisar a cultura e o comportamento humano do ponto de vista dos pesquisados (Silva, 2003). No nosso caso, a pertinência da realização da pesquisa qualitativa permite emergir nas vivências sociais e comunitárias possibilitando compreender os fenómenos em estudo.

Quanto às técnicas de recolha de dados, optou-se pelo inquérito por questionário de administração indireta, entrevista e história de vida.

O inquérito por questionário permite a obtenção de dados ou informações sobre as características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas por meio de um

---

<sup>22</sup> As metodologias de pesquisa sobre o género são essenciais para promover o desenvolvimento social e económico equitativo. Medir a mudança com base em estruturas sensíveis ao género é essencial para monitorar o processo de desenvolvimento para a igualdade e os resultados equitativos ao género – em todos os níveis e em todos os contextos. Pesquisadores de desenvolvimento, decisores políticos e ativistas de género são responsáveis por garantir o uso de metodologias sensíveis ao género, a fim de garantir pesquisa confiável e subsequente ação positiva.



instrumento de pesquisa, isto é, o interesse é a produção de descrições quantitativas de uma população (Hill & Hill, 2002; Fink, 1995 *apud* Freitas *et al*, 2000). O inquérito por questionário consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimento ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores (Quivy & Campenhoudt, 1998).

A entrevista é uma outra técnica de recolha de dados utilizada e um dos principais meios para o pesquisador realizar a recolha de dados, pois ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece também a possibilidade de o informante alcançar a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação (Guerra, 2010; May, 2004; Burgess, 2001). A entrevista revela-se um instrumento adequado para a pesquisa, pois confere flexibilidade ao processo, possibilitando que as respostas e informações trazidas pelos informantes sejam aprofundadas na medida em que se revelam indispensáveis para os objetivos da pesquisa.

O recurso às histórias de vida permite captar o que acontece na interseção do individual com o social. As histórias de vida, por mais particulares que sejam, são sempre relatos de práticas sociais, das formas como os indivíduos se inserem e atuam no mundo e no grupo do qual fazem parte (Burgess, 2001). Por isso, consideramos as histórias de vidas, para a compreensão de algumas dimensões do fenómeno em análise. É um instrumento privilegiado para a análise e interpretação de dados na medida em que incorpora experiências subjetivas intercaladas a contextos sociais. A maneira como o indivíduo

conta a sua história oferece o acesso a outras dimensões, designadamente a ponte entre o sujeito e o coletivo (Burgess, 2001).

## **6.2 Espaço empírico**

O arquipélago de Cabo Verde é composto por dez ilhas (cf. figura 11). As ilhas de Santiago, Santo Antão, Fogo e São Nicolau são as de maior produção agrícola. Porém, a de Santiago possui, comparativamente às demais ilhas, 42.557 parcelas (57.8%), 187.141 m<sup>2</sup> de superfície cultivada (62.3%), 273.919 habitantes (56%), 991 km<sup>2</sup> de área (24.6%) e apresenta mais de metade (52%) do solo arável do país (MAA, 2015; INE, 2010; ICIEG & MAA, 2008). Tendo em consideração estes critérios e estes dados, selecionamos a ilha de Santiago enquanto espaço empírico para desenvolver a pesquisa de campo.

A ilha de Santiago possui o maior número de concelhos do país, nove num total de vinte e dois – Tarrafal, São Miguel, Santa Catarina, São Salvador do Mundo, Santa Cruz, São Lourenço dos Órgãos, São Domingos, Praia e Ribeira Grande de Santiago, e encontra-se dividida em duas regiões: Norte e Sul. A Região Sul alberga três concelhos (Praia, São Domingos e Ribeira Grande) e a Região Norte aloja seis concelhos (Tarrafal, São Miguel, Santa Catarina, São Salvador do Mundo, São Lourenço dos Órgãos e Santa Cruz).

**Figura 11. Localização do arquipélago de Cabo Verde**



Fonte: adaptado de [http://wikitravel.org/pt/Cabo\\_Verde](http://wikitravel.org/pt/Cabo_Verde)

Segundo os dados da INE (2010), a ilha de Santiago possui 273.919 habitantes, sendo 48% do sexo masculino e 52% do feminino, com uma população urbana de 60.8% e rural de 39.2%. A maioria da população encontra-se na faixa etária dos 0-24 anos, representando cerca de 57.4% dos habitantes, enquanto a população na idade adulta (25-64 anos) é de 37.1% (INE, 2010). É constituída por 62.492 agregados familiares, sendo 51.9% representados por mulheres e 48.1% por homens (INE, 2010).

Na ilha de Santiago, para a pesquisa de campo, selecionamos dois concelhos: Santa Catarina e Santa Cruz (cf. figura 12). O concelho de Santa Catarina está situado no Centro-Oeste da ilha e Santa Cruz a Este. Estes dois concelhos – da Região Norte da ilha – são maiores, em termos de população agrícola, de produção agrícola, de solo arável, situando-se entre os concelhos onde a taxa de pobreza tem maior incidência. Tendo em consideração que estes dois concelhos possuem as maiores taxas em termos de população agrícola, de agregados familiares agrícolas, de produção agrícola, de solo arável, de



possui 5.659 em que 57.3% são representados por mulheres e 42.7% por homens (INE, 2010).

Em termos de superfície, o concelho de Santa Catarina é o maior da ilha de Santiago, com cerca de 214.2 km<sup>2</sup> (21.6%), enquanto o concelho de Santa Cruz é o quinto (109.8 km<sup>2</sup> – 11.1%) (MAA, 2015). Relativamente à superfície cultivada, ambos os concelhos lideram, Santa Catarina com 50.390.879 m<sup>2</sup> (26.9%) e Santa Cruz com 31.983.112 m<sup>2</sup> (17.1%) (MAA, 2015). Da mesma forma, no que se refere às parcelas por regime de exploração agrícola, estes dois concelhos lideram as estatísticas – Santa Catarina dispõe de 10.179 (23.9%) e Santa Cruz com 6.805 (16%) (MAA, 2015). Quanto à situação de pobreza, a taxa de pobreza é mais elevada em Santa Cruz, rondando os 60.3% e em Santa Catarina, situando nos 36.9% – ambos acima da média nacional (35%) (INE, 2015b).

### **6.3 O campo de pesquisa: Boaventura e Charco**

Para a seleção das comunidades, o primeiro passo foi a organização de visitas de campo. Estas iniciaram-se com entrevistas exploratórias aos delegados do Ministério da Agricultura de todos os concelhos da ilha de Santiago. Essas entrevistas tinham como propósito conhecer a situação da agricultura no país e colocar questões sobre os direitos de propriedade. Os resultados dessas entrevistas trouxeram informações relevantes para a seleção dos concelhos e das zonas (comunidades), designadamente a estrutura agrária, o contexto agrícola, os projetos de intervenção do Estado, as políticas de mobilização da água e os conflitos relacionados com os direitos de propriedade.

Assim, com base nos resultados dessas entrevistas, selecionamos duas zonas<sup>24</sup> – Charco e Boaventura – localizadas nos concelhos de Santa Catarina e Santa Cruz, respetivamente. A estas zonas – designação oficial – optámos por designá-las de comunidades<sup>25</sup> que, para nós, é mais abrangente e multidimensional.

Após este primeiro momento do processo de seleção do nosso campo de pesquisa, passamos ao momento seguinte: o da entrada em campo. Para isso, as nossas primeiras visitas a essas comunidades foram para identificar e estabelecer contactos com as lideranças locais – os presidentes das associações comunitárias. Após os primeiros contactos, realizámos entrevistas exploratórias com os líderes associativos que nos facultaram um conjunto de informações de caracterização das comunidades – instituições, comércio, condições de vida, funcionamento das associações que lideram, situação agrícola e estrutura agrária.

Com este contato, sentimos a necessidade de conhecer melhor a condição de vida dos camponeses e agricultores, a vivência e a relação com a terra. Neste sentido, efetuámos duas entrevistas exploratórias com agricultores na comunidade de Charco e organizámos um grupo focal com mulheres agricultoras em Boaventura (cf. quadro 10).

---

<sup>24</sup> O concelho de Santa Catarina possui 51 zonas e Santa Cruz possui 24 zonas, cada uma dessas zonas estão divididas por “lugares” que, segundo o INE (2010), é uma porção do território pertencente a uma freguesia de um concelho.

<sup>25</sup> Comunidade – entidade social de identidade e interconhecimento, onde os atores sociais se entrelaçam relações sociais que perpassam laços de sociabilidade estreitos, sentimento de pertença, regras adstritas de coerção e controlo social, assente num território comum, partilha da mesma língua e crenças (Tonnies, 1979).

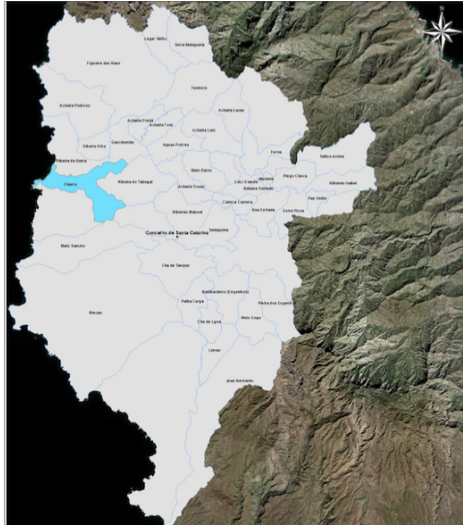
**Quadro 10. Momentos da pesquisa exploratória do campo de pesquisa**

<b>Momentos</b>	<b>Método</b>	<b>Público-alvo</b>	<b>Local/Entidade</b>
1º momento	Entrevistas exploratórias	Delegados do Ministério da Agricultura	Concelhos de Tarrafal & São Miguel
			Concelhos de Santa Catarina e São Salvador do Mundo
			Concelhos de Santa Cruz & São Lourenço dos Órgãos
			Concelhos de Praia & São Domingos
			Concelho de Ribeira Grande de Santiago
2º momento	Entrevistas exploratórias	Líderes comunitários	Associação Brianda Norte – Charco
			Associação Agro Boaventura – Boaventura
3º momento	Entrevistas exploratórias	Homens	Comunidade de Charco
	Grupo focal	Mulheres	Comunidade de Boaventura

A comunidade de Charco, situada na Bacia Hidrográfica do Charco que se alonga por uma área de 35.8 km<sup>2</sup> e com um perímetro de 32 km<sup>2</sup> (Vieira & Rocha, 2016) (cf. figura 13), está dividida administrativamente pelas zonas de Djagago, Lém Freire, Terra Vermelha, Taberna, Figueira Coxo, Covão Dentro e Locale (INE, 2010).

Segundo o último censo (INE, 2010), na comunidade de Charco, em termos populacionais, existiam 266 pessoas, sendo 54.1% do sexo feminino e 45.9% do masculino, distribuídos por 51 agregados, sendo 41.2% representados por homens e 58.8% por mulheres. A maioria dos agregados é numerosa (42.2%) – com 5 a 10 pessoas – e monoparental (57%), representada por mulheres (80%) (INE, 2010).

**Figura 13. Mapa da comunidade de Charco no concelho de Santa Catarina**



*Fonte:* INGT, 2017a.

A comunidade de Boaventura, situa-se na Bacia Hidrográfica de Santa Cruz (cf. figura 14). Segundo a divisão administrativa do país, compõem-se pelas zonas de Boa Esperança, Casona, Chã de Casa, Covão de Milagre, Cruz de Aguada, Fundo Cau Badjuda, Horta Nova, Orissinho e Torril (INE, 2010). A Bacia Hidrográfica de Santa Cruz – que alberga entre outras comunidades a de Boaventura – alonga-se por uma área de 20.1 km<sup>2</sup> com um perímetro de 29.1 km<sup>2</sup> (Gomes & Correia, s/d).

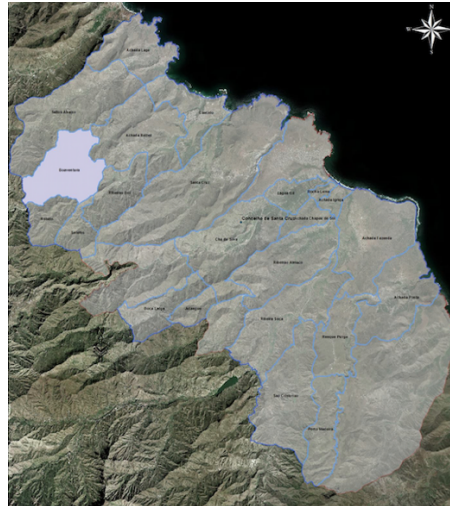
Na comunidade, foi construída uma barragem denominada de “Figueira Gorda”. Os estudos perspetivam que esta barragem venha a irrigar uma área de 165 m<sup>2</sup> e tenha um volume de água disponível para rega (m<sup>3</sup>/ano) de 1.455.272 (Gomes & Correia, s/d).

Segundo o censo (INE, 2010), na comunidade de Boaventura, em termos populacionais, existiam 424 pessoas, sendo 46.2% do sexo feminino e 53.8% do masculino, distribuídos por 85 agregados familiares, 51.8% representados por homens e 48.2% por mulheres (INE, 2010). A maioria (43.7%) dos agregados possui entre 5 a 10 pessoas, sendo que



51.8% são do tipo “casais” e 38.8% são monoparentais. Destes 73% são representados por mulheres (INE, 2010).

**Figura 14. Mapa da comunidade de Boaventura no concelho de Santa Cruz**



Fonte: INGT, 2017b.

### **6.3.1 A recolha dos dados no campo**

A população da nossa pesquisa é constituída pelos homens e mulheres que exercem a chefia – na nossa pesquisa os designamo-os por representantes – do agregado familiar das duas comunidades seleccionadas. Agregado familiar é um conjunto formado por uma ou mais pessoas, com vínculo de parentesco ou não, que vivem habitualmente na mesma casa sob a responsabilidade de um representante, partilhando a satisfação das necessidades essenciais quanto às despesas e ao orçamento doméstico. Quanto ao conceito de representante do agregado, decidiu-se, pela auto-classificação, ou seja, os membros do agregado é que indicam quem era a pessoa que exercia a chefia do agregado.

Em contextos rurais africanos, como explicou Mbilinyi (2016), o agregado não é sempre entidade unitária, nem dirigido necessariamente por um homem garantindo o modo de vida aos seus dependentes (por exemplo, esposas, filhos, irmãos ou outros); mas, existe uma multiplicidade de agregados familiares que são, também, representados por

mulheres, crianças, cujas atividades económicas são separadas e realizadas por esposas, maridos, filhos e que, nem sempre, estão sob o controlo do “chefe da família” (Mbilinyi, 2016; Doss, 2001).

Após a elaboração do questionário, realizámos o procedimento do pré-teste, aplicando-o a quatro pessoas, representantes dos respetivos agregados familiares, dois do sexo feminino e dois do masculino. Durante a aplicação, houve oportunidade para obter alguns esclarecimentos integrados no questionário final. Após essa validação, aplicámos o questionário a todos os agregados disponíveis.

Foram aplicados questionários, por administração indireta, a 125 agregados familiares, sendo 71 na comunidade de Boaventura e 54 na de Charco (cf. quadro 11). O fenómeno migratório faz parte da vida dessas comunidades, em particular a de Boaventura onde encontrámos várias habitações fechadas por esse motivo, mas também 13 agregados mudaram para a cidade do concelho após a construção da barragem com justificações que as águas da albufeira da barragem de “Figueira Gorda” obstruiu o acesso ao caminho vicinal que lhes permitia aceder às suas residências de carro.

No processo de aplicação do questionário, na comunidade de Boaventura, dois agregados residentes não foram inquiridos, um porque se recusou e o outro porque não se encontrava em casa, apesar das tentativas verificadas (a vizinhança informou-nos tratar-se de um agregado familiar composto por uma única pessoa do sexo masculino). Na comunidade de Charco não foram aplicados questionários a dois representantes dos agregados porque residem fora da comunidade, retornando a ela em alguns finais de semana.

**Quadro 11. Efetivos e proporção dos agregados familiares inquiridos**

Concelho	Comunidade	Sexo					
		Total	%	Feminino	%	Masculino	%
Santa Cruz	Boaventura	58	46.4	23	39.7	35	60.3
	Pedra Badejo	13	10.4	6	46.2	7	53.8
Santa Catarina	Charco	54	43.2	27	50	27	50
Total		125	100	56	44.8	69	55.2

Em Boaventura tivemos uma informante chave e no Charco dois. Estes são moradores da comunidade, introduziram-nos e apresentaram-nos na comunidade. Depois, fizemos a nossa auto-apresentação aos agregados, indicando nossa missão e explicando os objetivos da pesquisa.

A aplicação do questionário decorreu durante os meses de novembro e dezembro de 2016. Ao solicitar aos representantes para responderem às questões, garantimos que o cumprimento do anonimato era nosso compromisso, não havendo possibilidade de se proceder à identificação de quem participou assim como garantimos a confidencialidade das respostas e das histórias de vidas pelo representante e seu respetivo agregado. Ainda asseguramos que a participação era voluntária e que respeitaríamos o direito à recusa em participar da pesquisa. Notámos que as perguntas relativas aos rendimentos do agregado foram as que os inquiridos hesitaram, ou negaram, responder.

O questionário aplicado está dividido em partes, cada uma representa uma seção com um conjunto de questões que respondem aos objetivos traçados. O questionário inicia-se com uma breve nota introdutória que contextualiza o estudo. Antes das seções com as perguntas, organizou-se uma parte “0” do questionário denominada “codificação” para orientação no processo de tratamento dos dados. As seções referentes às questões para os agregados estão divididas em seis partes: a primeira contém informações sobre a composição do agregado e suas características; a segunda inclui questões relativas aos

rendimentos do agregado; a terceira introduz um conjunto de informações sobre a relação do agregado com a agricultura; a quarta abrange questões sobre a relação do agregado com a terra tanto para a agricultura de sequeiro como a de regadio; a quinta analisa a relação do agregado com o mercado; e a sexta parte do questionário é um espaço dedicado a observações e comentários.

A elaboração do questionário seguiu o proposto por Angelsen & Lund (2011) para o contexto dos agregados familiares rurais, designadamente na construção de indicadores relativos à sua composição e características, às atividades realizadas – remuneradas e não remuneradas, aos rendimentos e a outras seções específicas da pesquisa. Esta linha é também proposta pela “*transformative feminist*” (Mbilinyi, 2016) indicando que em contextos rurais de comunidades africanas, o recurso ao conceito de “agregado familiar” precisa ser expandido – especialmente quando é usado nos inquéritos, censos e projetos de desenvolvimento.

Para a recolha de dados qualitativos, fizemos recurso a entrevistas semiestruturadas aplicadas aos informantes-chaves especialistas nas áreas de género e agricultura. O objetivo das entrevistas com os informantes-chave foi o de trazer informações e dados sobre as políticas públicas relativas ao setor agrário assim como questões de género respeitantes aos direitos de propriedade. Foram realizadas sete entrevistas (cf. quadro 12) que trouxeram subsídios importantes para compreender aspetos específicos desta pesquisa. As entrevistas decorreram durante os meses de janeiro e março de 2017.

**Quadro 12. Caracterização dos informantes-chaves**

Nº	Nome	Sexo	Especialista/Área de atuação
1	E. M. 1	Feminino	Género
2	E. M. 2	Feminino	Género
3	E. H. 1	Masculino	Agricultura
4	E. H. 2	Masculino	Agricultura
5	E. H. 3	Masculino	Agricultura
6	E. H. 4	Masculino	Agricultura
7	E. H. 5	Masculino	Agricultura

O guião de entrevista foi organizado em duas partes e contendo uma nota introdutória onde se explicam aos participantes o contexto da pesquisa e os objetivos. A participação no trabalho de entrevista é protegida pela garantia de anonimato dos entrevistados e de confidencialidade das respostas. Na primeira parte do guião, as perguntas são relativas à identificação dos entrevistados; a segunda integra questões relacionadas com os direitos de propriedade da terra, nomeadamente sobre (1) as formas de acesso à terra, (2) a identificação da propriedade, (3) a gestão da terra, seu controlo e eventuais conflitos existentes por causa da terra.

Com as histórias de vida, procurámos mapear a trajetória dos agricultores e camponeses com o propósito de compreender as histórias pessoais e cruzá-las com as histórias social, cultural, económica e agrícola das comunidades.

Realizámos sete entrevistas para as histórias de vida, com camponeses e agricultores (A) que exercem ou exerciam algum tipo de liderança na comunidade e os (B) que passaram por situações de perda da terra, sendo cinco na comunidade de Charco, uma na comunidade de Boaventura e uma na cidade de Pedra Badejo (cf. quadro 13).

**Quadro 13. Caracterização dos entrevistados para as histórias de vida**

Nº	Nome	Sexo	Idade	Residência	Concelho
1	Ricarda	Feminino	66	Charco	Santa Catarina
2	Adélia	Feminino	58		
3	Antão	Masculino	70		
4	Nicolau	Masculino	40		
5	Antónia	Feminino	89		
6	Santiago	Masculino	79	Boaventura	Santa Cruz
7	Marta	Feminino	61	Pedra Badejo	

As perguntas para as histórias de vida foram organizadas em cinco partes. O guião incluiu uma introdução onde se explica o contexto da pesquisa e os objetivos pretendidos. A primeira parte do guião era composta por perguntas de identificação, a segunda parte por questões relativas à trajetória pessoal e familiar, a terceira por questões relacionadas à trajetória social, a quarta aborda por questões ligadas à trajetória económica e a quinta parte buscou mesclar a história da comunidade com a história pessoal do entrevistado relacionando a trajetória pessoal e comunitária com as relações construídas com a terra e o trabalho agrícola.

### **6.3.2 Os dados do campo: caracterização socioeconómica**

Quanto à composição e caracterização dos agregados familiares inquiridos, apresentam-se a seguir os principais achados<sup>26</sup>.

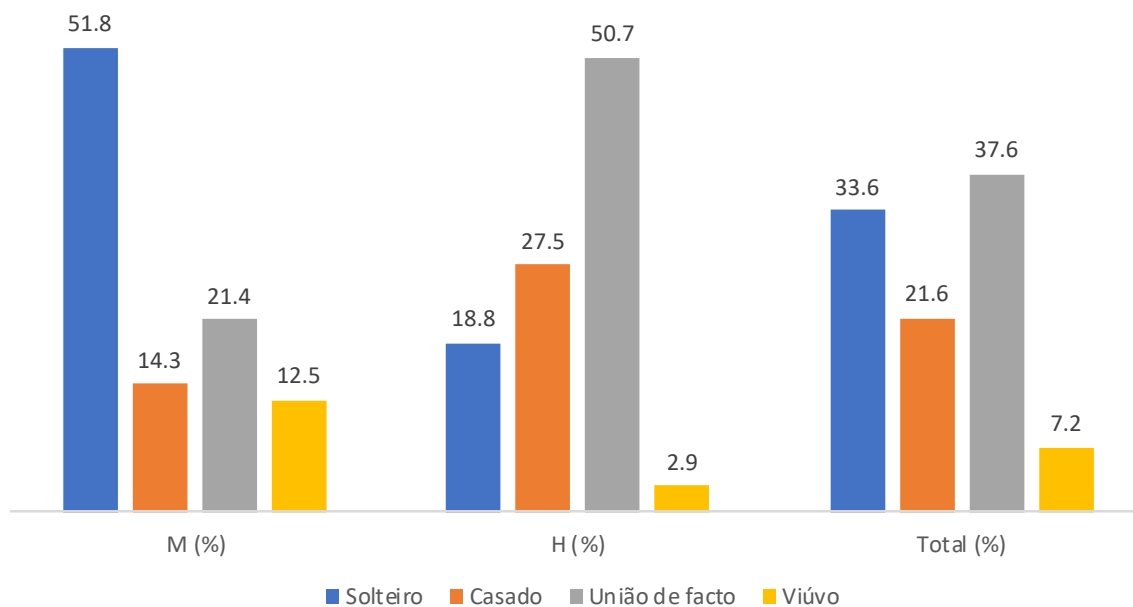
A idade média dos representantes dos agregados ronda os 48 anos, sendo que a das mulheres representantes é de 50 anos e a dos homens 48 anos. A maioria (57.6%) dos representantes tem mais de 35 anos, situando-se na faixa etária dos 35-64 anos de idade.

<sup>26</sup> Os dados, por efetivos e percentagem, desagregados por sexo e meio de residência encontram-se nos quadros no Anexo VI.

Quanto à capacidade de ler e escrever, 71.3% dos representantes dos agregados familiares são alfabetizados. A desagregação por género, porém, revela uma discrepância notória na comunidade de Charco, em que mais de metade (51.9%) das mulheres representantes dos agregados não sabe ler nem escrever, enquanto a maioria (85.2%) dos homens sabe ler e escrever.

Conforme a figura 15, 37.6% dos representantes dos agregados familiares inquiridos vivem em união de facto. Dos representantes casados e/ou vivendo em união de facto, a maioria são homens, enquanto as mulheres representantes são, maioritariamente, solteiras ou viúvas. Estes dados refletem a situação do país em que a maioria das mulheres representam os agregados monoparentais e são a única força de trabalho, quando possuem filhos pequenos ou dependentes ao seu cuidado.

**Figura 15. Distribuição dos agregados familiares por estado civil e sexo do representante**



Grande parte (40.8%) dos agregados familiares destas comunidades são extensos (compostos por mais de cinco pessoas). Os agregados familiares além de numerosos, têm

presentes relações de parentesco entre várias gerações vivendo sob o mesmo teto; juntando filhos (62.9%), netos (26.9%) e sobrinhos (4.1%).

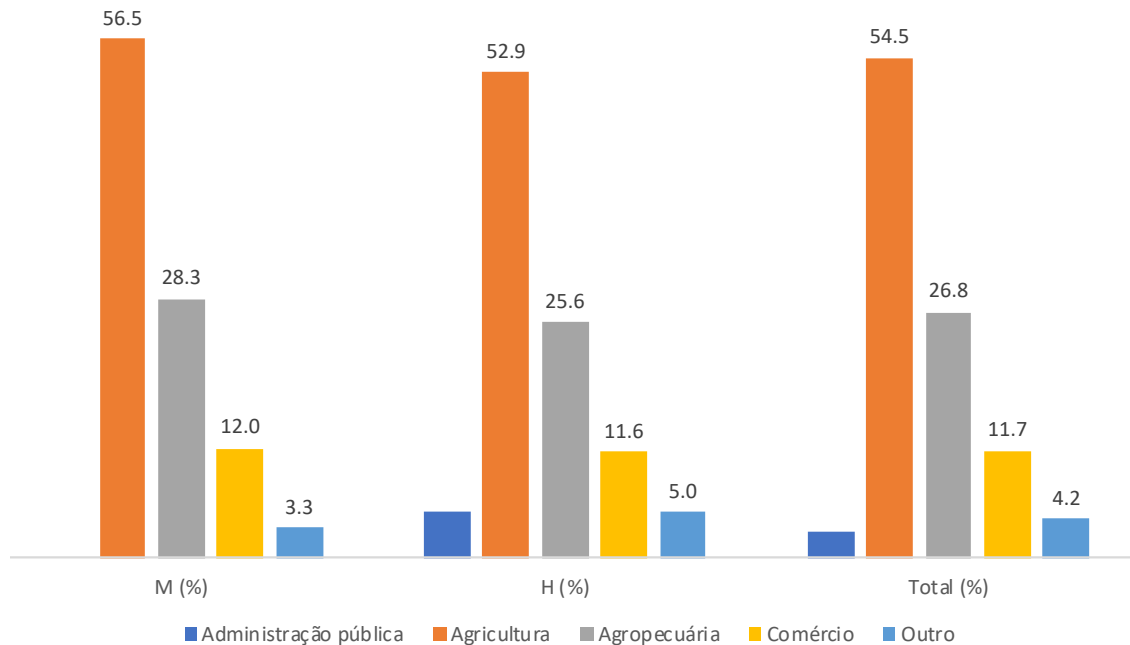
Relativamente à situação perante a atividade económica do representante do agregado, a maioria (67.8%) trabalha por conta própria enquanto os restantes trabalham por conta de outrem (13.3%), são reformados (7%) ou auferem uma Pensão Social Mínima (7.7%).

A maioria dos representantes dos agregados inquiridos dedica-se, em simultâneo, a diversas atividades como a agricultura, a agropecuária, o comércio (cf. figura 16), estando numa situação de pluriatividade que ocorre com frequência em contextos rurais agrícolas (Schneider, 2007). Segundo Schneider (2007), este tipo de pluriatividade que ocorre no meio rural refere-se a um fenómeno que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura. Estas atividades são exercidas por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico, ligado por laços de parentesco e consanguinidade, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos, que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente num mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família.

A maioria dos representantes dos agregados trabalha por conta própria, sendo os ramos da agricultura (54.5%) e da agropecuária (26.8%) os que ocupam a maioria. Ainda, encontramos 11.7% dos representantes dos agregados no ramo do comércio, 4.2% em outros ramos de atividades e 2.8% na Administração Pública.



**Figura 16. Distribuição dos agregados familiares por ramo de atividade e sexo do representante**



Conforme o quadro 14<sup>27</sup> abaixo, os rendimentos provêm das atividades agrícola, pecuária e de coleta e transformação (96.8%), comércio (60.5%), biscates (42.4%) e remessa dos familiares (26.4%).

Para ambas as comunidades, quando se desagregam estes dados por sexo dos representantes dos agregados familiares, a proporção de homens com rendimentos nestas atividades é superior à das mulheres, com exceção das remessas na comunidade de Charco, percebendo-se aqui a ligação e influência da migração no contexto familiar e doméstico.

<sup>27</sup> Cf. Quadro 38 do Anexo VI que inclui os dados globais sobre a origem dos rendimentos por tipo de atividades desenvolvidos pelos agregados familiares segundo o sexo do representante.

**Quadro 14. Distribuição dos agregados familiares por origem do rendimento e sexo do representante**

<b>Origem do rendimento</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>	<b>M</b>	<b>%</b>	<b>H</b>	<b>%</b>
Agricultura, pecuária e atividades de coleta e transformação	121	96.8	53	43.8	68	56.2
Comércio	69	60.5	28	40.6	41	59.4
Biscates	53	42.4	21	39.6	32	60.4
Remessas	33	26.4	18	54.5	15	45.4
Outros	19	15.2	7	36.8	12	63.2
Trabalho assalariado	18	14.4	7	38.8	11	61.2
Renda	2	1.6	2	100	0	0.0

Na comunidade de Charco, os agregados familiares dedicam-se à agricultura – sequeiro e regadio –, criação de animais e produção de grogue e mel. Nas ribeiras desta comunidade existem quatro “fornadjas<sup>28</sup>”. Por seu turno, em Boaventura, os agregados dedicam-se maioritariamente à agricultura – sequeiro e regadio – e à criação de animais.

Constata-se a existência de mais agregados familiares representados por homens a praticar a agricultura do que os representados por mulheres, e essa diferença aumenta quando esses dados se referem à agricultura de regadio. Na verdade, a presença das mulheres, principalmente na comunidade de Boaventura, se concentra na agricultura de sequeiro e criação de animais de pequeno porte enquanto em Charco, para além destas atividades, as mulheres ainda estão na apanha da areia para venda na construção civil.

Quanto aos agregados que se dedicam ao comércio, a maioria dedica-se à venda de animais, produtos agrícolas e derivados da cana sacarina. Alguns agregados se dedicam à venda ambulante e quatro agregados representados por homens são proprietários de lojas. Quando analisamos os dados desagregados por sexo, verificamos que os representados pelas mulheres se dedicam, maioritariamente, a atividades ligadas à venda

<sup>28</sup> Espaço de produção de grogue constituído por alambiques (equipamentos para a destilação do grogue) e “trapiches” (equipamentos para a moagem da cana sacarina) (Cardoso, 2009).

ambulante de produtos agrícolas, ou seja, dedicam-se à “rabidância” enquanto os representados pelos homens se dedicam à venda de produtos agrícolas, em particular da cana sacarina.

Quanto ao trabalho eventual (designado de “biscates”), são predominantemente realizados por homens, principalmente nas áreas da construção civil, agricultura e “fornadja”. As mulheres dedicam-se a um outro tipo de “biscates” como o trabalho temporário e sazonal na agricultura e em atividades domésticas e de cuidados noutros agregados.

A incidência das remessas oriundas da emigração ocorre principalmente na comunidade de Charco. Este rendimento é obtido através dos familiares e alguns amigos e ocorre, maioritariamente, em períodos de festas e em períodos de crises de seca. As festas de batizado e as festas de romaria – ou de “função” como são chamadas na ilha de Santiago – estão carregadas de simbolismo nesta ilha de Santiago e, geralmente, são preparadas com um ano de antecedência, daí a importância que os familiares emigrados atribuem a estas festas contribuindo com remessas para a sua realização.

O trabalho assalariado é uma atividade pouco significativa nestas comunidades. Este tipo de atividade ocorre principalmente em áreas como a agricultura, trabalho na “fornadja” e construção civil.

## **Capítulo 7. Agricultura. O tempo e os modos**

### **7.1 Relação do agregado com a agricultura**

Nas comunidades pesquisadas, os agregados familiares desenvolvem atividades na pecuária, silvicultura e agricultura, de sequeiro e de regadio. Quanto à agricultura, a de sequeiro é praticada por quase todos os agregados inquiridos, enquanto que a de regadio é praticada pelos agregados que possuem mais recursos – nomeadamente terra, acesso à água, equipamentos, dinheiro, etc. Dos 125 agregados familiares inquiridos, 96.8% praticam a agricultura de sequeiro e 61.6% a agricultura de regadio (cf. figura 17). Apenas três (2.4%) agregados não praticam a agricultura, tendo outro meio de vida.

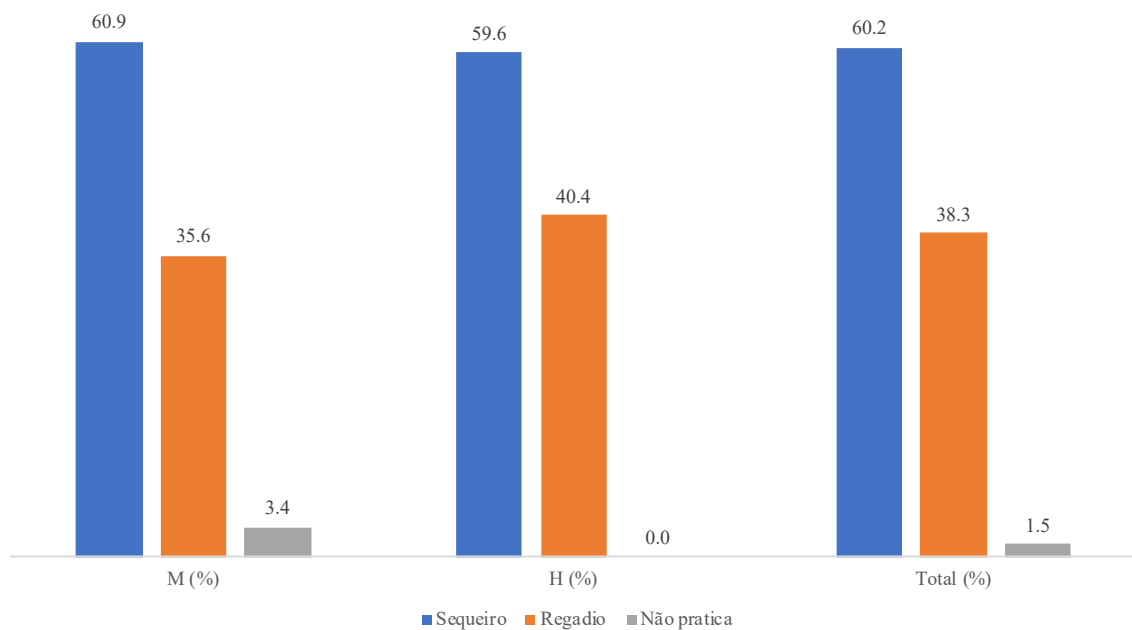
Em ambos os sistemas de agricultura, constatamos que os agregados representados por homens estão em maior número em ambos os sistemas de agricultura – 59.6% no sequeiro e 40.4% no regadio. Enquanto que aos agregados representados pelas mulheres se encontram em menor número na produção agrícola em ambos os tipos de agricultura, e esse número diminui quando são parcelas de regadio.

A agricultura de regadio, nessas comunidades, ainda é feita maioritariamente pelo sistema “tradicional” de alagamento, embora alguns agregados já façam recurso ao sistema de rega gota a gota. A agricultura de sequeiro depende das chuvas, que são escassas e incertas, e é baseada na troca e conservação das sementes com o objetivo do autoconsumo dos agregados familiares.

Na comunidade de Boaventura, dos 79.6% dos agregados que praticam a agricultura de regadio, 58.1% são representados por homens e 41.9% por mulheres; e dos 71 (100%) representantes de agregados que praticam a agricultura de sequeiro, 59.2% são homens e

40.8% são mulheres. Por sua vez, na comunidade de Charco, dos 63% dos agregados que praticam a agricultura de regadio, 61.8% são representados por homens e 38.2% por mulheres, enquanto dos 92.6% dos agregados que praticam a agricultura de sequeiro, 52% são representados por homens e 48% por mulheres.

**Figura 17. Distribuição dos agregados familiares segundo o tipo de agricultura praticada e sexo do representante**



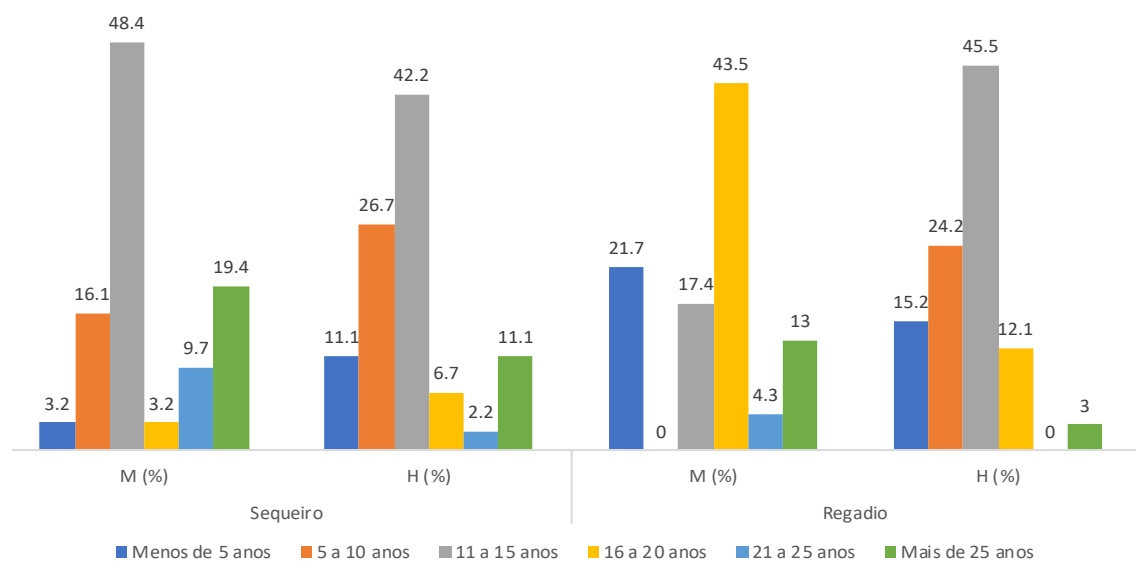
Quando analisamos o número de agregados familiares por anos de produção agrícola (cf. figura 18), constatamos que os agregados, tanto os representados por homens quanto por mulheres, trabalham no sistema de sequeiro há mais tempo do que no regadio. Por sua vez, no sistema de regadio, os homens trabalham neste sistema há mais tempo do que as mulheres.

O regadio enquadra-se no sistema de culturas de rendimento, também designado como “culturas masculinas”, enquanto a produção de sequeiro é de subsistência e, geralmente, designada “culturas femininas” (Guendel, 2009; Doss, 2001). Os homens estão inseridos no sistema de regadio, em maior número e há mais tempo, porque possuem mais recursos

– terra, insumos, informação e mercados – para a produção agrícola. Enquanto as mulheres estão no sistema de sequeiro porque é um tipo de cultura que requer menos recursos e as formas de exploração da terra, historicamente, têm permitido a prática da agricultura através do regime de parceria e do “pagar” com produtos pelo uso da terra.

Os agregados familiares da comunidade de Boaventura têm uma experiência mais longa – principalmente no sistema de agricultura de sequeiro – do que os da comunidade de Charco, em que a agricultura é praticada de forma intermitente. Esta situação deve-se, de acordo com os nossos entrevistados, às condições de exploração da terra. No Charco, o acesso à terra é predominantemente por parceria, e os agregados cessam essa relação quando as condições contratuais são mudadas ou quando não lhes são benéficas, por exemplo, o pagamento da renda, partilha da colheita, escassez da água ou chuvas. Enquanto na comunidade de Boaventura, o cultivo da terra é feito nas terras de familiares ou do Estado, em regime de posse útil, em que as condições de exploração da terra são menos voláteis.

**Figura 18. Distribuição dos agregados familiares por anos de prática da agricultura por tipo de agricultura e sexo do representante**

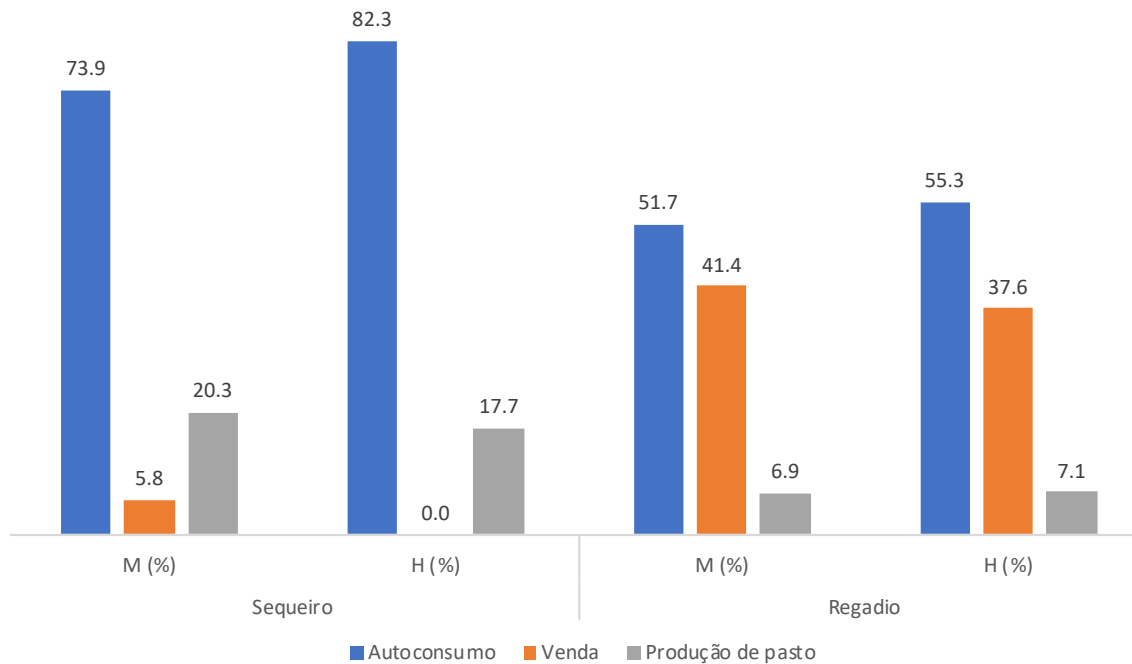


Os agregados familiares praticam a agricultura de sequeiro e de regadio com três objetivos: a produção de alimentos para o autoconsumo, a produção de alimentos para a venda e a produção de pasto (cf. figura 19). Todavia, o autoconsumo é o objetivo principal de produção e a produção de pasto – recolha de palha – é para a alimentação do gado.

Os agregados trabalham as terras destinadas à agricultura de regadio com dois objetivos: venda (39.2%) e autoconsumo (53.9%). Para a venda são destinados alguns produtos de maior procura, como cebola, alho, mandioca, tomate, cenoura, batata, banana, papaia. Estes são vendidos maioritariamente a rabidantes, no entanto alguns membros do sexo feminino colocam os produtos em vasilhas à cabeça e vão vendê-los nas comunidades vizinhas ou nos mercados mais próximos.

No sistema de sequeiro, os agregados familiares trabalham a terra com o principal e praticamente exclusivo propósito de produzir alimentos para o consumo doméstico e familiar (78.4%). Neste sistema a produção para a venda é residual (2.7%) e ocorrendo apenas nos agregados familiares representados por mulheres como forma de obter rendimentos para a casa. Porém, o contributo destas vendas para as receitas domésticas é escasso, dado serem produtos que praticamente todos produzem, com demanda por compra ínfima.

**Figura 19. Distribuição dos agregados familiares por tipo de produção segundo o objetivo de produção e sexo do representante**



A mão de obra que os agregados familiares utilizam na produção agrícola é por ordem decrescente: familiar (40.7%), *djunta-mon* (42.1%), paga (assalariada) (12.8%) e *djuda* (ajuda) (4.4%). Conforme a figura 20, na agricultura de regadio, a mão de obra mais utilizada é a familiar (40%) enquanto que no sequeiro é o *djunta-mon* (34.9%), em que ocorre uma troca direta, por igual, em termos de “tempo por tempo” e “tipo de trabalho e trabalhador”. A *djuda* enquanto tipo de mão de obra utilizada é pouco expressiva nas duas comunidades, dado que não exige reciprocidade e ocorre em situações especiais de doença ou invalidez/velhice de um familiar ou amigo. Constatamos que os agregados representados pelos homens fazem recurso, mais do que as mulheres, à mão de obra “paga”, em ambos os regimes agrícolas.

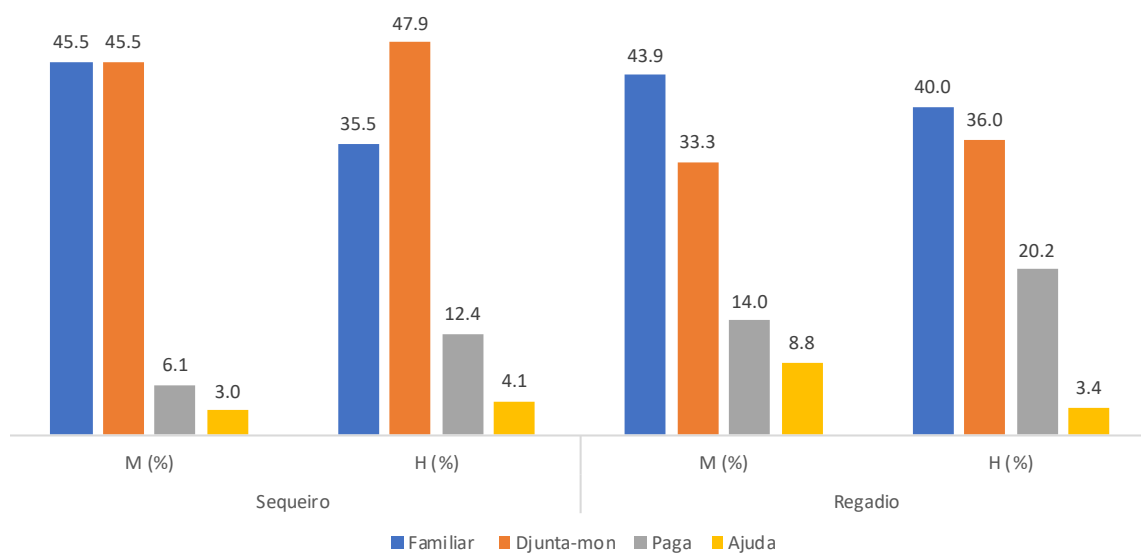
A mão de obra familiar é comumente utilizada na agricultura em Cabo Verde, particularmente na agricultura de sequeiro. A força de trabalho dos membros da casa é o recurso preferencial dos agregados familiares porque é o mais acessível em termos de



disponibilidade sendo também trabalho não é remunerado. Além dos membros dos agregados, o recurso ao *djunta-mon* e *djuda* é diligenciado no quadro familiar, de compadrio e vizinhança/amizade.

A entreatjada no trabalho no sistema de agricultura de subsistência – como é o caso da agricultura de sequeiro – ocorre em várias sociedades rurais africanas (Finan & Langworthy, 1997), envolvendo amigos, famílias e vizinhos, numa rede que permite o acesso à mão de obra para a produção agrícola em contextos de escassez de recursos financeiros para remunerar o trabalho agrícola.

**Figura 20. Distribuição dos agregados familiares por tipo de agricultura segundo mão de obra utilizada e o sexo do representante**



A obtenção de sementes e propágulos das espécies cultivadas é feita essencialmente através da compra, oferta de familiares e produção própria dos anos anteriores. A obtenção por meio de troca é residual com poucos agregados a optarem por esta via.

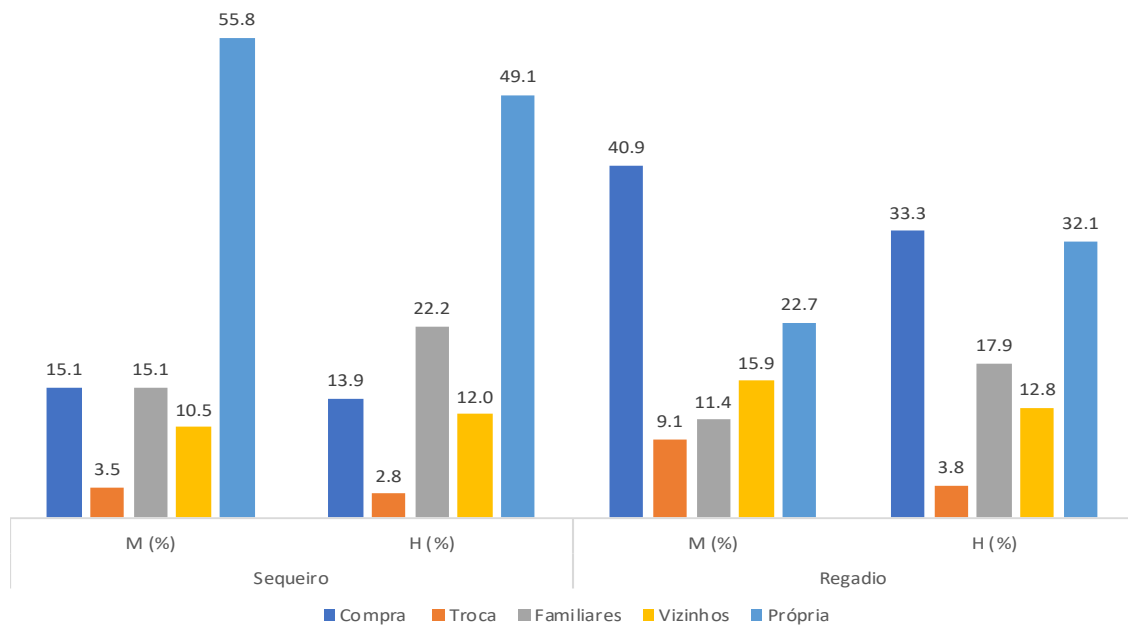
Constatamos diferenças na obtenção das sementes e propágulos quando comparamos os sistemas de agricultura (cf. figura 21). No que se refere à agricultura de regadio, as

sementes são essencialmente adquiridas por duas vias – compra e produção própria do ano anterior. Enquanto na agricultura de sequeiro, o principal meio de obtenção das sementes e dos propágulos das espécies cultivadas é a produção própria do ano anterior e familiares.

Essa diferença deve-se, essencialmente, ao objetivo de produção. No sistema de sequeiro, a produção tem como principal objetivo o autoconsumo e falta de receitas geradas limita o investimento na compra de sementes. Os agregados conservam a produção para ser utilizada – no consumo e na próxima sementeira – por longos períodos. Por sua vez, a agricultura de regadio tem como principal objetivo a venda e é um sistema de cultura de rendimento, por isso, as duas fontes principais de obtenção de sementes e propágulos são a compra e a produção própria. Os agricultores fazem um investimento na produção através da compra de sementes, propágulos e outros insumos.

A pesquisa empírica permitiu ainda constatar que, no sistema de sequeiro, existem ligeiras diferenças entre os agregados representados por homens e por mulheres quanto à fonte de obtenção de sementes e propágulos. No sistema de regadio a diferença acentua-se, com os agregados representados por mulheres obtendo, maioritariamente, as sementes e propágulos por meio de “troca” (57.1%).

**Figura 21. Proporções de agregados familiares por fonte de obtenção de sementes e propágulos e tipo de agricultura**



No sistema de regadio, as espécies são cultivadas em função do objetivo de produção, tamanho da parcela e situação do acesso e acessibilidade à água. Quando o objetivo é a venda ou a transformação, as espécies cultivadas são: cana sacarina, mandioca, banana, papaia, repolho, cebola, alho. E o excedente (o que não se consegue vender ou conservar) é destinado ao consumo doméstico e oferta aos familiares.

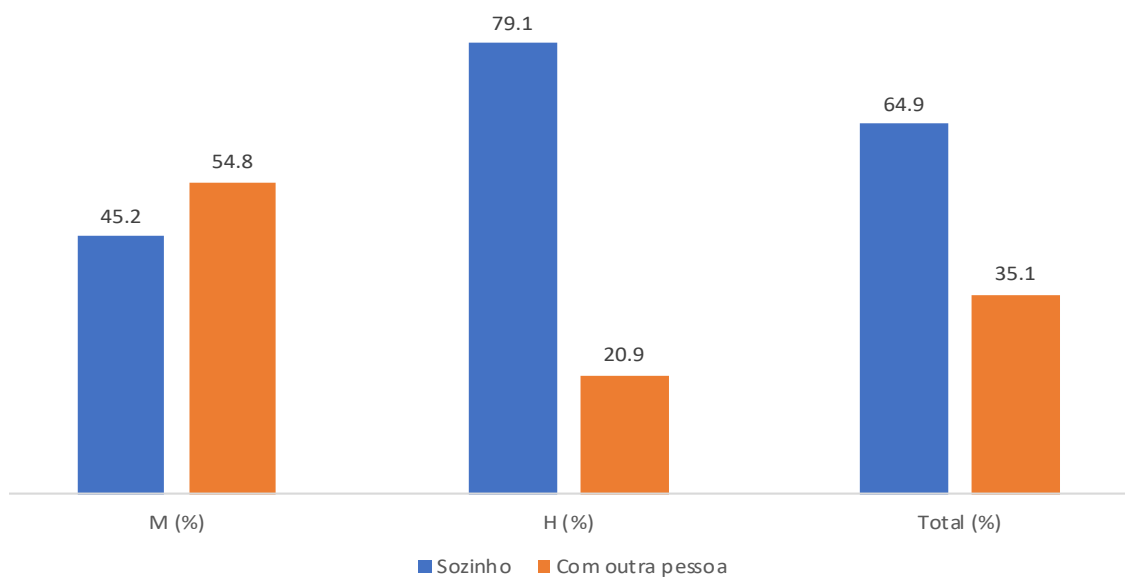
Quando as parcelas são pequenas e existe acesso à água sem grandes constrangimentos, os agricultores cultivam várias espécies, dividindo-os em talhões – de mandioca, batata, couve, tomate, cebola. Esta lógica tem subjacente o escalonamento das colheitas, assegurando o auto-abastecimento regular em alimentos das famílias ao longo do ano.

A pesquisa empírica revelou que a tomada de decisão sobre o processo produtivo fica a cargo do representante do agregado (64.9%), embora os outros membros do agregado, ou mesmo outras pessoas, sejam consultados (cf. figura 22). Porém, quando o agregado é representado por uma mulher (65.4%), aumenta o número de pessoas que contribui para

a tomada de decisão, contrariamente aos agregados representados pelo homem (70.8%) em que a decisão é tomada por ele.

Esta situação remete-nos para o conceito de “agência” e as possibilidades de negociação em contextos de relação de poder que essas mulheres representantes dos seus agregados possuem para tomarem decisões (Ortner, 2006). Essas mulheres operam/agem em contextos de relações de desigualdade e de assimetria das forças sociais, uma vez que, quando não possuem os recursos no processo produtivo, como no caso em apreço, o processo de tomada de decisão é feito juntamente com outras pessoas.

**Figura 22. Distribuição dos agregados familiares por forma de tomada de decisões de produção anual e sexo do representante**



A calendarização do trabalho agrícola no sistema de sequeiro é feita em dois momentos, ou como os camponeses dizem, em dois tempos: tempo “*dazágua*” e tempo “*seco*”, que perpassam várias fases do trabalho agrícola (cf. quadro 15). No tempo “*dazágua*”, centra-se essencialmente na agricultura e no tempo *seco* realizam-se atividades agrícolas e não-agrícolas.

O tempo “*dazágua*” começa no mês de julho com a sementeira – tradicionalmente do milho e feijões – e os camponeses ficam aguardando as chuvas e protegendo as plantações dos animais não domesticados (“*peladas*” e “*santxus*”). Quando o ano dá sinais de ser chuvoso, as chuvas começam no mês de julho, intensificando-se em agosto e setembro. Com as primeiras chuvas, os agregados familiares continuam o trabalho do campo com a “*monda*” e a “*ramonda*” e, se a chuva for farta, faz-se a “*trismonda*”. Outubro é o período de retirar a “*flor do milho*” e, no final do mês, as primeiras espigas de milho são colhidas na fase leitosa, assim como o feijão “*bongolom*”. A 1 de novembro, geralmente, é iniciado o período oficial do consumo do milho verde. Em dezembro, o milho é colhido porque está seco e, em janeiro, continua-se este trabalho designado de “*corta*” do milho até meados de fevereiro. E, neste mês, começa também a colheita do feijão “*pedra*”. De março até junho, geralmente, é o período do emprego público em que se recrutam representantes ou membros do agregado para esta atividade assim como de outras atividades de biscates que são desempenhadas pelos representantes e/ou membros dos agregados familiares. A partir de maio começa o período de “*roça*”.

A pastagem dos animais, no período “*dazágua*” provoca conflitos velados, e algumas vezes abertos, porque os agregados dizem que os donos dos animais não cuidam dos mesmos, deixando-os entrar nos campos para pastarem. Geralmente esta tarefa é feita pelas crianças. Nas palavras de uma entrevistada:

*Durante o tempo “dazágua” semeamos o milho, o feijão “pedra”, o feijão “bongolom” e o feijão “congo”. Mas, muitas vezes, deixam as alimárias (vacas, cabras e carneiros) soltas e não conseguimos ter a produção que estávamos à espera. As alimárias comem a plantação. Este ano semeamos no tempo certo, veio a chuva, e ficamos quase um mês espantando as “peladas” e os “santxus”, mas depois as alimárias comeram. Não podemos fazer nada. As pessoas que têm mais força são as primeiras a soltarem suas*

*alimárias para se alimentarem. Nem vale a pena recorrer à polícia ou ao tribunal. São todos amigos (...).* [Adélia, 58, Charco]

No tempo “*seco*”, o trabalho é alocado pelas famílias em diferentes tipos de atividades que incluem, além das atividades agrícolas, as não agrícolas, que são realizadas fora do âmbito doméstico. As atividades compreendem o emprego público, a ravidância, a apanha da areia, entre outras, e estão divididas de forma diferenciada entre homens e mulheres. Neste contexto, emergem padrões individuais e coletivos de distribuição do trabalho rural, os quais transformam as unidades produtivas familiares em “unidades multidimensionais” (Cardoso, 2009; Schneider, 2003), em que as atividades praticadas geram diferentes tipos de rendimentos, conectadas à condição, à situação e aos interesses dos membros dos agregados familiares.

No trabalho agrícola, todos os membros dos agregados participam, começando na infância a partir dos seis/sete anos de idade até à terceira idade. Não existem diferenças significativas de divisão sexual do trabalho agrícola que ocorre basicamente no momento da sementeira, em que os homens cavam a terra e as mulheres se ocupam das tarefas de introduzir nas covas as sementes do milho e dos feijões, de tapá-las com os pés e colocar pedras sobre elas para as proteger dos animais.

A participação das crianças no trabalho agrícola começa, geralmente, no tempo da sementeira através da introdução dos feijões “*bongolom*” nas covas. Este processo continua até à adolescência, momento em que se inauguram as fronteiras da divisão do trabalho no espaço social em função do género, em que os rapazes iniciam tarefas consideradas “masculinas” e as meninas as “femininas”. Portanto, a realização das tarefas agrícolas pelas crianças, enquanto sujeitos sociais que se encontram num processo de

socialização, constitui um processo de interiorização dos valores sociais, das regras e das normas socialmente estabelecidas.

**Quadro 15. Calendário agrícola de sequeiro e participação dos membros dos agregados familiares no trabalho agrícola**

Tempo “seco”						Tempo de “azágua”					
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
<i>Corta</i>	<i>Corta</i>	Biscates e/ou emprego público  Trabalho agrícola	Biscates e/ou emprego público  Trabalho agrícola	<i>Roça</i>	<i>Roça</i>	Sementeira  Plantação do milho e feijões	<i>Monda</i>  Plantação da mandioca e batata-doce	<i>Ramonda</i>	<i>Trismonda</i>	Primeiras colheitas	<i>Corta</i>
○ ○ ■ Transporte do milho seco para casa para ser armazenado	○ ○ ■ Apanha dos feijões verdes	○ ■ Realização de outras atividades ( <i>biscates</i> ) ou emprego público  ○ Apanha dos feijões	○ ■ Realização de outras atividades ( <i>biscates</i> ) ou emprego público  Apanha dos últimos feijões	○ ○ ■ Tira as palhas e lenhas, prepara o campo para o plantio  ○ ■ Realização de outras atividades ( <i>biscates</i> ) ou emprego público	■ ○ Tira as palhas e lenhas, prepara o campo para o plantio  ○ ■ Realização de outras atividades ( <i>biscates</i> ) ou emprego público	■ Cavar a terra  ○ ○ Colocar o milho, feijões e, entupir  ○ Colocar feijões “bongolom”	○ ■ <i>Monda</i>	○ ■ <i>Ramonda</i>	■ ○ ○ Tirar a flor do milho  Primeiras colheitas (feijão “bongolom” e milho)  ○ Transportar a palha para os animais	○ ■ Colheita do milho verde	○ ■ Transporte do milho seco para casa para ser armazenado

Legenda: ○ Criança    ○ Mulher    ■ Homem



## 7.2 Agricultura, terras e acesso à água

A prática da agricultura, em Cabo Verde, é feita em parcelas de terra pertencentes maioritariamente a terceiros ou ao Estado. O uso de terras próprias – compradas ou herdadas – é em menor proporção. Esta situação deve-se, certamente, às formas de exploração da terra e estrutura fundiária herdadas do processo de colonização – morgadio, parceria e arrendamento. Estas formas de exploração potenciam baixos rendimentos da atividade agrícola (Temudo, 2008) porque o agricultor não tem condições de acesso ao crédito para o investimento na agricultura que aliada à escassez da água torna a produção de alto risco, sujeita a oscilações e não lucrativa.

Nas comunidades pesquisadas, 77 agregados familiares praticam a agricultura de regadio, destes 45.5% utilizam terras próprias e 54.5% utilizam terras de outras pessoas ou do Estado. Quanto à agricultura de sequeiro, dos 121 agregados familiares inquiridos que praticam este tipo de agricultura, 36.4% utilizam terras próprias e 62.8% utilizam terras de outras pessoas ou do Estado. Situações que ocorrem sobretudo na comunidade de Charco, certamente, devido a um sistema de morgadio que existia nesta comunidade e que tem perdurado no tempo, embora sob outros formatos, mas de base morgadio. Os agregados familiares tiveram e têm tido poucas possibilidades de acesso à propriedade da terra, por isso recorrem às terras agrícolas num sistema de parceria e arrendamento que muitas vezes lhes é desfavorável. Esta situação, nesta comunidade, é confirmada pela entrevista do responsável do MAA no concelho:

*No concelho de Santa Catarina, a forma de exploração mais frequente é a parceria, encontramos também arrendamento e conta própria. [E. H. 2, Delegado MAA, Santa Catarina]*

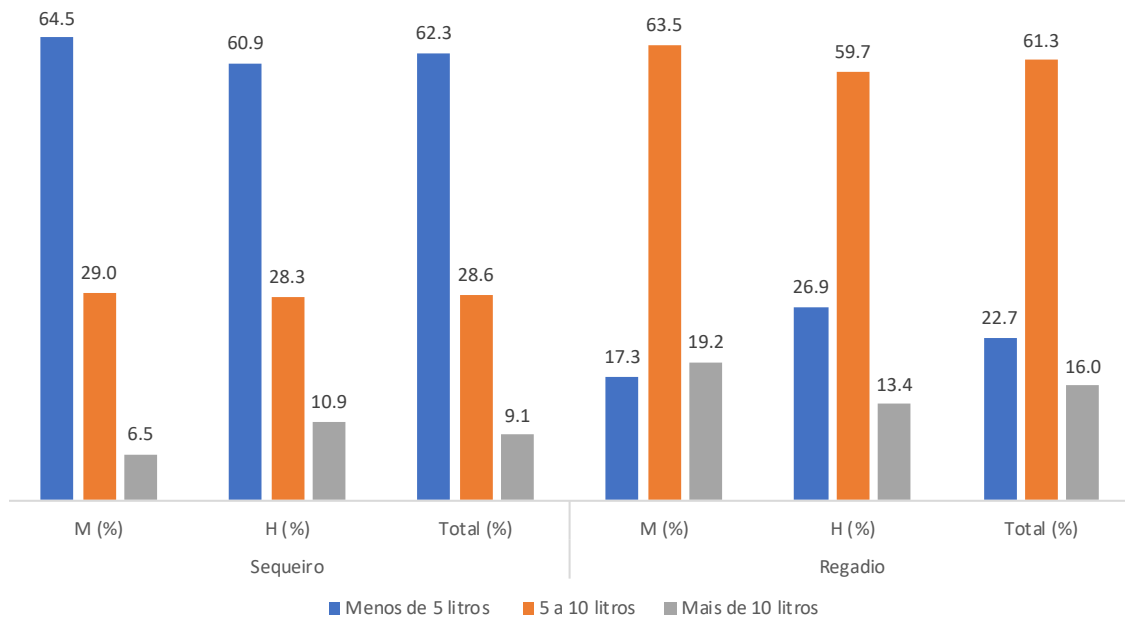
A agricultura em Cabo Verde é praticada em parcelas com áreas cultiváveis de aproximadamente 10 litros<sup>29</sup> (MAA, 2004). Os grandes proprietários já são, praticamente, inexistentes devido ao elevado parcelamento de terras (Almeida, 2006; Silva, 2002), através da divisão das terras entre os herdeiros. Mesmo nas terras do Estado, que o agregado cultiva em regime de posse útil, são sujeitas a divisão das parcelas para satisfazer as condições da transmissão por herança aos seus descendentes.

Esta mesma situação foi encontrada nas comunidades pesquisadas, tanto no sistema de regadio quanto no de sequeiro: parcelas pequenas com áreas de até 10 litros, isto é, 0.10 *ha* (cf. figura 23). A agricultura de sequeiro é feita pela maioria (62.3%) dos agregados em áreas com menos de 0.05 *ha*. Uma parte (28.6%) cultiva em áreas de 0.05 *ha* a 0.10 *ha* e 9.1% dos agregados possuem áreas superiores a 0.10 *ha*. A agricultura de regadio diferencia-se um pouco da agricultura de sequeiro. A maioria (61.3%) dos agregados familiares possuem áreas que vão de 0.05 *ha* a 0.10 *ha*. Uma parte (22.7%) dos agregados possui menos de 0.05 *ha* de área e são poucos (16%) os agregados que possuem áreas superiores a 0.10 *ha*.

---

<sup>29</sup> Um (01) litro corresponde a 0.1 *ha*.

**Figura 23. Distribuição dos agregados familiares por tipo de agricultura, área cultivada e sexo do representante**



A configuração do acesso às terras para a prática da agricultura em Cabo Verde está intimamente ligada ao acesso à água. Seja em sequeiro ou regadio, a água é um dos principais constrangimentos que os agricultores enfrentam na produção. A agricultura de sequeiro, como vimos, depende das chuvas, que são escassas e concentradas, acarretando grandes riscos de produção devido ao elevado declive do terreno utilizado neste tipo de agricultura. A agricultura de regadio, praticada em zonas de disponibilidade de água no subsolo, depende de investimento para a mobilização da água para a produção.

A água é um bem escasso em Cabo Verde, devido às condições climáticas e às dificuldades ou indisponibilidade de investimentos na dessalinização da água do mar. A dessalinização da água do mar tem sido feita em quase todas as ilhas, mas destina-se exclusivamente ao consumo doméstico. Para a agricultura de regadio, a mobilização da água para a rega é feita essencialmente no subsolo. E, há relatos dos nossos informantes, e também denúncias na comunicação social, de conflitos entre os agricultores no tocante

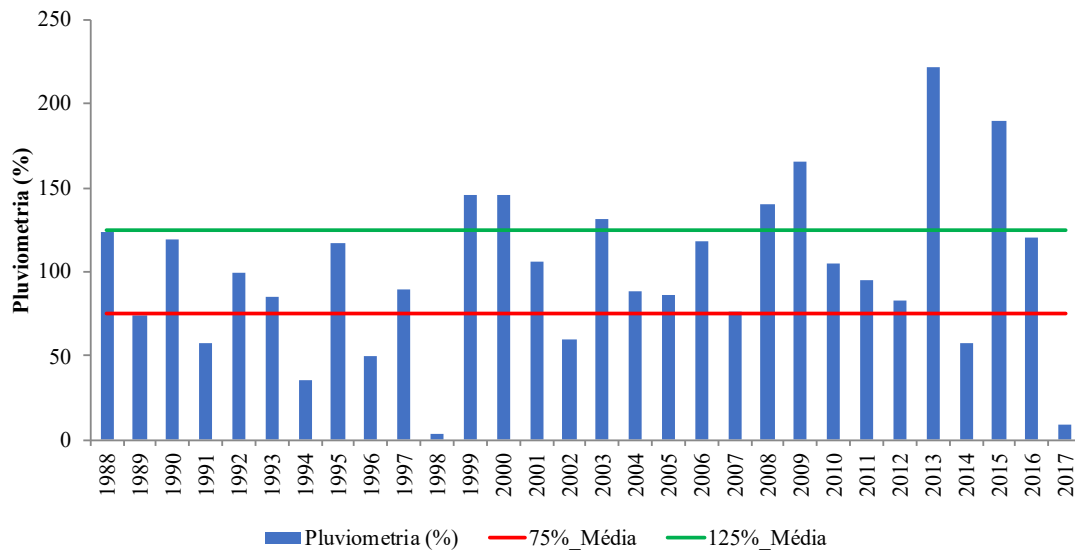
ao acesso e disponibilidade da água para a rega, principalmente em contextos de crise de seca.

Apesar de Cabo Verde ficar situado numa zona árida e viver sob *stress* constante em relação à água – para agricultura e não só – a maioria dos agricultores (68.5%) acedem à água sem pagar (MAA, 2015).

Os dados pluviométricos dos últimos anos vinte anos (cf. figura 24) indicam uma média anual de precipitação total de 303.9 mm que está dentro dos padrões climáticos de referência para a região do Sahel. A média considerada normal neste padrão situa-se entre os 200 mm a 400 mm (75% a 125% de média) que são considerados anos normais permitindo a recarga dos aquíferos, a produção de pasto para os animais e a produção alimentícia de sequeiro.

Por exemplo, ocorreu nos anos 2014 e 2017 uma média (abaixo de 75%) considerada deficitária que indica “anos secos”; nestes dois anos não houve produção de alimentos no sistema de sequeiro, nem recarga de aquíferos e produção do pasto suficiente para o gado. Uma ocorrência total de precipitação anual acima dos 400 mm (125%) é considerada de “ano excedentário”. Anos como estes são muito raros estimando-se que em vinte anos apenas seis anos ultrapassem esta marca.

**Figura 24. Pluviometria média anual para a ilha de Santiago 1988-2017**



Fonte: adaptado de INMG, 2018.

Em Cabo Verde, no sistema da agricultura de regadio, nas comunidades estudadas assim como na maioria das comunidades agrárias do país, a técnica de rega predominante é por alagamento (61.1%) (MAA, 2015). O recurso à rega gota a gota ainda é minoritário, representando 21.3% dos agricultores de regadio. Esta técnica alternativa ao alagamento deve grandemente a sua difusão aos projetos de desenvolvimento agrícolas implementados pelas entidades públicas no país.

Quando focamos o nosso olhar separadamente sobre cada uma das comunidades, verificamos que na Boaventura, a agricultura de regadio é feita quase exclusivamente por alagamento (97.8%) – destes 40% são agregados representados por mulheres e 57.8% por homens. Porém, em Charco, as modalidades de rega são mais diversas, com recurso ao alagamento (75.7%) e à gota a gota (24.3%). Dos agregados familiares que realizam rega por alagamento, 51.4% são representados por homens e 24.3% por mulheres. Dos que recorrem à rega gota-a-gota, 8.1% dos agregados são representados por homens e 16.2% por mulheres. Esta diferença de género no recurso à este tipo de rega deve-se ao facto de o Ministério da Agricultura, no quadro de luta contra a pobreza no meio rural, ter

escolhido, nesta comunidade, os agregados representados por mulheres como grupo privilegiado do programa, para efeitos de apoio com os equipamentos de rega a gota, por forma a reduzir a pobreza feminina no meio rural. Esta lógica de atuação enquadra-se na abordagem promotora de mulheres no desenvolvimento.

Na agricultura de regadio, a principal forma de acesso à água para a rega é através das nascentes, dos poços e tanques existentes nas comunidades. Na comunidade de Boaventura, além da nascente que é o meio principal de acesso, os agregados recorrem ao poço local e à barragem desde 2015 (cf. figura 25). No Charco, o principal meio de acesso utilizado pelos agregados é a água da nascente que é captada através de um sistema de bombagem e armazenada num tanque.

**Figura 25. Vista sobre a barragem de Figueira Gorda em Boaventura**



Em períodos de crise da seca, a água escasseia e há maior controlo na gestão e utilização da água, com filas espaçadas para conseguir “vez” para a rega. Convém realçar que a construção das barragens – tanto a de Figueira Gorda que fica dentro da comunidade de Boaventura como a de Saquinho que fica na Bacia Hidrográfica de Charco – contribuíram

para o aumento da disponibilidade da água, especialmente do nível dos lençóis freáticos, em ambas as comunidades.

O governo apostou na construção de barragens para que venham a curto prazo constituir-se em importantes infraestruturas na luta contra a pobreza no meio rural e na criação de condições sustentáveis e duráveis para a melhoria do rendimento das populações rurais através da melhoria da produção agrícola, da distribuição de água e no aumento dos rendimentos das populações (Ferreira, 2014).

Projeta-se que a barragem de Saquinho abasteça uma área de regadio de 63 *ha*, com volume total de água máximo de 704.140 m<sup>3</sup>/ano, que o volume de água disponível para a rega seja de 600.000m<sup>3</sup>/ano, beneficiando 252 agricultores, enquanto que o regadio alimentado pela barragem de Figueira Gorda será de 120 *ha*, com volume total de água máximo seja de 1.819.090 m<sup>3</sup>/ano, que o volume de água disponível para a rega seja de 1.455.272 m<sup>3</sup>/ano, beneficiando 480 agricultores (MDR, 2015a). Nas palavras de dois produtores:

*A barragem de Saquinho foi a salvação de Charco. Se não fosse, Charco estaria perdida. As nascentes de Charco triplicaram a quantidade de água por aqui. No ano passado não choveu, houve seca, mas não faltou água por aqui. Você viu que aqui a maioria dos agricultores utilizam a rega por alagamento. A água é aberta, vem nas levadas, cai no tanque e quando este enche, a água fica correndo nas ribeiras. Enquanto houver água na barragem, nós aqui não temos problemas de água. Mas, às vezes, há conflitos porque os agricultores querem fazer pântano nos seus “regos” {canteiros}, e levam muito tempo a regar e gastando muito água. [Nicolau, 35, Charco]*

*Uns dizem que a barragem é má, outros dizem que é boa. Mas a realidade é que trouxe coisas boas para a comunidade. A bomba elétrica irá colocar a água nas zonas mais altas da comunidade. As pessoas já estão a cultivar na albufeira da barragem. Esta barragem, quando se montar o sistema de rega gota a gota, com o reservatório que já*

*foi construído vai levar água para todas as comunidades vizinhas. A barragem ainda está a dar os seus primeiros passos, depois se verá as vantagens da barragem.* [Santiago, 70, Boaventura]

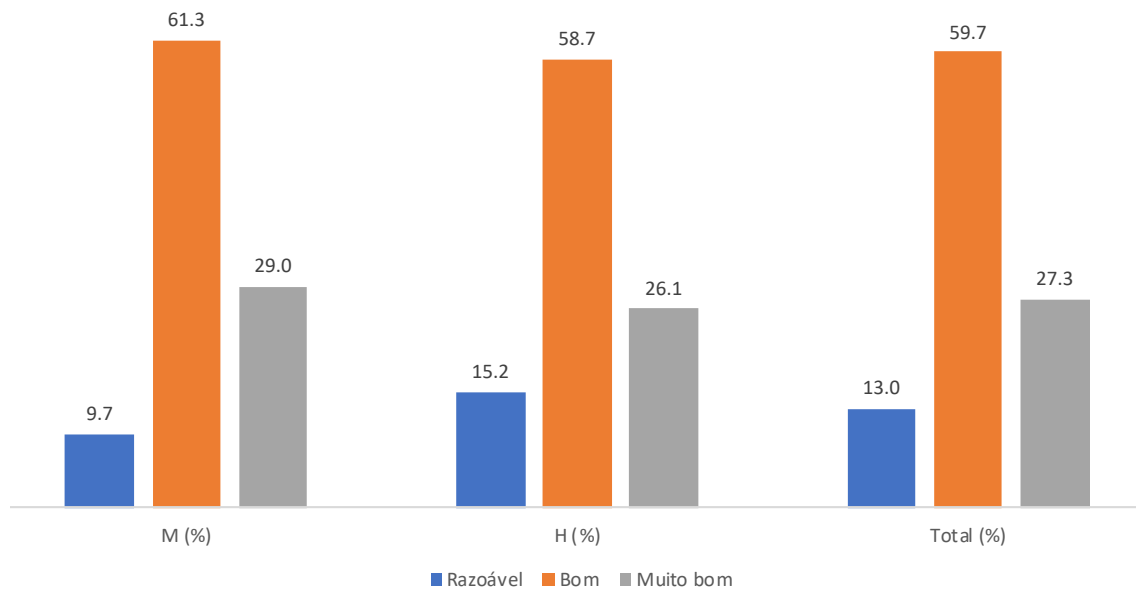
Apesar do bem comum gerado pelo aumento da disponibilidade da água na comunidade de Boaventura, há reclamações por parte dos agricultores que perderam as parcelas de terra que ficaram submersas pela albufeira da barragem. Os agricultores estão em negociação com o Ministério da Agricultura para a disponibilização das parcelas de terras numa outra comunidade agrícola. Quanto à barragem de Saquinho embora situada na Bacia Hidrográfica de Charco fica a uma distância da comunidade e das hortas envolventes, não tendo tido implicação de eventuais perdas de parcelas dos agricultores da comunidade.

Os agregados destas comunidades não compram água para a rega porque acedem à água através das nascentes. Nas palavras dos delegados do Ministério da Agricultura de ambos os concelhos, existe água em quantidade para todos os agricultores e não há necessidade de vender a água para a rega na agricultura de regadio. Não foram relatadas dificuldades quanto ao acesso à água para a agricultura de regadio, a não ser em anos de crises provocadas pela seca.

Contrariamente à situação de muitas comunidades no país que enfrentam dificuldades no acesso à água para a agricultura, nestas duas comunidades, não existem problemas de fornecimento. Neste aspeto, o acesso à água para a agricultura de regadio (cf. figura 26) é considerado, pelos agregados inquiridos, como “Bom” (59.7%) e “Muito Bom” (27.3%) e um pequeno número de agregados classifica esse acesso como “Razoável” (13%), decerto, devido à falta dos equipamentos para a rega.



**Figura 26. Classificação da qualidade do acesso à água para agricultura de regadio por parte dos agregados familiares sexo do representante**



As duas comunidades são exemplos dos investimentos do Estado em políticas públicas voltadas para a mobilização da água para a agricultura com o propósito de beneficiar a produção agrícola de menor escala e o modo de vida dos agregados familiares que dela dependem para sobreviver.

Quanto ao acesso aos restantes fatores de produção nas comunidades estudadas, os agregados familiares enfrentam algumas dificuldades. A água, como vimos, não é uma delas, ao contrário da terra e do crédito – este último é praticamente inexistente – que atuam como constrangimentos para o aumento do rendimento familiar.

Estas constatações já tinham sido feitas pelo Finan & Langworthy (1997) relativamente aos desafios no setor da agricultura em Cabo Verde onde os diferentes padrões de acesso a recursos produtivos são fatores que constroem a capacidade das famílias a aumentarem a renda através da agricultura.

### **7.3 Relação dos agregados com as instituições públicas e comunitárias**

Após a independência, a nova autoridade governativa instalada incentivou a criação de instituições comunitárias – cooperativas – financiando-as. A partir de 1975 surgem, segundo Évora (2000), movimentos cooperativos em que o Estado desempenhava um papel relevante. Com efeito, o Estado dinamizou o surgimento deste movimento prestando assistência técnica às primeiras cooperativas, criando as condições estruturais para a mobilização popular e assumindo a responsabilidade pela consolidação desse movimento em todo o país. O Estado justificou essa linha de intervenção e assistência pela necessidade de gerir adequadamente os limitados recursos humanos e financeiros existentes, oportunidade de forma estratégica e garantir integração económica de grande parte da população até então mantida à margem do processo de desenvolvimento (Martins & Schneider, 2013).

A partir da década de noventa, com a mudança do paradigma político e económico, grande parte das cooperativas fundadas no período pós-independência, até finais da década de oitenta, desapareceram (Martins & Schneider, 2013). Como que a substituir as cooperativas, surgem outras associações da sociedade civil, designadamente associações comunitárias e ONGs. A maioria destas organizações surgiu impulsionada e com o apoio de instituições públicas e organizações internacionais (Jesus, 2016). Atualmente o país possui um grande movimento associativo, em que cerca de 23.5% da população é membro de alguma associação, sendo que a maioria (83.1%) é liderada por homens (INE, 2017a).

Nas comunidades de Charco e Boaventura existem instituições comunitárias – associações –, porém a maioria (52.6%) dos representantes dos agregados não participam dessas instâncias de decisão. No Charco existe uma forte implantação da associação

informal tradicional – *tabanka*. Esta é, na sociedade cabo-verdiana, uma instituição tradicional de auxílio mútuo destinado à organização de festas e romarias (Semedo & Turano, 1997).

Constatamos que as dinâmicas de funcionamento dessas associações locais obedecem a uma lógica de busca de parcerias junto de instituições públicas nacionais – governo local e central – e, dependendo da dimensão podem recorrer a parcerias internacionais para o financiamento das atividades. Porém, quando essas parcerias de financiamento terminam ou são inexistentes, as dinâmicas de funcionamento reduzem-se e a participação dos membros diminui ou cessa. Nas palavras de dois entrevistados das comunidades:

*Criamos a associação no final da década de noventa. Trabalhava numa comunidade perto daqui e criei lá uma associação e depois as pessoas de lá tomaram conta daquilo porque eu não sou daquela comunidade. Saí da associação e vim criar esta aqui na minha comunidade. Disse as pessoas que todas as comunidades têm associação e que já era tempo de termos a nossa associação. Juntamos e criamos a associação. Deu certo, trabalhamos, temos sócios, estivemos trabalhando um tempo (...), todos os equipamentos sociais na comunidade nós é que construímos. Construímos arretos, diques, reservatórios, levadas de água, tudo investimentos do Ministério. Construímos o Centro Comunitário. Ganhamos concursos para construir pequenas obras fora da comunidade. (...). Depois deixamos de ganhar financiamento para os projetos na comunidade, porque estávamos ligados a ONG que nos financiava para trabalhar na comunidade. Sem os financiamentos, não havia trabalho, a associação foi para baixo. [Santiago, 70, Boaventura]*

*Comecei a trabalhar como controlador de floresta, e pensei [que] aqui a comunidade tem água (...). Falei com algumas pessoas para criarmos uma associação porque não conseguiremos nada agindo individualmente, pessoalmente [responsáveis das instituições públicas] diziam-me formem um grupo e nós podemos apoiar na criação de animais, pasto para animais, com trabalho. A partir disso criamos a associação em 2003. Ganhamos alguns financiamentos, mais tarde negociamos com o MDR para a mobilização das parcelas de terras. (...). Neste momento a associação está meio parada*

*porque não há financiamento. E as pessoas acham que a associação é quando há dinheiro para emprego. Fizemos várias formações, demos vários apoios. [Nicolau, 35, Charco]*

Na comunidade de Boaventura, 95.8% dos representantes de agregados não participam em nenhuma instância de decisão e só uma minoria (4.2%) é membro da associação comunitária local. Contrariamente, na comunidade de Charco, a maioria (63%) dos representantes dos agregados familiares – dos quais 52.9% são mulheres e 47.1% homens – participa em alguma instância de liderança e tomada de decisão na comunidade, como membros da associação comunitária local (29.4%) ou grupos de *tabanka* (67.6%).

As associações comunitárias existentes em ambas as comunidades não realizam eleições dos órgãos sociais nos prazos estipulados, não tem funcionado regularmente com realização de reuniões e encontros, e não têm tomado nenhuma decisão desde 2014. Esta situação contribuiu para que os órgãos sociais e as lideranças permaneçam nos cargos além do período instituído, acarretando a possibilidade de as mesmas não serem mais reconhecidas como legitimadas pelos membros das associações e pela comunidade. Nas palavras de dois entrevistados:

*(...) A associação, neste momento, está um pouco desfalcada porque os dirigentes da associação mudaram para outra comunidade, outros emigraram. Ainda outros desligaram da associação porque não colaboravam muito; não eram associados pelo interesse da associação, mas sim pelo interesse do dinheiro. Não iam às reuniões, só iam quando era reuniões para dar nomes para trabalho. Não participavam das assembleias, deixaram de pagar quotas. (...). Algumas pessoas na comunidade me acusam de trabalhar com o dinheiro, mas o dinheiro não era meu, era do Estado, tinha que prestar contas, e prestei todas as contas, todos os justificativos entreguei; fizeram avaliações e dei conta do recado. Imagine se eu tivesse comprado carro? Estava afrontado neste mundo. Eu estou satisfeito com minha vida, e com o trabalho que fiz, com a minha reforma. A associação é igual ao batismo de uma criança, juridicamente está lá para*

*quem quiser a direção. Uma vez marquei as eleições e disseram que não é preciso.*  
[Santiago, 70, Boaventura]

*Demos sangue por esta associação. Construímos uma captação de água, trouxemos água para a comunidade de um lugar de difícil acesso onde era a nascente. A população da comunidade arrebitou os tubos. (...).* [Nicolau, 35, Charco]

A fraca participação ou ausência de participação da comunidade e, muitas vezes, dos próprios associados na vida organizativa das instituições comunitárias formais pode ser considerada como estrutural, remontando à época de mobilização pelo Estado para a criação de cooperativas. Com a experiência das cooperativas, segundo Évora (2000), já se apontava para a fraca participação dos membros e questionava-se a sua sustentabilidade, dado que surgiram dúvidas sobre a possibilidade da prática da autogestão para alcançar os objetivos previstos; apesar do Estado assumir os problemas e as tentativas de reerguer o movimento cooperativo. Esta situação ainda ocorre, as pessoas criam as associações, mas não participam, deixando o processo de gestão e controlo para os órgãos sociais.

Das entrevistas realizadas, das conversas mantidas e dos resultados do inquérito aplicado aos agregados familiares podemos concluir que em ambas as localidades, as associações locais, passam por uma fase de crise ao nível da participação, da dinâmica de funcionamento e de legitimidade das lideranças associativas. A única exceção é a *tabanka*, na comunidade de Charco, que funciona com base numa lógica diferente e não se rege pelas leis oficiais ou pela busca do financiamento para a implementação de projetos socioeconómicos.

Além da diminuição da participação dos associados, a sua participação é marcada por uma lógica de permanente questionamento dos ganhos pessoais, situações de

desconfiança e momentos de conflito. Vários exemplos foram mencionados durante as entrevistas, abrangendo queixas por suposto não pagamento de honorários e até alegações de que os dirigentes associativos terão usufruído dos bens da associação. Nas palavras dos entrevistados:

*Na comunidade havia associação. Mas estas coisas têm muita corrupção. Já não há, terminou. Terminou porque tomaram dinheiro e não pagaram, colocaram pessoas a trabalhar e não pagaram. Aquele que chefiava, comprou carro e o coitado ficou sem nada. [Antão, 60, Charco]*

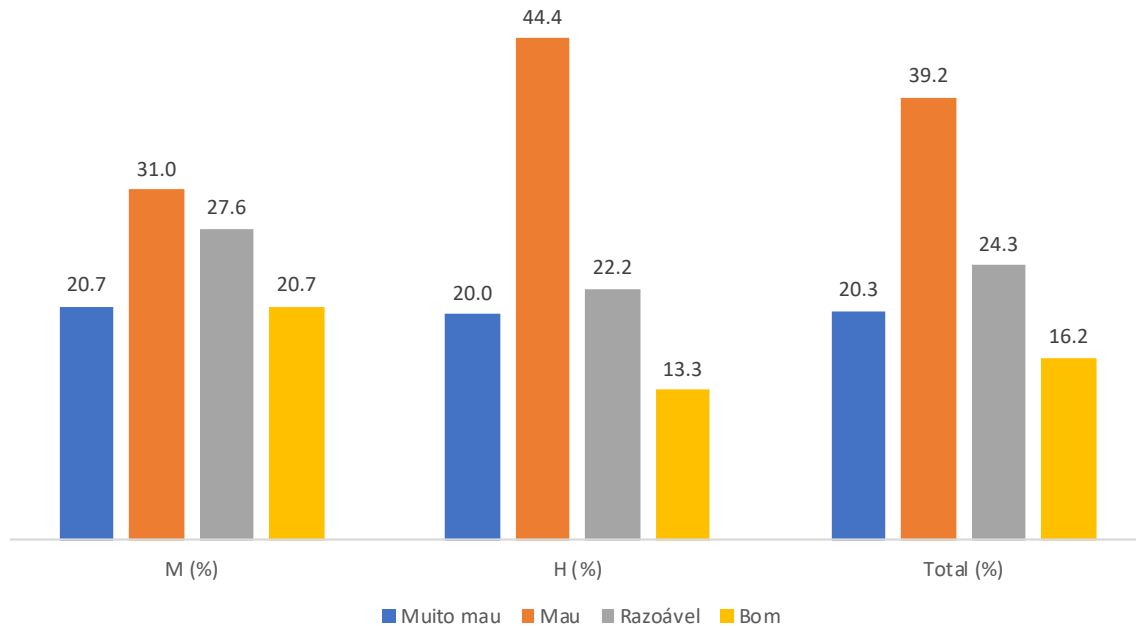
*Não entrei na associação. Ultimamente estão atrasados {não têm trabalhado}. Me disseram para entrar se eu quisesse. Eu respondi “se eu quisesse não”, no início vocês falaram para todas as mulheres entrarem na associação, não me falaram nada, e agora vêm falar para eu entrar?! (...). [Ricarda, 60, Charco]*

A relação da comunidade com as autoridades oficiais é, geralmente, feita através das associações locais (Jesus, 2016). Nos casos em estudo, essa relação é feita entre as associações comunitárias locais e o Ministério da Agricultura, em que aquelas desempenham, muitas vezes, o papel de mediador entre o Estado e a comunidade.

A maioria dos agregados inquiridos classifica a relação com o ministério como “Muito Má” (20.3%), “Razoável” (24.3%) e “Boa” (16.2%) (cf. figura 27). Estas constatações indiciam que a relação entre esta instituição e a comunidade não é satisfatória. Considerando a relação intermediada pelas associações entre o Ministério da Agricultura e a população e a crise de confiança e legitimidade que enfrentam as lideranças destas associações, levantamos a possibilidade da relação entre a comunidade e as associações locais poder estar a influenciar negativamente a relação entre o Ministério da Agricultura e a população. O Ministério da Agricultura pode estar a ser percebido como um

*continuum* das políticas e do trabalho das associações locais, passando tal como elas por um período de fraca participação e pouca dinâmica.

**Figura 27. Opinião dos agregados familiares da relação mantida com o Ministério da Agricultura por sexo do representante**



A grande maioria dos agregados familiares (59.8%), maioritariamente na comunidade de Boaventura (69.1%), afirmam que não receberam qualquer tipo de apoio do Ministério da Agricultura. Na comunidade de Charco, 66.7% dos agregados inquiridos afirmam que receberam do Ministério da Agricultura os seguintes apoios para o processo produtivo: disponibilização de material de rega gota a gota (29.4%), doação de sementes (26.5%), apoio técnico (20.5%), formação (17.6%), venda de sementes (3%) e cuidado de animais (3%).

Os representantes do Ministério da Agricultura – colaboradores das delegações concelhias – desempenham um papel na intermediação entre os camponeses, agricultores e o governo na implementação das políticas públicas de desenvolvimento no setor

agrícola, intervindo no setor da água, pecuária e agricultura. Alguns entrevistados apontam para os investimentos e projetos realizados nessas comunidades:

*O Ministério deu muito dinheiro para o início dos trabalhos de mobilização das parcelas de terras nos leitos das ribeiras. A ribeira tem muitas pedras basálticas e cheio de acácias. O Ministério pagou a mão de obra para a retirada das pedras e pela “minagem” das parcelas durante um período de trinta dias; ainda instalou os acessórios de rega gota a gota. [Nicolau, 35, Charco]*

*A delegação é fundamental, tem trabalhado com assistência técnica para os produtores, formação para os criadores e agricultores (pecuária e agricultura), formação em vários domínios, desde disponibilização de técnicos para instalar o sistema gota a gota, serviço de veterinária para os criadores de gado, formação comunitária para a produção bem como para a gestão. A delegação trabalha com os agricultores e com a comunidade. [E. H. 4, Delegado MAA, Santa Cruz]*

As delegações concelhias do Ministério da Agricultura trabalham diretamente com as associações, que fazem a ponte junto dos agricultores, camponeses, criadores de gado e trabalhadores rurais na implementação de políticas e programas de desenvolvimento. E, como ficou exposto, há uma avaliação desfavorável da atuação das associações comunitárias locais. Esta situação poderá estar influenciando a perceção dos agricultores e demais atores rurais relativamente às intervenções do Ministério nas comunidades.

#### **7.4 Comércio, mercado e “rabidância”**

O ciclo produtivo na agricultura finaliza com a distribuição dos produtos que, como vimos, em parte, são destinados à venda. Porém, a maioria da produção é destinada ao consumo doméstico – dos agregados produtores e de outros agregados próximos. Em ambos os sistemas de agricultura e tanto em agregados representados por homens como por mulheres, a estratégia utilizada é produzir, e destinar, uma parte para o autoconsumo

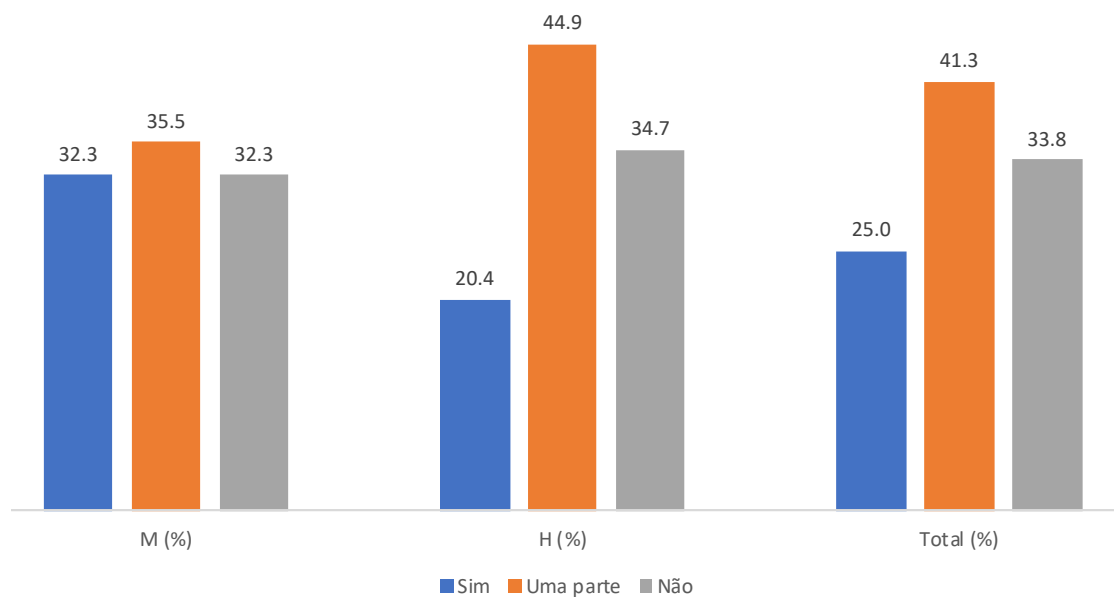


doméstico e outra para a venda. A grande parte dos produtos destinados à venda é produzida no sistema de agricultura de regadio, sendo residual a comercialização de culturas de sequeiro.

A divisão da produção de regadio para a venda e o autoconsumo dependem da quantidade e do tipo de produto. Existem produtos que são cultivados com o propósito exclusivo de venda, como por exemplo, a cana sacarina, a mandioca, a papaia e a batata, e outros produtos são para a venda e transformação – no caso da cana.

Do resultado do inquérito aplicado, conclui-se que os agregados dividem o destino a dar às colheitas entre a venda e o consumo doméstico (cf. figura 28). Dos 66.3% dos agregados que destinam a colheita à comercialização, 25% dos agregados vendem a totalidade da colheita; 41.3% dos agregados vendem uma parte; e 33.7% dos agregados destinam tudo ao consumo doméstico.

**Figura 28. Proporção da colheita destinada à venda por agregado familiar e sexo do representante**



Quanto à compra e venda dos produtos, são várias as entidades e/ou atores – representantes dos agregados, rabidantes, outros agricultores e ainda outros membros dos agregados familiares – que tomam parte deste processo, sendo que alguns são determinantes na fixação dos preços dos produtos. No caso em estudo, os intervenientes principais neste processo são os representantes dos agregados e as rabidantes, e em alguns casos, outros agricultores.

No caso da “rabidância” no setor agrícola é visível que as mulheres constituem a maioria das pessoas que estão neste circuito comercial, sendo histórica a sua participação. Enquanto que os homens, na sua maioria, são produtores, as mulheres inserem-se nas relações comerciais a todos os níveis – pequeno negócio, intermediárias junto de outros revendedores, vendedoras nos mercados do país. Na cadeia de valor do setor agrícola, elas têm geralmente mais poder económico e financeiro do que os agricultores e dispõem do poder de influenciar e até de determinar os preços.

Embora no domínio dos papéis sociais associados à produção, a presença da mulher seja relegada para uma participação marginal em termos de rentabilidade do esforço de trabalho (maior presença na agricultura de subsistência, com menos acesso a recursos e insumos produtivos) no campo da comercialização as posições invertem-se. A rabidante é uma figura melhor caracterizada pelas qualidades de liderança, independência e poder, tradicionalmente associadas ao género masculino, desafiando as lógicas de sujeito subalterno na relação social. E, concluímos, recorrendo a Ortner (1996) que, nas relações de poder entre a produção agrícola e o mercado, as mulheres rabidantes subvertem os papéis e as posições exercendo a dominação neste tipo de relação comercial que estabelecem com os outros.

Ainda na linha da Ortner (2006), as pessoas em posições de poder “têm”, legitimamente ou não, o que poderia ser considerado de “muita agência”, se bem que os dominados sempre têm certa capacidade, às vezes muito significativa, de exercer algum tipo de influência sobre a maneira como os acontecimentos se desenrolam, e esta situação pode ser exemplificada com o papel desempenhado pelas rabidantes. Nas palavras dos entrevistados:

*As rabidantes possuem muito poder de influência no processo produtivo, influenciam, a seu favor, o sistema de preços dos produtos, a seleção e a escolha dos produtos a serem cultivados, e a venda dos produtos antes do período de maturação e do intervalo de segurança. [E. H. 5, MAA, Praia]*

*A comercialização da produção agrícola, tanto do regadio como de sequeiro, maioritariamente, é feito pela mulher, com exceção da banana que o agricultor vende diretamente ao comprador que pode ser uma rabidante. (...). Existem dois tipos de rabidantes: as rabidantes intermediárias que sabem em cada zona agrícola o que está sendo cultivado; elas podem estar no mercado da Praia sentadas a vender, mas já sabem que cultura está pronta para a venda, por exemplo, em Santa Cruz. Elas têm uma rede de informantes, vão no dia da colheita, e compram e vão vender; e existem as rabidantes familiares dos agricultores que para aproveitar o preço vêm vender aqui na Praia, porque ganham mais, o preço é maior quando se vende diretamente no mercado, quando a venda é feita para as rabidantes intermediárias o preço é menor. [E. H. 3, MAA, Praia]*

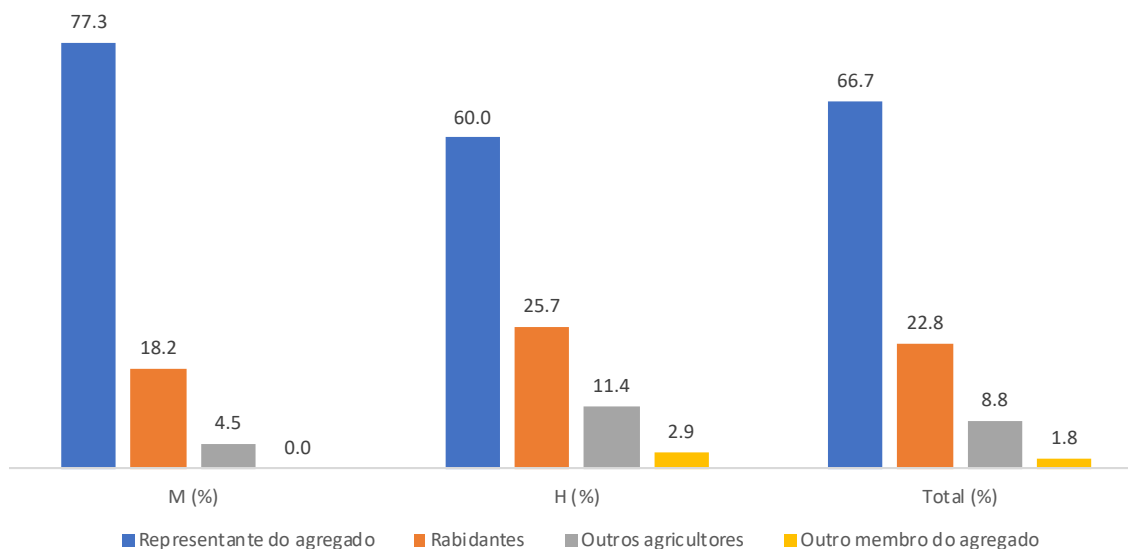
Conforme a figura 29, os representantes dos agregados (66.7%) ocupam uma posição principal na determinação dos preços, seguidos das rabidantes (22.8%), que têm peso neste processo, enquanto outros agricultores (8.8%) nele ocupam uma posição residual.

Para alguns agregados, os produtos cultivados são vendidos às rabidantes que se deslocam à comunidade para os comprar, em outros, são os próprios membros dos agregados que os vão vender, porta a porta ou nos mercados, os produtos. A maioria dos agregados vende os produtos às rabidantes (54%).

As rabidantes são conhecidas como comerciantes que regateiam o preço dos produtos no momento da compra. No caso das comunidades estudadas, esta situação não é diferente, ou seja, a negociação do preço constitui um elemento da lógica comercial da “rabidância”. O processo de regatear os preços dos produtos pelas rabidantes é conhecido e é frequente.

Nas comunidades estudadas, concluiu-se que a negociação dos preços dos produtos é contínua entre os agricultores e as rabidantes até se chegar a um valor consensual. Podemos concluir que desse processo geralmente as rabidantes saem vencedoras, tendo em consideração que duplicam ou triplicam os preços de revenda dos produtos nos mercados, fazendo da intermediação comercial uma atividade extraordinariamente lucrativa.

**Figura 29. Agente decisor do preço dos produtos por sexo do representante do agregado familiar (unidade de produção)**



Os mercados dos concelhos de Santa Catarina e Santa Cruz (mercados de Assomada e de Pedra Badejo), o mercado da Praia (cidade capital) e a venda ambulante são as praças comerciais principais de revenda dos produtos. As rabidantes, que compram os produtos na comunidade de Charco, revendem-nos no mercado do concelho (Assomada) e através

da venda ambulante, enquanto que as rabidantes que compram em Boaventura revendem os seus produtos no mercado do concelho (mercado de Pedra Badejo), no mercado da Praia, nos mercados de outras ilhas e através de venda ambulante. Esta diferença deve-se, certamente, ao facto de a comunidade de Boaventura situar-se no concelho de Santa Cruz que é conhecido como o “celeiro de Cabo Verde”. Este concelho possui a mais alta taxa (16.2%) da atividade agrícola de regadio do país (MAA, 2015).

## **Capítulo 8. Os donos da terra. As donas da terra. Ou... As terras de ninguém**

### **8.1 As terras de Charco e Boaventura. Pinceladas históricas**

As narrativas e trajetórias de Charco e Boaventura, quanto à questão agrária, instigaram a mergulhar na história destas comunidades para compreender as relações e as dinâmicas entre os atores rurais, seus agregados e o Estado e as políticas de desenvolvimento agrícola.

O contexto agrário destas duas comunidades desenrola-se, globalmente, na mesma linha da história agrária do país: no período antes da independência com o sistema de morgadio e no pós-independência pela influência da aprovação da lei da reforma agrária e sua revogação. Estes dois momentos da história da nação afetaram as relações da exploração da terra que, por sua vez, em estreita convivência com as formas de “morgadio” de exploração da terra que ainda prevalecem, contribuíram para a (re)estruturação agrária destas comunidades.

Charco é uma comunidade rural agrícola em que a exploração da terra se dá, essencialmente, por via das relações de “morgadio”. A maior parte das terras é reclamada pelos herdeiros de duas famílias – Mascarenhas e Varela – que convivem com doze pequenos proprietários que adquiriram parcelas com os recursos adquiridos na emigração e ou por doação. A maioria dos agregados familiares (42) não possui terras próprias e pratica a agricultura com base em relações contratuais com os herdeiros desses grandes proprietários de terra que se efetivam através da parceria e do arrendamento.

A agricultura e a apanha da areia compõem grande parte dos rendimentos dos agregados familiares da comunidade, principalmente os representados por mulheres. Se por um lado, o acesso à terra para a prática da agricultura é precário, por outro, a apanha da areia passou a ser vista, nos últimos anos, como uma atividade que coloca em risco a sustentabilidade ambiental.

Segundo Vieira & Rocha (2016), a comunidade de Charco é considerada uma região fortemente impactada pela apanha da areia pela população local, vendida ao setor da construção civil. É nesta base que o Estado e algumas instituições da sociedade civil, que laboram na área do ambiente, identificaram a apanha da areia como um dos problemas que a comunidade enfrenta e que tem provocado, nas áreas da bacia contíguas ao mar, problemas de intrusão marinha com a consequente salinização dos solos (Vieira & Rocha, 2016). Estes discursos propõem a necessidade de (re)converter a atividade das mulheres, que maioritariamente se dedica a esta atividade, para a agricultura ou outras atividades de geração de renda, com apoio governamental (Vieira & Rocha, 2016).

O acesso precário às terras agrícolas, associado à problemática da apanha da areia, impulsionou o Ministério da Agricultura, instigado pela associação comunitária local, a iniciar um projeto de redistribuição de terras para a prática da agricultura entre os agricultores permitindo a obtenção de parcelas de terra no leito das ribeiras. Estas parcelas foram conseguidas através de um processo de granjeamento de terras dentro da ribeira com a construção de muros de proteção no leito da ribeira contra as cheias no tempo “*dazágua*”. Para a mobilização da água para essas parcelas, foram perfurados e equipados dois furos com um sistema de painéis solares para a distribuição da água. Nas palavras de um dos nossos entrevistados:

*Em 2003, vimos as potencialidades de Charco. Muita água na ribeira não estava sendo aproveitada. Mesmo com o reservatório, a água não era aproveitada. Não havia muita cultura, só mangueiras e canaviais. Charco está pobre, mas não é pobre. Por causa da água, desenvolvemos um projeto dentro do nosso programa de investimento para a “regradação” da água para chegar a todas as parcelas. Com a água ainda em abundância, deparamos com uma outra questão: as famílias não tinham posse da terra. A maior parte das parcelas pertenciam a pouquíssimas famílias. Charco é pobre porque as famílias não têm terras, principalmente as mulheres chefes de família. Iniciamos um trabalho de vedação para proteger as parcelas ao longo da ribeira e vimos que aquele espaço daria para praticar a agricultura e que poderia ajudar as famílias que não tinham terra, visto que poucas famílias tinham terras próprias. Quando fizemos isso, tivemos polémicas porque alguns agricultores e proprietários reivindicaram a continuidade das suas parcelas pela ribeira adentro. O Ministério argumentou que os leitos das ribeiras são propriedade do Estado e, portanto, os privados não podem reivindicar. Dividimos os 5 hectares de terras para catorze famílias. (...). E como havia água em abundância, se iria mobilizar recursos para os investimentos nas parcelas. Como eu disse, um dos herdeiros das famílias foi para o tribunal, mas os leitos das ribeiras é do Estado. (...). O critério para ter direito as parcelas era escolher famílias pobres, representadas por mulheres. Este trabalho foi feito junto com a associação local. Seleccionamos aquelas famílias que não tinham terras e não tinham outras condições para arrendar ou comprar terras. Foram priorizadas mulheres chefes de família e jovens. [E. H. 2, Delegado MAA, Santa Catarina]*

Estas parcelas de terra foram disponibilizadas em 2010, em regime de posse útil, a catorze agregados familiares e a dois projetos: um de investigação agrícola e outro de alimentação escolar. Dos agregados familiares que receberam as parcelas de aproximadamente 0.35 ha cada, seis eram representados por homens e oito por mulheres. Destes agregados, apenas três conseguiram iniciar o cultivo até 2016, sendo dois homens e uma mulher – sendo que o genro é que cultiva a terra. Os restantes não conseguiram iniciar o cultivo



por falta de condições financeiras para “despedregar/desminar<sup>30</sup>” os terrenos e comprar equipamentos – materiais de rega, sementes, etc. – para o início da produção agrícola.

Estas famílias mostram-se apreensivos porque o Estado, através dos responsáveis do Ministério da Agricultura, informou-os da possibilidade de confisco da terra por falta de uso. Esta informação foi confirmada pelo delegado do MAA, numa entrevista concedida, justificando que as terras não podem ficar sem uso, depois dos investimentos feitos para conseguir as parcelas, e com outros agricultores a mostrarem interesse em trabalhar a terra. A possibilidade de confisco empurrou os agregados a principiar, no início de 2017, o “despedregar/desminar” das terras e a produção. Confirmámos *in loco* que diariamente, um ou dois membros dos agregados trabalhavam nas parcelas, retirando as pedras, fazendo os regos e preparando-as para o cultivo.

*A comunidade tem muita água. As terras naquela zona são extremamente caras. Foram feitos muitos investimentos, em milhares de contos, em equipamentos para os furos de água, em reservatórios e em maquinarias para preparar as terras. As pessoas recebem as terras e não trabalham?! Outras pessoas vieram falar connosco pedindo as terras, já que estão sem nenhuma rentabilidade. (...). Há dias fomos lá e as pessoas já começaram a trabalhar as terras (...).* [E. H. 2, Delegado MAA, Santa Catarina]

Verificamos que as mulheres enfrentam grandes dificuldades para trabalhar as parcelas enquanto os homens iniciam o processo de produção sem grandes dificuldades. Esta situação ocorre em todo o mundo, e pesquisas confirmam que as mulheres enfrentam sempre mais dificuldades para trabalhar a terra e dedicar-se, por exemplo, à cultura de rendimento (FAO, 2011b). Os homens da comunidade, ao contrário das mulheres, desenvolvem outras atividades – trabalho assalariado, produção do grogue, biscates na

---

<sup>30</sup> Processo de retirada dos pedregulhos e pedras dos terrenos no processo de preparação da terra para a agricultura.

construção civil – que lhes garantem mais rendimentos, permitindo a aquisição de equipamentos e serviços para o processo de produção agrícola, o que as atividades desempenhadas pelas mulheres – apanha da areia, cuidadora doméstica – não permite.

A comunidade de Boaventura é uma das várias localidades do concelho de Santa Cruz, situada na Bacia Hidrográfica com o mesmo nome. Os agregados familiares vivem essencialmente da agricultura e criação de gado. Esta comunidade foi marcada por três eventos em três momentos históricos distintos, que influenciaram o modo de vida das famílias, a sua relação com a terra e consequentemente, com a agricultura. O primeiro é a instalação da empresa agrícola – ainda durante o período colonial – denominada de Sacofil (Sociedade Agrícola de Santa Filomena). A segunda é a transformação e ampliação das terras da Sacofil na empresa agrícola Justino Lopes durante o período de partido único (logo após a independência). A terceira é a construção da barragem de Figueira Gorda, inaugurada em 2014.

A empresa agrícola Sacofil foi constituída por dois portugueses estabelecidos na ilha de Santiago, o engenheiro civil Almeida Henriques, e o regente agrícola Vasco Pimentel (Tavares, 2017). Os dois adquiriram, por via da compra, uma vasta propriedade nos atuais concelhos de Santa Catarina, Santa Cruz e São Lourenço dos Órgãos.

Da vasta área adquirida, a parte situada na Bacia Hidrográfica de Santa Cruz ocupava uma área de 33 hectares e era utilizada para a prática da agricultura de sequeiro e regadio, sendo que a plantação de banana ocupava a maior área do regadio (Tavares, 2017; Boletim de Propaganda e Informação, 1960). Com a implementação da empresa deu-se “uma verdadeira revolução em relação aos hábitos locais” (Tavares, 2017) com a plantação de novos produtos. Por exemplo, em 1960 a empresa tinha exportado mais de

12 toneladas de produtos, o que na época equivalia a cerca de 50% da produção total da ilha de Santiago (Boletim de Propaganda e Informação, 1960).

Em 1974, nas vésperas da independência, a Sacofil foi ocupada pelos trabalhadores (MDR, 2012). Com a independência, em 1975, e as novas diretrizes do governo em relação ao setor agrícola, as terras que integravam a Sacofil foram transformadas na propriedade estatal Justino Lopes. Os antigos trabalhadores e rendeiros da Sacofil passaram a ocupar uma parte da área enquanto proprietários em regime de posse útil.

A partir de 1980, começam os investimentos agropecuários, designadamente pocilga industrial, matadouro-frigorífico, salsicharia, etc. (MDR, 2012), mas só em 1986, foi criada oficialmente pelo governo a “Empresa Agro-Industrial Justino Lopes – EP”, e passa a abarcar mais superfície do que a anterior empresa – 66 hectares. Esta empresa foi, até meados da década de noventa, um marco na indústria agropecuária do país (MDR, 2012).

A construção da barragem de Figueira Gorda, iniciada em 2010, é um outro momento marcante para esta comunidade (cf. figura 30). Até à inundação da albufeira da barragem, em 2015, havia setenta e sete pequenos agricultores que possuíam parcelas de terra na área da albufeira. Após a inauguração da barragem, com as primeiras chuvas, as águas retidas na albufeira inundaram o cultivo, submergindo as parcelas e destruindo as culturas. Nas palavras de um dos entrevistados:

*A barragem começou sendo bem acarinhada, alguns não acreditaram que ia ser construída. Depois, o Ministério veio reunir com a comunidade, mostrou o esboço, as vantagens e os constrangimentos. Disseram que os terrenos iam perder-se, mas que iam pagar as indemnizações e que seriam doadas outras terras em outro lugar. (...). O problema começou quando a barragem ficou pronta e disseram aos agricultores que*

*tinham de limpar a barragem, tirar as plantas. As pessoas exigiram primeiro as indemnizações. Não se fez a limpeza e as chuvas e cheias vieram e as plantas ficaram submersas nas águas e muitos entulhos. Foi depois disso que o Ministério fez o pagamento da indemnização das plantas. [Santiago, 79, Boaventura]*

O processo de negociação iniciado entre o governo e os agricultores para a indemnização decorre até então. Foram indemnizados pelas culturas, mas ainda não é conhecida nenhuma decisão nem quanto às parcelas de terra nem quanto à indemnização ou à doação de outras parcelas de terras em outras comunidades. Um dos argumentos para o Estado justificar esta posição é a de que os agricultores devem comprovar a titularidade das terras. Porém, a maioria não cumpre esta condição porque as cultivavam em regime de posse útil, parceria e arrendamento, desde a independência. Para os agricultores e famílias que possuem comprovativos da propriedade privada, o Estado garantiu-lhes, para além da indemnização, a disponibilização de parcelas de terras em outro local, mas ainda sem nenhuma decisão.

A enchente da albufeira teve implicações diretas para alguns agregados familiares, designadamente três que perderam as suas casas com a invasão das águas e outros dez que recusaram continuar na zona de Torril, porque o caminho vicinal que dava acesso às suas casas, por carro, ficou submerso. Todos estes agregados foram realojados em casas do Estado fora da comunidade. Porém, regressam diariamente à comunidade para a prática da agricultura e o cuidado com o gado.

**Figura 30. Mapa da barragem de Figueira Gorda em Boaventura**



Fonte: adaptado de <https://earth.google.com/web/@15.13263847,-23.59518344,80.77897921a,2686.97853752d,35y,0h,0t,0r>, 2017.

## 8.2 Os proprietários da terra: acesso, posse e gestão da terra

O acesso à terra para a prática da agricultura, nas comunidades pesquisadas, ocorre através da herança dos progenitores, seguido da parceria, posse útil e arrendamento. A compra é uma outra forma de acesso às terras agrícolas, mas pouco usual nessas comunidades, assim como a venda do direito de ocupação que constatamos no concelho de Santa Cruz.

A herança constitui uma das formas mais igualitárias de acesso à terra tanto para homens como mulheres quando não existem desigualdades de género envolvidas. Todavia, conforme os nossos entrevistados, particularmente no sistema de agricultura de regadio, quando as mulheres herdaram a terra, quem normalmente cultiva ou faz a gestão é o marido/companheiro. Esta prática insere-se em lógicas culturais de base patriarcal que contribuem por um lado para que a presença das mulheres no regadio seja menor do que

os homens, por outro, para a não participação em espaços e decisões que afetam suas vidas, por outro. Nas palavras dos entrevistados:

*No concelho de Santa Cruz, as formas principais de acesso a terra é através da herança dos pais. Uma pessoa morre e deixa a parcela. Um pai tem sete filhos e divide o terreno por sete, o terreno que já era pequeno fica mais pequeno ainda. Tem outras formas de acesso a terra que é através de parceria e arrendamento. Os grandes proprietários preferem arrendar as suas terras (...). Os homens têm mais acesso a terra do que as mulheres, os homens estão mais na exploração de regadio enquanto as mulheres na de sequeiro. Agora encontramos algumas mulheres à frente do regadio, mas é pouco. As mulheres estão mais na pecuária com a criação de animais de pequeno porte: porco, galinha. [E. H. 4, Delegado MAA, Santa Cruz]*

*Muitas pessoas que estavam emigradas nos EUA compraram terras para si e para os seus filhos. A minha vizinha falecida, o pai estava nos EUA e comprou-lhes terras. (...). Eu herdei do meu pai três litros de sementeira e um cofre. As outras terras que cultivo hoje foram por causa da reforma agrária. Aqui na Boaventura a reforma agrária foi boa porque disseram-nos para não partilhar com o morgado porque era estrangeiro e as terras de Cabo Verde eram para os cabo-verdianos. Os reдеiros ficaram à vontade porque antes tudo o que produzíamos na terra ou da terra era para partilhar com o morgado. [Santiago, 79, Boaventura]*

*Às vezes encontramos os homens na agricultura de regadio, e eles dizem que trabalham a terra, mas a terra são das suas mulheres que herdaram dos pais ou avós. As mulheres passam a terra aos maridos para trabalharem. [E. H. 3, MAA, Praia]*

O arrendamento e a parceria são outras formas de acesso à terra. Quanto ao primeiro, ocorre maioritariamente no sistema de regadio e é o espaço onde se encontra mais a presença masculina. Quanto à segunda, acontece mais nos sistemas de sequeiro, e com maior presença feminina.

A compra é outra forma de acesso à terra, e alguns proprietários, em ambas as comunidades, adquiriram suas parcelas de terras com recurso a este meio através do

dinheiro arrecadado principalmente na emigração ainda no período antes da independência.

A venda do direito de ocupação é outra forma dos agricultores acederem a terra, em que o proprietário, seus herdeiros, outros agricultores que trabalham a terra, vendem a um agricultor o direito de ocupar e trabalhar a terra com a definição prévia dos termos da troca, ou seja, o tempo de ocupação e o montante a ser pago. O comprador trabalha a terra, ciente de que a ela não lhe pertence, apenas as culturas e os investimentos feitos é que são sua propriedade. Esta forma ocorre essencialmente no sistema de regadio e no concelho de Santa Cruz. Nas palavras de um entrevistado:

*Aqui em Santa Cruz, as pessoas fazem negociações para a venda do terreno, mas é a venda de direito, as pessoas estão cientes que não é a venda do terreno, mas do “direito dentro do terreno”, ou seja, para plantares no terreno. Aqui as pessoas compram o direito de ocupação, a pessoa trabalha durante, por exemplo, cinco anos, tem lá os seus investimentos e não quer mais trabalhar e vende os direitos ao investimento. [E. H. 1, Delegação MAA, Santa Cruz]*

Os dados do inquérito indicam que a maioria dos representantes dos agregados familiares não tem a propriedade documentada da terra, ou seja, um documento que ateste formalmente que são os proprietários das terras, tanto no sistema de regadio (83.5%) quanto no sequeiro (89.9%).

Os pequenos agricultores intitulam-se donos das terras, mas *de jure* não são, porque não possuem documentação comprovando o facto. A identificação dos proprietários da terra constitui um dos problemas no país na medida em que os registos matricial e predial são antigos, fracionados e desatualizados, e grande parte das alienações não são formalizadas junto das instituições competentes, limitando-se muitas vezes a declarações escritas sem

reconhecimento notarial (Almeida, 2006; Silva, 2002). Também se depara com situações de divisões de heranças e/ou doações que se limitam a compromissos verbais dos familiares e que depois são transmitidos de geração em geração sem nenhum valor legal, assim como a existência de ocupação e usufruto sem qualquer formalidade legal (Almeida, 2006; Silva, 2002). Nas palavras de um entrevistado:

*Muitos que se dizem proprietários não possuem terras. O que acontece é que a pessoa herda a terra do pai, e dá a outra pessoa para trabalhar e recebe a renda, sem contrato escrito apenas acordo verbal. Aqui no interior não procuramos o proprietário pelo documento. O filho herdou do pai que herdou do seu pai. Se o arrendatário quiser documentação para fazer um contrato não vai trabalhar a terra. As pessoas é que são as testemunhas do proprietário do terreno. [E. H. 1, Delegação MAA, Santa Cruz]*

Nas comunidades inquiridas, as terras utilizadas para o cultivo são “terras próprias”, “terras de familiares” e “terras de outrem” (cf. figura 31). Tanto no sistema de regadio como no de sequeiro, o historial da propriedade relatada das terras, para ambas as comunidades, é semelhante. No Charco, a maioria dos agregados cultivam “terras de outrem”, em seguida “terras próprias” e depois “terras de familiares” enquanto, na Boaventura, a maioria dos agregados cultivam “terras próprias” e em seguida “terras de familiares”.

A análise de género mostra que, no sistema de regadio, as mulheres cultivam maioritariamente “terras próprias”, enquanto os homens cultivam “terras de outrem”; e no sistema de sequeiro, as mulheres cultivam “terras de familiares” e os homens “terras do Estado”. Esta situação indica que os homens e as mulheres estão inseridos em lógicas diferentes de produção agrícola, em que as mulheres, contrariamente aos homens, cultivam terras próprias ou de familiares o que, à priori, liberta de investimentos financeiros avultados, mas em contrapartida requer sujeitar-se a regimes de parceria com

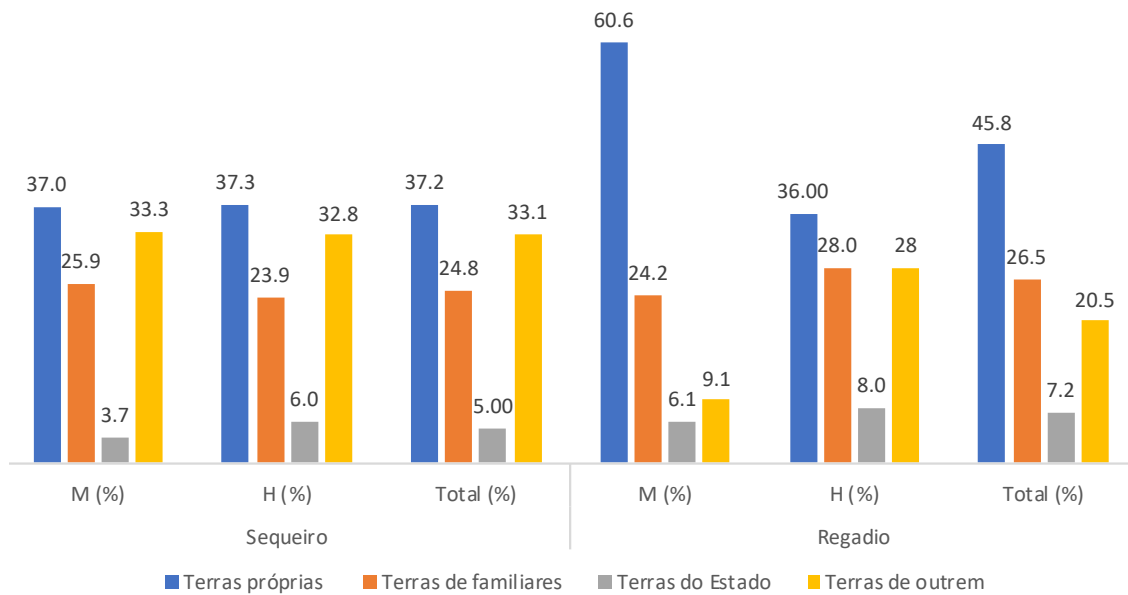


outros familiares ou dentro do próprio agregado. Entretanto realçamos, que apesar dessas diferenças, tanto homens como mulheres se inserem em sistemas inseguros de posse da terra, não são os proprietários *de jure*, mas praticam a agricultura em terras cuja propriedade é imperfeita, sem possibilidades de fazer a prova de propriedade, impedindo-os de solicitar créditos agrícolas por falta de garantias e de fazer investimentos ou, como refere Almeida (2006), demonstrar ou invocar o direito de propriedade perfeita.

A insegurança no acesso e posse da terra constrange os agregados familiares quanto aos investimentos na agricultura e na reprodução social, económica e familiar. Este constrangimento é particularmente acentuado no caso de agregados representados por mulheres, que estão em contextos de fraca capacidade financeira, perpetuando assim a sua situação de precariedade económica devido à insegurança fundiária (FAO, 2011b).

Da análise da propriedade relatada da terra por comunidade, concluímos que, em Boaventura, grande parte das terras são “terras do Estado”, ou seja, terras que o representante do agregado recebeu em regime de posse útil para a prática da agricultura há bastante tempo – há mais de quarenta anos com a independência do país e no quadro do processo de reforma agrária. E, constatamos ainda que os progenitores que receberam estas terras nesse regime redistribuíram as parcelas entre os descendentes em formato de divisão de herança. Já no Charco, a maioria dos agregados utiliza as terras pertencentes a “morgados”, aqui designados por “terras de outrem”.

**Figura 31. Relação de propriedade da terra cultivada por sistema de agricultura e sexo de representante**

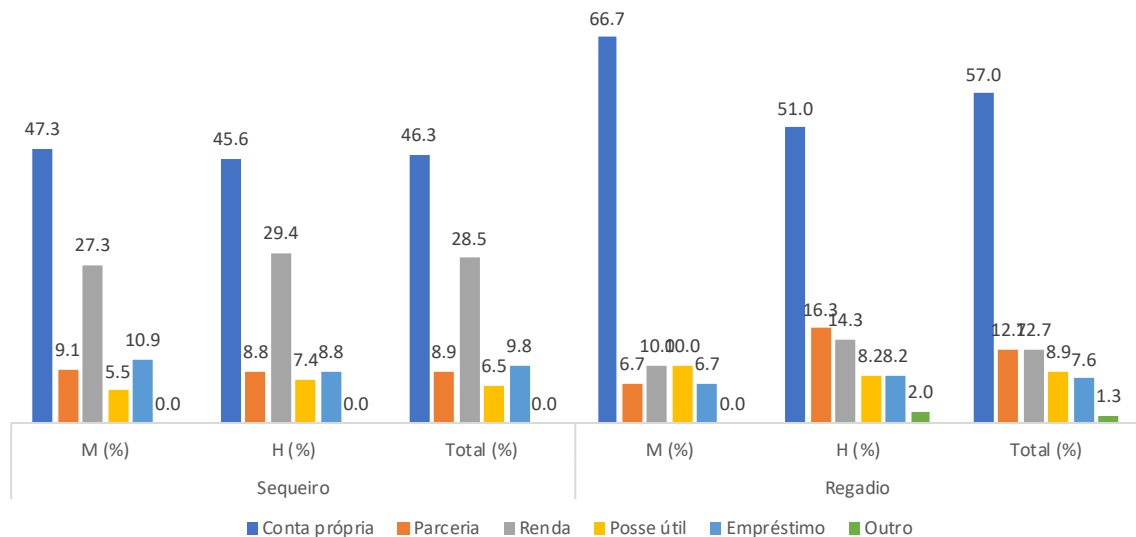


Quanto à análise de género nas formas de exploração da terra, existem diferenças entre homens e mulheres e entre os sistemas agrícolas. As mulheres, ao contrário dos homens, estão menos representadas na agricultura de regadio em todas as formas de exploração da terra. Esta situação ocorre em ambas as comunidades.

Quanto à forma de exploração da terra, apurámos que no sistema de regadio, a forma “conta própria” (57.7%) é predominante, seguida da “parceria” (12.8%) e “renda” (12.8%). E, em todas as formas de exploração da terra, estão mais representados agregados familiares liderados por homens relativamente aos liderados por mulheres. No sistema de sequeiro, a forma de exploração “conta própria” (46.3%) continua a predominar, seguido da “renda” (28.5%) e “empréstimo” (9.8%) com a mesma relação de predominância para todas as modalidades, de agregados familiares liderados por homens, relativamente a agregados familiares liderados por mulheres (cf. figura 32).

Quanto à análise das formas de exploração por comunidades pesquisadas, concluímos que em Boaventura, as formas predominantes de exploração das terras são “conta própria” (76.3%), “empréstimo” (8.5%) e “posse útil” (7%), enquanto no Charco constam “renda” (51.1%), “parceria” (19%) e “conta própria” (17%). Essa diferença deve-se ao facto de as terras de Boaventura serem terras nacionalizadas e distribuídas para os agricultores em regime de posse útil, enquanto que em Charco as terras pertencem aos herdeiros dos “morgados”.

**Figura 32. Formas de exploração da terra por sistema de agricultura e sexo do representante**



Conforme os dados dos inquéritos, relativamente à gestão da terra e às decisões inerentes, quando se referem à propriedade relatada, as decisões são dos representantes dos agregados, mas quando se referem à propriedade documentada e efetiva, são decisões, maioritariamente, da responsabilidade de “outro” (cf. quadro 16). O “outro” refere-se a outras pessoas (pequenos proprietários ou herdeiros do “morgado”) ou a instituições (Estado).

Encontramos diferenças, quanto à gestão da propriedade relatada, entre as comunidades pesquisadas. Na Boaventura, em ambos os sistemas agrícolas, as decisões sobre a propriedade relatada cabem aos representantes dos agregados. Mas, no Charco, a decisão é do “outro”, quando se refere ao sistema de sequeiro, e do representante do agregado quando se refere ao sistema de regadio. Esta diferença deve-se à forma de exploração da terra. No Charco, a exploração é feita, essencialmente, por parceria e arrendamento, portanto as decisões são tomadas em concertação com os proprietários ou seus representantes. Enquanto na Boaventura, a forma de exploração da terra é, maioritariamente, em regime de posse útil, logo os agricultores possuem mais liberdade de decisão.

Porém, quando a situação é relativa à propriedade documentada ou efetiva, a competência da decisão é do “outro”, em ambas as comunidades e em ambos os sistemas agrícolas. Além das formas de exploração da terra em que estão inseridos – parceria, arrendamento e posse útil – não permitirem a venda da propriedade, muitos agricultores e camponeses receberam as terras em situações de transmissão oral da herança da terra ou em contextos de propriedade imperfeita, por isso não têm meios de prova para a competente tomada de decisão nestas situações.

**Quadro 16. Gestão da terra segundo o sistema agrícola e sexo do representante do agregado familiar**

Sistema agrícola	Gestão da terra		Representante do agregado			Outro		
			M	H	Total	M	H	Total
Regadio	Propriedade relatada	Uso da terra	41.2%	58.8%	86.1%	27.3%	72.7%	13.9%
		Dar/oferece r/cultivar	45.3%	54.7%	67.1%	34.6%	65.4%	32.9%
	Propriedade documentada e efetiva	Retirar alguém da terra	42.0%	58.0%	63.3%	34.5%	65.5%	36.7%
		Vender a terra	63.6%	36.4%	14.1%	34.3%	65.7%	85.9%
Sequeiro	Propriedade relatada	Uso da terra	46.9%	53.1%	82.4%	33.3%	66.7%	17.6%
		Dar/oferece r/cultivar	39.7%	60.3%	65.5%	53.7%	46.3%	34.5%
	Propriedade documentada e efetiva	Retirar alguém da terra	40.0%	60.0%	58.8%	51.0%	49.0%	41.2%
		Vender a terra	55.6%	44.4%	15.8%	41.7%	58.3%	84.2%

Durante o trabalho de campo, observámos que na comunidade de Boaventura ocorre uma divisão das parcelas de terras. Da análise dos casos dos agricultores, que perderam as suas parcelas de terras devido à construção da barragem, segundo informações do MAA, nesta zona – onde hoje é a albufeira da barragem – existiam “originalmente” vinte e quatro parcelas de terra cultivadas em regime de regadio. Destas, sete parcelas pertenciam a privados – pequenos proprietários – e dezassete eram propriedade do Estado e utilizadas em regime de posse útil (cf. quadro 17). As parcelas de terra de propriedade privada estavam divididas em trinta e sete parcelas, sendo vinte e cinco parcelas exploradas por familiares, oito em parceria e quatro em regime de arrendamento. As do Estado, utilizadas em regime de posse útil estavam divididas em quarenta parcelas exploradas por familiares.

A exploração das terras de propriedade privada encontra-se ramificada em várias modalidades de decisão económica, desde a fundada em raízes familiares até os meramente mercantilistas, estando a cargo dos familiares diretos dos proprietários – no caso os seus filhos –, outros familiares, parceiros e rendeiros. A exploração das terras em regime de posse útil é feita essencialmente em contexto familiar pelos filhos e outros familiares.

**Quadro 17. Parcelamento das terras da comunidade de Boaventura**

Proprietário	Sexo		Regime de exploração					
			Familiar		Rendeiro		Parceiro	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Privado	6	1	14	12	4	-	2	5
Estado	11	6	23	15	-	-	-	-

*Fonte:* adaptado de Delegação do MAA de Santa Cruz, 2017.

Das entrevistas realizadas e das histórias de vida partilhadas, verificamos que a situação do parcelamento das terras vem ocorrendo desde há muito tempo. Esta divisão das parcelas de terras conduziu à diminuição da área das parcelas por pessoa e aumentou o número de pessoas com algum tipo de autoridade e responsabilidade sobre a terra. Assim, historicamente passamos de uma situação em que as terras estavam concentradas nas mãos de grandes proprietários para um processo de parcelamento, em que uma parcela pertence ou está dividida entre várias pessoas.

As relações de parentesco, de compadrio e de amizade constituem a matriz sobre a qual se estabelecem as relações de exploração da terra. Independentemente da titularidade e das formas de exploração, as parcelas são ocupadas por várias pessoas, geralmente, com esse tipo de relações.

### 8.3 Disputas, conflitos e controlo das terras agrícolas

As terras agrícolas têm sido um suporte de continuidade geracional e meio de vida da maioria da população rural agrícola cabo-verdiana, particularmente nas comunidades estudadas. Em Cabo Verde, há um forte apego à terra enquanto meio de reprodução familiar, social e cultural (Cardoso, 2009; Couto, 2001) que esteve, e continua a estar, na memória dos camponeses por causa das crises da seca e da fome. Por isso, a agricultura, particularmente a de sequeiro com o cultivo do milho e feijão, tem ocupado historicamente um lugar primordial nos modos de vida camponesa, apesar da produção escassa. É neste contexto, e associado à escassez de terras férteis e aráveis, que os agricultores têm adotado estratégias distintas de controlo da terra e que são repassadas entre gerações.

A prática da agricultura é a atividade principal nas duas comunidades pesquisadas, e a terra um recurso escasso. Por isso, a posse e o controlo sobre ela constituem fatores críticos assegurando a produção agrícola e a reprodução dos agregados familiares. Por isso, é disputada no seio familiar, comunitário e entre agricultores e camponeses. Muitas vezes, estas disputas atravessam gerações e têm implicações a nível das relações familiares e comunitárias.

Os conflitos pela terra têm-se centrado essencialmente em disputas de delimitação das terras – “*pintxa marca*” – e de ocupação de terras, originando queixas e processos nos tribunais. O “*pintxa marca*” é um termo conhecido dos camponeses da ilha de Santiago que, geralmente, ocorre em situações de disputa pela terra sempre que os camponeses mudam as delimitações da parcela, marcando o terreno com novas pedras e tintas (limitando os marcos originais). Em contextos de relações de parceria na exploração da

terra, particularmente quando são os parceiros de segunda e terceira geração, têm ocorrido disputas em relação à partilha da colheita entre os “rendeiros” e os herdeiros. Outro tema de conflito nas parcerias de vários anos e gerações, é a exigência por parte dos herdeiros do parceiro original (proprietários) da cessação da parceria, com devolução das terras na posse dos rendeiros assim como das terras doadas pelos seus progenitores, no quadro das relações de compadrio, afiliação e amizade. Uma modelação nesta estrutura de conflito ocorre quando os herdeiros vendem a terra, sendo a parceria ainda vigente, e os rendeiros se recusam a reconhecer os novos proprietários. Nas palavras de alguns entrevistados:

*O meu marido comprou os terrenos. Mas o terreno aqui em cima é que está com conflitos. Não sei o que fazer porque os terrenos são do meu marido. Eles apropriaram como se fossem deles e não entregaram. Tomaram e trabalharam. (...). Minha filha é que está a tentar resolver o problema, eu agora deixei isso de lado porque para mim não dá. É a minha filha que vive na cidade que está a tentar resolver o problema. [Antónia, 89, Charco]*

*Houve várias tentativas de tomarem o meu terreno, que o Estado me deu, houve combates, ameaças, muitas vezes aconteciam brigas. As pessoas que tinham a fornadja aqui traziam os bois e os soltavam aqui (...). Muitas vezes tive de ir me queixar no posto policial por causa de ameaças (...). [Santiago, 70, Boaventura]*

Do mesmo modo, constatamos a situação existente na identificação formal das terras e que tem concorrido para a situação de conflitos e lutas pela terra, em que os agricultores têm reclamado a propriedade da terra e disputado a terra como propriedade privada. Esta situação deve-se, por um lado, à transmissão da herança com partilha tardia, por via oral, ou mesmo da não partilha, em que os herdeiros ficam na situação de indefinição dos limites das terras; e por outro lado, de contratos ou acordos feitos verbalmente ou em esquemas precários quanto aos meios de prova. Acrescenta-se ainda a precária



organização notarial do Estado que contribuiu para as dificuldades na identificação da propriedade da terra. Nas palavras de um dos entrevistados:

*As pessoas te dizem “tomei o terreno no meu avô ou na minha mãe”, mas na verdade o que aconteceu foi que o avô ou a mãe fez um contrato informal de arrendamento ou fez parceria, e ambos morreram e ficou esta situação confusa dos filhos acharem que a terra é dos avôs ou dos pais e nem os herdeiros de facto sabem o que lhes pertence. E ninguém sabe onde estão os documentos que comprovam a titularidade das terras. Muitos terrenos não estão registados. A inventariação é muito difícil de se fazer, os terrenos passaram de mão em mão. Por exemplo, o pai era rendeiro, morreu e deixou o filho como rendeiro. E a história se repete e as pessoas perdem o rastro dos limites das terras.*

[E. H. 2, Delegado MAA, Santa Catarina]

Não existe um histórico de lutas comunitárias organizadas nas comunidades pesquisadas. As lutas pela terra têm um carácter individual em que cada agricultor ou proprietário reivindica os direitos à terra. Contudo, em Boaventura os agricultores e proprietários, juntamente com o governo, no processo da construção da barragem, reuniram-se para definir os termos das indemnizações sobre as culturas e as terras. Porém, excetuando estes casos pontuais, não existem grupos organizados ou movimentos comunitários que mantenham num coletivo as suas demandas e os seus interesses em pauta pelas questões sobre a propriedade fundiária.

Constatamos que as negociações são encetadas buscando a cessação e a resolução dos conflitos. Porém, nem sempre são alcançados desfechos satisfatórios para todas as partes. As negociações em torno da terra têm sido ancoradas em propostas e buscas de entendimento que partem dos camponeses e do Estado. Este, através de sucessivos governos, tem procurado ir ao encontro das demandas dos agricultores, proprietários da terra e seus herdeiros.

A intervenção do Estado tem passado pela aprovação e revogação de leis, propostas de conciliação entre os agricultores e entre os agricultores e o Estado, doação de terras, assim como intervenções e investimentos nas parcelas dos agricultores, enquanto política pública para o desenvolvimento do país.

O recurso à justiça tem sido a outra instância a que os proprietários e agricultores têm recorrido para levar os seus casos de reivindicação do direito à terra. Com assistência legal para a instrução do caso, recorrem ao histórico das leis de terras para defender a sua reivindicação – por exemplo, a aprovação e revogação da LBRA, a lei do usucapião.

#### **8.4 Terras de nenhuma mulher... Ou de como se conquista a terra**

Marta e Ricarda. Duas mulheres que, à semelhança de muitas outras, têm vivido situações precárias no acesso e controlo à terra e que têm lutado para garantir a sobrevivência dos respetivos agregados familiares. Mulheres que, desde muito cedo, têm a terra como fonte de rendimento e reprodução familiar. Partilharemos as histórias dessas mulheres, analisando como a trajetória das suas comunidades e as decisões políticas no processo de desenvolvimento do país têm impactado, por vezes negativamente, as suas vidas e seus agregados e, como perante todos esses desafios, têm arranjado estratégias de sobrevivência e de luta pela terra.

Marta da comunidade de Boaventura, é agricultora e batucadeira, herdou a sua parcela de terra da mãe, mas perdeu toda a área destinada à agricultura de regadio e uma parte da de sequeiro no contexto do projeto de desenvolvimento agrícola através da construção da barragem na sua comunidade. Ricarda, por seu turno, da comunidade de Charco, é agricultora, parteira, batucadeira e integrante da “*tabanka*”. Herdou suas terras de um

“*morgado mercano*”, e as “perdeu” com a reforma agrária, para mais tarde com a revogação da mesma, engendrar sua luta até conseguir reavê-las.

#### **8.4.1 Modernização agrícola: deixada para trás**

No contexto de implementação de políticas de desenvolvimento para a modernização agrícola, de intervenções e mudanças na comunidade de Boaventura, apresentaremos a história da Marta abordando em que medida têm impactado a sua vida, sua capacidade de acesso e controlo da terra assim como os seus direitos de propriedade adquiridos.

A vida da Marta está entretecida com a história da comunidade que a adotou. A trajetória da comunidade tem marcado e influenciado de forma direta e vinculada a sua história e a de seu agregado. Os seus sonhos e anseios têm sido perpassados e recortados pela história da comunidade.

Marta, de sessenta e um anos de vida, esposa, mãe de seis filhos e analfabeta, tem trabalhado ao longo da vida, na agricultura de regadio e de sequeiro, nas terras herdadas e nos trabalhos nas FAIMO. Ainda arranjou tempo para o “*batuko*” e participação na associação local.

Constatamos que o “*batuko*” mais do que uma manifestação cultural de cânticos e danças para comemoração das festas, principalmente de casamento, tem sido agenciado por elas e pelas associações comunitárias locais como estratégia de participação nos espaços públicos político-partidários. O “*batuko*” acontece, também, em contextos e períodos eleitorais ou em festas nas comunidades para a receção dos decisores políticos. As mulheres participam de grupos de “*batuko*” – muitos desses grupos são organizados e gerenciados pelos homens – para participarem de comícios nas campanhas eleitorais ou

outros eventos. E conseguem, a partir destas atividades, não só rendimento, mas também a construção de redes de relações sociais e políticas que são, depois, utilizadas para alcançar ou influenciar outros espaços de decisão.

Marta é das poucas proprietárias de terra na comunidade. Ela possui a documentação que afiança a titularidade das terras. Com a morte do seu avô, a mãe herdou as terras juntamente com mais nove irmãos. Houve um parcelamento dessas terras em que cada herdeiro ficou com aproximadamente 0.6 *ha* de terra.

Ela mudou com o marido para a comunidade de Boaventura e começaram a vida a dois, cultivando a parcela de terra que, pela sua localização, era utilizada tanto para a produção agrícola de regadio como de sequeiro. Eles chegam na comunidade para cultivar a terra no fim da era da empresa Sacofil. Com a independência inicia-se a redistribuição das terras entre os agricultores locais – os rendeiros do morgado Almeida Henriques e antigos trabalhadores da Sacofil. Marta não recebe terras porque já tinha a sua parcela. Poucos anos depois, surge a empresa Justino Lopes. É ali que o marido começa a trabalhar como operário agrícola. Assim como o marido da Marta, várias pessoas da comunidade e da circunvizinhança trabalham nesta empresa de transformação agrícola. Porém, em finais da década de oitenta, o marido adoece e deixa de trabalhar na empresa, mas continua, assim como a Marta e os filhos, no trabalho na agricultura.

Marta trabalhava em várias frentes: casa, horta, campo, “estrada” e comunidade. Apesar dos percalços pelo caminho: doença do marido e a perda do emprego, continuava firme, porque o “pão de cada dia era certo”, ou no campo ou na horta. Quando a empresa Justino Lopes entrou em decadência, em meados da década de noventa, afetando a comunidade e as famílias, Marta não se ressentiu tanto, pois por este amargo ela já tinha passado e

superado. A comunidade busca sobreviver, as famílias dedicam-se à agricultura de regadio porque a bacia que perpassa a comunidade é fértil e, mesmo em épocas de chuvas minguadas, alguma coisa brota da terra.

Algum tempo depois, as esperanças renovam com a chegada da boa nova: “barragem”. Este projeto trouxe esperança para a comunidade que já tinha vivido seus tempos de glória: Sacofil e Justino Lopes.

Com o fim da construção da barragem, e sua inauguração em 2014, começaram as negociações para pôr fim à produção agrícola naquela que se transformou na albufeira da barragem. E, aquilo que os agricultores nunca assimilaram, afinal, era verdade: teriam de deixar para trás suas parcelas de terra e retirar suas culturas. Resistiram. Negociaram. Mas, o tempo não perdoa e, num abrir e fechar de olhos: vieram as chuvas. A “chuva amiga falou *mantenha*<sup>31</sup>”. Normalmente, quando a chuva fala “*mantenha*”, é alegria nos rostos dos camponeses. Mas, desta vez, a chuva não falou “*mantenha*”. As águas invadiram a albufeira da barragem, submergindo as culturas, pouca coisa pode ser salva. Houve desolação nos rostos dos agricultores. Neste meio tempo, foram pagas as indenizações das culturas. Marta vive junto com a comunidade uma nova história. Uma história até aqui inimaginável.

Marta perdeu toda a sua cultura. Cultivava e vendia tubérculos, hortaliças e cana sacarina. Ficou sem os rendimentos com que mantinha a sua casa e o seu agregado familiar. A barragem, símbolo de uma vida nova e melhor, foi-se. Mas, junto com as culturas, outra coisa muito cara à Marta também se foi: suas terras. Até hoje não há respostas das

---

<sup>31</sup> “*Mantenha*”: cumprimentos, boas novas. A chuva amiga já falou “*mantenha*” é uma passagem de um poema de Amílcar Cabral muito conhecida e citada em Cabo Verde.

autoridades em relação às indemnizações pela perda das terras. Segundo dizem os nossos entrevistados, os agricultores iriam ser indemnizados com outras parcelas de terra noutras comunidades. As negociações apontavam para esse caminho, mas ainda não há respostas, não há decisões, apenas o silêncio.

Desolação. Desgosto. São palavras que Marta utiliza, e que a própria comunidade tem utilizado para se referir à barragem. O símbolo de esperança se transformou em símbolo de desalento. Marta saiu da comunidade, mudou-se para a cidade, e é agora sustentada pelos filhos. Deixou para trás sua casa, porque segundo ela, tudo o que a apegava e a mantinha em Boaventura já não existe.

A barragem enquanto uma inovação para a modernização agrícola teve um impacto negativo para os agricultores, particularmente para as mulheres agricultoras que ficaram sem rendimento. No caso da Marta, teve um impacto negativo porque apesar de ser proprietária, não recebeu indemnização pelas terras, não lhe foi dada outra parcela, ficou sem rendimentos e sem recursos para investir em outras terras.

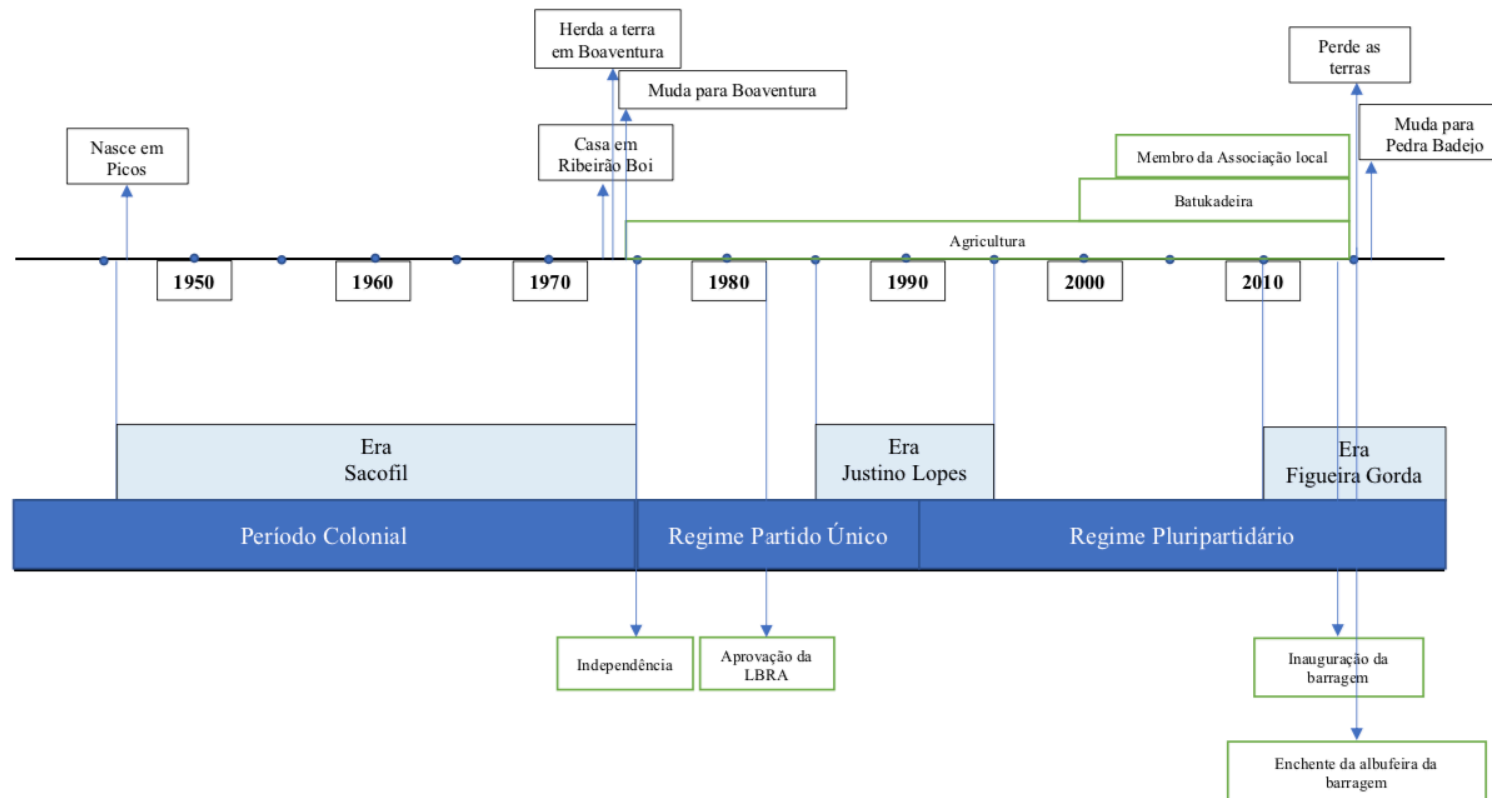
Esta situação de Boaventura enquadra-se nas situações semelhantes pesquisadas por Carney (1998) e Schroeder (1999) que puderam verificar que a introdução de inovações tecnológicas na agricultura tem impacto negativo para as mulheres no acesso à terra e aos rendimentos económicos provenientes da agricultura.

A história de Marta mostra que as mulheres agricultoras ficam em situações de vulnerabilidade quando as políticas de modernização são implementadas, ficam excluídas das terras e perdem seus rendimentos a favor de argumentos sobre o desenvolvimento. Todavia, contrariamente às mulheres, os homens da comunidade, transformaram a

situação de “desgosto” e perdas em oportunidades. Eles ocuparam as bordas da albufeira da barragem, transformando-as em parcelas de terras, e construíram novas hortas com recurso a equipamentos comprados – motores de bombagem da água, tubos, etc. – e utilizaram a água da barragem para a rega. As mulheres são as mais pobres, logo enfrentam maiores dificuldades no acesso aos recursos para investirem na produção agrícola, em particular na cultura de rendimento.

Apresentamos, em seguida, a linha de tempo da história de vida da Marta mostrando como a sua vida se mescla com a história da comunidade, e como a trajetória desta e dos projetos de desenvolvimento implementados alteraram a história da Marta e a sua relação com a terra (cf. figura 33).

**Figura 33. Linha do tempo da trajetória de vida da Marta**





#### 8.4.2 Luta pela terra: transformando o cenário

A história de Charco é atravessada por lutas pela terra e pela concentração das terras nas mãos dos herdeiros dos “morgados” enquanto a maioria dos agricultores exploram a terra em regime de parceria e arrendamento. Este é o contexto que quase todas as mulheres representantes dos seus agregados familiares enfrentam na comunidade: falta de recursos para aceder à terra e as relações desiguais de exploração da terra. Por isso, apresentaremos a história da Ricarda e os contextos de luta pela terra que enfrentou em meio a um contexto de exploração da terra em regime de “morgadio” e do projeto de desenvolvimento agrário através da reforma agrária.

Ricarda nasceu em São Tomé e Príncipe em 1949. Dois anos após a grande fome de 1947 e da ida da mãe como contratada para as roças de São Tomé para fugir à fome que assolava o país e dizimava a população. Na grande crise de seca e fome, conhecida como “*fomi di 47*”<sup>32</sup>, milhares de pessoas morreram<sup>33</sup>. A situação de fome em Cabo Verde era uma constante, desde o século XVI até 1948 (Amaral, 2001), mas São Tomé e Príncipe e suas roças tinham surgido, a partir de 1902, como um meio para sobreviver à seca e fome (Nascimento, 2001), embora num contexto de trabalho “quase” escravo.

Ricarda regressa com a mãe para Cabo Verde ainda bebé. E, começa cedo a aprender os ofícios desta vida. Cresceu numa casa liderada por mulheres: avó e mãe. Não fala do pai, não tem o nome dele nos seus documentos de registo e identificação. Aprendeu desde cedo com as lideranças femininas da sua casa por causa do contexto difícil que conheceu:

---

<sup>32</sup> Fome de 1947.

<sup>33</sup> De 1946 a 1948 houve uma crise com fome geral e a ilha de Santiago perde cerca de 65% da população (Amaral, 2001).

fome, seca, falta de terras. A falta de chuva, as secas e o pairar do espectro da fome fez com que Ricarda fosse trabalhar muito nova na agricultura com a mãe para um dos “morgados” da comunidade.

Ricarda é parteira. Desde os sete anos de idade começou a acompanhar a avó nesta lide. Esta era parteira da comunidade de Charco e da circunvizinhança. Aos dezesseis anos começou a fazer o parto com a supervisão da avó, e pouco tempo depois, fazia os partos na comunidade. Foi um dos primeiros ofícios que aprendeu.

Ainda, aos dezesseis anos, face às dificuldades de sua família pobre, que sobrevivia da agricultura de sequeiro, que só tinha rendimento quando chovia, e ainda tinha que dividir com o “morgado”, tomou uma decisão. Saiu de casa. Foi trabalhar, como doméstica, como cuidadora do descendente de um dos “morgados” da comunidade. Este tinha adquirido as terras da família, confiscadas nos processos de inadimplência pelo Banco Nacional Ultramarino. Ele tinha emigrado para os EUA, adquiriu capital e comprou uma vasta área de terras de outros familiares, penhoradas e colocadas à venda em hasta pública. Muitas terras foram adquiridas nesse período e através desse processo pelos emigrantes cabo-verdianos dos EUA (Furtado, 1993).

Em finais da década de sessenta, a comunidade começava a sentir e a viver as reivindicações para a independência. Aliás, das comunidades circundantes, são originários “vários homens que se juntaram à luta pela independência” (como A. R. Borges, Santa Catarina), e hoje reconhecidos oficialmente como Combatentes da Liberdade da Pátria. Em 1975, o país alcança sua independência. E, com ela veio um conjunto de políticas e medidas de reestruturação social, económica e jurídica.

O novo governo propõe um sistema de estruturação agrária para mudar as relações de exploração da terra, que considerava “desiguais e injustas”, e que contribuíam para a “exploração do homem pelo homem”. Aprovou, então, um conjunto de reformas sobre a exploração da terra que provocou mudanças significativas nas relações entre o proprietário e o rendeiro. A partir daqui a vida da Ricarda toma novos rumos. Rumos impensáveis para ela. Nas palavras da Ricarda:

*No mês de dezembro, os parceiros disseram que iam a “corta” e eu fui juntamente com ele para tomar a parte dele. Ele não tinha necessidade, o cultivo que ele tomava era para os seus animais, basicamente era palha. Os parceiros desfrutavam do milho e eu tomava poucos produtos para o consumo em casa. Ele ia para a “corta” quando o morgado Varela o chamou e disse-lhe para onde estava indo. E ele respondeu que ia a “corta” e o morgado Varela lhe disse que as coisas mudaram, que agora os rendeiros não repartiam nada, que se ele fosse iria ter problemas (...). Ele assustou-se e teve um AVC e 11 meses depois morreu. [Ricarda, 66, Charco]*

Com as novas legislações sobre a exploração da terra, o “morgado” da Ricarda perdeu o controlo sobre as suas terras. Os rendeiros recusaram fazer a partilha da colheita. Para ele foi o início do fim, adoecendo e ficando acamado até a sua morte. Porém, para a Ricarda nem tudo fica perdido. O morgado, em gratidão, pelos vários anos de trabalho e de cuidado, já a tinha incluído no seu testamento. Assim, herda a casa e parcelas de terra – de sequeiro e de regadio –, não chegando, porém, a usufruir do direito de posse sobre as terras, na medida em que com o advento da independência, foi aprovada a LBRA que conferia poderes aos rendeiros em relação aos terrenos que trabalhavam. Estes recusaram reconhecê-la como legítima proprietária destas terras.

Alguns anos depois, o país começa a ser atravessado por rumores que indicavam que mudanças políticas estavam a caminho. Assim, em 1991 ocorreram as primeiras eleições

multipartidárias, um novo partido chega ao poder e com isso a mudança de regime. O novo governo, forjado numa nova ideologia e filosofia, revoga as legislações aprovadas no quadro da reforma agrária.

Essas mudanças, a par do testamento, marcaram um novo ciclo para Ricarda. Ela busca recuperar as terras que o morgado lhe tinha deixado e conseguiu reavê-las. Mas, logo em seguida, os familiares daquele entram na justiça reclamando as terras, alegando impedimentos de saúde do morgado e pedindo a anulação do testamento. Ricarda não cruza os braços. E, após sete anos de idas e vindas entre tribunais, cartórios e testemunhas, ganha o direito à terra.

Mas ainda assim, Ricarda nos diz que não conseguiu reaver todas as terras herdadas, pois mudaram as delimitações das fronteiras da terra (“*pintxa marka*”) e, lamenta, afirmando que se fosse escolarizada não perderia parte das terras. Na verdade, a par da falta de recursos produtivos para o acesso à terra, as mulheres enfrentam diversas outras dificuldades e impedimentos no controlo da terra, designadamente tecnologia, insumos, educação, serviços financeiros. E, no caso da Ricarda a educação foi uma delas. Nas palavras da Ricarda:

*Quando fui cuidar do morgado, eu tinha 16 anos e ele 70 anos. Trabalhei com ele por 16 anos. Ele me prometera que me gratificaria porque cuidei dele na velhice, que eu poderia estar casada ou emigrada, mas que cuidei dele. Ele não tinha filhos. E assim foi. Ele me deixou as parcelas de terra de sequeiro, de regadio e uma casa. Perdi as terras com a independência, mas com a mudança de regime e a democratização do país, recuperei as terras. Reclamei-as junto das novas autoridades e os antigos rendeiros me devolveram as terras. Mesmo assim, ainda passei 7 anos lutando nos tribunais com os familiares dele que quiseram arrombar o testamento alegando que os documentos eram falsos e que ele não estava no seu perfeito juízo. Mas, ele tinha feito os papéis da herança antes do AVC. Eles perderam a causa e tiveram de pagar os advogados e o tribunal.*

*Mesmo assim, conseguiram tirar-me um pedaço de terra. O advogado os avisou que ele estava bem, que um médico tinha assegurado que ele estava bem. Ficou provado na justiça que ele me deixou as terras e a casa por vontade própria. Ainda assim perdi parte das parcelas de terra porque não sabia onde ir. Se fosse hoje, com meus filhos maiores e escolarizados, não os perderia. Na altura de fazer a divisão, colocaram as marcas erradas, e eu sem apoio (...). Mesmo assim fiquei consolada com o que ficou porque nada vai se levar desta vida, há jornadas que se levam alguma coisa e outras que não serão levadas. [Ricarda, 66, Charco]*

Ao longo da vida, além de ser parteira, agricultora e doméstica, Ricarda trabalhou nas FAIMO – uma atividade que quase todas as mulheres pobres do meio rural já desempenharam – e na apanha da areia – que é uma das principais atividades, ao lado da agricultura, que as mulheres desempenham na comunidade.

Historicamente, Charco tem conhecido uma intensa movimentação de mulheres que se dedicam à apanha da areia, mas nos últimos anos emergiram discursos denunciando a degradação ambiental provocada por esta atividade e culpabilizando as mulheres que a realizam (Vieira & Rocha, 2016), assim como propostas de reconversão dessa atividade. Foi nesta linha que o Ministério da Agricultura atribuiu parcelas de terras, priorizando as mulheres representantes dos seus agregados, e mobilizou recursos para apoiar o início das atividades agrícolas dessas mulheres. Mas, esta medida não beneficiou Ricarda porque ela já era proprietária de terras. Na verdade, a vida de Ricarda contrasta um pouco com a das mulheres da comunidade que não possuem terras.

A Ricarda, desde cedo participou também dos espaços públicos de decisão. A avó foi uma importante dinamizadora da “*tabanka*” e passou-lhe essa experiência. Ricarda também é *batucadeira*, participando do grupo local de “*batuko*” e fazendo apresentações principalmente em períodos eleitorais. Aliás, como vimos com a história da Marta, as

mulheres alcançam outros espaços e campos através da participação nos grupos de “*batuko*”. Este contexto remete-nos para Ortner (2006) e o conceito de agência que explica a situação das mulheres que, em contextos de pouco poder, têm capacidade de exercer algum tipo de influência sobre a maneira como os acontecimentos se desenrolam. No caso, as mulheres agenciam poder para si, através da participação dos grupos de “*batuko*”.

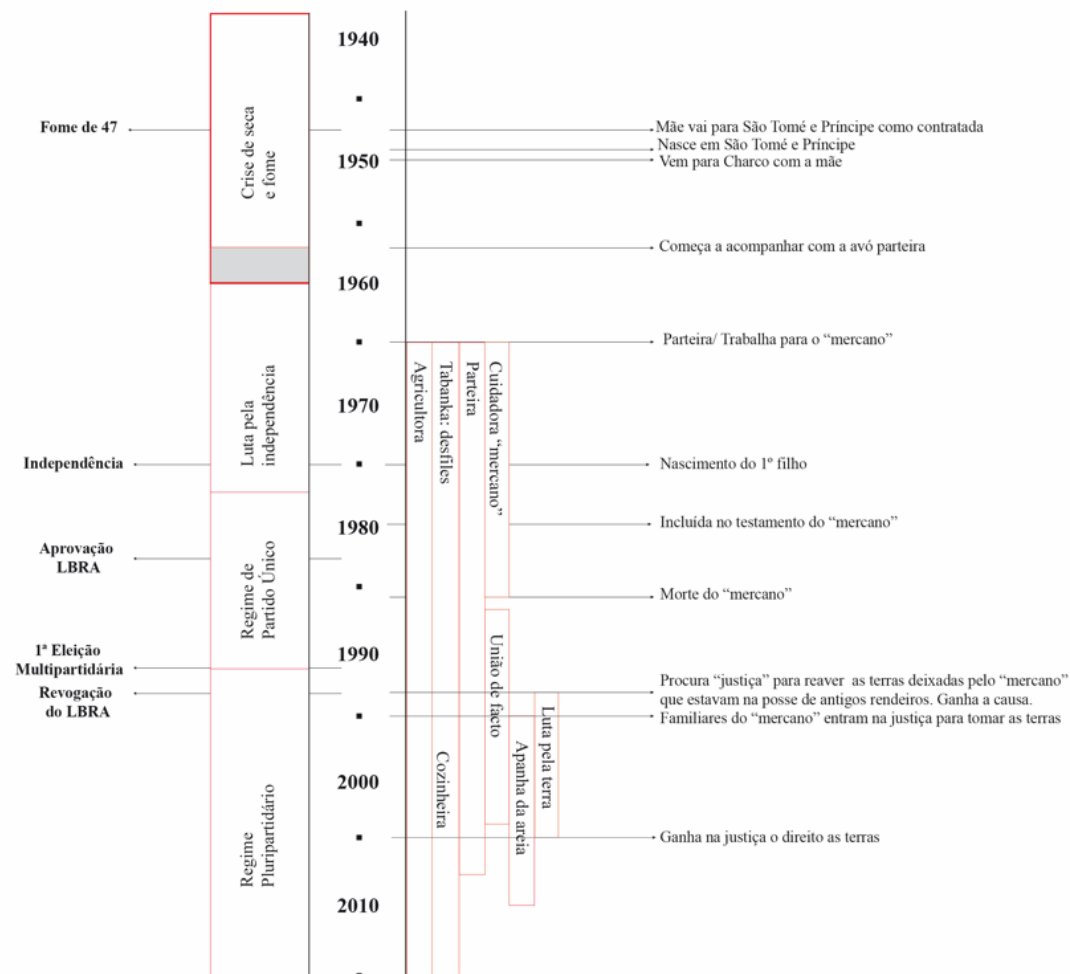
Apesar de Ricarda não possuir registo oficial de identificação<sup>34</sup>, que é por si só uma vulnerabilidade e enorme limitação ao pleno exercício dos seus direitos de cidadania diante das autoridades oficiais, nunca cruzou os braços diante das agruras da vida. Aliás, Ricarda tem ocupado cargos de liderança informal sendo uma das mulheres mais ativas na comunidade.

Apresentamos, em seguida, a linha de tempo da história de vida da Ricarda demonstrando como a sua vida se mescla com a história da comunidade e do país, e como a trajetória destes e a implementação de políticas de desenvolvimento afetaram a sua história de luta pela terra (cf. figura 34).

---

<sup>34</sup> A Ricarda não possui nenhum documento de identificação cabo-verdiano porque a mãe a registou em São Tomé e Príncipe com o apelido da avó e sem o nome do pai. Entretanto, a mãe não possui no seu registo o apelido da mãe, mas sim de outro familiar. Esta situação ocorria com muita frequência em Cabo Verde. As muitas pessoas foram atribuídas, pelos progenitores, os apelidos de avós ou de outros familiares, com o quais os progenitores têm afinidades e os filhos ficaram com um apelido diferente, dificultando na identificação de sua filiação.

**Figura 34. Linha do tempo da trajetória de vida da Ricarda**



As histórias e trajetórias da Marta e da Ricarda revelam, em certa medida, as histórias de acesso e controlo pelas terras agrícolas por parte das mulheres em Santiago, Cabo Verde. Nelas, as mulheres conhecem mais limitações do que os homens, quanto aos direitos de propriedade, e enfrentam mais dificuldades para cultivar a terra por conta própria, particularmente, em situações de lutas pela terra. Este contexto de luta e escassez traduz, por um lado, o próprio contexto saheliano de escassez de terra fértil, de chuva e de água; por outro, uma estrutura fundiária baseada na concentração de terras nas mãos de herdeiros de “morgados”.

A insegurança da propriedade da terra em contextos de relacionamentos de união de facto é uma outra situação surgida das entrevistas com as especialistas de género. Nestes contextos, as mulheres encontram-se em situação de maior incerteza e precariedade quanto aos direitos no acesso e posse da terra uma vez que tendem a perder as terras com a cessação dessas uniões de facto, mesmo quando compraram as terras juntamente com os companheiros que, regra geral, fazem o registo das terras em seu nome. Em casos de separação a mulher não encontra nos registos para suportar a sua causa. Nas palavras das especialistas de género:

*Quando a documentação está apenas no nome de um dos conviventes, o que é o caso mais frequente estar no nome do homem (mesmo que a documentação não esteja completa, como manda a lei, o que é muito frequente, mas pelo menos a certidão matricial, ou o alvará, etc.). (...). Para fazer valer direitos adquiridos (por exemplo, compra de um terreno em conjunto, na constância da união) a união teria de ser reconhecida. O que depende da vontade dos dois conviventes ou, em caso de separação ou morte, do reconhecimento da união em tribunal. Existem prazos legais para este reconhecimento que são desconhecidos da população e das próprias instituições. (...). Existem sim conflitos ligados a questões de género: essencialmente as ligadas a divórcios, bem como a união de facto. Na união de facto sobretudo as separações, mas*



*também familiares (ascendentes ou descendentes) que não aceitam que a convivente de uma pessoa falecida tenha direito a um terreno/casa adquirida em conjunto durante a união (porque claro, se foi adquirida antes da união a situação é outra, não se tratando de um bem comum).* [E. M. 2, especialista em género]

*Nas situações de cessação da união de facto as mulheres pobres geralmente têm menos meios para proceder ao exercício do seu direito.* [E. M., 1, especialista em género]

Estes casos enquadram-se em casos analisados pelo Kevane (2004) que, mostra que na maioria dos países africanos, as mulheres enfrentam mais dificuldades e limitações do que os homens quando se trata de garantir os direitos de propriedade e o cultivo da terra. Kevane (2004) mostra que, quando as mulheres adquirem as terras em contexto do casamento “tradicional”, o seu uso é contingencial uma vez que a tendência é perderem as terras com a viuvez ou o divórcio.

## Conclusão

No debate sobre os direitos de propriedade para a prática agrícola – no campo das questões e políticas de desenvolvimento – as mulheres estiveram invisíveis desde o início dos debates na medida em que o processo de desenvolvimento era analisado nos seus objetivos e impactos como uma situação que afetava homens e mulheres da mesma forma. Porém, pesquisas e análises críticas colocaram em causa esta proposição, chegando à conclusão que o *status* das mulheres na sociedade é afetado por suas condições materiais de vida e pela sua posição na economia, reconhecendo ainda que as mulheres são afetadas pela natureza do poder patriarcal em suas sociedades, a nível nacional, comunitário e doméstico (Connelly, Li, MacDonald & Parpart, 2000). Por isso, as relações de género na produção agrícola passam a ter um foco importante no debate sobre o desenvolvimento, sendo assente que os homens e as mulheres desempenham papéis diferentes dentro de sistemas específicos de produção e ocupam diferentes posições socioeconómicas como resultado desses papéis.

A literatura sobre género, terras e agricultura aponta para os direitos desiguais à terra, enquanto um fator importante na reprodução das desigualdades de género e da pobreza das mulheres (Wanyieki, 2003), mostrando que as mulheres deparam com constrangimentos e discriminação sistemática em relação ao acesso e controlo da terra e enfrentam mais vulnerabilidades, do que os homens, devido à existência da discriminação sistémica nas relações socioculturais e políticas (FAO, 2011b; Daley, 2011). Em virtude disso, as mulheres experimentam diferentes vulnerabilidades – nos mercados globais, nas culturas, nas mudanças climáticas – que impactam, a longo prazo, o bem-estar das suas comunidades, dos seus agregados e delas próprias (Mbilinyi, 2016).

Este quadro global, mas também local, na medida em que em Cabo Verde os dados indicam que a organização fundiária tem implicação tanto na desigualdade de género quanto nos direitos de propriedade às terras agrícolas, propusemos produzir este trabalho para compreender as lógicas sociais e culturais quanto ao acesso, posse e controlo das terras agrícolas e mapear a situação dos homens e mulheres relativamente aos direitos de propriedades às terras agrícolas.

Sobre esta temática, no contexto de Cabo Verde, constatamos alguma produção científica – Borba, 2013; Pereira, 2013; Almeida, 2002; Silva, 2002, Furtado, 1993 – mas mais numa perspetiva histórica e legislativa, carecendo de uma análise numa perspetiva de género que permitisse, por um lado, analisar e compreender as situações específicas e as diferenças entre os homens e as mulheres sobre as questões fundiárias, e, por um lado, a posição das mulheres. Estas, embora representem 49% dos agregados do país, estão numa situação de invisibilidade, aparecendo subsumidas nas análises socioculturais e históricas, como se a situação e a posição dos homens e das mulheres, no contexto da estrutura fundiária, fossem homogéneas.

Com o propósito de cumprirmos os objetivos definidos e responder às questões de partida formuladas, introduzimos uma estratégia metodológica de análise numa perspetiva de género para compreender a situação dos homens e das mulheres no processo de estruturação fundiária, abordando de forma particular a posição das mulheres face à constatação que se encontram, comparativamente aos homens, numa situação de maior insegurança quanto à propriedade fundiária. Neste sentido, esta abordagem permitiu uma melhor compreensão da organização fundiária e a posição dos homens e das mulheres, particularmente quanto ao acesso, controlo e perpetuação das terras agrícolas.

Os dados informam que, globalmente, os representantes dos agregados inquiridos se dedicam, simultaneamente, a diversas atividades: agricultura, agropecuária, comércio e, se enquadram numa situação de pluriatividade que ocorre com frequência em contextos rurais agrícolas. Destas atividades, a agricultura é a atividade principal, embora sendo um desafio para os pequenos agricultores, em particular, e para o país de uma forma global. Isto porque a extensão de terras férteis corresponde a 10% do total do território e os regimes agrícolas – sequeiro e regadio – debatem com a escassez das chuvas e de água para a rega, devido à localização geográfica e climática.

Estes dois regimes agrícolas, em Cabo Verde, possuem propósitos distintos. No regadio a produção é destinada, na sua maior parte, para o comércio, enquanto no sequeiro o propósito é a subsistência do agregado. Este último constituiu uma prática de reprodução social, cultural e histórica de combate à fome devido às secas cíclicas que assolavam as ilhas, num quadro em que o governo colonial tinha uma intervenção mínima quanto ao cuidado e a melhoria de vida das populações rurais.

Uma análise de género nestes dois tipos de sistemas agrícolas permite concluir que nas comunidades pesquisadas, em Cabo Verde de uma forma geral, e também nos países em desenvolvimento, de uma forma global, a agricultura de rendimento – regadio – é uma “cultura masculina” na medida em que, maioritariamente, são os homens que estão inseridos neste tipo de cultura cuja produção é voltada para o mercado. Enquanto que a agricultura de subsistência – sequeiro – é uma “cultura feminina” em que a presença das mulheres é massiva e o objetivo é, basicamente, a subsistência dos agregados familiares.

Os dados empíricos indicam que os homens estão inseridos no sistema de regadio, em maior número e há mais tempo que as mulheres, certamente porque possuem mais

recursos – terra, insumos, informação e mercados – para controlar a produção. Enquanto as mulheres estão no sistema de sequeiro que requer menos recursos – são as mais pobres, mas também porque as formas de exploração da terra neste sistema, historicamente, têm permitido a prática agrícola através do regime de parceria.

A agricultura, em Cabo Verde, é praticada nas terras pertencentes maioritariamente a proprietários privados ou instituições (nomeadamente ao Estado). A maioria dos agricultores faz recurso a terras de terceiros para a atividade agrícola. Esta situação deve-se, certamente, às formas de exploração da terra e à própria estrutura fundiária herdadas nos primórdios do processo de colonização e povoamento – regime de morgadio, parceria e arrendamento.

Relativamente ao primeiro objetivo definido, buscamos compreender as dinâmicas socioculturais no processo de acesso e posse das terras agrícolas e as diferenças que se desenham entre os homens e as mulheres. Para isso, questionámos como se estruturam os direitos de propriedade às terras agrícolas. Nesta linha, enquanto estratégia metodológica da abordagem de género também questionámos qual a situação das mulheres quanto aos direitos de propriedade às terras agrícolas. E concluímos que, nos espaços rurais agrícolas pesquisados, a estruturação da propriedade fundiária concorre para a perpetuação das desigualdades de género e, consequentemente para a reprodução da condição de pobreza e a impossibilidade de autonomização socioeconómica das mulheres.

O contexto agrário nas duas comunidades pesquisadas caracteriza-se, globalmente, na mesma linha da trajetória da estrutura agrária do país, tanto no período antes como após a independência. No período antes da independência, com o regime de morgadio, as relações contratuais se efetivavam através da parceria e do arrendamento. No pós-

independência, com a influência da lei da reforma agrária, a exploração da terra ocorre, essencialmente, por meio do regime de posse útil e parceria. Estes dois momentos históricos da nação influenciaram as relações da exploração da terra nas comunidades pesquisadas que, por sua vez, em estreita convivência com as formas de “morgadio” de exploração da terra, que ainda prevalecem, contribuíram para a estruturação agrária destas comunidades.

Este histórico de estruturação fundiária, no país, tem provocado um processo de parcelamento das terras através da divisão das parcelas entre os herdeiros, da venda de pequenas parcelas aos pequenos proprietários e aos emigrantes e da divisão feita pelo Estado através do regime de posse útil. Este parcelamento tem ocorrido por várias gerações, tem diminuído as parcelas por agricultor e camponês e aumentado o número de pessoas com alguma responsabilidade e autoridade sobre a terra. Do ponto de vista do recorte histórico, passou-se da situação de concentração fundiária na posse de grandes proprietários para o parcelamento das terras com pequenas parcelas de terras na posse de pequenos proprietários.

A análise de género mostra-nos também que os homens e as mulheres estão inseridos em lógicas diferentes de acesso à terra e produção agrícola, em que as mulheres, contrariamente aos homens, cultivam terras próprias e de familiares em regimes de parceria que, à priori, não requerem investimentos financeiros avultados para a produção agrícola. Mas pode realçar-se que ambos – homens e mulheres – se inserem em sistemas inseguros de propriedade da terra, praticando a agricultura em terras cuja propriedade é imperfeita e sem possibilidades de fazer prova da propriedade para investimentos no setor. Esta insegurança é particularmente acentuada no caso dos agregados representados

por mulheres que estão em contextos de fraca capacidade financeira, comparativamente aos homens, perpetuando assim a situação de precariedade socioeconómica.

A trajetória das mulheres pesquisadas mostra que a história de suas comunidades e as decisões políticas, no quadro do processo de desenvolvimento do país, têm por vezes impactado negativamente, as suas vidas e os seus agregados. Os projetos de intervenção estatal no setor agrícola nestas comunidades (barragem e distribuição de terras aos agregados familiares) são exemplos do impacto dos projetos desenvolvimentistas, e de como em situações de escassez de recursos as mulheres não conseguem tirar partido das oportunidades abertas, continuando na situação de dependência de outros familiares ou de atividades com poucos rendimentos e agravando a situação de pobreza.

Quanto ao segundo objetivo, buscamos entender a lógica e a racionalidade dos pequenos agricultores na regulação de acesso às terras agrícolas por parte dos homens e das mulheres. Assim, confirmamos que nos espaços rurais pesquisados, os direitos de propriedade sobre as terras agrícolas são desiguais entre os agregados representados pelos homens e pelas mulheres e este contexto define a posição de ambos na prática agrícola.

O acesso à terra para a prática da agricultura, nessas duas comunidades, ocorre através da herança dos progenitores, seguido da parceria e do arrendamento. A compra e a venda do direito de ocupação são formas de acesso pouco usuais e são protagonizados pelos homens. A maioria dos agricultores, tanto mulheres como homens, não possui título de propriedade da terra, mas obtém o acesso para a produção agrícola através do Estado (em regime de posse útil) e de terceiros (em regime de parceria e arrendamento).

Quanto à análise de género nas formas de exploração no sistema agrícola, existem diferenças entre homens e mulheres. As mulheres, ao contrário dos homens, estão menos representadas em ambos os sistemas agrícolas, mas com menos incidência na agricultura de regadio. Relativamente às decisões de gestão da terra, quando estas recaem sobre situações de cultivo, os representantes dos agregados são os decisores, mas quando são questões relativas à transmissão da terra, por meio da venda ou da prova de titularidade, os decisores são terceiros – Estado ou morgados.

Com o terceiro objetivo da pesquisa, projetámos apreender as estratégias de controlo e perpetuação do uso das terras agrícolas e a existência ou não de diferenças entre os homens e as mulheres. Por isso, questionámos quais as estratégias de controlo e perpetuação das terras agrícolas empregues pelos homens e pelas mulheres agricultores. E, concluímos, que as estratégias de controlo e perpetuação das terras agrícolas passam por processos de disputas e conflitos que são recorrentes nas comunidades. Ainda, verificamos que as mulheres enfrentam maiores obstáculos no controlo da terra com influência na aquisição de direitos de propriedade plena das terras agrícolas.

Os dados de campo indicam que a terra é disputada no seio familiar, comunitário e entre camponeses, disputas que, por vezes, atravessam gerações com implicações a nível das relações familiares e comunitárias. Esses conflitos têm levado a (re)configurações dos espaços agrários, com as terras transitando entre diferentes proprietários.

No respeitante ao quarto objetivo, propusemos observar as relações de poder entre os intervenientes no processo de articulação da produção agrícola com o mercado. Neste sentido, questionámos como se desenvolvem essas relações de poder entre os intervenientes na articulação da produção agrícola e o mercado. E, verificamos que, neste



processo, as relações de poder são móveis, deslocando-se dos homens agricultores e mulheres agricultoras para as “rabidantes”.

No sistema de regadio, na relação entre a produção agrícola e o mercado, são vários os intervenientes neste processo, porém, os principais e que, ao mesmo tempo, fazem a mediação neste processo, são as rabidantes. Trata-se de mulheres que, maioritariamente, comercializam os produtos – comprando, intermediando e vendendo. Mesmo sendo os homens maioritariamente produtores, as mulheres inserem-se nesta relação comercial a todos os níveis – intermediárias junto de outros revendedores e vendedoras nos mercados do país.

Neste caso, a partir da rede comercial que estabelecem com os agricultores, com os outros revendedores e com os consumidores, as rabidantes dispõem do poder de influenciar, e muitas vezes, de determinar, os preços dos produtos assim como do próprio processo produtivo. As rabidantes persuadem os agricultores a cultivar produtos assinalados e fazer a colheita antes do amadurecimento para a sua colocação no mercado.

Ainda, os resultados da pesquisa apontam para uma das estratégias inerentes à discussão dos preços que é o regateio no momento da compra. Neste processo, sabe-se que as rabidantes determinam o preço dos produtos porque constroem os cenários de que os agricultores, face aos desafios de produção e de conservação, necessitam de vender os produtos para evitar os prejuízos. Na cadeia de valor do setor agrícola, as rabidantes possuem geralmente mais poder económico e financeiro do que os agricultores e mais recursos para o escoamento e distribuição dos produtos, por isso, conseguem influenciar e determinar o processo produtivo.

Não obstante a pesquisa nos ter permitido alcançar os objetivos propostos, responder às questões de partida, conhecer as dinâmicas sociais e culturais que mostram a posição dos homens e das mulheres na estrutura fundiária, gostaríamos de apontar algumas pistas que surgiram ao longo deste trabalho, particularmente durante o trabalho de campo, que pensamos constituem oportunidades para pesquisas futuras.

Em primeiro lugar, constatamos que os agricultores se referem como proprietários das terras onde praticam a agricultura, ou seja, identificando-se como donos das terras. Mas, quando se questiona um pouco sobre a documentação, não sabem nem conhecem o historial da propriedade das terras. Pensamos que existe uma identificação da propriedade da terra de forma informal porque se foi transmitindo entre as várias gerações antecedentes, o que não permite seguir o rastro histórico e temporal da propriedade da terra. Por isso, consideramos ser uma pista importante a seguir, através de uma metodologia qualitativa com recurso às trajetórias sociais, observações participantes e entrevistas não estruturadas, para conhecer a trajetória das terras entre as várias gerações de agricultores e suas famílias.

Uma outra pista que nos pareceu pertinente seguir tem a ver com a história das mulheres e as questões de propriedade a partir de um recorte histórico. O propósito será conhecer o papel e a posição das mulheres desde o achamento do arquipélago, passando pelo povoamento e organização do Estado do ponto de vista da estruturação fundiária, pois, muita falta nos fez uma produção bibliográfica sobre a condição e o posicionamento das mulheres, ao longo da história do país, sobre as questões fundiárias. Por isso, pensámos ser uma possibilidade de pesquisa que poderá franquear o debate, sobre as questões de

propriedade fundiária em Cabo Verde, e suscitar análises numa perspectiva de género, tornando-o assim mais inclusivo e transversal.

## Referências bibliográficas

- Agarwal, B. & Panda, P. (2007). Toward freedom from domestic violence: the neglected obvious. *Journal of Human Development* 8 (3), 359-388.
- Agarwal, B. (1997). Bargaining and gender relations: within and beyond the household, *Feminist Economics* 3 (1), 1-51.
- Albuquerque, L. & Santos, M. E. M. (Coords.) (2001). *História geral de Cabo Verde*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical. Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural.
- Almeida, G. (2006). *Apoio à revisão da legislação fundiária e das instituições encarregadas da administração fundiária. Relatoria final*, Praia: FAO.
- Almeida, G. (2002). *Código da terra*, Praia: Livraria Saber.
- Almeida, J. M. (Dir.) (1998). *Descoberta das ilhas de Cabo Verde*, Praia: Arquivo Histórico Nacional.
- Amadiume, I. (1997). *Re-inventing Africa: matriarchy, religion and culture*, London: Zed Books.
- Amaral, I. (2001). Cabo Verde: introdução geográfica. In: Albuquerque, L. & Santos, M. E. M. (Coords.) *História geral de Cabo Verde*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical. Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural, pp. 1-39.
- Angelsen, A. & Lund, J. F. (2011). Designing the household questionnaire. In: Angelsen, A.; Larsen, H. O.; Lund, J. F.; Smith-Hall, C.; Wunder, S. (Eds.) *Measuring livelihoods and environmental dependence: methods for research and fieldwork*, London: Earthscan, pp. 107-126.
- Arndt, H. W. (1987). *Economic development; the history of an idea*, Chicago: University of Chicago Press.
- Barriteau, V. E. (2000). Feminist theory and development: implications for policy, research and action. In: Parpart, J. L.; Connelly, M. P.; Barriteau, V. E. (Eds.) *Theoretical perspectives on gender and development*, Ottawa: International Development Research Centre, pp. 161-177.
- Bastos, S.; Casaca, S. F.; Nunes, F.; Pereirinha, J. (2009). Women and poverty: a gender sensitive approach. *The Journal of Socio-Economics* 38, pp. 764-778.
- Beetham, G. & Demetriades, J. (2007). Feminist research methodologies and development: overview and practical application. *Gender & Development* 15 (2), 199-216.
- Benhabib, S. & Cornell, D. (Coords.) (1993). *Feminismo como crítica da modernidade*, Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos.
- Bernstein, H. (2005). Rural land and land conflicts in Sub-Saharan Africa. In: Moyo, S. & Yeros, P. (Eds.). *Reclaiming the land. The resurgence of rural movements in Africa, Asia and Latin America*, London: Zed Books, pp. 67-101.
- Bohn, L. (2017). *Inserção feminina na teoria e na prática: ensaios sob o olhar da economia feminista*, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

- Borba, C. A. (2013). *Terras negras nos dois lados do Atlântico: quem são os proprietários? Estudo comparado – Cabo Verde/Brasil*, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Boserup, E. (1983). *La femme face au développement économique*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Bourdieu, P. (2001). *Razões práticas. Sobre a teoria da acção*, Oeiras: Celta Editora.
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*, Oeiras: Celta Editora.
- Brumer, A. (2004). Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura no Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas* 12 (1), 205-227.
- Burgess, R. G. (2001). *A pesquisa de terreno. Uma introdução*, Oeiras: Celta Editora.
- Cardoso, C. S. C. (2009). *Fornadeiras da Ribeira de Principal. Poder, resistência e identidade feminina no espaço de produção*, Praia: Universidade de Cabo Verde.
- Carmo, R. M. (2007). Gênero e espaço rural. O caso de uma aldeia alentejana. *Sociologia, Problemas e Práticas* 54, 75-100.
- Carney, J. A. (1998). Women's land rights in Gambian irrigated rice schemes: constraints and opportunities. *Agriculture and Human Values* 15, 325-336.
- Carney, J. A. (1992). Peasant women and economic transformation in the Gambia. *Development and Change* 23 (2), 67-90.
- Carvalho, C. (2015). A questão de gênero na agenda pública e política de Cabo Verde, África: papel das ONG feministas na luta pelos direitos das mulheres. *Outros Tempos* 12 (19), pp. 135-152.
- Carvalho, J. J. (2001). O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes Antropológicos* 7 (15), 107-147.
- Casimiro, I. M. (2015). Movimentos sociais e movimentos de mulheres em Moçambique. In: Cruz e Silva, T. & Casimiro, I. M. (Orgs.) *A ciência ao serviço do desenvolvimento? Experiências de países africanos de língua oficial portuguesa*, Dakar: CODESRIA, pp. 51-66.
- Castells, M. (2003). *O poder da identidade*, Vol. II. São Paulo: Terra e Paz.
- Chantre, Z. (2018). Penso que sou uma guerreira, uma mulher que viveu o seu tempo. [Em linha]. Disponível em: <https://www.santiagomagazine.cv/index.php/mais/entrevista/1011-penso-que-sou-uma-guerreira-uma-mulher-que-viveu-o-seu-tempo> [Acesso em: 2018/09/10].
- Connelly, M. P.; Li, T. M.; MacDonald, M.; Parpart, J. L. (2000). Feminism and development: theoretical perspectives. In: Parpart, J. L.; Connelly, M. P.; Barriteau, V. E. (Eds.) *Theoretical perspectives on gender and development*, Ottawa: International Development Research Centre, pp. 51-160.
- Cornwall, A.; Harrison, E., Whitehead, A. (2007). Gender myths and feminist fables: the struggle for interpretive power in gender and development. *Development and Change* 38 (1), 1-20.

- Cornwall, A.; Harrison, E.; Whitehead, A. (2004). Introduction: repositioning feminisms in development. *IDS Bulletin* 35 (4), 1-10.
- Correia e Silva, A. (2001). Espaço, ecologia e economia interna. In: Albuquerque, L. & Santos, M. E. M. (Coords.) *História geral de Cabo Verde*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical. Praia; Instituto Nacional de Investigação Cultural, pp. 127-236.
- Costa, C. L. (1998). O tráfico do gênero. *Cadernos pagu* 11, 127-140.
- Cotula, L. (Ed.) (2007). *Changes in “customary” land tenure systems in Africa*, IIED & FAO.
- Coutinho, A. S. B. (2011). Mulheres na “sombra”: as cabo-verdianas e a luta de libertação nacional. In: Silva, C. & Fortes, C. (Orgs.) *As mulheres em Cabo Verde: experiências e perspectivas*, Praia: Edições Uni-CV, pp. 39-48.
- Couto, C. F. (2002). Antropologia do desenvolvimento: Santiago de Cabo Verde, um estudo de caso. *Cadernos de Estudos Africanos* 3, 127-140 [Em linha]. Disponível em: <http://cea.revues.org/1092> [Acesso em: 2018/05/29].
- Couto, C. F. (2001). *Estratégias familiares de subsistências rurais em Santiago de Cabo Verde*, Lisboa: ICP.
- Daley, E. (2011). *Gendered impacts of commercial pressures on land* [Em linha]. Disponível em: [http://www.landcoalition.org/sites/default/files/documents/resources/MOKORO\\_Gender\\_web\\_11.03.11.pdf](http://www.landcoalition.org/sites/default/files/documents/resources/MOKORO_Gender_web_11.03.11.pdf) [Acesso em: 2015/01/29].
- Dancer, H. & Tsikata, D. (2015). *Researching land and commercial agriculture in Sub-Saharan Africa with gender perspective: concepts, issues and methods* [Em linha]. Disponível em: <http://www.future-agricultures.org/publications/research-and-analysis/working-papers/1984-researching-land-and-commercial-agriculture-in-sub-saharan-africa-with-a-gender-perspective-concepts-issues-and-methods/file> [Acesso em: 2016/01/29].
- Diallo, M. B.; Kouakou, K. M.; Rodrigues, C.; Santos, E.; Barnett, K. (2018). *Cabo Verde: perfil de gênero no país*, Praia: Governo de Cabo Verde, ONU Mulheres, BAD.
- Doss, C.; Summerfield, G.; Tsikata, D. (2014). Land, gender and food security. *Feminist Economics* 20 (1), 1-23.
- Doss, C.; Kovarik, C.; Peterman, A.; Quisumbing, A.; van den Bold, M. (2013). *Gender inequalities in ownership and control land in Africa. Myths versus reality* [Em linha]. Disponível em: <http://ebrary.ifpri.org/utils/getfile/collection/p15738coll2/id/127957/filename/128168.pdf> [Acesso em: 2015/02/08].
- Doss, C. R. (2002). Men’s crops? Women’s crops? The gender patterns of cropping in Ghana. *World Development* 30 (11). 1987-2000.
- Doss, C. R. (2001). Designing agricultural technology for African women farmers: lessons from 25 years of experience. *World Development* 29 (12), 2075-2092.

- Escobar, A. (2007). Post-development as concept and social practice. In: Ziai, A. (Ed.) *Exploring post-development. Theory and practice, problems and perspectives*, New York: Routledge, pp. 18-31.
- Estêvão, J. (2004). *Desenvolvimento económico e mudança institucional: o papel do Estado*, Working Paper 08/2004/DE/CESA, Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.
- Évora, I. M. A. (2000). Cooperativa: política de Estado ou cotidiano? O caso de Cabo Verde. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho* 3 (4), 9-30.
- Ferber, M. A. & Nelson, J., A. (Eds.) *Beyond economic man. Feminist theory and economics*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Ferreira, V. S. (2014). *Conflitos e participação no uso da água da barragem de Poilão, ilha de Santiago, Cabo Verde*, Praia: Universidade de Cabo Verde.
- Finan, T. J. & Langworthy, M. (1997). *Waiting for the rain: agricultural and ecological imbalance in Cape Verde*, Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Fischer, I. R. (2007). *O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação*, Recife: Ed. Massangana.
- Fortes, C. (2015). *Especialistas ou salteadoras de vozes? A difícil relação entre investigadores e grupo investigados: o caso dos estudos de género em Cabo Verde* [Em linha]. Disponível em: [https://www.academia.edu/12755170/Especialistas\\_ou\\_salteadores\\_de\\_vozes](https://www.academia.edu/12755170/Especialistas_ou_salteadores_de_vozes) [Acesso em: 2017/11/22].
- Foucault, M. (1999). *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Graal.
- Fraisse, G. & Perrot, M. (Dir.) (1994). *História das mulheres. O século XIX*, Porto: Edições Afrontamento.
- Freitas, H.; Oliveira, M.; Sacool, A. Z.; Moscarola, J. (2000). O método de pesquisa survey. *Revista de Administração* 35 (3), 105-112.
- Furtado, C. (1993). *A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança – Santiago, Cabo Verde*, Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (2001). *O inquérito. Teoria e prática*, Oeiras: Celta Editora.
- Giovarelli, R.; Lastarria-Cornhiel, S.; Katz, E.; Nicols, S. (2005). *Gender issues and best practices in land administration projects: a synthesis report* [Em linha]. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/8355/325710white0colGender1land01public1.pdf?sequence=1&isAllowed=y> [Acesso em: 2017/10/15].
- Gomes, A. M. & Correia, N. (s/d). *Localização e estudos de sítios de construções de barragens em Cabo Verde*, Praia: DGASP & INGRH.
- Grassi, M. & Évora, I. (Orgs.) (2007). *Género e migrações cabo-verdianas*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Grassi, M. (2003). *Rabidantes. Comércio espontâneo transnacional em Cabo Verde*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Grassi, M. (1999). *Identidades estratégicas para o desenvolvimento na África Subsaariana: o género*, Brief Papers nº 2/99. Lisboa: CEsa.
- Guendel, S. (2009). *What are “women’s crops” and why* [Em linha]. Disponível em: <http://www.fao.org/gender/insights/detail/en/c/36003/> [Acesso em: 2018/08/13].
- Guerra, I. C. (2010). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo – sentidos e formas de uso*, Cascais: Princípiã.
- Guimarães, R. R. & Mesquita, H. A. (2009). *Feira camponesa: instrumento de luta e resistência das mulheres camponesas em Catalão (GO)*, São Paulo: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária.
- Gurung, C. (2006). *The role of women in the fruit and vegetable supply chain in Maharashtra and Tamil Nadu India*, Washington: US Agency for International Development.
- Hill, M. M. & Hill, A. (2002). *Investigação por questionário*, Lisboa: Edições Sílabo.
- Jesus, A. (2016). *Desenvolvimento local. As dinâmicas dos actores sociais no contexto cabo-verdiano*, Praia: Livraria Pedro Cardoso.
- Kabeer, N. & Sweetman, C. (2015). Introduction: gender and inequalities. *Gender & Development* 23 (2), 185-188.
- Kanji, N.; Tan, S. F.; Toulmin, C. (Eds.) (2011). *Introduction: Boserup revisited*, London: Earthscan.
- Katz, E. (2010). *Land tenure, property rights and natural resources management: land tenure and property rights reform in the developing world: who is vulnerable?*, Burlington: United States Agency for International Development.
- Kergoat, D. (2002). A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão. *Pro-Posições* 13 (1), 47-59.
- Kevane, M. (2004). *Women and development in Africa: how gender works*, Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Khan, M. H. (2010). *Governance, growth and development* [Em linha]. Disponível em: [http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/9153560043fc8fbc8f1fef7015846f3f/ARI138-2010\\_Khan\\_Governance\\_Growth\\_Development.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=9153560043fc8fbc8f1fef7015846f3f](http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/9153560043fc8fbc8f1fef7015846f3f/ARI138-2010_Khan_Governance_Growth_Development.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=9153560043fc8fbc8f1fef7015846f3f) [Acesso em: 2014/11/10].
- Kleeman, L.; Nunnenkamp, P.; Thiele, R. (2014). *Gender inequality, female leadership and aid allocation*, WIDER Working Paper 2014/010. World Institute for Development Economics Research.
- León, M. (2001). El empoderamiento de las mujeres: encuentro de primer y tercer mundos em los estúdios de género. *La Ventana* 13, 94-106.
- Lewis, D. (2004). African gender research and postcoloniality: legacies and challenges. In: Arnfred, S.; Bakare-Yusuf, B.; Kisiang’ani. E. W.; Lewis, D.; Oyewumi, O.;



- Steady, F. C. (Orgs.) *African gender scholarship: concepts, methodologies and paradigms*, Dakar: CODESRIA, pp. 27-41.
- Lima-Handem, D. (2012). *Sistematização da integração das problemáticas de género e família na Uni-CV. Análise institucional das capacidades e do potencial da UniCV e do CIGF*, Praia: Universidade de Cabo Verde.
- Longwe, S. H. (1990). Gender awareness: the missing elemento in the Third World development project. In: Wallace, T. & March, C. (Eds.) *Changing perceptions: writing on gender and development*, London: Oxfam, pp. 149-157.
- Machado, P. A. L. (1992). *Legislação agrária da República de Cabo Verde*, Roma: FAO.
- Makura-Paradza, G. G. (2010). *Single women, land and livelihood vulnerability in a communal area in Zimbabwe*, NL: Wageningen University.
- Mama, A. (2011). The challenges of feminism: gender, ethics and responsible academic freedom in African Universities. *JHEA/RESA* 9 (1 & 2), 1-23.
- Martins, F. M. & Schneider, S. (2013). Sustentabilidade associativa nos municípios do interior de Santiago: o caso de Serra Malagueta. In: Furtado, C. A. & Vieira, M. S. (Orgs.) *Desigualdades sociais e dinâmicas de participação em Cabo Verde*, Praia: Edições UniCV. Porto Alegre: UFRGS Editora, pp. 141-175.
- May, T. (2004). *Pesquisa social: questões, métodos e processos*, Porto Alegre: Artmed.
- Mbilinyi, M. (2016). *Debating the land and agrarian questions in Africa*, Agrarian Summer School 2016, Harare: African Institute for Agrarian Studies.
- Mbilinyi, M. (1993). Struggles over patriarchal structural adjustment in Tanzania. *Gender & Development* 1 (3), 26-29.
- Meier, G. M. (2005). *Biography of a subject. An evolution of development economics*, Oxford: Oxford University Press.
- Miranda, C. M.; Côté, D.; Barroso, M. F.; Estácio, M. A. F. (Orgs.) (2015). *Gênero, desenvolvimento e território: novas semânticas e antigas práticas*, Manaus: Editora Valer & UEA Edições.
- Moffat, L.; Geadah, Y.; Stuart, R. (1991). *Two halves make a whole: balancing gender relations in development*, Ottawa: CCIC.
- Mohanty, C. T. (1991a). Cartographies of struggle: Third World women and the politics of feminism. In: Mohanty, C. T.; Russo, A.; Torres, L. (Eds.) *Third World women and politics of feminism*, Indiana: Indiana Press University.
- Mohanty, C. T. (1991b). Under western eyes: feminist scholarship and colonial discourses. In: Mohanty, C. T.; Russo, A.; Torres, L. (Eds.) *Third World women and the politics of feminism*, Indiana: Indiana Press University.
- Momsen, J. H. (1991). *Women and development in the Third World*, London: Routledge.
- Moser, C. (1989). Gender Planning in the Third World: meeting practical and strategies needs. *World Development* 17 (11), 1199-1825.
- Moyo, S. & Yeros, P. (Eds.) (2005). *Reclaiming the land. The resurgence of rural movements in Africa, Asia and Latin America*, London: Zed Books.

- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo* 11 (3), 647-654.
- Nascimento, A. (2001). Representações sociais e arbítrio nas roças. As primeiras levas de cabo-verdianos em São Tomé e Príncipe nos primórdios de novecentos. *Arquipélago História* V, pp. 325-370.
- Nobre, M. (2005). Relações de gênero e agricultura familiar. In: Terribili, A.; Faria, N.; Coelho, S. (Orgs.) *Feminismo e luta das mulheres – análises e debates*, São Paulo: SOF, pp. 39-50.
- Offen, K. (2008). Feminist campaigns for “public space”: civil society, gender justice and the history of European feminism. In: Hagemann, K.; Michel, S.; Budde, G. (Orgs.) *Civil society and gender justice, historical and comparative perspectives*, New York & Oxford: Bergham, pp. 97-116.
- Offen, K. (1994). Feminism. In: Stearns, P. N. (Ed.) *Encyclopedia of social history*, New York: Garland, pp. 271-272.
- Offen, K. (1998). Defining feminism: a comparative historical approach, *Signs* 14 (1), 119-157.
- Ortner, S. B. (1996). *Making gender: the politics and erotics of culture*, Boston: Beacon Press.
- Ortner, S. B. (2006). Conferências de Sherry B. Ortner. In: Grossi, M. P.; Eckert, C.; Fry, P. H. (Orgs.) *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*, Goiânia: 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, pp. 17-80.
- Ossome, L. (2014). Can the law secure women’s rights to land in Africa? Revisiting tensions between culture and land commercialization. *Feminist Economics* 20 (1), 155-177.
- Ostergaard, L. (Ed.) (1992). *Gender and development: a practical guide*, London: Routledge.
- Paulilo, M. I. S. (2013). FAO, fome e mulheres rurais. *DADOS – Revista de Ciências Sociais* 56 (2), 285-310.
- Pena, M. V. J. & Correia, M. C. (2003). *A questão de gênero no Brasil*, Rio de Janeiro: Cepia, Banco Mundial.
- Penha, J. (2013). *Ser gay em Cabo Verde* [Em linha]. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/corpo/ser-gay-em-cabo-verde> [Acesso em: 2017/11/22].
- Pereira, E. (2016). Fontes de pesquisa em Cabo Verde: o caso da revolta dos rendeiros no interior de Santiago (1822-1841). *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana* IX (XVI), 63-95.
- Pereira, E. (2013). *Política e cultura: as revoltas dos Engenhos (1822), de Achada Falcão (1841) e de Ribeirão Manuel (1910)*, Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde.
- Pereira, E. (2006). *Os caminhos da revolta em Cabo Verde e a cultura da resistência: as revoltas dos Engenhos (1822) e de Achada Falcão (1841)*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

- Pereira, R. S. (2015). Abordagem teórica sobre a questão de gênero e desenvolvimento rural: dos projetos assistenciais ao planejamento de gênero. In: Staduto, J. A. R. S.; Marcelino, S.; Nascimento, C. A. (Orgs.) *Desenvolvimento rural e gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas*, Porto Alegre: UFRGS.
- Pereira Silva, J. (1982). *A reforma das estruturas agrárias de Cabo Verde: introdução ao ante-projecto da Lei de Bases*, Praia: Gabinete da Reforma Agrária.
- Quan, J. (2007). Changes in intra-family land relations. In: Cotula, L. (Ed.) *Changes in "customary" land tenure systems in Africa*, IIED & FAO.
- Quisumbing, A. R. & Pandolfelli, L. (2010). Promising approaches to address the needs of poor female farmers: resources, constraints and interventions. *World Development* 38 (4), 581-592.
- Quisumbing, A. R. & Maluccio, J. A. (2003). Intrahousehold allocation and gender relations: new empirical evidence from four developing countries. In: Quisumbing, A. R. (Ed.) *Household decisions, gender and development: a synthesis of recent research*, Washington: International Food Policy Research Institute, pp. 23-28.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. C. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa: Edição Gradiva.
- Rathgeber, E. (2005). Gender and development as fugitive concept. *Canadian Journal of Development Studies* 26 (1), 578-591.
- Razavi, S. & Miller, C. (1995). *From WID to GAD: conceptual shifts in the women and development discourse* [Em linha]. Disponível em: <ftp://pogar.org/LocalUser/pogarp/other/unrisd/op1.pdf> [Acesso em: 2015/01/29].
- Reis, V. (2015). Fontes de rendimento das famílias rurais e a segurança alimentar em Cabo Verde. *Cadernos de Estudos Africanos* 29, 129-157.
- Saffioti, H. (2004). *Gênero, patriarcado e violência*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Sampedro Gallego, R. (1996). Mujeres del campo: los conflictos de género como elemento de transformación social del mundo rural. In: León, M. *El campo y la ciudad. Sociedad rural y cambio social en España*, Madrid: Ministerio da Agricultura, pp. 79-101.
- Santos, Z. A. D. (2013). A reforma agrária em Cabo Verde: estudo de caso no concelho da Ribeira Grande de Santo Antão. In: Furtado, C. A. & Vieira, M. S. (Orgs.) *Desigualdades sociais e dinâmicas de participação em Cabo Verde*, Praia: Edições UniCV. Porto Alegre: UFRGS Editora, pp. 176-223.
- Schneider, S. (2003). Teorias social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 18 (51), 99-121.
- Schroeder, R. A. (1999). *Shady practices. Agroforestry and gender politics in the Gambia*, Berkeley: University of California Press.
- Scott, J. W. (1990). El género: una categoría útil para el análisis histórico. In: Amelang, J. S. & Nash, M. (Eds.) *Historia y género. Las mujeres en la Europa moderna y contemporánea*, Valencia: Ediciones Institució Alfons el Magnànim.

- Sen, G. & Grown, C. (1987). *Development, crises and alternatives visions. Third World women's perspectives*, New York: Monthly Review Press.
- Shiva, V. & Mies, M. (1997). *Ecofeminismo. Teoria, critica y perspectivas*, Barcelona: Editora Icaria Antrazyt.
- Siliprandi, E. (2007). Agroecologia, agricultura familiar e mulheres rurais. *Revista Brasileira Agroecologia* 2(1), 845-849.
- Siliprandi, E. (2000). Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável* 1(1), 61-71.
- Silva, C. A. (2011). *Trajectória de mulheres vítimas de violência conjugal: análise a partir da percepção das mulheres que vivenciam o drama*, Praia: Universidade de Cabo Verde.
- Silva, M. P. (2002). *A propriedade da terra em Cabo Verde: breve histórico e questionamento*, Praia: Fórum sobre a Problemática das Terras em Cabo Verde.
- Silva, M. P. (1992). *Análise das estruturas agrárias*, Praia: FAO & MPAAR.
- Silva, P. (2003). *Etnografia e educação. Reflexões a propósito de uma pesquisa sociológica*, Leiria: Profedições.
- Silva, T. R. R. (2015). Mercado de Sucupira: práticas comerciais e cotidiano das rabidantes cabo-verdianas. *Outros Tempos* 19 (12), 153-167.
- Silva, T. R. R. (2012). *A arte de comerciar: gênero, identidades e empoderamento feminino no comércio informal transatlântico das rabidantes cabo-verdianas*, Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- Spivak, G. C. (1993). Can the subaltern speak? In: Christman, L. & Willians, P. (Orgs.) *Colonial discourse and post-colonial theory: a reader*, New York: Harvester Wheatsheaf, pp. 66-111.
- Stockinger, G. (1992). *Crónicas de campo II: ilha de Santiago*, Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco.
- Strathern, M. (2006). *O gênero da dádiva. Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*, São Paulo: Editora Unicamp.
- Tavares, M. J. (2017). *Concelho de Santa Cruz em retrospectiva* [Em linha]. Disponível em: <https://www.santiagomagazine.cv/index.php/regioes/324-concelho-de-santa-cruz-em-retrospectiva> [Acesso em: 2018/06/20].
- Tavares, M. (2010). *Feminismos: percursos e desafios*, Alfragide: Textos editores.
- Temudo, M. P. (2017). Men wielding the plough: changing patterns of production and reproduction among the Balanta of Guinea-Bissau. *Journal of Agrarian Change*, pp. 1-14.
- Temudo, M. P. (2008). *A terra está a emagrecer. Santiago, Cabo Verde*, Lisboa: Periploi.
- Tinker, I. & Zuckerman, E. (2014). Women's economic roles and the development paradigm. In: Currie-Alder, B.; Kanbur, R.; Malone, D. M.; Medhora, R. (Eds.) *International development. Ideas, experience and prospects*, Oxford: Oxford University Press, pp. 116-132.

- Tonnies, F. (1979). *Comunidade e associação*, Barcelona: Ed. Península.
- Tsikata, D. (2016). *Conceptualising gender and agrarian relations*, Agrarian Summer School 2016, Harare: African Institute for Agrarian Studies.
- Vargas, V. V. (2008). *Feminismos en América Latina. Su aporte a la política y a la democracia*, Lima: Programa Democracia y Transformación Global, Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán, Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales.
- Vieira, M. S. & Rocha, E. V. (2016). Gênero e ambiente no interior de Santiago/Cabo Verde: a apanha de areia desde mulheres chefes de família. *Revista de Ciências Sociais* 45, 175-192.
- Walby, S. (1990). *Theorizing patriarchy*, Oxford: Basil Blackwell.
- Wanyeki, L. M. (2003). Introduction. In: Wanyeki, L. M. (ed.) *Gender and land in Africa: culture, religion and realizing women rights*, London: Zed Books, pp. 1-28.

### **Outros documentos consultados**

- Cabo Verde. Governo. Lei Especial VBG. Boletim Oficial, nº 2, I Série. Praia, 2011.
- Cabo Verde. Constituição da República de Cabo Verde. Praia, 2010.
- Cabo Verde. Constituição da República de Cabo Verde. Praia, 1999.
- Cabo Verde. Constituição da República de Cabo Verde. Praia, 1992.
- Cabo Verde. Governo. Lei nº 78/III/90 de 29 de junho. Praia, 1990.
- Cabo Verde. Constituição da República de Cabo Verde. Praia, 1980.
- Cabo Verde. Governo. Lei nº 9/II/82 de 26 de março de 1982. Lei das Bases da Reforma Agrária. 2º Suplemento Boletim Oficial da República de Cabo Verde. Praia, 1982.
- Cabo Verde. Governo. Decreto-Lei nº 74/77. Praia, 1977.
- Cabo Verde. Governo. Programa do Governo. Praia, 1975.
- Cabo Verde. Governo. Decreto-Lei nº 6/75. Praia, 1975.
- Cabo Verde. Governo. Decreto-Lei nº 7/75. Praia, 1975.
- Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação. Imprensa Nacional, nº 131, Ano XI, agosto. Praia, 1960, pp. 20-27.
- Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995) [Em linha]. Disponível em: [http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao\\_beijing.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf) [Acesso em: 2016/11/01].
- DECRP III (2013). *Relatório de Progresso DECRP-III*. Praia: Governo de Cabo Verde.
- DGCD (2002). *Note stratégique genre et développement*. Bruxelles: DGCD.
- FAO (2011a). *Guião para a integração da perspectiva de género na legislação relativa a terra e água em Angola, Cabo Verde e Moçambique* [Em linha]. Disponível em: [http://www.fao.org/fileadmin/user\\_upload/legal/docs/1\\_lpo88-p.pdf](http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/legal/docs/1_lpo88-p.pdf) [Acesso em: 2015/06/27].

- FAO (2011b). *The state of food and agriculture 2010-11. Women in agriculture. Closing the gender gap for development* [Em linha]. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/013/i2050e/i2050e.pdf> [Acesso em: 2015/06/20].
- Fórum Económico Mundial (2005). *Empoderamento de mulheres. Avaliação das disparidades globais de género* [Em linha]. Disponível em: [http://www.agende.org.br/docs/File/dados\\_pesquisas/cidadania/FEM%20-%20avaliacao%20das%20disparidades%20de%20genero.pdf](http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/cidadania/FEM%20-%20avaliacao%20das%20disparidades%20de%20genero.pdf) [Acesso em: 2017/11/20].
- ICIEG (2017). *Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. IX Relatório Periódico da República de Cabo Verde*, Praia: ICIEG.
- ICIEG (2016). *Assistência técnica nacional: atualização do Observatório de Género e análise dos indicadores de género do país*, Praia: ICIEG.
- ICIEG (2014a). *Plano Nacional de Igualdade de Género (2014-2018)*, Praia: ICIEG.
- ICIEG (2014b). *II Plano Nacional para o Combate à Violência Baseada no Género (2014-2018)*, Praia: ICIEG.
- ICIEG (2011a). *Programa de Ação para a Promoção da Igualdade de Género (2005-2011)*, Praia: ICIEG.
- ICIEG (2011b). *Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (2005-2011) e Plano Nacional para o Combate à Violência Baseada no Género (2008-2011)*, Praia: ICIEG.
- ICIEG (2008). *Plano Nacional para o Combate à Violência Baseada no Género (2008-2011)*, Praia: ICIEG.
- ICIEG (2005). *Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (2005-2011)*, Praia: ICIEG.
- ICIEG & MAA (2008). *Perfil de género no sector agrícola*, Praia: ICIEG & MAA.
- INE (2017a). *Mulheres e Homens em Cabo Verde. Factos e Números 2017*, Praia: INE.
- INE (2017b). *Inquérito Multiobjectivo Contínuo. Estatísticas do Mercado de Trabalho 2017*, [Base de Dados], Praia: INE.
- INE (2017c). *Inquérito Multiobjectivo Contínuo. Condições de Vida 2017*, [Base de Dados], Praia: INE.
- INE (2015a). *Mulheres e Homens em Cabo Verde. Factos e Números 2015*, [Base de Dados], Praia: INE.
- INE (2015b). *III Inquérito às Despesas e Receitas Familiares*, [Base de Dados], Praia: INE.
- INE (2015c). *Inquérito Multiobjectivo Contínuo. Sector Informal 2015*, [Base de Dados], Praia: INE.
- INE (2012a). *Projeções demográficas. Horizonte 2010-2030*, [Base de Dados], Praia: INE.
- INE (2012b). *Mulheres e Homens em Cabo Verde. Factos e Números 2012*, Praia: INE.

- INE (2012c). *Inquérito Multiobjectivo Contínuo. Uso do Tempo 2012*, [Base de Dados], Praia: INE.
- INE (2010). *Recenseamento Geral da População e Habitação*, [Base de Dados], Praia: INE.
- INE (2008). *Mulheres e Homens em Cabo Verde. Factos e Números 2008*, Praia: INE.
- INGT (2017a). *Mapa do concelho de Santa Catarina*, Praia: INGT.
- INGT (2017b). *Mapa do concelho de Santa Cruz*, Praia: INGT.
- Laço Branco Cabo Verde (2009). *Plano Estratégico 2009-2011*, Praia.
- MAA (2017). *V Recenseamento Geral da Agricultura – resultados*, Praia: MAA.
- MAA (2015). *Recenseamento Geral da Agricultura*, [Base de Dados], Praia, MAA.
- MAA (2004). *Recenseamento Geral da Agricultura*, [Base de Dados], Praia, MAA.
- Mapa de Cabo Verde. [Em linha]. Disponível em: [http://wikitravel.org/pt/Cabo\\_Verde](http://wikitravel.org/pt/Cabo_Verde) [Acesso em: 2015/05/15].
- Mapa de Boaventura. [Em linha]. Disponível em: <https://earth.google.com/web/@15.13263847,-23.59518344,80.77897921a,2686.97853752d,35y,0h,0t,0r> [Acesso em: 2017/05/10].
- MDR (2015a). *Mobilização e gestão da água*. INFOMDR – Boletim Informativo do Ministério do Desenvolvimento Rural, nº 6, julho, Praia: MDR.
- MDR (2015b). *Agronegócio*, Praia: MDR.
- MDR (2013). *Diagnóstico da implementação dos instrumentos estratégicos PEDDA-PNIA (2005-2012)*, Praia: MDR.
- MDR (2012). *Pecuária: ontem, hoje e amanhã*. INFOMDR – Boletim Informativo do Ministério do Desenvolvimento Rural, nº 2, dezembro, Praia: MDR.
- MED (2017). *Estatísticas do ano letivo 2016/2017* [Base de Dados], Praia: MED.
- MED (2016). *Principais indicadores da Educação 2015/2016* [Base de Dados], Praia: MED.
- MSSS (2017). *Relatório Estatístico 2016* [Base de Dados], Praia: MSSS.
- UNDP (2004). *Manual for gender responsive budgeting*, Bratislava: UNDP.
- UNWOMEN (2013). *Realizing women's rights to land and other productive resources* [Em linha]. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/RealizingWomensRightstoLand.pdf> [Acesso em: 2015/05/15].
- World Bank; Food and Agriculture Organization; International Fund for Agricultural Development (2009). *Gender in agriculture sourcebook*, Washington: The World Bank.
- World Economic Forum (2017). *The Global Gender Gap Report 2017* [Em linha]. Disponível em: [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GGGR\\_2017.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2017.pdf) [Acesso em: 2018/06/01].

- World Economic Forum (2016). The Global Gender Gap Report 2016 [Em linha]. Disponível em: [http://www3.weforum.org/docs/GGGR16/WEF\\_Global\\_Gender\\_Gap\\_Report\\_2016.pdf](http://www3.weforum.org/docs/GGGR16/WEF_Global_Gender_Gap_Report_2016.pdf) [Acesso em: 2018/06/01].
- World Economic Forum (2015). The Global Gender Gap Report 2015 [Em linha]. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/GGGR2015/cover.pdf> [Acesso em: 2018/06/01].
- World Economic Forum (2014). The Global Gender Gap Report 2014 [Em linha]. Disponível em: <http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2014/part-1/> [Acesso em: 2018/06/01].
- World Economic Forum (2013). The Global Gender Gap Report 2013 [Em linha]. Disponível em: [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GenderGap\\_Report\\_2013.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2013.pdf) [Acesso em: 2018/06/01].
- World Economic Forum (2012). The Global Gender Gap Report 2012 [Em linha]. Disponível em: [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GenderGap\\_Report\\_2012.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2012.pdf) [Acesso em: 2018/06/01].



## **Anexos**

## Anexo I – Questionário aplicado aos agregados familiares

### Introdução

No âmbito do doutoramento em “Estudos de Desenvolvimento” no ISEG/ULisboa, prosseguimos com a elaboração da tese sobre “Género e Desenvolvimento no Meio Rural em Cabo Verde: o caso da ilha de Santiago”. Assim, e enquanto uma das etapas da mesma, vimos solicitar que responda ao presente questionário expressando-se através da sua opinião em relação aos tópicos abordados. O questionário é anónimo e garantimos a confidencialidade das respostas. Agradecemos a sua colaboração.

### Parte 0 – Codificação

0.1 Identificação do questionário:

0 \_\_\_\_\_

0.2 Concelho:

Santa Cruz ☐\_1 Santa Catarina ☐\_2

0.3 Local de residência do agregado:

Boaventura ☐\_1 Charco ☐\_2 Outro ☐\_3 (responder a 0.3.1)

0.3.1 Onde: \_\_\_\_\_

### Parte I – Composição do agregado e suas características

1.1 Sexo da(o) representante do agregado:

Feminino ☐\_1 Masculino ☐\_2

1.2 Idade da(o) representante do agregado:

\_\_\_\_\_ anos

1.3 Estado civil da(o) representante do agregado:

Solteiro(a) ☐\_1 Casado(a) ☐\_2 União de facto ☐\_3 Separado(a) ☐\_4 Viúvo(a) ☐\_5 Outro ☐\_6  
(responder a 1.3.1)

1.3.1 Qual: \_\_\_\_\_

1.4 A(o) representante do agregado sabe ler e escrever:

Sim ☐\_1 (responder a 1.4.1) Não ☐\_2

1.4.1 Nível de escolaridade: EBI completo ☐\_1 EBI incompleto ☐\_2 (responder a 1.4.1.1) Liceu completo ☐\_3 Liceu incompleto ☐\_4 (responder a 1.4.1.1) Curso médio/profissional ☐\_5 Curso superior ☐\_6

1.4.1.1 Último ano frequentado: \_\_\_\_\_

1.5 Situação perante atividade económica da(o) representante do agregado:

Estudante ☐\_1 Trabalhador(a) por conta própria ☐\_2 Trabalhador(a) por conta de outrem ☐\_3 Reformado de Cabo Verde ☐\_4 Reformado do Estrangeiro ☐\_5 Pensão Social Mínima ☐\_6 Outro ☐\_7 (responder a 1.5.1.1)

1.5.1.1 Qual \_\_\_\_\_

1.6 Ramo de atividade da(o) representante do agregado:

Administração Pública ☐<sub>1</sub> Agricultura ☐<sub>2</sub> Agropecuária ☐<sub>3</sub> Comércio ☐<sub>4</sub> Outro ☐<sub>5</sub>  
(responder a 1.6.1)

1.6.1 Qual: \_\_\_\_\_

1.7 Participação em cargos de decisão da(o) representante do agregado:

Sim ☐<sub>1</sub> (responder a 1.7.1 e 1.7.2) Não ☐<sub>2</sub>

1.7.1 Associação ☐<sub>1</sub> Cooperativa ☐<sub>2</sub> Assembleia Municipal ☐<sub>3</sub> Partido político ☐<sub>4</sub>  
Outro ☐<sub>5</sub> (responder a 1.7.1.1) \_\_\_\_\_

1.7.1.1 Qual: \_\_\_\_\_

1.7.2 Qual a função que desempenha: \_\_\_\_\_

1.8 Porquê exerce a liderança no agregado?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

1.9 Número de pessoas que vivem no agregado:

\_\_\_\_\_

1.10 Lista de pessoas que vivem no agregado, exceto representante do agregado  
(sublinhar a pessoa que respondeu o questionário)

Nº	1.10.1 Sexo (F <sub>1</sub> /M <sub>2</sub> )	1.10.2 Idade (anos)	1.10.3 Relação de parentesco com o(a) representante do agregado*
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			

\* Pai/mãe<sub>1</sub>, avó(ô)<sub>2</sub>, tio(a)<sub>3</sub>, filho(a)<sub>4</sub>, irmã(o)<sub>5</sub>, madrastra/padrasto<sub>6</sub>, nora/genro<sub>7</sub>, sogro(a)<sub>8</sub>,  
neto(a)<sub>9</sub>, sobrinho(a)<sub>10</sub>, enteado(a)<sub>11</sub>, bisneto(a)<sub>12</sub>, esposo(a)<sub>13</sub>, companheiro(a)<sub>14</sub>, outro<sub>15</sub>  
(especificar)

## Parte II – Rendimentos do agregado

2.1 Origem do rendimento do agregado familiar:

Trabalho assalariado ☐<sub>1</sub> (responder a 2.1.1) Agricultura, Pecuária e atividades de coleta e  
transformação ☐<sub>2</sub> (responder a 2.1.2) Remessas ☐<sub>3</sub> (responder a 2.1.3) Comércio ☐<sub>4</sub> (responder a 2.1.4) Biscates ☐<sub>5</sub>  
(responder a 2.1.5) Renda ☐<sub>6</sub> (responder a 2.1.6) Outros ☐<sub>7</sub> (responder a 2.1.7)

2.1.1 Trabalho assalariado:

Sector público ☐<sub>1</sub> Sector privado ☐<sub>2</sub>

2.1.1.1 Recebe salário?

Sim ☐\_1 Não ☐\_2

2.1.2 Agricultura, Pecuária e atividades de coleta e transformação:

Agricultura de sequeiro ☐\_1 Agricultura de regadio ☐\_2 Produção de grogue ☐\_1 Produção de mel ☐\_2 Proprietário de “fornadja” ☐\_3 Produção de palha ☐\_4 Criação de animais ☐\_5 Recolha de lenha ☐\_6 Outro ☐\_7 (responder a 2.1.2.1)

2.1.2.1 O quê? \_\_\_\_\_

2.1.3 Remessas:

Sim ☐\_1 (responder a 2.1.3.1 e 2.1.3.2) Não ☐\_2

2.1.3.1 De quem?

Familiares ☐\_1 Amigos ☐\_2 Compadres ☐\_3 Abono de família ☐\_4 Reforma ☐\_5

2.1.3.2 Com que frequência recebe o dinheiro:

Regular ☐\_1 (responder a 2.1.3.2.1) Irregular ☐\_2 (responder a 2.1.3.2.2)

2.1.3.2.1 Regularidade \_\_\_\_\_ (mês/ano)

2.1.3.2.2 Períodos de crise ☐\_1 Períodos de festas ☐\_2

2.1.4 Comércio:

Proprietário de loja ☐\_1 Venda ambulante ☐\_2 Venda de animais ☐\_3 Venda de produtos agrícolas ☐\_4 Venda de palha ☐\_5 Venda de derivados da cana sacarina ☐\_6 Venda de água ☐\_7 Venda de lenha ☐\_8 Outro ☐\_9 (responder a 2.1.4.1)

2.1.4.1 Qual? \_\_\_\_\_

2.1.5 Biscates:

Construção civil ☐\_1 Agricultura ☐\_2 “Fornadja” ☐\_3 Outro ☐\_4 (responder a 2.1.5.1 e 2.1.5.2)

2.1.5.1 Em quê? \_\_\_\_\_

2.1.5.2 Quantos dias por ano? \_\_\_\_\_

2.1.6 Renda:

Terras ☐\_1 Materiais de construção ☐\_2 “Fornadja” ☐\_3 Outro ☐\_4 (responder a 2.1.6.1)

2.1.6.1 O quê? \_\_\_\_\_

2.1.7 Outros, indique:

\_\_\_\_\_

### Parte III – Relação do agregado com a agricultura

3.1 Prática da agricultura pelo agregado:

Sequeiro ☐\_1 Regadio ☐\_2 Estufa ☐\_3 Hidroponia ☐\_3 Não pratica ☐\_4 (responder a 4.1)

3.2 Como o agregado pratica a agricultura de regadio:

Por alagamento ☐\_1 Gota a Gota ☐\_2 Outro ☐\_3

3.3 Culturas produzidas pelo agregado:

3.3.1 Culturas de sequeiro: \_\_\_\_\_

3.3.2 Culturas de regadio: \_\_\_\_\_

3.4 Durante quantos meses a produção do milho e feijão é consumida pelo agregado:  
\_\_\_\_\_ meses

3.5 Nos últimos 10 anos, em quantos anos o agregado não produziu milho?  
\_\_\_\_\_ ano(s)

3.5.1 Porquê?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3.6 Há quantos anos o agregado pratica a agricultura?

Sequeiro: \_\_\_\_\_ anos ☐ Regadio: \_\_\_\_\_ anos ☐

3.7 Como o agregado obtém sementes e propágulos das espécies cultivadas no regadio?  
Compra ☐ Troca ☐ Familiares ☐ Vizinhos ☐ Própria (produção do ano anterior) ☐  
5

3.8 Como o agregado obtém sementes e propágulos das espécies cultivadas no sequeiro?  
Compra ☐ Troca ☐ Familiares ☐ Vizinhos ☐ Própria (produção do ano anterior) ☐  
5

3.9 Qual é a área cultivável das parcelas de terra do agregado?

\_\_\_\_\_ litros de sequeiro

\_\_\_\_\_ litros de regadio

3.10 A mão de obra que o agregado utiliza na agricultura:

3.10.1 Regadio: Familiar ☐ *Djunta-mon* ☐ Paga ☐ Ajuda ☐ Outro ☐ 5

3.10.2 Sequeiro: Familiar ☐ *Djunta-mon* ☐ Paga ☐ Ajuda ☐ Outro ☐ 5

3.11 Como o agregado acede à água para a rega na agricultura de regadio?

Chuva ☐ Poço ☐ Ribeira ☐ Furo ☐ Cisterna ☐ Nascente ☐ Tanque ☐ Levada ☐

8 Outro ☐ 9 (responder a 3.11.1)

3.11.1 Qual \_\_\_\_\_

3.12 O agregado compra água para a rega na agricultura de regadio?

Sim ☐ 1 (responder a 3.12.1) Não ☐ 2 (responder a 3.12.2)

3.12.1 Poço ☐ Furo ☐ Cisterna ☐ Autotanque ☐ Outro ☐ 5

3.12.2 Possui seu próprio: Poço ☐ Furo ☐ Cisterna ☐ Tanque ☐ Água é utilizada sem pagar ☐ 5 Outro ☐ 6

3.13 O acesso à água, para agricultura de regadio, é:

Muito mau ☐ Mau ☐ Razoável ☐ Bom ☐ Muito bom ☐ 5

3.13.1 Porquê?

\_\_\_\_\_

3.14 Como é a relação do Ministério da Agricultura com o(a)s agricultore(as)?

Muito mau ☐ Mau ☐ Razoável ☐ Bom ☐ Muito bom ☐ 5

3.14.1 Porquê?

---

---

3.15 Que tipo de apoio o agregado recebe do Ministério da Agricultura:  
Crédito ☐<sub>1</sub> Apoio financeiro ☐<sub>2</sub> Apoio técnico ☐<sub>3</sub> Venda sementes ☐<sub>4</sub> Doação de sementes ☐<sub>5</sub> Material de rega gota a gota ☐<sub>6</sub> Formação ☐<sub>7</sub> Cuidado de animais ☐<sub>8</sub> Outro ☐<sub>9</sub> (responder a 3.15.1) Nenhum ☐<sub>9</sub>

3.15.1 Qual

---

## Parte IV – Relação do agregado com a terra

### 4.1 Agricultura de sequeiro

4.1.1 Possui terras para a prática da agricultura de sequeiro?

Sim ☐<sub>1</sub> Não ☐<sub>2</sub> (passar para pergunta 4.2.1)

4.1.2 As terras que utiliza são:

Terras próprias ☐<sub>1</sub> Terras de familiares ☐<sub>2</sub> Terras do Estado ☐<sub>3</sub> Terras de outrem ☐<sub>3</sub>

4.1.3 Como o agregado utiliza as terras?

Cultiva ☐<sub>1</sub> Não cultiva ☐<sub>2</sub>

4.1.4 Quais as formas de exploração da terra que o agregado utiliza?

Conta própria ☐<sub>1</sub> Parceria ☐<sub>2</sub> Renda ☐<sub>3</sub> Posse útil ☐<sub>4</sub> Empréstimo ☐<sub>5</sub> Outro ☐<sub>6</sub>

4.1.5 O agregado trabalha a terra para produzir:

Alimentos para consumo doméstico e familiar ☐<sub>1</sub> Alimentos para venda ☐<sub>2</sub> Palha ☐<sub>3</sub>

4.1.6 O agregado possui o certificado, título formal ou escritura que indique que algum membro do agregado é dono(a) da terra?

Sim ☐<sub>1</sub> (responder a 4.1.6.1) Não ☐<sub>2</sub> (responder a 4.1.6.2)

4.1.6.1 Quem no agregado possui o certificado, título formal ou escritura que indique que é dono(a) da terra?

---

4.1.6.2 Porquê?

---

---

4.1.7 Quem tem direito de dar, oferecer, permitir ou retirar alguém da terra?

Representante do agregado ☐<sub>1</sub> Outro ☐<sub>2</sub> (responder a 4.1.7.1)

4.1.7.1 Quem e porquê?

---

---

4.1.8 Quem pode decidir como a terra será usada, por quem e quando?

Representante do agregado ☐<sub>1</sub> Outro ☐<sub>2</sub> (responder a 4.1.8.1)

4.1.8.1 Quem e porquê?

---

---

4.1.9 Quem pode dar, oferecer, permitir a outrem para cultivar a terra?

Representante do agregado ☐\_1 Outro ☐\_2 (responder a 4.1.9.1)

4.1.9.1 Quem e porquê?

---

---

4.1.10 Quem decide sobre a venda da terra?

Representante do agregado ☐\_1 Outro ☐\_2 (responder a 4.1.10.1)

4.1.10.1 Quem e porquê?

---

---

## 4.2 Agricultura de regadio

4.2.1 Possui terras para a prática da agricultura de regadio?

Sim ☐\_1 Não ☐\_2 (passar para pergunta 6.1)

4.2.2 As terras que utiliza são:

Terras próprias ☐\_1 Terras de familiares ☐\_2 Terras do Estado ☐\_3 Terras de outrem ☐\_3

4.2.3 Como o agregado utiliza as terras?

Cultiva ☐\_1 Não cultiva ☐\_2

4.2.4 Quais as formas de exploração da terra que o agregado utiliza?

Conta própria ☐\_1 Parceria ☐\_2 Renda ☐\_3 Posse útil ☐\_4 Empréstimo ☐\_5 Outro ☐\_6

4.2.5 O agregado trabalha a terra para produzir:

Alimentos para consumo doméstico e familiar ☐\_1 Alimentos para venda ☐\_2 Palha ☐\_3

4.2.6 O agregado possui o certificado, título formal ou escritura que indique que algum membro do agregado é dono(a) da terra?

Sim ☐\_1 (responder a 4.2.6.1) Não ☐\_2 (responder a 4.2.6.2)

4.2.6.1 Quem no agregado possui o certificado, título formal ou escritura que indique que é dono(a) da terra?

---

4.2.6.2 Porquê?

---

---

4.2.7 Quem tem direito de dar, oferecer, permitir ou retirar alguém da terra?

Representante do agregado ☐\_1 Outro ☐\_2 (responder a 4.2.7.1)

4.2.7.1 Quem e porquê?

---

---

4.2.8 Quem pode decidir como a terra será usada, por quem e quando?

Representante do agregado ☐<sub>1</sub> Outro ☐<sub>2</sub> (responder a 4.2.8.1)

4.2.8.1 Quem e porquê?

---

---

4.2.9 Quem pode dar, oferecer, permitir a outrem para cultivar a terra?

Representante do agregado ☐<sub>1</sub> Outro ☐<sub>2</sub> (responder a 4.2.9.1)

4.2.9.1 Quem e porquê?

---

4.2.10 Quem decide sobre a venda da terra?

Representante do agregado ☐<sub>1</sub> Outro ☐<sub>2</sub> (responder a 4.2.10.1)

4.2.10.1 Quem e porquê?

---

---

## Parte V – Relação do agregado com o mercado

3.16 O agregado vende os produtos produzidos?

Sim ☐<sub>1</sub> Uma parte ☐<sub>3</sub> Não ☐<sub>2</sub> (passar para a pergunta 5.5)

3.16.1 Vende aonde, a quem e porquê?

---

3.16.2 Quais as culturas de regadio são vendidas?

---

3.16.2.1 Porquê?

---

3.16.3 Quais as culturas de sequeiro são vendidas?

---

3.16.3.1 Porquê?

---

3.17 O agregado vende a rabidantes que se deslocam à localidade?

Sim ☐<sub>1</sub> (responder a 5.2.2) Não ☐<sub>2</sub> (responder a 5.2.1) Às vezes ☐<sub>3</sub> (responder a 5.2.1)

3.17.1 Porquê?

---

3.17.2 Sabe onde as rabidantes vão revender?

Mercado do concelho ☐<sub>1</sub> Mercado da Praia ☐<sub>2</sub> Mercado de outras ilhas ☐<sub>3</sub>

Minimercados ☐<sub>4</sub> Venda ambulante ☐<sub>5</sub> Não sabe ☐<sub>6</sub>

3.18 Quem determina os preços do produto?

Representante do agregado ☐<sub>1</sub> Rabidantes ☐<sub>2</sub> (responder a 5.3.1 e 5.3.2) Outros agricultores ☐<sub>3</sub> (responder a 5.3.2) Ministério da Agricultura ☐<sub>4</sub> (responder a 5.3.2) Outro membro do agregado ☐<sub>5</sub> (responder a 5.3.2)

3.18.1 As rabidantes regateiam o preço?

Nunca ☐<sub>1</sub> Raramente ☐<sub>2</sub> Às vezes ☐<sub>3</sub> Muitas vezes ☐<sub>4</sub> Sempre ☐<sub>5</sub>



---

Nunca ☐\_1 Raramente ☐\_2 Às vezes ☐\_3 Muitas vezes ☐\_4 Sempre ☐\_5

---

Sozinho ☐\_1 Com outra(s) pessoa(s) ☐\_2 (responder a 5.5.1)

---

6.1 Outras informações relevantes observadas durante a aplicação do questionário nomeadamente os desafios e as dificuldades na prática da agricultura e no acesso à terra.

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

## **Anexo II – Guião de entrevista aplicado para as histórias de vida**

### **Introdução**

No âmbito do doutoramento em “Estudos de Desenvolvimento” no ISEG/ULisboa, prosseguimos com a elaboração da tese sobre “Género e Desenvolvimento no Meio Rural em Cabo Verde: o caso da ilha de Santiago”. Assim, e enquanto uma das etapas da mesma, vimos solicitar que responda às perguntas deste guião de entrevista expressando-se através da sua opinião em relação aos tópicos abordados. Garantimos a confidencialidade das respostas. Sinta-se à vontade para responder às perguntas com base naquilo que sabe sobre o assunto.

### **Parte I – Identificação do entrevistado**

1. Nome
2. Sexo
3. Idade
4. Estado civil
5. Sabe ler e escrever
6. Morada

### **Parte II – Trajetória pessoal e familiar do entrevistado**

1. Quando nasceu, qual era o estado civil dos seus pais?
2. Viveu algum tempo longe dos seus pais? Se sim, em que circunstâncias?
3. É casado ou já foi casado? Vive ou viveu em união de facto?
4. Quantos filhos tem? Se sim, todas com a mesma pessoa? Todos estão vivos? Se não, em que circunstâncias morreram?
5. Criou filhos de alguma pessoa? Se sim, em que circunstâncias?

### **Parte III – Trajetória social do entrevistado**

1. Viveu sempre nesta comunidade? Como foi a sua juventude?
2. Quantos afilhados possui?
3. Que tarefas desempenhou ou desempenha na comunidade (associações, grupos informais)?
4. Desempenhou ou desempenha alguma atividade fora da comunidade (associações ou outras representações)?

### **Parte IV – Trajetória económica do entrevistado**

1. Exerce ou exerceu alguma atividade remunerada?
2. Que tarefas desempenhou ou desempenha no campo e na horta?
3. Na agricultura de sequeiro, as terras que cultiva são suas? Como adquiriu essas terras?

4. Ainda cultiva a terra? Se sim, quantos litros de milho semeia, em média, por ano? Qual o destino que dá à colheita? Que desafios e dificuldades enfrenta durante o processo de cultivo? Se não, porque deixou de cultivar a terra?
5. Possui alguma parcela de terra para a agricultura de regadio? Se sim, qual o tamanho e quais os produtos cultivados?
6. Possui algum certificado formal que comprove que é o dono das terras? Em que circunstâncias adquiriu essas terras? Se não, porquê?
7. Como fez ou pretende fazer a partilha da terra entre os seus herdeiros? Quem são os seus herdeiros?
8. Alguma vez teve algum problema relacionado com as terras que cultiva? Se sim, quais e como os resolveu?

#### **Parte V – História da comunidade pelo entrevistado**

1. Qual é o acontecimento mais marcante da comunidade?
2. Quem são as pessoas mais conhecidas na comunidade? O que fazem?
3. Viveu o período antes da independência, como foi trabalhar a terra nesse período? Quais os desafios enfrentados para trabalhar a terra?
4. E, depois da independência, houve alguma diferença em relação ao trabalho da terra?
5. A forma de cultivar a terra mudou ao longo da sua vida? Se sim, como e porquê?

## **Anexo III – Guião de entrevista aplicado aos informantes-chaves**

### **Introdução**

No âmbito do doutoramento em “Estudos de Desenvolvimento” no ISEG/ULisboa, prosseguimos com a elaboração da tese sobre “Género e Desenvolvimento no Meio Rural em Cabo Verde: o caso da ilha de Santiago”. Assim, e enquanto uma das etapas da mesma, vimos solicitar que responda às perguntas deste guião de entrevista expressando-se através da sua opinião em relação aos tópicos abordados. Garantimos a confidencialidade das respostas. Sinta-se à vontade para responder às perguntas com base naquilo que sabe sobre o assunto.

### **Parte I – Identificação do/a entrevistado/a**

#### **1. Caracterização do entrevistado**

- 1.1 Nome
- 1.2 Sexo
- 1.3 Nível de escolaridade
- 1.4 Profissão
- 1.5 Cargos desempenhados

### **Parte II – Questões sobre direitos de propriedade da terra**

#### **2.1 Formas de acesso à terra**

- 2.1.1 Quais as principais formas de acesso à terra em CV?
- 2.1.2 Existe alguma forma específica por ilha ou zona?
- 2.1.3 Existe alguma diferença entre homens e mulheres?
- 2.1.4 Existe alguma diferença entre terras destinadas para a agricultura ou para outro tipo de uso?

#### **2.2 Identificação dos proprietários da terra**

- 2.2.1 Como se efetua a identificação dos proprietários da terra?
- 2.2.2 Existe alguma dificuldade com a identificação da propriedade da terra?
- 2.2.3 Existe alguma diferença entre terras destinadas para a agricultura ou para outro tipo de uso?

#### **2.3 Gestão da terra**

- 2.3.1 Como se efetua a gestão da terra?
- 2.3.2 Existe alguma forma específica por ilha ou zona?
- 2.3.3 Existe alguma diferença entre homens e mulheres?
- 2.3.4 Existe alguma diferença entre terras destinadas para a agricultura ou para outro tipo de uso?

## **2.4 Controlo da terra**

- 2.4.1 Quem detém o controlo da terra?
- 2.4.2 Qual o papel dos grandes proprietários, grupos económicos, grupos familiares ou pessoas individuais no controlo da terra?
- 2.4.3 Existe alguma dificuldade com a identificação da propriedade da terra?
- 2.4.4 Existe alguma diferença entre terras destinadas para a agricultura ou para outro tipo de uso?

## **2.5 Conflitos relacionados com a terra**

- 2.5.1 Existem conflitos relacionados com a propriedade da terra?
- 2.5.2 Existem formas específicas por ilha ou zona?
- 2.5.3 Existe alguma diferença entre homens e mulheres?
- 2.5.4 Existe alguma diferença entre terras destinadas para a agricultura ou para outro tipo de uso?

## Anexo IV – Glossário

**Bongolom** – *Vigna unguiculata*. Em português, feijão frade.

**Congo** – *Cajanus cajan*. Em português, feijão-congo.

**Corta** – colheita do milho e feijões para conservação em bidões ou para divisão quando produzido em contexto de parceria.

**Dazágua** – estação das chuvas.

**Djuda** – expressão em língua cabo-verdiana que significa “ajudar” para realizar algum tipo de trabalho. É um mecanismo de entreajuda na organização social tradicional do trabalho, de reciprocidade fraca e que exerce especialmente dentro do sistema de parentesco e como mecanismo de assistência inter-geracional.

**Djunta-mon** – expressão em língua cabo-verdiana que significa “juntas as mãos” para realizar algum tipo de trabalho, geralmente na agricultura, embora, por vezes, é utilizado para a construção de habitações. É um mecanismo de entreajuda no trabalho que exige reciprocidade.

**Feijão-pedra** – *lablab niger*. Frequentemente diz-se feijão (omitindo pedra).

**Forma de exploração** – é a relação existente entre o proprietário da terra e o produtor (explorador) que tem dela a fruição. Pode ser:

- **Aforamento** – é o contrato pelo qual o proprietário transfere o seu domínio útil para outra pessoa, obrigando-se esta a pagar-lhe, anualmente, uma determinada pensão, a que se chama foro.
- **Comodato** – é a exploração gratuita da terra pertencente a outrem, com acordo de exploração pré-definido com o proprietário.
- **Conta própria** – é a exploração direta da terra pelo proprietário ou por um membro do seu agregado.
- **Parceria** – é a exploração da terra pertencente a outrem, mediante pagamento de uma parte dos frutos produzidos.
- **Renda** – é a remuneração fixa paga pelo explorador para o direito de utilização da propriedade agrícola.
- **Usufruto** – acesso e utilização de terra sem que haja título de propriedade, sem pagamento de contrapartida.

**Litro** – medida de área que corresponde a cerca de um litro de sementes de milho cultivado com o compasso médio (sensivelmente 0.1 *ha*).

**Monda** – primeira retirada das ervas daninhas do meio do plantio.

**Pelada** – galinhas do mato, galinha-da-guiné, *guttera sp.*

**Pintxa marka** – empurrar a marca.

**Rabidante** – pessoa que se mexe, dar a volta, desenrascar-se.

**Ramonda** – segunda retirada das ervas daninhas do meio do plantio.

**Regime de exploração** – parcela cultivada com rega permanente (regadio), apenas no período das chuvas (sequeiro) ou ambos (misto).

- **Agricultura de regadio** – é um regime de cultivo, sujeito a rega, praticado nas parcelas que dispõem de instalações permanentes de rega ligadas a um sistema de adução de água. Estas parcelas geralmente estão situadas nos vales. Cultivam-se cana sacarina, hortícolas, raízes, tubérculos e fruteiras.
- **Agricultura de sequeiro** – é um regime de cultivo, dependente da chuva (que geralmente em Cabo Verde decorre de Julho a Outubro). As culturas praticadas são milho, feijões, e por vezes mancarra, raízes e tubérculos.

**Roça** – preparação do terreno, que consiste no corte da vegetação arbustiva, na poda de espécies arbóreas introduzidas e, mais raramente, o restolho das culturas e as infestantes herbáceas, seguida da sua queima em montes.

**Santxu** – macacos.

**Superfície** – área ou extensão de terra medida em hectares com limites definidos.

- **Superfície cultivada** – corresponde a área física ou desenvolvida, efetivamente ocupada por culturas durante o período de referência.
- **Superfície em pousio** – área ou superfície, que não é cultivada durante um período compreendido entre 1 a 5 anos.
- **Cultivos permanentes** – culturas que ocupam a terra durante um longo período (mais de um ano).
- **Cultivos temporários** – culturas cujo ciclo vegetativo não excede um ano.
- **Pastagens permanentes** – culturas forrageiras herbáceas, semeadas ou espontâneas, destinadas a serem comidas pelo gado no local em que vegetam, ou cortadas, e que ocupam o solo por um período não inferior a cinco anos.
- **Terras arborizadas** – terras com espécies florestais.

**Tipo de irrigação** – é a forma como é feita a irrigação nas parcelas.

- **Alagamento** – é uma prática de rega tradicional, onde a água é conduzida através de levadas e regos de terra batida.
- **Gota-a-gota** – tipo de rega em que a água é direcionada ao nível das raízes das plantas com caudais reduzidos, por intermédio de dispositivos distribuidores (gotejadores, micro-difusores) sendo fraca a pressão nos emissores.

**Trismonda** – terceira retirada das ervas daninhas do meio do plantio.

## Anexo V – Quadros com dados estatísticos

**Quadro 1. Características da população e dos agregados familiares agrícolas das ilhas (habitadas) de Cabo Verde**

Variáveis	Indicadores	Ilhas								
		Santo Antão	São Vicente	São Nicolau	Sal	Boavista	Maio	Santiago	Fogo	Brava
Efetivos da população agrícola segundo sexo do representante por ilha	Total	20.904	6.006	7.857	2.350	1657	3.167	<b>114.486</b>	22.747	3.222
	Masculino	11.339	3.138	4.119	1.236	903	1.545	<b>54.206</b>	11.397	1.677
	Feminino	9.565	2.868	3.738	1.114	754	1.622	<b>60.280</b>	11.350	1.545
Efetivos do agregado familiar agrícola segundo sexo do representante por ilha	Total	5.461	563.082	734.193	535	486	836	<b>25.362</b>	5.329	891
	Masculino	3.981	1.082	1.193	395	379	419	<b>11.505</b>	3.411	578
	Feminino	1.480	562	733	140	107	417	<b>13.857</b>	1.918	313
Número de explorações agrícolas familiares segundo sexo do representante por ilha	Total	5.822	635.067	815.282	544	509	898	<b>26.841</b>	6.023	965
	Masculino	4.177	1.067	1.282	387	387	420	<b>11.975</b>	3.836	602
	Feminino	1.645	634	814	157	122	478	<b>14.866</b>	2.187	363
Incidência da pobreza global segundo o sexo do representante por ilha	Total	46.8%	26.8%	46.8%	19.1%	7.4%	31.4%	<b>43.9%</b>	45.3%	44.3%
	Masculino	43.0%	23.9%	44.1%	17.3%	5.7%	31.0%	<b>38.3%</b>	41.9%	36.0%
	Feminino	51.5%	29.1%	49.6%	20.6%	8.9%	31.6%	<b>46.6%</b>	49.6%	53.8%

Fonte: adaptado de MAA, 2015; INE, 2015b.



**Quadro 2. Características agrárias das ilhas (habitadas) de Cabo Verde**

Variáveis	Indicadores	Ilhas								
		Santo Antão	São Vicente	São Nicolau	Sal	Boa Vista	Maio	Santiago	Fogo	Brava
Número de parcelas por regime de exploração agrícola	Sequeiro	6721	302	3192	315	166	566	<b>36.396</b>	11.193	2.564
	Regadio	4469	365	827	17	64	107	<b>6.361</b>	222	131
	Misto	224	23	64	0	2	58	<b>563</b>	27	5
Superfície cultivada por m <sup>2</sup>	Sequeiro	2.352	2.121.9	7.781.70	638.		1.830.	<b>236.721.</b>	52.114.	4.665.5
		1.014	92	2	739	30.000	056	<b>298</b>	258	99
	Regadio	11.49	2.009.8	1.381.75	12.5	2.027.36	121.2	<b>13.657.9</b>	370.20	365.08
		2.216	67	1	31	8	21	<b>26</b>	5	0
	Misto	1.624.	146.03				243.4	<b>3.260.19</b>	289.11	
Superfície (km <sup>2</sup> )		779	227	343	216	620	269	<b>991</b>	476	64

Fonte: adaptado de MAA, 2015; Almeida, 1998.

**Quadro 3. Características agrárias dos concelhos da ilha de Santiago**

Variáveis	Indicadores	Concelhos								
		PR	RG-ST	SC-ST	SZ	SD	SLO	SM	SSM	TA-ST
Número de parcelas por regime de exploração agrícola	Sequeiro	1.311	1.059	<b>8.807</b>	<b>4.818</b>	3.159	2.422	6.238	2.284	5.432
	Regadio	207	485	<b>1.213</b>	<b>1.934</b>	904	423	734	334	226
	Misto	42	54	<b>159</b>	<b>53</b>	58	32	22	144	0
Superfície cultivada por m <sup>2</sup>	Sequeiro	9.195.083	5.112.685	<b>47.507.197</b>	<b>26.560.687</b>	17.507.044	11.489.897	18.807.605	11.078.514	22.242.022
	Regadio	1.614.977	1.098.356	<b>1.875.193</b>	<b>5.160.475</b>	1.803.241	695.195	1.177.948	412.875	538.199
	Misto	398.950	221.875	<b>1.008.489</b>	<b>261.950</b>	253.050	157.250	58.500	904.127	0
Efetivos do agregado familiar agrícola	Masculino	2073	651	<b>2329</b>	<b>1934</b>	1242	748	915	687	926
	Feminino	1890	684	<b>3364</b>	<b>1903</b>	1046	542	1572	858	1998
Efetivos da população agrícola	Masculino	8.479	3.050	<b>11.793</b>	<b>8.739</b>	5.432	3.100	4.824	3.388	5.401
	Feminino	9.107	3.285	<b>13.690</b>	<b>9.208</b>	5.690	3.146	5.757	3.792	6.605
Distribuição dos pobres por concelhos		27.7%	39.1%	<b>36.9%</b>	<b>60.3%</b>	47.3%	58.5%	40.7%	49.7%	31.6%
Superfície (km <sup>2</sup> )		97.5	164.2	<b>214.2</b>	<b>109.8</b>	134.5	38.5	91.0	28.7	112.4

Fonte: adaptado de MAA, 2015; INE, 2015b.

## Anexo VI – Quadros com os dados estatísticos da pesquisa de campo

**Quadro 1. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo o estado civil por sexo do representante e meio de residência**

Estado civil	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
Solteiro	15	6	14	7	29	13
Casado	7	15	1	4	8	19
União de facto	4	20	8	15	12	35
Viúvo	3	1	4	1	7	2
Total	29	42	27	27	56	69

**Quadro 2. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo o grupo etário por sexo do representante e meio de residência**

Grupo etário	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
15 a 24 anos	0	2	0	1	0	3
25 a 34 anos	4	10	5	8	9	18
35 a 64 anos	20	19	18	15	38	34
65 ou mais anos	5	10	4	3	9	13
Total	29	41	27	27	56	68

**Quadro 3. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo a escolaridade por sexo do representante e meio de residência**

Escolaridade (saber ler e escrever)	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
Sim	21	30	13	23	34	53
Não	7	10	14	4	21	14
Total	28	40	27	27	55	67

**Quadro 4. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo a dimensão do agregado por sexo do representante e meio de residência**

Dimensão do agregado	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
1 pessoa	2	9	6	4	8	13
2 a 4 pessoas	15	14	10	13	25	27
5 a 10 pessoas	12	19	11	9	23	28
11 ou mais pessoas	0	0	0	1	0	1
Total	29	42	27	27	56	69

**Quadro 5. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo a relação de parentesco por sexo do representante e meio de residência**

Relação de parentesco	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
Pai/mãe	2	0	2	3	4	3
Avó/ô	0	0	0	1	0	1
Filho/a	59	67	46	43	105	110
Irmã/o	1	1	4	0	5	1
Nora/genro	1	2	4	0	5	2
Neto/a	23	31	26	12	49	43
Sobrinho/a	9	0	2	3	11	3
Total	95	101	84	62	179	163

**Quadro 6. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares por atividade económica segundo o sexo do representante e meio de residência**

Atividade económica	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
Trabalhador(a) por conta própria	27	34	16	20	43	54
Trabalhador(a) por conta de outrem	0	6	5	8	5	14
Reformado do estrangeiro	1	4	1	4	2	8
Pensão Social Mínima	2	6	3	0	5	6
Outro	0	0	5	1	5	1
Total	30	50	30	33	60	83

**Quadro 7. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares por ramo de atividade segundo o sexo do representante e meio de residência**

Ramo de atividade	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
Administração pública	0	2	0	4	0	6
Agricultura	29	41	23	23	52	64
Agropecuária	6	9	20	22	26	31
Comércio	1	3	10	11	11	14
Outro	0	4	3	2	3	6
Total	36	59	56	62	92	121

**Quadro 8. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo a prática da agricultura por sexo do representante e meio de residência**

Prática da agricultura	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
Sequeiro	29	42	24	26	53	68
Regadio	18	25	13	21	31	46
Não pratica	0	0	3	0	3	0
Total	47	67	40	47	87	114

**Quadro 9. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares por anos de prática da agricultura segundo o tipo de agricultura por sexo do representante e meio de residência**

Anos de prática da agricultura	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
<b>Sequeiro</b>						
Menos de 5 anos	0	1	1	4	1	5
5 a 10 anos	5	10	0	2	5	12
11 a 15 anos	15	17	0	2	15	19
16 a 20 anos	0	2	1	1	1	3
21 a 25 anos	3	0	0	1	3	1
Mais de 25 anos	4	4	2	1	6	5
Total	27	34	4	11	31	45
<b>Regadio</b>						
Menos de 5 anos	1	3	4	2	5	5
5 a 10 anos	0	6	0	2	0	8
11 a 15 anos	4	12	0	3	4	15
16 a 20 anos	0	0	10	4	10	4
21 a 25 anos	1	0	0	0	1	0
Mais de 25 anos	1	0	2	1	3	1
Total	7	21	16	12	23	33

**Quadro 10. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo objetivo de produção por tipo de agricultura por sexo do representante e meio de residência**

Objetivo de produção	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
<b>Sequeiro</b>						
Autoconsumo	27	39	24	26	51	65
Venda	2	0	2	0	4	0
Produção de pasto	0	0	14	14	14	14
Total	29	39	40	40	69	79
<b>Regadio</b>						
Autoconsumo	18	26	12	21	30	47
Venda	12	16	12	16	24	32
Produção de pasto	0	0	4	6	4	6
Total	30	42	28	43	58	85

**Quadro 11. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo a mão-de-obra utilizada por tipo de agricultura, sexo do representante e meio de residência**

Mão de obra	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
<b>Sequeiro</b>						
Familiar	24	24	21	19	45	43
Djunta-mon	24	36	21	22	45	58
Paga	4	7	2	8	6	15
Ajuda	0	2	3	3	3	5
Total	52	69	47	52	99	121
<b>Regadio</b>						
Familiar	14	21	11	15	25	36
Djunta-mon	10	17	9	15	19	32
Paga	3	8	5	10	8	18
Ajuda	0	1	5	2	5	3
Total	27	47	30	42	57	89

**Quadro 12. Cruzamento da fonte de obtenção de sementes por tipo de agricultura por sexo do representante e meio de residência**

Fonte de obtenção de sementes	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
<b>Sequeiro</b>						
Compra	4	7	9	8	13	15
Troca	1	2	2	1	3	3
Familiars	4	12	9	12	13	24
Vizinhos	2	3	7	10	9	13
Própria	24	29	24	24	48	53
Total	35	53	51	55	86	108
<b>Regadio</b>						
Compra	11	17	7	9	18	26
Troca	2	3	2	0	4	3
Familiars	4	4	1	10	5	14
Vizinhos	1	4	6	6	7	10
Própria	3	7	7	18	10	25
Total	21	35	23	43	44	78

**Quadro 13. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo a tomada de decisão sobre a produção anual segundo o sexo do representante e meio de residência**

Tomada de decisão sobre produção anual	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
Sozinho	12	17	2	17	14	34
Com outra pessoa	5	5	10	4	17	9
Total	17	22	12	21	31	43

**Quadro 14. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo a área cultivada por tipo de agricultura, sexo do representante e meio de residência**

Área cultivada	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
<b>Sequeiro</b>						
Menos de 5 litros	10	9	10	19	20	28
5 a 10 litros	6	11	3	2	9	13
11 a 15 litros	1	3	0	0	1	3
16 a 20 litros	1	0	0	0	1	0
21 a 30 litros	0	2	0	0	0	2
Mais de 30 litros	0	0	0	0	0	0
Total	18	25	13	21	31	46
<b>Regadio</b>						
Menos de 5 litros	6	11	3	7	9	18
5 a 10 litros	19	23	14	17	33	40
11 a 15 litros	1	3	2	2	3	5
16 a 20 litros	0	4	4	0	4	4
21 a 30 litros	1	0	1	0	2	0
Mais de 30 litros	1	0	0	0	1	0
Total	28	41	24	26	52	67

**Quadro 15. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo o sistema de rega por sexo do representante e meio de residência**

Sistema de rega	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
Por alagamento	18	26	9	19	27	45
Gota a gota	0	1	6	3	6	4
Total	18	27	15	22	33	49

**Quadro 16. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo fonte de acesso à água por sexo do representante e meio de residência**

Fonte de acesso à água	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
Poço	3	7	0	0	3	7
Furo	0	1	1	0	1	1
Nascente	15	16	10	19	25	35
Tanque	0	0	1	0	1	2
Outro	0	2	4	0	5	2
Total	18	26	16	19	35	47

**Quadro 17. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo a compra da água para rega por sexo do representante e meio de residência**

Compra da água para rega	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
Sim	0	0	1	0	1	0
Não	18	26	12	21	30	47
Total	18	26	13	21	31	47

**Quadro 18. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo a classificação do acesso à água para agricultura de regadio por sexo do representante e meio residência**

Classificação do acesso à água	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
Razoável	1	5	2	2	3	7
Bom	11	14	8	13	19	27
Muito bom	6	6	3	6	9	12
Total	18	25	13	21	31	46

**Quadro 19. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo a participação em instâncias de decisão por sexo do representante e meio residência**

Instâncias de decisão	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
<b>Participa de alguma instância de decisão?</b>						
Sim	1	4	16	15	17	19
Não	7	12	9	12	16	24
Total	8	16	25	27	33	43
<b>Qual?</b>						
Associação	1	2	6	4	7	6
Cooperativa	0	0	1	0	1	0
Outro	0	0	11	12	11	12
Total	1	2	18	16	19	18

**Quadro 20. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo a relação com o Ministério da Agricultura por sexo do representante e meio residência**

Relação com o MDR	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
Muito mau	4	7	2	2	6	9
Mau	9	12	0	8	9	20
Razoável	3	4	5	6	8	10
Bom	1	0	5	6	6	6
Total	17	23	12	22	29	45



**Quadro 21. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo o apoio do Ministério da Agricultura por sexo do representante e meio de residência**

Apoio do MDR	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
Apoio técnico	0	0	5	2	5	2
Venda de sementes	0	0	0	1	0	1
Doação de sementes	0	3	4	5	4	8
Material de rega gota-a-gota	5	5	0	0	5	5
Formação	0	0	2	4	2	4
Cuidado de animais	0	0	0	1	0	1
Nenhum	18	20	6	11	24	31
Total	23	28	17	24	40	52

**Quadro 22. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo a venda de produtos agrícolas por sexo do representante e meio residência**

Venda de produtos agrícolas	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
Sim	4	5	6	5	10	10
Uma parte	7	11	4	11	11	22
Não	7	11	3	6	10	17
Total	18	27	13	22	31	49

**Quadro 23. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo o agente decisor do preço dos produtos por sexo do representante e meio de residência**

Agente decisor do preço dos produtos	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
Representante do agregado	7	7	10	14	17	21
Rabidantes	2	7	2	2	4	9
Outros agricultores	0	2	1	4	1	4
Outro membro do agregado	0	0	0	1	0	1
Total	9	16	13	21	22	35

**Quadro 24. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo a venda dos produtos às rabidantes por sexo do representante e meio residência**

Venda de produtos às rabidantes	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
Sim	8	13	3	4	11	17
Não	2	2	5	8	7	10
Às vezes	1	1	2	3	3	4
Total	11	16	10	15	21	31

**Quadro 25. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo o regateio dos produtos pelas rabidantes por sexo do representante e meio residência**

Regateio dos produtos	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
Nunca	0	1	1	0	1	1
Raramente	1	0	0	0	1	0
Às vezes	4	4	4	3	8	7
Muitas vezes	1	1	2	4	3	5
Sempre	3	5	1	4	4	9
Total	9	11	8	11	17	22

**Quadro 26. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo deixar de comprar os produtos pelas rabidantes por causa do preço por sexo do representante e meio residência**

Rabidantes deixam de comprar	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
Nunca	2	5	4	6	6	11
Raramente	3	4	0	1	3	1
Às vezes	2	4	5	6	7	10
Muitas vezes	0	0	0	1	0	1
Sempre	1	0	0	0	1	0
Total	8	13	9	14	17	23

**Quadro 27. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo a revenda dos produtos nos mercados por sexo do representante e meio de residência**

Revenda dos produtos	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
Mercado do concelho	4	7	4	6	8	13
Mercado da Praia	3	11	0	0	3	11
Mercado de outras ilhas	0	0	1	1	1	1
Minimercados	2	1	1	0	3	1
Venda ambulante	6	5	2	5	8	10
Não sabe	3	3	3	5	6	8
Total	18	27	11	17	29	44

**Quadro 28. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo a frequência da negociação do preço dos produtos por sexo do representante e meio residência**

Negociação do preço dos produtos	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
Nunca	2	5	4	6	6	11
Raramente	3	4	0	1	3	5
Às vezes	2	4	5	6	7	10
Muitas vezes	0	0	0	1	0	1
Sempre	1	0	0	0	1	0
Total	8	13	9	14	17	27

**Quadro 29. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo a posse da terra por tipo de agricultura, sexo do representante e meio de residência**

Posse da terra	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
<b>Sequeiro</b>						
Sim	29	41	25	26	54	67
Não	0	1	2	1	2	2
Total	29	42	27	27	56	69
<b>Regadio</b>						
Sim	18	26	15	22	33	48
Não	11	16	12	5	23	21
Total	29	42	27	27	56	69

**Quadro 30. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo a utilização das terras por tipo de agricultura, sexo do representante e meio de residência**

Uso da terra	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
<b>Sequeiro</b>						
Cultiva	29	41	24	26	53	67
Não cultiva	0	0	1	0	1	0
Total	29	41	25	26	54	67
<b>Regadio</b>						
Cultiva	18	26	13	21	31	47
Não cultiva	0	1	2	1	2	2
Total	18	27	15	22	33	49

**Quadro 31. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo a posse de certificado, título formal ou escritura da terra por tipo de agricultura, sexo do representante e meio de residência**

Certificado, título formal ou escritura	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
<b>Sequeiro</b>						
Sim	0	3	5	4	5	7
Não	29	37	19	22	48	59
Total	29	40	24	26	53	66
<b>Regadio</b>						
Sim	1	0	6	6	7	6
Não	17	26	7	16	24	42
Total	18	26	13	22	31	48

**Quadro 32. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo formas de exploração da terra por tipo de agricultura, sexo do representante e meio de residência**

Formas de exploração da terra	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
<b>Sequeiro</b>						
Conta própria	21	29	5	2	26	31
Parceria	0	4	5	2	5	6
Renda	0	0	15	20	15	20
Posse útil	3	4	0	1	3	5
Empréstimo	5	4	1	2	6	6
Total	29	41	26	27	55	68
<b>Regadio</b>						
Conta própria	15	22	5	3	20	25
Parceria	0	2	2	6	2	8
Renda	0	0	3	7	3	7
Posse útil	0	1	3	3	3	4
Empréstimo	2	1	0	3	2	4
Outro	0	1	0	0	0	1
Total	17	27	13	22	30	49

**Quadro 33. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo a identificação da posse da terra por tipo de agricultura sexo do representante e meio de residência**

Posse da terra	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
<b>Sequeiro</b>						
Terras próprias	16	22	4	3	20	25
Terras de familiares	10	13	4	3	14	16
Terras do Estado	2	4	0	0	2	4
Terras de outrem	0	1	18	21	18	22
Total	28	40	26	27	54	67
<b>Regadio</b>						
Terras próprias	14	13	6	5	20	18
Terras de familiares	4	8	4	6	8	14
Terras do Estado	0	2	2	2	2	4
Terras de outrem	0	3	3	11	3	14
Total	18	26	15	24	33	50

**Quadro 34. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo decisão do uso da terra por tipo de agricultura, sexo do representante e meio de residência**

Decisão sobre uso da terra	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
<b>Sequeiro</b>						
Representante do agregado	27	34	19	18	46	52
Outro	2	6	5	8	7	14
Total	29	40	24	26	53	66
<b>Regadio</b>						
Representante do agregado	17	19	11	21	28	40
Outro	1	7	2	1	3	8
Total	18	26	13	22	31	48

**Quadro 35. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo o direito de dar/oferecer/permitir/retirar alguém da terra por tipo de agricultura, sexo do representante e meio de residência**

Direito a dar, oferecer, permitir e/ou retirar alguém da terra	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
<b>Sequeiro</b>						
Representante do agregado	23	32	5	10	28	42
Outro	6	8	19	16	25	24
Total	29	40	24	26	53	66
<b>Regadio</b>						
Representante do agregado	16	17	5	12	21	29
Outro	2	9	8	10	10	19
Total	18	26	13	22	31	48

**Quadro 36. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares por quem pode dar, oferecer e/ou permitir que outrem cultive a terra por tipo de agricultura, sexo do representante e meio de residência**

Dar, oferecer e/ou permitir que outrem cultive a terra	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
<b>Sequeiro</b>						
Representante do agregado	26	32	5	15	31	47
Outro	3	8	19	11	22	19
Total	29	40	24	26	53	66
<b>Regadio</b>						
Representante do agregado	17	18	7	11	24	29
Outro	1	8	6	11	9	17
Total	18	26	13	22	31	46

**Quadro 37. Cruzamento de efetivos dos agregados familiares segundo decisão sobre a venda da terra por tipo de agricultura, sexo do representante e meio de residência**

Decisão sobre a venda da terra	Boaventura		Charco		Total	
	M	H	M	H	M	H
<b>Sequeiro</b>						
Representante do agregado	8	6	2	2	10	8
Outro	19	32	21	24	40	56
Total	27	38	23	26	50	64
<b>Regadio</b>						
Representante do agregado	5	3	2	1	7	4
Outro	12	23	11	21	23	44
NS/NR	1	0	0	0	1	0
Total	18	26	13	22	31	48

**Quadro 38. Proporção dos agregados familiares segundo a origem dos rendimentos por tipos de atividades por sexo do representante e residência**

Atividades	Tipos	Charco		Boaventura		Total	
		M	H	M	H	M	H
Agricultura, pecuária e atividades de coleta e transformação	Agricultura de sequeiro	19.7	22.1	23.8	34.4	43.4	56.6
	Agricultura de regadio	16.9	27.3	23.4	32.5	40.3	59.7
	Produção do grogue	25.9	66.7	0.0	7.4	25.9	74.1
	Produção de mel	29.4	58.8	0.0	11.8	29.4	70.6
	Produção de palha	44.1	52.9	0.0	2.9	44.1	55.9
	Criação de animais	28.6	39.7	6.3	25.4	34.9	65.1
	Recolha de lenha	43.3	56.7	0.0	0.0	43.3	56.7
Comércio	Proprietário de loja	0.0	25.0	0.0	75.0	0.0	100.0
	Venda ambulante	20.0	50.0	10.0	20.0	30.0	70.0
	Venda de animais	35.9	41.0	7.7	15.4	43.6	56.4
	Venda de produtos agrícolas	25.8	35.5	19.4	38.7	45.2	54.8
	Venda de palha	66.7	33.3	0.0	0.0	66.7	33.3
	Venda de derivados de cana sacarina	39.3	60.7	0.0	0.0	39.3	60.7
	Venda de lenha	50.0	50.0	0.0	0.0	50.0	50.0
Biscates	Outro	50.0	50.0	0.0	0.0	50.0	50.0
	Construção civil	28.6	35.7	0.0	35.7	28.6	71.4
	Agricultura	24.2	24.2	21.2	30.3	45.5	54.5
	Fornadja	42.9	57.1	0.0	0.0	42.9	57.1
Remessas	Outro	61.5	38.5	0.0	0.0	61.5	38.5
	Familiares	48.3	31.0	10.3	10.3	58.6	41.4
Outros	Amigos	50.0	50.0	0.0	0.0	50.0	50.0
	—	26.3	21.1	10.5	42.1	36.8	63.2
Trabalho assalariado	Setor público	0.0	33.3	16.7	50.0	16.7	83.3
	Setor privado	30.0	30.0	20.0	20.0	50.0	50.0